

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA
NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA
E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

ANDRÉA ELOISA BUENO PIMENTEL

TESE DE DOUTORADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

**ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO PONTAL DO
PARANAPANEMA E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS**

Andréa Eloisa Bueno Pimentel

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Doutora em
Engenharia de Produção

Orientador: Prof. Doutor Farid Eid

São Carlos
2004

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

P644ar

Pimentel, Andréa Eloísa Bueno.

Assentamento de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais / Andréa Eloísa Bueno Pimentel. -- São Carlos : UFSCar, 2005.

267 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2004.

1. Planejamento da produção. 2. Assentamentos rurais. 3. Desenvolvimento regional. 4. Pontal do Paranapanema. I. Título.

CDD: 658.5 (20^a)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, pelo amor, carinho, compreensão e afeto

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas foram fundamentais para a elaboração deste trabalho. Primeiramente, devo agradecer os meus pais, José Bueno Pimentel e Ana Fumes Pimentel, pelo apoio, amor, carinho e principalmente compreensão nos momentos difíceis pelos quais passei durante esses quatro anos.

Ao meu orientador e amigo, Professor Doutor Farid Eid, pela confiança, dedicação, aprendizado e ajuda. Grande parte do meu conhecimento devo a ele.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter financiado o Projeto de Pesquisa intitulado Dinâmica Organizacional e Produtiva em Cooperativas de Reforma Agrária: diagnósticos, implementação de estratégias para o desenvolvimento e perspectivas, cuja tese constitui num dos resultados obtidos.

Aos membros participantes do Projeto de Pesquisa sobre Agricultura Familiar, Ana Rita, Rosaura, Rosemeire, Márcia, José Andrade, Maicon, Selma,

Aos meus amigos e amigas, em especial Gláucia, Ana Rita, Nilsen, Paulo André, Léa, que podem ser considerados co-autores desta tese, dada a importância deles no decorrer da elaboração desta.

Aos membros do Departamento de Economia e Gestão Agrícola da Faculdade de Ciências Agrônomicas – FCA, campus da Universidade Estadual Paulista – UNESP e da Faculdade de Tecnologia de Botucatu – FATEC pela colaboração dada.

E em especial, aos representantes da Concrab, da Cocamp e aos assentados da região do Pontal do Paranapanema. Esperamos poder contribuir para um desenvolvimento econômico e social na região do Pontal do Paranapanema, tendo como agente ativo os assentados.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 4.1 - Número de famílias assentadas no Pontal do Paranapanema, entre 1983-2000.....	126
FIGURA 4.2 - Grau de instrução de assentados acima de 15 anos, em porcentagem - Pontal do Paranapanema, 2002	130
FIGURA 4.3 - Local de nascimento dos assentados do Pontal do Paranapanema, 2002	131
FIGURA 4.4 - Ocupação principal do entrevistado - Pontal do Paranapanema, 2002	131
FIGURA 4.5 - Período de tempo de assentamento, por família - Pontal do Paranapanema, 2002	132
FIGURA 4.6 - Forma de aquisição do lote, por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002	132
FIGURA 4.7 - Participação percentual das famílias em ocupações de terra - Pontal do Paranapanema, 2002	133
FIGURA 4.8 - Local da realização das ocupações, por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002	133
FIGURA 4.9 - Local de moradia anterior ao assentamento, por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002	134
FIGURA 4.10 - Motivos apontados para a vinda ao assentamento, por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002	134
FIGURA 4.11 - Atividade principal exercida pelo entrevistado antes de ser assentado - Pontal do Paranapanema, 2002	135
FIGURA 4.12 - Porcentagem de famílias com filhos solteiros morando fora do assentamento - Pontal do Paranapanema, 2002	135
FIGURA 4.13- Porcentagem de entrevistados que possuíam documentos oficiais - Pontal do Paranapanema, 2002	136
FIGURA 4.14 - Fontes de rendimentos permanentes recebidos por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002	138
FIGURA 4.15 - Fontes de rendimentos temporários recebidos por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002	139
FIGURA 4.16 - Recursos usados para a construção das moradias, por família	

assentada - Pontal do Paranapanema, 2002	140
FIGURA 4.17 - Forma de construção das moradias, por família assentada - Pontal do Paranapanema, 2002	140
FIGURA 4.18 - Forma de aquisição dos materiais para a construção das moradias, por família assentada - Pontal do Paranapanema, 2002	141
FIGURA 4.19 - Material predominante nas moradias antes, início do assentamento e na data da pesquisa, por família assentada - Pontal do Paranapanema, 2002	142
FIGURA 4.20 - Tipos de reformas realizadas nas moradias, por família - Pontal do Paranapanema, 2002	142
FIGURA 4.21- Variação do número de quartos, por moradia - Pontal do Paranapanema 2002	143
FIGURA 4.22 - Número percentual de famílias assentadas que possuíam moradia na zona urbana - Pontal do Paranapanema, 2002	144
FIGURA 4.23 - Número de moradias dos assentados com luz elétrica - Pontal do Paranapanema, 2002	145
FIGURA 4.24 - Moléstias mais citadas pelos entrevistados - Pontal do Paranapanema, 2002	146
FIGURA 4.25 - Formas mais citadas pelos entrevistados de tratamento de moléstias - Pontal do Paranapanema, 2002	147
FIGURA 4.26 - Culturas produzidas pelas famílias assentadas - Pontal do Paranapanema, 2002	150
FIGURA 4.27 - Atividades rurais destinadas ao autoconsumo, por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002	151
FIGURA 4.28 - Número de famílias assentadas que produziam leite - Pontal do Paranapanema, 2002	154
FIGURA 4.29 - Consideração dos entrevistados quanto aos créditos recebidos, em porcentagem - Pontal do Paranapanema, 2002	155
FIGURA 4.30 - Gastos mensais das famílias assentadas com alimentação - por intervalo de valores (R\$) - Pontal do Paranapanema, 2002	156
FIGURA 4.31 - Porcentagem de entrevistados que realizariam e que não realizariam novamente o processo para conquistar a terra - Pontal do	

Paranapanema, 2002	158
FIGURA 5.1 - Taxa de crescimento populacional urbano nos 8 municípios selecionados e na regional de Presidente Prudente - 1993/2000 - Pontal do Paranapanema	185
FIGURA 5.2 - Taxa de crescimento populacional rural nos 8 municípios selecionados e na regional de Presidente Prudente- 1993/2000 - Pontal do Paranapanema	186
FIGURA 5.3 - Variação do número de estabelecimentos comerciais entre 1995 e 2001 - cidades com assentamentos - Pontal do Paranapanema	187
FIGURA 5.4 - Variação do número de estabelecimentos comerciais entre 1995 e 2001 - cidades sem assentamentos - Pontal do Paranapanema	187
FIGURA 5.5 - Variação do número de estabelecimentos industriais entre 1995 e 2001 - cidades com assentamentos - Pontal do Paranapanema	188
FIGURA 5.6 - Variação do número de estabelecimentos industriais entre 1995 e 2001 - cidades sem assentamentos - Pontal do Paranapanema	189
FIGURA 5.7 - Taxa de crescimento do número de estabelecimentos de serviços , entre 1995 e 2001, nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema	189
FIGURA 5.8 - Níveis de rendimentos dos chefes de família conforme faixa salarial, expresso em salários mínimos - ano 2000, cidades com assentamentos - Pontal do Paranapanema	190
FIGURA 5. 9 - Variação dos depósitos totais nas 8 cidades analisadas entre 1993 e 2000 - Pontal do Paranapanema	195
FIGURA 5. 10 - Variação das operações de crédito nas 8 cidades analisadas, entre 1993 e 2000 - Pontal do Paranapanema	196
FIGURA 5.11 - Renda per capita das 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema, 2000	201

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 - Número de famílias assentadas no Brasil, entre 1995 e 2001	52
TABELA 2.2 - Evolução da distribuição da posse da terra no Brasil, entre 1920 e 1975	54
TABELA 2.3 - Evolução da distribuição da posse da terra, no Brasil, por regiões, entre 1980 e 1985	54
TABELA 2.4 - Participação percentual dos imóveis rurais na área total brasileira, por categoria, em 1992	55
TABELA 2.5 - Evolução do índice de Gini no Brasil, entre 1920 e 1992	56
TABELA 2.6 - Evolução da superfície dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, por região, entre 1975 e 1995	58
TABELA 2.7 – Estrutura fundiária do Brasil, 2003	59
TABELA 3.1 - Situação dominial das terras do Pontal do Paranapanema, em 1997	117
TABELA 4.1 - Idade dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, 1998	120
TABELA 4.2 - Distribuição das terras nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, 1998	121
TABELA 4.3 - Distribuição por faixa etária dos beneficiários dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, 1998.....	121
TABELA 4.4 - Participação da agricultura e pecuária no valor total da produção dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, safra 97/98	124
TABELA 4.5 - Distribuição percentual da população amostrada por faixa etária - Pontal do Paranapanema, 2002	130
TABELA 4.6 - Grau de alfabetização dos entrevistados - Pontal do Paranapanema, 2002	137
TABELA 4.7 - Variação do número de cômodos nas moradias dos assentados - Pontal do Paranapanema, 2002.....	144
TABELA 4.8 - Quadro de saúde dos assentamentos, segundo os assentados - Pontal do Paranapanema, 2002	146
TABELA 4.9 - Maquinários e/ou equipamentos agrícolas que os assentados possuíam e o período de aquisição - Pontal do Paranapanema, 2002	148
TABELA 4.10- Aparelhos eletrodomésticos existentes nas residências dos	

assentados e o período da aquisição - Pontal do Paranapanema, 2002	149
TABELA 4.11 - Panorama da pecuária e criação de animais (por cabeça) nos assentamentos - Pontal do Paranapanema, 2002	153
TABELA 4.12 - Locais onde os assentados adquirem os defensivos agrícolas e o sal mineral - Pontal do Paranapanema, 2002	154
TABELA 4.13 - Forma de aquisição dos insumos agrícolas pelas famílias assentadas - Pontal do Paranapanema, 2002	155
TABELA 4.14 - Cidade onde os assentados adquirem roupas e materiais para construção - Pontal do Paranapanema, 2002	157
TABELA 4.15 - Situação de vida antes e após assentados, segundo os entrevistados - Pontal do Paranapanema, 2002	157
TABELA 4.16.- Agroindústrias da Cocamp - Teodoro Sampaio, 2003	180
TABELA 4.17 - Nível de cooperação existente no Pontal do Paranapanema, 2001.....	181
TABELA 5.1 - Evolução do crédito agrícola nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema, 1993/2000.....	193
TABELA 5.2 - Número de agências bancárias nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema, 1993/2000.....	194
TABELA 5.3 - Índice paulista de responsabilidade social (IPRS) das 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema, 1992, 1997 e 2000	198
TABELA 5.4 - Índice paulista de responsabilidade social (IPRS) - dimensões riqueza, longevidade e escolaridade das 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema, 1992, 1997 e 2000	199
TABELA 5.5 - Índice de desenvolvimento humano das 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema, 1980, 1991, 2000.....	200
TABELA 5.6 - Taxa de crescimento das matrículas no ensino fundamental (1993 a 1999) e a taxa de evasão do ensino fundamental em 1999, nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema	202
TABELA 5.7 - Taxa de crescimento das matrículas no ensino médio (1993 a 1999) e a taxa de evasão do ensino médio em 1999, nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema	202
TABELA 5.8 - Taxa de alfabetização de adultos, taxa bruta de frequência escolar	

e índice de educação nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema, 2000.....	203
TABELA 5.9 - Saneamento básico das 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema - 1991 e 2000	204
TABELA 5.10 - Número de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema - 1995/2000.....	204
TABELA 5.11 - Variação das receitas municipais nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema - 1993/2000	206
TABELA 5.12 - Variação das despesas municipais nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema - 1993/2000	207

SUMÁRIO

RESUMO	xv
ABSTRACT	xvi
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Apresentação	1
1.2 Objetivos	2
1.3 Hipóteses	3
1.4 Justificativa e relevância do trabalho	7
1.5 Metodologia	11
1.6 Estrutura da tese.....	15
2 ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA REVISADA	16
2.1 Estrutura fundiária numa perspectiva histórica	16
2.2 República Oligárquica (1889-1930)	20
2.3 Segunda República (1930-1964)	25
2.3.1 Ignácio Rangel	39
2.3.2 Alberto Passos Guimarães	41
2.3.3 Caio Prado Júnior.....	43
2.3.4 Celso Furtado	44
2.3.5 Ruy Miller Paiva	46
2.4 A problemática nos anos de 1970	47
2.5 A Nova República (1984-).....	48
2.6 Grau de concentração de terras	53
2.7 Interpretações recentes sobre a questão agrária brasileira	59
2.8 Concepções teóricas e a problemática sobre desenvolvimento	74
2.9. Desenvolvimento local: definição e tipos de abordagens	79
2.10 Desenvolvimento local versus rural	87
2.11. Considerações finais	90

3	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: grilagem e ocupação de terras	92
3.1	Delimitação da região denominada Pontal do Paranapanema	92
3.2	Contexto histórico da região do Pontal do Paranapanema	94
3.3	Conflitos recentes pela posse das terras do Pontal do Paranapanema	105
3.4	Regularização fundiária na região do Pontal do Paranapanema	115
4	ASSENTAMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO E NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: perfil e resultados	119
4.1	Perfil dos assentamentos do Estado de São Paulo	119
4.2	Perfil dos assentamentos do Pontal do Paranapanema	125
4.3	Resultados da pesquisa de campo nos assentamentos	129
4.3.1	Identificação geral	129
4.3.2	Trajetória familiar	132
4.3.3	Identificação do entrevistado	136
4.4	Assentamentos de reforma agrária e a problemática do desenvolvimento local	158
4.5	Assentamentos de reforma agrária no Pontal e o desenvolvimento sustentável	171
4.6	Cocamp	176
4.6.1	Histórico	176
4.6.2	A Cocamp e o processo de diversificação e agroindustrialização da produção	177
4.6.3	Distribuição espacial dos sócios da Cocamp	180
5	ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL COMPARATIVA DOS OITO MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS: caracterização e evolução dos indicadores urbanos .	184
5.1	Caracterização do território	184
5.2	Condições econômicas	186
5.3	Nível de vida	196
5.4	Recursos e atuação das prefeituras	205
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	208

7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	212
8	APÊNDICES	227
8.1	Apêndice A	227
8.2	Apêndice B	241
9	ANEXOS	258
9.1	Anexo A	258
9.2	Anexo B	260

RESUMO

Esta tese tem por objeto analisar os assentamentos de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais. A pesquisa de campo foi feita através da comparação de quatro municípios onde existem assentamentos de reforma agrária e quatro municípios, com dimensões e características semelhantes, onde não há assentamentos. As cidades escolhidas com assentamentos foram: Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio e Rosana. As cidades sem assentamentos cujos dados foram usados para comparação são: Santo Anastácio, Álvares Machado, Pirapozinho e Regente Feijó, pertencentes à região de governo de Presidente Prudente. Como hipóteses tem-se, primeiramente, que a formação de assentamentos de reforma agrária ocasiona impactos econômicos positivos nas cidades e/ou regiões onde estão instalados, na medida que a renda obtida internamente é utilizada no comércio local e conseqüentemente, a arrecadação de impostos do município é ampliada. Em segundo lugar, as mudanças econômicas desses assentamentos também geram impactos sociais em seu entorno, com melhorias na infraestrutura municipal, derivadas tanto das novas demandas por serviços públicos bem como do poder de reivindicações dos assentados. Os resultados apontam para uma melhoria da qualidade de vida dos assentados no tocante as características das moradias, acesso à água e energia elétrica, aquisição de maquinários, implementos agrícolas e eletroeletrônicos bem como aumento na arrecadação de alguns impostos e elevação do número de estabelecimentos comerciais. Contudo, a baixa diversificação da produção associada a baixa produção para o autoconsumo tende a ser um fator negativo para os assentados da região. É necessário que haja formação de um tecido social entre os assentados visando seu fortalecimento enquanto grupo, qualificação técnica destes, fortalecimento da Cooperativa (Cocamp) e funcionamento das agroindústrias além da regularização fundiária na região do Pontal do Paranapanema.

Palavras-chave: assentamentos de reforma agrária, Pontal do Paranapanema, desenvolvimento regional

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to analyze the agrarian reform in the land settlements in the region of Pontal do Paranapanema and its economic and social impact. The field research was elaborated through the comparison of four towns where there are land settlements reforms and four towns with similar dimensions and characteristics, where there any kind of land settlement. The chosen towns with land settlements were: Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio and Rosana. The towns without land settlements whose data were used for comparison are: Santo Anastácio, Álvares Machado, Pirapozinho and Regente Feijó, all belonging to Presidente Prudente government. As stated hypothesis, there are, firstly, that the formation of agrarian land settlements causes positive economic impact in the towns or regions where they are located, while the internal profits are used inside the domestic trade and consequently, the taxes collection in the borough is enlarged. Secondly, the economic changes inside these land settlements also generate social impact around it, with improvement in the municipal substructure, derived from the new demands over public services as well as from the power originated under the land settlers vindication. The results direct to the settlers' better life quality concerning to the housing features, access to water and electrical energy, machinery acquisition, agricultural implement and electronics as well the raise of some taxes and the increase on the number of all kinds of trade. However, the low production diversity associated to the low production for the self consumption tend to be a negative factor for the regional land settlers. It's necessary to form a strong social structure between the settlers that can aim its power as a formed group, its technical qualification, (Cocamp) Cooperative empowerment and efficient agri industry operation besides the landed regulation of Pontal do Paranapanema region.

Key words: land settlements agrarian reform, Pontal do Paranapanema, regional development.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

A discussão e conseqüentemente o estudo do tema reforma agrária não é recente, nem tão pouco está esgotado. Assim, o objeto escolhido para a realização da Dissertação de Mestrado¹ foi o estudo das cooperativas de reforma agrária como uma alternativa para a geração de trabalho e renda nos assentamentos. A pesquisa empírica foi realizada na Fazenda Pirituba II, região de Itapeva (SP), que compreendia, em 1999, 6 assentamentos e um acampamento, com 5 cooperativas de produção e uma cooperativa central, e no Pontal do Paranapanema, com a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema (Cocamp), instalada no município de Teodoro Sampaio (SP). Durante a elaboração desta, constatou-se que as contradições ou contraposições em torno da redistribuição justa de terras freqüentemente pautavam-se em velhos argumentos sobrepostos a novas realidades, que opunham *modernos conservadores* e *antigos progressistas*.

Os argumentos mais usados para discorrer sobre a inadequação de foco e recursos necessários a uma eventual redistribuição justa de terras eram: a incontestável tendência de reconcentração fundiária nos países centrais, notadamente nos Estados Unidos da América do Norte, decorrente de maiores necessidades de economia de escala; o processo de reestruturação econômica mundial, que exigia maior capacidade de atender exigências de um mercado internacionalizado e extremamente competitivo em termos de preço e qualidade; a prevalência de um modelo tecnológico de exploração agrícola altamente intensivo em insumos e fortemente poupador de mão-de-obra.

Por outro lado, dentre os argumentos favoráveis à redistribuição justa de terras no Brasil destacavam: a histórica elevada concentração fundiária e de renda; a importância que a agricultura familiar tinha na oferta interna de alimentos; a possibilidade de entrada no mercado de um vasto contingente de produtores propiciaria

¹ PIMENTEL, Andréa Eloisa Bueno. **As cooperativas de reforma agrária como alternativa para a geração de trabalho e renda**: os casos da COCAMP e COPAVA. São Carlos, 2000. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

aumento de ocupação e renda rurais e conseqüentemente a redução dos níveis de pobreza não somente rural mas também urbana. A reforma agrária, neste sentido, passava a ser uma importante peça para propiciar a geração de trabalho e renda rural e uma conseqüente melhora na qualidade de vida da população assentada, bem como contribuir para o desenvolvimento local.

1.2 Objetivos

Não cabe aqui discutir os argumentos prós ou contra uma melhor redistribuição de terras. O que é relevante nesse contexto é determinar como medir os resultados obtidos pelos assentamentos de reforma agrária. Um dos métodos consiste em dimensionar seu impacto produtivo em termos nacionais, ou seja, mensurar quantas famílias estão assentadas, quanto conjuntamente produzem e assim, verificar qual sua participação no nível de produção nacional. Outra forma é verificar a geração de renda monetária nos assentamentos, comparativamente aos dados de renda agrícola brasileira. Um terceiro método é analisar os impactos que as unidades de produção, os grupos de famílias, as associações e cooperativas criadas pelos assentamentos rurais geram em seu entorno, a fim de compreender a interface dinâmica que estes estabelecem com os agentes econômicos externos.

Esta tese de doutorado tem por objetivo analisar os impactos econômicos e sociais que os assentamentos de reforma agrária geraram e/ou estavam gerando na região do Pontal do Paranapanema até 2003. Para isso, pauta-se no terceiro método acima citado. A escolha deriva do fato de que na literatura brasileira acerca dos impactos dos assentamentos de reforma agrária, além de trabalhos sobre a dinâmica interna, são predominantes, até início dos anos 2000, estudos que comparam a produtividade de um assentamento com a produtividade do país ou região, bem como a renda obtida internamente pelos assentados. Poucos são os estudos que analisam os entornos gerados pelos assentamentos, na região onde estão instalados.

Em nossa pesquisa entendemos os impactos como modificações ocorridas na região do Pontal através das ações dos movimentos sociais e a implantação de assentamentos de reforma agrária. As mudanças geradas por esses assentamentos podem ser: 1) na estrutura agrícola e agrária da região, com redução do grau de concentração de terras e modificações nas culturas agrícolas cultivadas; 2) sociais e

locais, com melhor acesso à educação, à saúde e infra-estrutura (luz, água, transporte) por parte dos assentados; 3) econômicas na medida que a renda obtida internamente pelos assentados passa a ser gasta no comércio local, gerando um efeito multiplicador da renda e impactando positivamente a arrecadação de impostos da prefeitura. Com base nisso, definimos os objetivos específicos da tese:

1. analisar as modificações que os assentamentos de reforma agrária geraram e/ou estão gerando na estrutura fundiária local, com a redução do índice de concentração fundiária, bem como mudanças nas culturas agrícolas cultivadas;
2. verificar os impactos que os assentamentos geraram ou estão gerando no comércio e nos serviços locais, bem como na arrecadação tributária do município;
3. constatar se a formação de assentamentos trouxe consigo mudanças na infra-estrutural básica local como postos de saúde, escolas, melhoria das estradas, modificação dos êxodos rurais.

1.3 Hipóteses

As hipóteses da tese são duas. A primeira é que a formação e consolidação de assentamentos de reforma agrária geram impactos econômicos positivos nas cidades e/ou regiões onde estão instalados, na medida que a renda obtida internamente é utilizada no comércio local e por conseguinte, a arrecadação de impostos dos municípios aumenta. A segunda hipótese pretende mostrar que os efeitos econômicos e o perfil político-social dos assentamentos de reforma agrária também geram impactos positivos no meio social, com melhorias na infra-estrutura municipal, derivadas tanto das novas necessidades objetivas, como da pressão reivindicativa dos assentados.

Mas afinal o que significa o termo impacto? Na definição do dicionário Houaiss da língua portuguesa, o termo vem da etimologia *impáctus*, ‘impelido contra’, ou seja, ato ou efeito de impactar; o impulso transmitido em ou como se em uma colisão; impressão ou efeito muito fortes deixados por certa ação ou acontecimento. Por isso, resultados de extensa² pesquisa desenvolvida por docentes da Universidade

² Estudo realizado em seis grandes áreas de concentração de assentamentos, denominadas de manchas: 1. Sudeste do Pará - região de Conceição do Araguaia; 2. Entorno do Distrito Federal, abrangendo o

Federal Rural do Rio de Janeiro em LEITE et al (2004) identificaram os processos de mudança gerados pelos assentamentos de reforma agrária no ambiente no qual se inserem, ressaltando que o termo "impacto" ³ pode ser excessivo, dado que ele tende a chamar a atenção para o mais visível e espetacular. Porém, as mudanças trazidas pelos assentamentos podem ter um caráter molecular e somente se potencializarem no longo prazo. Sua intensidade e natureza dependem de diferentes contextos (locais, regionais e nacionais), impedindo que se busque qualquer linearidade nesse processo de mudança. Assim,

"(...) longe de afirmar sucessos ou fracassos da política de assentamentos, procurou-se, ao longo do estudo, desenvolver uma análise voltada à mensuração e qualificação desses efeitos e mudanças (internas aos assentamentos ou externas a eles), buscando construir indicadores e relações que refletissem o significado dessas experiências a partir, basicamente, da comparação entre as situações atual e anterior dos assentados (tanto em termos objetivos como subjetivos), bem como entre as condições socioeconômicas existentes no assentamento e aquelas verificadas no seu entorno. Do mesmo modo, foi feita uma avaliação dos efeitos resultantes da criação dos projetos nos níveis local e regional como, por exemplo, na estrutura fundiária, na produção agropecuária, etc." (LEITE et al., 2004, p. 28).

Parte-se da concepção de que a própria formação das manchas, ou seja, de um conjunto de assentamentos numa dada localidade, contrapondo-se à lógica de desapropriações isoladas, realizadas pelo Estado já é, por si, uma transformação relevante que os assentamentos têm provocado no espaço regional. E é este o pressuposto que se tem do Pontal do Paranapanema, onde a instalação de 88 assentamentos⁴ remodelou o ambiente territorial. Os impactos são traduzidos em termos numéricos, como redução da concentração fundiária na localidade, ampliação das demandas por infra-estrutura (estradas, escolas, postos de saúde, energia elétrica, crédito), aumento no número de estabelecimentos comerciais e de serviços, ampliação

Noroeste de Minas Gerais e o Norte de Goiás; 3. Sertão do Ceará; 4. Zona Canavieira do Nordeste, envolvendo a zona da mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas; 5. Sul da Bahia - região cacaueteira; 6. Oeste de Santa Catarina.

³ Os impactos, entendidos como efeitos de processos de transformação desencadeados pela criação de projetos de assentamentos com ritmos e intensidades variáveis, referentes às dimensões econômicas, políticas, sociais e ambientais, que incidem tanto na vida das famílias assentadas como no entorno dos assentamentos.

⁴ Dados referentes a assentamentos implantados até maio de 2001.

da produção e da renda, dentre outros fatores.

FERRANTE (2004, p. 6), por sua vez, utiliza outra concepção para analisar os impactos dos assentamentos nos municípios e ou regiões, na medida que considera que os assentamentos, dada sua complexidade social, devem ser investigados em sua multidimensionalidade. Dentro desse enfoque, os assentamentos compreendem:

“Um complexo cenário em que a construção de lealdades, de rearranjos na sociabilidade comandados por relações de parentesco, de vizinhança e de filiação religiosa é atravessada por mecanismos de poder, nos quais clientelismos e expressões da cultura da dádiva se fazem presentes, objetivando criar redes de dependências e (des)organização interna” (FERRANTE, 2004, p. 8).

Analisar os impactos dos assentamentos implica, nessa visão, compreender as mediações com o poder local e com as características regionais ao mesmo tempo em que se analisam as relações internas, observando as conexões dos agentes envolvidos com a questão do meio ambiente e os modelos de inserção que resultam das situações. Assim, os impactos são discutidos como construções sociais densas e mutáveis. A autora discorda da concepção de impactos como sendo elementos externos *“desvinculados das relações constitutivas dos assentamentos, gestadas por sua própria dinâmica interna”* (FERRANTE, 2004, p. 9), utilizada por diversos autores, dentre eles, Sérgio LEITE et al., citado anteriormente.

“Assim, a inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais é encarada como o fazer-se de uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária. Essas relações de forças compõem um campo de disputas onde as tensões se expressam através de possíveis conflitos, acomodações e resistências” (FERRANTE, 2004, p 10).

A referida autora parte do conceito de campo utilizado por Pierre BOURDIEU (1989) como espaço social especializado, no qual se defrontam agentes sociais, que travam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa. A trama de relações e tensões se constitui num campo específico, onde, no caso dos assentamentos, estão em disputa tanto os possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, quanto à hegemonia

política no território local/microrregional, ela mesma bastante definidora dos referidos projetos de desenvolvimento. O confronto, no campo de forças, pode assumir diversas formas, a saber:

1) o **conflito** = expressão direta e explícita das tensões, onde os agentes, interesses ou projetos se opõem em disputa aberta; 2) a **recusa** = revela confronto, mas de uma maneira menos direta que o conflito, embora esteja em proximidade com este; 3) a **resistência** = expressão de força mais estável, quando as tensões cristalizam situações ambíguas, de manutenção, ainda que num espaço restrito, do poder estratégico do oponente; 4) **acomodação** = também gera uma certa estabilidade, porém de modo hegemônico, sobretudo em função de uma posição momentaneamente superior que comanda a dinâmica do campo. A acomodação pode expressar, num de seus pólos, uma certa passividade diante do poder hegemônico em ação e no outro pólo, uma aliança de agentes distintos no comando das ações estratégicas. Essa trama de tensões está imbricada ao conceito de modos de vida,

“(...) constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade, seja essa entendida como sustentabilidade social e econômica, num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são assim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu (1989, citado por FERRANTE, 2004, p. 11).

Nesse enfoque, é necessário que se leve em conta a ação dos poderes públicos locais, ou seja, prefeituras e demais instituições, *como escala geográfica fundamental na luta pelo empoderamento e afirmação política dos agentes assentados formando uma teia de relações e de confrontos de interesses*. Assim, o poder público local não se apresenta como um agente neutro no processo, na medida que define suas ações *mediante o jogo de forças sociais na conjuntura estudada* (FERRANTE, 2004, p. 12)

Não se pode negar a relevância desse jogo de forças no Pontal do Paranapanema. A ida a campo juntamente com membros locais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) contribuiu para que na pesquisa desta Tese pudesse compreender parte das relações existentes na localidade. Contudo, essa linha de análise tende a ser mais completa quanto mais tempo o pesquisador permanecer na

localidade. A simples aplicação de questionários não traduz essa arena de disputas locais. Além disso, considera-se que não se deve deixar em segundo plano dados quantitativos, na medida que são relevantes para se verificar os resultados do processo de implantação de assentamentos numa dada localidade. Assim, a fim de comprovar a hipótese parte-se de uma análise mais quantitativa, porém sempre que possível, utiliza-se a análise qualitativa, enfocando essa trama. Também parte-se da concepção de impactos como sendo qualquer mudança trazida na localidade com a introdução dos assentamentos.

1.4 Justificativa e Relevância do Trabalho

Nos anos sessenta, discutia-se a importância ou não da reforma agrária para a promoção do desenvolvimento da agricultura brasileira. Nos anos setenta, um dos argumentos básicos residia no peso dos pequenos produtores na oferta de produtos agrícolas, notadamente, de alimentos. O debate se é importante fazer uma reforma agrária ressurgiu a partir dos anos 80, cujo centro das atenções não é mais saber se o capitalismo é hegemônico ou não nas relações sociais e de produção na agricultura brasileira. Assim, nos anos 60, 70 e 80, os estudos acadêmicos pautavam-se na necessidade ou não de uma reforma agrária, na interação entre os agentes sociais (assentados) e nos problemas ocorridos internamente nos assentamentos.

Nos anos 90, a discussão gira em torno da dinâmica interna dos assentamentos, nas formas de organização da produção (individual, associações, grupos de famílias, cooperativas). A partir do final dos anos 90 é que os assentamentos de reforma agrária começaram a serem estudados sob o ponto de vista de seus entornos, ou seja, seus impactos econômicos e sociais para as regiões e/ou municípios onde foram instalados. As análises econômicas, muitas vezes, pautavam-se em mensuração da renda gerada internamente no assentamento, o custo de fazer uma desapropriação, os custos dos programas de crédito, etc., sem analisar todo o contexto que permeia o desenvolvimento local.

Cabe destacar que a tese faz parte de um Projeto de Pesquisa intitulado *Dinâmica Organizacional e Produtiva em Cooperativas de Reforma Agrária: diagnóstico, implementação de estratégias para o desenvolvimento e perspectivas,*

financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fruto de uma parceria entre o Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES), cadastrado no CNPq, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) coordenado pelo Prof. Dr. Farid Eid com a equipe técnica e de assessoria da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). O objetivo geral do trabalho era: sistematizar experiências, acompanhar implementação de estratégias para desenvolvimento, analisar os desafios existentes e perspectivas, a partir do aprofundamento de estudos empíricos e teóricos interdisciplinares, articulados com agricultura familiar e abordagem participativa, sobre a dinâmica organizacional e produtiva em nove cooperativas de reforma agrária⁵, a Loja da Reforma Agrária e a Cooperativa Central dos Assentados (PR) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em quatro Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Para isso, foram traçados objetivos específicos, a saber:

- a) Sistematizar e aprofundar estudos e experiências realizadas no acompanhamento de cooperativas de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, voltados para implementação de novos modelos de gestão tecnológica para atendimento às demandas da agricultura familiar, em cinco cooperativas de produção agropecuária: COOPAN, COOPTAR, COOPERUNIÃO, COOPCAL e COPAVA;
- b) Acompanhar, de forma participativa, a implementação de estratégias para o desenvolvimento, nas nove cooperativas de produção agropecuária, na Loja da Reforma Agrária (SP) e na Cooperativa Central dos Assentados, do Estado do Paraná;
- c) Analisar quais são os fatores determinantes de sucesso e de fracasso econômico-social ou reformulação de estratégias de cooperativas de reforma agrária e como a organização interna da produção e do trabalho destas cooperativas contribui para este resultado. Estudo desenvolvido em quatro cooperativas: COOPAN, COPAEL, COPAVA e COPANOSSA;

⁵ COCAMP (SP)- Coop. de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema Ltda.; COPAVI (PR)- Coop. de Prod. Agropecuária Vitória Ltda; COOPCAL (PR) - Coop. de Agrop. Camponesa Ltda; COPAEL (RS)- Coop. de Prod. Agrop. Eldorado Ltda; COOPTAR (RS)- Coop. de Prod. Agrop. Cascata Ltda; COOPAN (RS) - Coop. de Prod. Agrop. Nova Santa Rita; COOPERUNIÃO (SC)- Coop. de Prod. Agrop. União do Oeste; COPANOSSA (SP) - Coop. de Prod. Agrop. N. Sra. Aparecida; COPAVA (SP)- Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida.

- d) Analisar os impactos econômicos, sociais, políticos, agrícolas e ambientais que assentamentos de reforma agrária localizados no Pontal do Paranapanema (SP), Itapeva (SP) e Paranacity (PR) contribuem para um desenvolvimento local sustentável;
- e) Analisar as especificidades de mercados de cinco cooperativas e uma associação: convencionais -COOPAN, COOPTAR; orgânicos - COOPERUNIÃO, COPAVI e COOPCAL; solidários e éticos - Loja da Reforma Agrária (SP) e Cooperativa Central dos Assentados do Estado do Paraná (PR);
- f) Analisar, através da história de vida e ocupacional, os impactos, em termos de condições de vida, condições de trabalho e relações de trabalho para famílias assentadas, em termos comparativos com a qualidade de vida destas famílias, existente antes do empreendimento. Estudos empíricos na COPAVA (SP) e COCAMP (SP) com 5% dos sócios;
- g) Analisar os desafios existentes e quais as perspectivas para as cooperativas de reforma agrária no país.

A definição da problemática ou da demanda dos produtores e cooperados, da ação e da avaliação foram resultado de reuniões, debates e seminários com a presença de todos os pesquisadores, incluindo o coordenador geral do Programa de Acompanhamento das Empresas Sociais da CONCRAB, do Secretário geral desta entidade, dentre outros. Através dessa metodologia, os pesquisadores buscaram desempenhar um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas. Foi necessário, por parte dos pesquisadores, o cuidado para que houvesse reciprocidade por parte dos produtores agrícolas, evitando-se assim, substituir a atividade própria dos grupos sociais e suas iniciativas. Para isso, procurou-se definir com precisão quais seriam as ações, os seus agentes, seus objetivos e obstáculos e, por outro lado, quais seriam as exigências de conhecimento a serem produzidos em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram as mais diversas, desde a aplicação de entrevistas, questionários, análise de documentos, observações participantes, diários de campo, história ocupacional e de vida. Este processo foi documentado através de fotografias digitalizadas.

O grupo de pesquisa atuou em vários planos. No primeiro, o da formação acadêmica, em particular de três doutorandas e um doutorando. No segundo plano, a

pesquisa como intervenção social direta atendendo às demandas dos produtores de algumas cooperativas. No terceiro, o de formação de produtores agrícolas, assessores, técnicos e dirigentes de cooperativas. E no quarto têm-se as atividades diretamente relacionadas ao grupo de acompanhamento das cooperativas da CONCRAB, através da parceria entre o grupo de pesquisa da UFSCar e a equipe técnica e de assessores da CONCRAB.

Dentre os resultados obtidos tem-se, além desta tese de doutorado:

- Tese de Doutorado, *Empreendimentos Econômicos Solidários*: alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica, de autoria de Ana Rita Galla, defendida junto ao Departamento de Engenharia de Produção, da Universidade Federal de São Carlos, 2003.
- Tese de Doutorado, *Cooperativismo em Assentamentos de reforma agrária*: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista, de autoria de Márcia Regina Vazoller, defendida junto ao Departamento de Engenharia de Produção, da Universidade Federal de São Carlos, novembro de 2004;
- Tese de Doutorado, *Dinâmica do Comércio Justo, Associativismo e agricultura familiar no complexo agroindustrial citrícola brasileiro*, de autoria de Gilmar Laforga, a ser defendida junto ao Departamento de Engenharia de Produção, da Universidade Federal de São Carlos, defesa marcada para fevereiro de 2005;
- Conjunto de artigos e declarações de apresentação e publicação em congressos nacional, internacional e uma revista indexada;
- Arte Final das novas embalagens dos Produtos Terra & Frutos;
- Seis produtos da reforma agrária com as novas embalagens desenvolvidas pela equipe de pesquisadores e prestadores de serviço técnico especializado (arte final em CD-ROM);
- Novo folder Institucional da CONCRAB elaborado pela equipe (arte final em CD-ROM);
- Apostilas *Comercialização e Mercados*: estratégia para a inserção dos produtos da reforma agrária nos mercados nacionais e internacionais e *Economia e Mercado*: conceitos básicos sobre marketing e prática de pesquisa de mercado, utilizadas no Curso de Especialização em Administração de Cooperativas –

CEACOOOP e no Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), turmas VIII e IX.

1.5 Metodologia

Primeiramente, delimitou-se como objeto de estudo desta Tese a região do Pontal do Paranapanema, por concentrar, nos anos 90, o maior número de assentamentos de reforma agrária do país. Até maio de 2001, a região do Pontal do Paranapanema possuía 88 assentamentos rurais, com 5451 famílias assentadas numa área de aproximadamente 132.654 hectares, distribuídos em 16 municípios. Destes, Mirante do Paranapanema detinha o maior número de assentamentos (32% do total), seguido por Teodoro Sampaio (18%) e Euclides da Cunha Paulista (10%). Juntos, esses municípios representavam cerca de 60% do total de assentamentos da região. Considerando o número total de famílias assentadas, Mirante do Paranapanema possuía 1242 famílias, seguido por Euclides da Cunha, com 1140 famílias e Teodoro Sampaio, com 657 famílias. Nas delimitações desses três municípios estavam presentes cerca de 56% do total das famílias assentadas no Pontal do Paranapanema.

Entre as cidades de Euclides da Cunha Paulista e Rosana estava instalado, em 2001, o segundo maior assentamento do país, denominado Gleba XV, com 572 famílias. Somente perdia em número de famílias para o assentamento Reunidas, no município de Promissão (SP), com 626 famílias assentadas (base: maio de 2001). Assim, para a pesquisa de campo foram escolhidas as cidades de Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista, por conterem o maior número de assentamentos, bem como a cidade de Rosana, por englobar o assentamento Gleba XV. Outro fator importante é que do total de 24.192 habitantes (IBGE, 2000), Rosana possuía uma população urbana de 6189 e rural de 18.003 habitantes, configurando-se como uma cidade predominantemente rural.

A fim de verificar a presença de modificações ocorridas, fez-se necessário comparar os municípios com assentamentos e municípios que não possuíam assentamentos de reforma agrária. Conforme delimitação administrativa do governo do Estado de São Paulo⁶, fazem parte da Região de Governo de Presidente Prudente 31

⁶ O governo do Estado de São Paulo é dividido em 14 Regiões Administrativas (RA), a saber: Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana da Baixada Santista, São José dos Campos, Sorocaba,

municípios⁷, sendo que destes, 16 não possuíam assentamentos de reforma agrária em janeiro de 2001, a saber: Alfredo Marcondes (3.697 habitantes), Álvares Machado (22.622 habitantes), Anhumas (3.411 habitantes), Caiabu (4.077 habitantes), Emilianópolis (2.893 habitantes), Estrela do Norte (2.625 habitantes), Iepê (7.257 habitantes), Indiana (4.932), Nantes (2.269 habitantes), Pirapozinho (20.695 habitantes), Presidente Prudente (189.186 habitantes), Regente Feijó (16.977 habitantes), Santo Anastácio (20.770 habitantes), Santo Expedito (2.526 habitantes), Taciba (5.221 habitantes) e Tarabai (5.786 habitantes). Dessas cidades, somente Álvares Machado, Pirapozinho, Presidente Prudente, Regente Feijó e Santo Anastácio possuíam população superior a 10.000 habitantes.

Assim, no trabalho estipulou-se comparar 4 municípios com elevado número de assentamentos de reforma agrária e 4 municípios da região, onde não existiam assentamentos de reforma agrária e cujos números populacionais fossem semelhantes para que pudessem ser realizadas as comparações. Para fins analíticos ficaram estipulados os seguintes grupos: Teodoro Sampaio e Pirapozinho, Euclides da Cunha Paulista e Regente Feijó, Rosana e Álvares Machado, Mirante do Paranapanema e Santo Anastácio. As comparações também foram feitas em termos de grupos de municípios com e sem assentamentos. As variáveis escolhidas foram as seguintes:

- * Faixas de renda dos ‘chefes’ de família; estrutura do emprego e desemprego local.
- * infra-estrutura coletiva: coleta de lixo, saneamento básico (água, esgoto), energia elétrica (consumo residencial, comercial e industrial), transporte coletivo, situação habitacional, sistemas de segurança, telefonia.
- * sistema de ensino: número de creches, escolas, número de crianças/jovens matriculados, taxa de alfabetização, evasão.

Campinas, Região Metropolitana de Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Região Central, França. As RAs, por, são subdivididas em Regiões de Governo (RG). A RA de Presidente Prudente é composta por 03 RGs - RG de Adamantina, RG de Dracena e RG de Presidente Prudente. Esta última, de Prudente, engloba 31 municípios.

⁷ Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai, Teodoro Sampaio

* indicadores demográficos: nascimentos, mortalidade infantil, longevidade, esperança de vida ao nascer, saldos migratórios, porcentagem do crescimento vegetativo.

* finanças municipais: fontes de recursos e despesas.

* atividades econômicas: estabelecimentos comerciais, industriais, agências bancárias e serviços de comunicação.

O passo seguinte foi a realização de visitas técnicas aos municípios de Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha, Rosana e Mirante do Paranapanema, no período de 18 a 22 de abril de 2002, objetivando entrar em contato, nas respectivas cidades, com os representantes dos assentados que foram considerados ‘chaves’ para avaliar as várias hipóteses de impactos dos assentamentos de reforma agrária nas respectivas cidades. A partir destas visitas, foi elaborado um formulário de entrevista aplicado na pesquisa de campo do doutorado, realizada entre os dias 13 e 24 de julho de 2002. Como a tese faz parte do Projeto de Pesquisa intitulado *Dinâmica Organizacional e Produtiva em Cooperativas de Reforma Agrária: diagnósticos, implementação de estratégias para o desenvolvimento e perspectivas*, já descrito no item 1.4, o questionário englobou também perguntas utilizadas pelo grupo de pesquisa. O questionário encontra-se no apêndice B.

O tamanho da amostra da pesquisa deveria ser consistente com os objetivos específicos da tese de doutorado e do grupo de pesquisa. Assim, decidiu-se aplicar os questionários, em julho de 2002, com base no número de assentamentos por cidade. Em Euclides da Cunha (8 assentamentos) e Rosana (2 assentamentos) foram aplicados 1 questionário por assentamento e em Teodoro Sampaio (16 assentamentos) e Mirante do Paranapanema (25 assentamentos⁸) iriam ser entrevistadas 2 famílias por assentamento. Porém, como a Gleba XV de Novembro, situada entre Euclides e Rosana, possuía o maior número de assentados na região, foram entrevistadas 2 famílias, sendo uma que trabalhava com pecuária e outra com agricultura.

Na pesquisa de campo constatou-se que, entre os assentamentos oficiais informados pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), as glebas Vale Verde, Santa Rita da Serra, Haiadéia, Santa Vitória, Cachoeira do Estreito e Santo Antônio dos Coqueiros, pertencentes a cidade de Teodoro Sampaio, eram consideradas

⁸ 25 assentamentos definitivos e 3 provisórios.

pelos assentados bem como pelo MST local, como um único assentamento, uma vez que as áreas estavam anteriormente sob o domínio de uma única família. Assim, nesses locais foram aplicados questionários conforme a média do número de famílias assentadas: nos dois primeiros - Vale Verde e Santa Rita da Serra, com média de 45 famílias, foram aplicados 2 questionários por assentamento e nos demais, com média de 25 famílias por área, foi aplicado 1 questionário por assentamento. Já nos assentamentos de Córrego Azul (Teodoro Sampaio) e nos assentamentos Santana, Nossa Senhora Aparecida, Washington Luis e Santo Antônio, de Mirante do Paranapanema, dado o baixo número de famílias assentadas (entre 9 a 17 famílias), foi aplicado um questionário por assentamento.

Em Mirante do Paranapanema, devido a dificuldades climáticas⁹, não foram aplicados questionários nos assentamentos de Santa Carmem, Novo Horizonte, Marco II, Santo Antônio, Santa Apolônia, Vale dos Sonhos. Contudo, conseguiu-se percorrer todos os assentamentos de Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha, Rosana e cerca de 75% dos assentamentos de Mirante do Paranapanema. Acredita-se que os 25% restantes não irão distorcer a amostragem pois constatou-se que, apesar da grande heterogeneidade das histórias de vida dos assentados do Pontal do Paranapanema, existia homogeneidade no que diz respeito às atividades comerciais das famílias assentadas bem como os gastos com alimentação e locais de compras. No total foram aplicados 73 questionários, sendo 8 em Euclides da Cunha, 2 na Gleba XV (Euclides/Rosana), 2 em Rosana, 27 em Teodoro Sampaio e 34 em Mirante do Paranapanema. A relação dos assentamentos visitados e os dados estatísticos encontram-se, respectivamente, no anexo A e no apêndice A.

Foi necessário também identificar a atuação dos movimentos sociais no que se refere à políticas públicas municipais e luta pela melhoria da qualidade de vida da população. Para isso, analisou-se o histórico das condições de ocupação, produção, relações sociais e políticas antes e após a formação dos assentamentos. Também considerou relevante verificar as intervenções do Estado na região, sejam através de regulamentação fundiária, desapropriações, linhas de créditos, assistência técnica. Por isso, a pesquisa foi feita com base num histórico de 1993 a 2001. Não foi possível

⁹ Ocorreram fortes chuvas, impedindo a circulação entre os assentamentos, dada a precariedade das estradas internas.

analisar a situação no período anterior a 1993 pois não existiam dados dos municípios de Euclides da Cunha Paulista e Rosana, anteriormente distritos de Teodoro Sampaio. As principais fontes da pesquisa foram: os Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os cadastros municipais; documentos das secretarias municipais de planejamento, educação, saúde e assistência social e informações sobre índice de desenvolvimento humano. Para cada indicador foi feita a comparação entre municípios com assentamentos e sem assentamentos. Adicionalmente, quando possível, a análise ocorreu entre o conjunto de municípios com assentamentos e o bloco de municípios sem assentamentos.

1.6 A Estrutura da Tese

Certamente, na análise acerca dos impactos que os assentamentos de reforma agrária geraram e/ou estão gerando na região do Pontal do Paranapanema, deve-se levar em conta que a grande maioria dos assentamentos surgiu a partir de 1995, com a pressão exercida pelos Movimentos de Trabalhadores Rurais e ainda não estavam, em 2004, consolidados como os assentamentos mais antigos de Promissão (SP). Este trabalho pretendeu verificar os primeiros resultados alcançados até 2003. Em trabalhos futuros pretende-se acompanhar a evolução dessa região.

No tocante à estrutura, primeiramente, realizou-se uma revisão bibliográfica com autores clássicos acerca da estrutura agrária brasileira, numa perspectiva histórica, com ênfase na concentração fundiária para posteriormente adentrar na problemática do desenvolvimento local, regional e rural. Posteriormente, discorreu-se sobre a evolução da região do Pontal do Paranapanema até tornar-se palco de disputa pela posse das terras griladas. No capítulo seguinte, foi feita uma revisão das pesquisas realizadas em assentamentos do Pontal do Paranapanema para a seguir, apresentar os resultados de pesquisa de campo desta tese e a relação entre desenvolvimento local e assentamentos. No capítulo 5, apresentou-se os resultados da análise comparativa dos 4 municípios com assentamentos e os 4, sem assentamentos. E por fim, têm-se as considerações finais obtidas pelo trabalho.

2 ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA REVISITADA E CONCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma análise teórica sobre o processo histórico de concentração de terras e de renda no Brasil, discussão sobre a importância de se implantar uma efetiva reforma agrária no país bem como a problemática do desenvolvimento local/regional segundo diversas vertentes.

2.1 Estrutura fundiária numa perspectiva histórica

A estrutura agrária brasileira teve suas raízes no processo de ocupação do solo brasileiro pelos colonizadores portugueses. A abundância de terras e o clima tropical ou subtropical foram características determinantes na formação de grandes unidades de exploração, as chamadas capitânicas hereditárias. Desprovido de um tesouro indígena a saquear ou de minas de metais preciosos de fácil localização, a plantação surgiu como a única forma de valorização das terras descobertas. Dentro desse contexto, a exploração econômica das sesmarias, frente às circunstâncias do mercado mundial, e à subordinação da Colônia a Portugal, impuseram o cultivo de um só produto, no caso a monocultura da cana-de-açúcar, que se desenvolveu com a exploração da mão-de-obra escrava trazida da África.

A abundância de terras e o controle do acesso às terras de mais fácil exploração permitiram ao sistema atravessar a crise da abolição do trabalho escravo, permanecendo intacta a estrutura agrária. Formou-se o quadro que dominou a economia brasileira durante séculos: grande propriedade monocultora, base de exploração escrava e voltada para o exterior. Assim, nas palavras de Celso FURTADO (1972, p. 93):

“Nunca se insistirá suficientemente sobre o fato de que a implantação portuguesa na América teve como base a empresa agrícola-comercial. O Brasil é o único país das Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola. Não se trata, como na América Hispânica, de conquista. Pouco havia a conquistar ou a pilhar. (...) Tampouco houve, como nas Antilhas francesas e inglesas, a prevalência dos objetivos políticos, que justificaram os subsídios estatais aceleradores da formação de colônias de povoamento que, nessa região, precederam de cerca de meio século a penetração do açúcar”.

Na visão de Manuel Correia de ANDRADE (1987, p. 6):

“O Brasil diferiu, assim, de outras colônias portuguesas, espanholas e holandesas, que se tornavam rentáveis apenas com o saque das riquezas encontradas, com as presas de guerra e com a atividade comercial. Os portugueses foram os primeiros colonizadores a empregar o capital, em larga escala, na instalação e na exploração da empresa agrícola. Para isso, necessitaram manter povos submetidos pela força, destruir e dizimar os grupos que se opunham à escravidão e controlar, de forma seletiva, o acesso à propriedade da terra”.

As conseqüências desse tipo de ocupação na concepção do referido autor foram: formação de uma sociedade sem liberdade, figurando como uma espécie de mercadoria e onde a concentração de terras, levada ao extremo, impedia que pobres livres tivessem acesso à terra visando até a produção para subsistência. Segundo FURTADO (1972) e PRADO JÚNIOR (1970), o único diferencial foi na região sul do país onde, a partir de 1830, o governo central iniciou um plano de povoamento com imigrantes europeus. Tal fato ocorreu porque a região não era propícia para a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, como a cana-de-açúcar. Contudo, o sul do território era contestado pela Espanha. Daí a necessidade de ocupá-lo. As famílias, geralmente de origem alemã ou italiana, recebiam na primeira fase 75 hectares, reduzindo-se as doações em fase subsequente a 25 hectares. O crescimento demográfico acarretou a redução do tamanho médio dos lotes, sendo parte deste crescimento absorvido pela criação de novas zonas de colônias. O clima da região favorecia os europeus e o sul tornou-se um pólo de atração para as correntes migratórias. Formou-se, no local, um conjunto de pequenas propriedades fundamentadas na agricultura familiar.

Assim, sendo a estrutura agrária brasileira, de modo geral, baseada na concentração de terras, o tema reforma agrária e mudança na estrutura agrária foram temas recorrentes na história do Brasil. No início do século XIX, já se preconizavam idéias de reforma da estrutura fundiária brasileira. Um dos maiores precursores da ordem burguesa, José Bonifácio de Andrada e Silva, propôs, mesmo antes da Independência do Brasil, em 1822, a fixação de uma área máxima para as propriedades rurais, a partir da qual seriam desapropriadas - total ou parcialmente - segundo o grau de aproveitamento dessas terras. Essas áreas desapropriadas deveriam ser retaliadas e vendidas para que originassem unidades familiares de produção. Posteriormente, a idéia

de submeter o direito de propriedade da terra agricultável a seu aproveitamento produtivo foi sucessivamente derrotada pela ação dos latifundiários.

Com a extinção do regime de sesmarias, que ocorreu a partir do fim do período colonial, não surgiu de imediato nenhuma legislação sobre a posse da terra, favorecendo o surgimento de pequenos estabelecimentos via ocupações. Contudo, os grandes latifúndios ainda permaneceram dominantes (GRAZIANO DA SILVA, 1980). Em meados do século XIX, começou a declinar o regime escravocrata. No ano de 1850, o país aboliu o tráfico negreiro. Isso fez com que os barões do café pressionassem o governo a promulgar, no dia 18 de setembro do mesmo ano, a Lei nº 601, encerrando, do ponto de vista legal, o regime de posse (GRAZIANO DA SILVA, 1978). Tal lei, denominada Lei de Terras, passou a admitir a transmissão da propriedade apenas via sucessão ou compra e venda. Em várias regiões de ocupação antiga, sob formas de uso tradicional da terra, o governo imperial do Rio de Janeiro fazia exigências de apresentação de títulos.

“Ora, para imensos contingentes iletrados da população, no mais das vezes seriamente apegados às formas tradicionais de cooperação nas fainas agrícolas, a legislação emanada do Rio de Janeiro não possuía qualquer sentido (...). As conseqüências eram, evidentemente, catastróficas. Os grandes senhores, principalmente de gado, vindos do litoral, conseguiam registrar em cartório amplas áreas de terra, já que não se reconheciam as posses tradicionais e as formas de ocupação comunitárias, conseguindo em seguida, através de incrível violência, expropriar camponeses e índios” (LINHARES & SILVA, 1999, p. 61).

Como destaca FAORO (1991), graças à lei, a propriedade particular extremou-se da terra devoluta, gozando a primeira, além de um título certo para garantia de sua empresa, de um registro paroquial, embrião capaz de separar o senhor de terras do mero pretendente ao usucapião. A valorização das terras, no decorrer do surto da expansão cafeeira pelo Vale do Paraíba, mostrou a que e a quem serviu a existência desse estatuto legal. Nesse processo, os posseiros, até então pouco molestados, foram repudiados pelos velhos proprietários, que lançaram mão de todos os recursos administrativos e judiciais para defenderem suas propriedades. Dessa luta, a vitória coube aos senhores das sesmarias. Os pequenos posseiros não podiam sustentar por muito tempo a luta com poderosos adversários possuidores de amigos influentes,

recursos para pagar advogados e tempo para viagens à sede do município. A Lei de 1850 não lograra, inspirada pelo povoamento e colonização, compensar, pela pequena propriedade, o rumo expansionista do latifúndio. Reforçava, contudo, à margem das sesmarias, algumas posses voltadas à grande extensão (FAORO, 1991). As medidas tomadas para expulsar os trabalhadores das suas terras, desconhecendo qualquer forma de posse que não fosse através da compra, deveriam garantir um contingente de trabalhadores que substituíssem os escravos (LINHARES & SILVA, 1999).

“O fechamento do acesso dos pobres à terra era a garantia fundamental da hegemonia plantacionista. A desigualdade da propriedade deveria ser a base para a pretensa igualdade política apregoada na constituição da República (...). A República, que surgira sem povo, ia aos poucos se desfazendo dos ideais republicanos” (LINHARES & SILVA, 1999, p. 74).

MARTINEZ (1987, p. 19) salienta que:

“Estava claro para todos que o acesso à propriedade da terra só era admitido aos que pagassem por ela, comprando-a de seus legítimos proprietários. As contendas em torno de heranças e grilagens de terra entre os membros das camadas dirigentes eram resolvidas pacificamente. Às vezes, quando ocorriam disputas violentas entre essas camadas, os pobres só entravam como jagunços, matando e morrendo pela propriedade dos ricos (...) As ocupações de terras por trabalhadores eram consideradas crime e reprimidas, fossem elas propriedades particulares ou estatais, incluindo nesta última categoria as terras devolutas.”

Em 1888, a maioria dos fazendeiros ligados ao Estado Imperial tinha por objetivo a ampliação da lavoura cafeeira e a recuperação do poder e prestígio que havia alcançado no apogeu do Império. Os desencontros vinham do modo pelo qual eles deveriam seguir a fim de atingir seus objetivos. A parcela majoritária dos fazendeiros ligados ao Vale do Paraíba fluminense e à Zona da Mata mineira exigia a indenização e mostrava-se cética quanto ao uso de trabalhadores europeus, principalmente no que se refere a darem conta das tarefas desempenhadas pelos escravos. Mostravam-se também preocupados com os conflitos entre negros e brancos que poderia surgir com o fim da escravidão. Taís grupos de fazendeiros possuíam grande prestígio junto ao Trono. Contudo, os setores que já haviam realizado os ajustes necessários e investido na

modernização de suas atividades não queriam financiar os setores mais atrasados, através de subsídios pagos pelo Império.

Já para os setores em expansão, as atividades como imigração, novas tecnologias e obras de infra-estrutura eram altamente atraentes. Como a política de indenização foi rejeitada nacionalmente e temendo o setor agrário conservador, o Gabinete de Ouro Preto formulou o Projeto de Auxílio à Lavoura. Era um empréstimo no valor de 86 mil contos, o equivalente à quarta parte de todo o Orçamento Imperial de 1889, obtidos junto à tradicional casa de banqueiros *Rotschild* em Londres. Esse dinheiro foi colocado à disposição dos setores agrários em crise, com juros garantidos pelo governo e prazo de cinquenta anos para pagar. Com essa política, o visconde de Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo procurava atingir dois objetivos: manter o apoio da velha elite agrária ao Império, evitando o crescimento da maré republicana e, reativar a economia fluminense e mineira, em contraponto à ascensão paulista. As medidas de salvação da monarquia, contudo, vieram tarde. Nas palavras de LINHARES & SILVA (1999, p. 70):

“Em grande parte a adesão majoritária dos fazendeiros paulistas à República não se explica por terem sido contrariados com a extinção da escravidão, como querem muitos, e, sim, por estarem sendo contrariados com a política imperial de indenização disfarçada paga à lavoura fluminense”.

2.2 República Oligárquica (1889-1930)

O período de 1889 até a Revolução de 1930 caracterizou-se pelo domínio absoluto das oligarquias agrárias na cena política brasileira. Com o advento da República, Ruy Barbosa, Ministro das Finanças, cancelou o Projeto de Auxílio à Lavoura, visando criar um Banco Hipotecário Nacional, cuja função principal seria constituir a propriedade hipotecável da terra, tendo como modelo o campo americano. Para tal, era necessário criar um registro geral de terras, que incluísse sua extensão e benfeitorias e que serviria como de garantia para os empréstimos tomados pelos proprietários de terra. Havia também a possibilidade da cobrança de um imposto territorial rural. Contudo, no Brasil, desde o século XVII, os latifundiários haviam conseguido dos governos o compromisso de que as terras não seriam utilizadas para o

pagamento de dívidas e, mesmo quando tal era permitido, conseguiam que a penhora recaísse nas colheitas e nos animais e nunca nas terras.

“Tal proposta representava, em verdade, uma ruptura radical com o passado agrário brasileiro: uma rejeição dos interesses fundiários como hegemônicos, a intangibilidade da propriedade fundiária e a subalternização do capital (representado, no caso, pelos bancos)” (LINHARES & SILVA, 1999, p. 71).

O novo regime havia sido implantado graças a uma ampla aliança entre os setores agrários novos, em especial a cafeicultura de São Paulo, os grupos urbanos emergentes (funcionários públicos, militares, jornalistas e professores) e as oligarquias agrárias do Sul, historicamente republicanas. Por isso, a estabilidade e a consolidação da República dependia do comportamento desses agentes. O projeto de Ruy Barbosa reunificou todas as posições existentes no interior do bloco agrário, levando os setores mais atrasados a abandonar de vez a idéia da criação do Banco Hipotecário Nacional e a se colocarem sob a direção dos setores novos e mais dinâmicos da agricultura. Contra esse projeto modernizante da estrutura agrária brasileira surgia uma nova proposta dos setores agrários conservadores: crédito fácil, redução dos impostos de exportação, estabilidade financeira e cambial e obras de infra-estrutura, principalmente em portos e ferrovias. Cedendo a pressões lobistas, o governo iniciou um amplo projeto de estabilização do preço de café, numa operação de defesa dos interesses econômicos dos cafeicultores. Daí o Convênio de Taubaté, de 1906, reunindo os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Homens como Joaquim Murinho e Pandiá Calógeras substituíram Ruy Barbosa na realização da política plantacionista de estabilização republicana.

“Os itens mais avançados da pauta abolicionista e republicana, como a mobilização e tributação da propriedade fundiária, um vigoroso programa de incorporação dos negros à nação, através do sistema de ensino e da distribuição de lotes de terras, bem como o desenvolvimento industrial, eram abandonados pelas elites vitoriosas. Para estas a intangibilidade da propriedade fundiária substituíra a escravidão como base de um verdadeiro programa de vida. Em 1885-1888, quando se discutia a abolição, inúmeros deputados acusavam os abolicionistas de comunistas. Agora comunistas eram aqueles que propunham uma reforma fundiária” (LINHARES & SILVA, 1999, p. 74).

Nesse momento, a intangibilidade da propriedade representava uma negação ao imposto territorial. Qualquer cadastro que o viabilizasse e qualquer programa de distribuição de terras para libertos, pobres ou imigrantes era rapidamente contestado.

Na Velha República, o poder dos coronéis foi não apenas consolidado, mas ampliado com a *política dos governadores*, desenvolvida a partir do governo Campos Sales (1898-1902). Essa política transferiu grande parcela do poder para os governadores, eleitos, na sua maioria, por meio de fraudes, contando com o apoio de coronéis do interior. O sistema de dominação era mantido tanto pela força bruta como pela pregação ideológica. A burguesia urbana, embora com interesses às vezes conflitantes com os dos latifundiários, não tinha condições de formar uma forte oposição ao sistema de dominação. Intensificaram em vários lugares do Brasil, formas de exploração dos trabalhadores agrícolas, formados na maioria por ex-escravos. Daí o desenvolvimento de diversos sistemas de exploração: meação, arrendamento, prestação de serviços gratuitos, dentre outros, em troca de uso de pequenas porções de terra. ANDRADE (1987) coloca que a revolta contra essas formas de exploração foi realizada pelos agricultores e homens do campo, através das mais variadas formas de luta, desde o banditismo social, em que se destacou a figura de Lampião, até os movimentos classificados de *fanáticos*, como o de Canudos, na Bahia, do Contestado, nos Estados de Paraná e Santa Catarina, e o do Caldeirão, no Ceará. A realização de uma reforma agrária teria solucionado o problema de inúmeras famílias, sem terra e sem trabalho. Resolveria também muitos problemas econômicos e sociais do Nordeste que se empobrecia com o deslocamento do eixo econômico para os Estados do sudeste. Mas, a solução preferida foi o massacre de toda aquela população (MARTINEZ, 1987).

“Todos esses movimentos, realizados sob a capa ideológica da religião, mas consolidados na posse e no uso comunitário da terra, reagiram, de forma violenta, os governos ligados aos grupos dominantes, destruindo-os e evitando que se desenvolvessem, em pontos diversos do País, formas comunitárias, não-alienadas, de exploração e uso da terra” (ANDRADE, 1987, p. 9).

Nos Estados em que havia terras a ocupar e sobretudo onde havia expansão da cultura de exportação como café, os republicanos procuraram desenvolver uma política de atração de colonos europeus para substituírem a mão-de-obra escrava,

deixando que negros e mulatos, nas áreas menos dinâmicas, ficassem trabalhando em sistemas de parcerias ou desenvolvessem culturas de subsistência para os grandes proprietários. “*Daí a marginalização dos caiçaras do litoral paulista, no momento em que a mão-de-obra européia era largamente utilizada nos cafezais, que se expandiam para o oeste* (ANDRADE, 1987, p. 40). A grande extensão territorial, a baixa densidade demográfica e a vigência da Lei das Terras, de 1850, favoreciam a formação de grandes latifúndios subutilizados, onde grandes porções eram ocupadas com estabelecimentos esparsos de moradores, que deles dependiam econômica, social e politicamente. Nesse contexto, a pequena propriedade dificilmente subsistia próxima ao latifúndio, pois este facilmente expandia seu domínio, ora forçando a venda por parte dos pequenos proprietários, ora expulsando-os das glebas que exploravam.

“Uma prática muito usada pelos latifundiários era a de soltar o gado nas plantações dos pequenos produtores, quando se aproximava a época da colheita, provocando a ruína destes. O pequeno produtor não tinha a quem recorrer para pedir providências, uma vez que os grandes proprietários tinham o controle do poder político-administrativo. Quando os moradores ensaiavam alguma resistência, jagunços eram utilizados para expulsá-los ou assassiná-los. Desse modo, a grande propriedade se manteve e se expandiu em função do poder e da violência dos seus proprietários” (ANDRADE, 1987, p. 40).

A situação também se refletiu na primeira Constituição republicana, de 1891, que estabeleceu, em seu artigo 73, § 17, que “*O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, mediante indenização prévia*”. Até certo ponto, esse dispositivo constitucional manteve-se igual ao instituído na Constituição imperial de 24 de março de 1824, que consistia na exigência da indenização prévia, em dinheiro. Isso foi o grande empecilho a qualquer política de reforma do sistema fundiário. Assim, o latifúndio, com o respaldo constitucional e legal, podia expandir-se largamente pelo espaço geográfico, desde que as condições econômicas o estimulassem. Nas áreas mais dinâmicas, como aquelas dedicadas à cafeicultura, à agroindústria açucareira e à cultura do cacau, logo foram sendo adotadas relações de trabalho que levaram o pequeno produtor a tornar-se um assalariado. O café possibilitou, quando novo, a formação de culturas intercalares, dando ensejo ao desenvolvimento do colonato, ao passo que nas áreas canavieiras, dada a capacidade industrial dos velhos engenhos, os trabalhadores assalariados ou recebiam

seu salário em moeda e/ou em área para cultura de pequenos roçados. Nas áreas menos dinâmicas, onde as terras eram abundantes e faltava mão-de-obra, surgiram outras formas de relações, como o arrendamento de pequenos sítios, a parceria e a concessão de terras pelo escambo da produção, conforme exposto nos escritos de Manoel Correia de ANDRADE (1987, p. 42):

“Nos grandes babaçuais do Maranhão, os fazendeiros interessados sobretudo pela pecuária extensiva, criavam o gado solto, identificando os animais pela marca ou pelo ferro, e permitiam que caboclos se estabelecessem em seu domínio, mas os obrigavam a fazer a colheita ou a apanha do babaçu. O coco apanhado era cortado pelo caboclo, e as amêndoas, vendidas ao proprietário através de pequenos armazéns que este mantinha junto ou nas proximidades de sua residência. O preço da amêndoa e o controle do peso eram feitos pelo proprietário, que pagava o valor da produção em mercadorias que o caboclo necessitava adquirir, como charque, pólvora, querosene, etc. O caboclo vivia em uma economia amonetária, sendo, naturalmente, superexplorado pelo proprietário, que baixava o preço da amêndoa e do babaçu e elevava o dos produtos que o caboclo adquiria”.

Nesse contexto descrito pelo autor em questão, o proprietário alegava que o caboclo era beneficiado por receber a sua proteção, a autorização para construir o seu rancho na propriedade e pelo direito de plantar produtos alimentares, sobretudo a mandioca. Nesse sistema de dependência servil, o caboclo era impedido de se transferir de uma propriedade para outra, pois na contabilidade do fazendeiro ele sempre estava em débito e somente poderia sair se saldasse sua dívida.

No período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a necessidade de produzir artigos manufaturados em substituição às importações, estimulou certa industrialização no Brasil. A própria aristocracia rural, formada pelos senhores de engenho do Nordeste, pelos barões do café de São Paulo e pelos grandes fazendeiros e pecuaristas, não teve como se opor. Capitais oriundos das exportações cafeeira, alguns investimentos estrangeiros, recursos brasileiros desvinculados da produção agrícola somados à mão-de-obra imigrante e incentivos governamentais deram origem ao capitalismo industrial brasileiro. Durante o período, discutia-se entre os intelectuais, principalmente no meio urbano e no Parlamento, sobre que rumos o país deveria seguir: a industrialização ou a manutenção da economia predominantemente agrícola.

Os impactos da guerra, as transformações no estilo de vida dos países europeus, principalmente inglês e francês - vencedores da guerra, o destaque dos Estados Unidos da América, em franca ascensão como potência mundial, o aumento das relações econômicas internacionais. Tudo isso repercutiu nos interesses das classes com maior poder aquisitivo da sociedade brasileira, que passaram a forçar as estruturas dominantes da economia e da política, tentando abrir espaço ao desenvolvimento das novas forças produtivas. Conseqüentemente, no início do século XX, o poder de mando dos senhores da terra - donos de engenho, pecuaristas e fazendeiros do café, constituintes da chamada *aristocracia rural* - teve que ser dividido com os capitalistas do comércio e da indústria, que se instalavam como nova forma de organização econômica. A divisão do poder econômico entre classes econômicas foi diminuindo à medida que as composições entre eles iam convergindo para certas identidades de interesses no controle da economia, da política e da sociedade. A massa trabalhadora do campo e das cidades, formada por pessoas de baixa renda e por donos de pequenos lotes de terra, que freqüentemente eram obrigados a prestar serviços assalariados para garantir a subsistência, não tinha voz ativa. A essa população não se reconhecia quase nenhum direito. Os imigrantes europeus tinham consciência de suas limitações sociais. Por isso, desde que começaram a chegar ao Brasil, em meados do século XIX, tinham como princípios economizar o máximo que pudessem para estabelecer patrimônio independente além de proporcionar estudo aos filhos.

2.3 Segunda República (1930-1964)

A Revolução de 1930 promoveu uma ruptura no sistema oligárquico então dominante e marcou a emergência política de novas camadas da população, principalmente da classe média e do operariado industrial urbano. O Movimento foi realizado através de uma aliança entre dissidentes da oligarquia então dominante e militares saídos da classe média, que haviam se levantado contra o poder formado. A sociedade brasileira que se estruturou a partir de então, caminhou para a conciliação dos interesses entre os principais segmentos dominantes. O Estado ditatorial que se implantou a partir de 1932, teve a função de avalista dessa conciliação. Na cúpula da sociedade, os detentores do poder econômico - grandes produtores, pecuaristas, industriais, comerciantes, banqueiros, etc. - diversificavam as suas aplicações. Um

grande proprietário agrícola tinha negócios na indústria e no comércio, da mesma maneira que aqueles que enriqueciam na cidade procuravam tornarem-se fazendeiros. A fusão de capitais dos diferentes ramos econômicos fortaleceu a solidariedade de classes entre os donos desses capitais.

Os diferentes capitalistas mostravam uma extraordinária unanimidade de opinião em alguns pontos, tais como: o direito de usar e dispor da mão-de-obra como melhor lhe conviesse. Além disso, os antigos e os novos donos do poder econômico tinham em mente que o direito à propriedade da terra somente deveria ser reconhecido aos que pagassem por ela, comprando-a de seus “legítimos” proprietários e que a massa trabalhadora não deveria ter acesso a nenhum tipo de propriedade que a emancipasse da condição assalariada (MARTINEZ, 1987). Na visão de REIS (1989), na coalizão de poder que apoiou o projeto getulista (1930-1945) de modernização “a partir do alto”, não havia espaço para a reforma agrária ou mesmo para a extensão aos trabalhadores rurais dos precários direitos sociais garantidos aos trabalhadores urbanos. O campo deveria prover alimento a baixo custo, mão-de-obra barata e matérias-primas para o dinâmico pólo urbano-industrial da economia. E o cumprimento dessas tarefas não deveria enfraquecer a posição de poder das elites agrárias. As relações de trabalho no campo precisariam permanecer inalteradas e, para atender a esse requisito conservador da coalizão de poder vigente, os camponeses deveriam ser mantidos fora da arena política.

Maria Yedda LINHARES e Francisco Carlos Teixeira da SILVA (1999, p. 103), por sua vez, consideram errôneo pensar que no governo Vargas somente foram priorizados o trabalho urbano e a participação operária. Para esses autores,

“ a tese básica vigente em alguns estudos, de que Vargas intervinha no mundo urbano do trabalho e calava-se frente ao campo - visando com isso garantir as bases da coligação reformista - autoritária que o alçara ao poder -, deve ser revista à luz de pesquisas voltadas exatamente para o papel da agricultura e do campo na política geral varguista”.

Consideram que Vargas marca com clareza o rompimento com a política agrícola da República Velha no seguinte discurso:

“O problema econômico pode-se resumir numa palavra - produzir. Produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de

artigos, para abastecer os mercados internos e exportar os excedentes das nossas necessidades. Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos, não só dos perigos da monocultura, sujeita a crises espasmódicas, como também das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários” (Getúlio Vargas, 1942, p. 115 in: LINHARES & SILVA, 1999, p. 106).

Na visão ainda de LINHARES & SILVA (1999), grande parte do esforço de organização e tutela do trabalho industrial desenvolvido por Vargas visava desenvolver uma massa urbana capaz de servir de mercado de consumo para bens não-duráveis, principalmente alimentos, base para a constituição de um mercado auto-sustentável. O mercado interno surgia como garantia para o desenvolvimento econômico além de defesa contra os efeitos adversos das flutuações econômicas internacionais, advindas com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. Desta forma, condenava-se o predomínio da política agrário-exportadora e o ônus das valorizações artificiais de produtos como o café, realizadas no período anterior, em benefício da interiorização do desenvolvimento. Para tal reajuste, era necessário que o governo interviesse, visando:

- * criar formas de estímulo ao mercado interno através de investimentos na infraestrutura viária, melhorias das rodovias e ferrovias, além de reaparelhamento dos portos;
- * estruturar uma política salarial única, evitando que o mercado livre provocasse um aumento dos salários da mão-de-obra especializada ou uma superoferta de trabalho que reduzisse os salários à níveis insignificantes;
- * incentivar a incorporação dos espaços vazios do país ao processo produtivo;
- * reunir os diversos núcleos demográficos isolados, que até então não eram considerados relevantes na determinação da contabilidade nacional do país.

Cabia ao campo brasileiro atender, de forma subordinada e dirigida pelo Estado, às necessidades que a nova regulamentação econômica exigia. Contudo, o novo Estado deveria evitar contrariar os interesses dos donos de indústrias e dos monocultores. A opção lógica era construir uma ampla base urbana e fabril e a partir das cidades, conquistar o campo. Nas palavras de LINHARES & SILVA (1999, p. 111).

“No momento em que os trabalhadores urbanos, em especial os industriais, são plenamente trazidos para o cenário da organização econômica - as ilhas de fordismo e keynesianismo a que se refere Lipietz - e política (comícios, marchas, festas cívicas, visitas, etc.), os camponeses são vistos como agentes políticos passivos, que deveriam sofrer a ação benfeitora do Estado sem ocuparem a cena política como protagonistas. Assim, o papel do campo no projeto maior de modernização varguista seria plenamente atendido; não seria possível garantir a modernidade industrial sem respostas efetivas do campo. (...) a capacidade de incorporá-los nos mesmos moldes da cidade era, ainda, restrita, levando o Estado a optar, num primeiro momento, por uma incorporação - e não pelo seu abandono - imaginário do trabalhador rural”.

Um primeiro passo visando incorporar o interior ao processo produtivo nacional foi dado com o Decreto sobre Terras Públicas assinado por Getúlio Vargas, em 1932. Através dele, o governo visava à promoção da colonização interna do país além da expansão das fronteiras agrícolas. via instalação de trabalhadores pobres, flagelados e retirantes das secas e de ex-reservistas, em grandes áreas de assentamentos agrícolas. Tais áreas seriam formadas pela reunião de pequenos lotes, em média 25 hectares, com previsão de uma reserva florestal em torno de 25% da área total da colônia, de uma escola e do estabelecimento de um sistema de cooperativas. Deste modo, sem se ocupar com a questão da terra nas áreas prósperas e já densamente ocupadas do eixo centro-sul, a atuação do Estado, a partir de então, voltou-se para os espaços vazios do centro-oeste, as áreas deprimidas do nordeste e a Amazônia.

Em 1933, o governo inicia a distribuição de lotes de terra, fruto da partilha de propriedades sob sua administração ou de terras da União. Como havia forte resistência ao processo de colonização, acabou por decretar a autorização de desapropriação de terras por utilidade pública, pela primeira vez no Brasil.

“Poderíamos, assim, dizer que a legislação agrária varguista marca claramente o surgimento de uma questão agrária no Brasil. Até então, o campo era tratado como a atividade natural, única possível do país; (...) agora, o campo passa a ter uma função, num programa ainda difuso, de desenvolvimento nacional. É um pouco mais do que isso: o campo, com seu homem tradicional, passa a ser visto como um problema, uma questão, a do obstáculo ao pleno desenvolvimento do conjunto do país (em virtude do atraso do campo). (...) nesse contexto, surge uma questão: como fazer o campo brasileiro ajudar e participar do desenvolvimento

nacional? Do ponto de vista político e do imaginário, nascia, aí, a questão agrária (LINHARES & SILVA, 1999, p. 126).

O decreto 24.606, também de 1933, extinguiu o sistema de arrendamentos de terras, inclusive das ordens e instituições religiosas. O Estado passou ainda a exigir o título de propriedade para a legitimação das posses e autorizava a desapropriação mediante o pagamento de quarenta vezes o valor do último foro pago, sendo este último um mecanismo criado para reduzir o preço da terra. Como o próprio setor agrário nunca consentiu em que se estabelecesse o valor venal dos imóveis e benfeitorias, o imposto ou foro pago era sempre muito baixo. Diante da intensa resistência, inclusive junto à Justiça, o governo reformou e republicou o decreto em 1941, proibindo o recurso ao poder judiciário, ficando a decisão final sobre as expropriações exclusivamente no âmbito do poder executivo. O valor da indenização foi reduzido para a variação de dez até vinte vezes o valor do último imposto pago.

A Constituição de 1934 deu um passo a frente sobre a de 1891, quanto à questão agrária. No artigo 113, afirmava-se que *“é garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercida contra o interesse social ou coletivo na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização”*. Também determinava, no artigo 121, que o trabalho agrícola fosse regulamentado, procurando *“fixar o homem no campo, cuidar da educação rural e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas”*. Estipulava, ainda, que cabia à União, juntamente com os Estados, promover a organização de colônias agrícolas, para onde deveriam ser encaminhados os trabalhadores desempregados e localizados em áreas marginais. Consagrava o usucapião em posses de até dez hectares, desde que a terra fosse devoluta e que a posse se tornasse produtiva com o trabalho do beneficiado. Estabelecia dispositivo sobre o imposto territorial rural para propriedades com menos de cinquenta hectares, consideradas como bem de família. Obrigava, no artigo 139, às empresas agrícolas que se localizassem distantes dos centros escolares, onde vivessem famílias, manterem escolas.

“Analisando-se esses dispositivos constitucionais à luz do pensamento dominante na época e do fraco ou inexistente poder de pressão das massas trabalhadoras rurais, observar-se-á que eles representavam uma

posição progressista. (...) Na época, os estudiosos da problemática agrária que combatiam o latifúndio propunham, como medidas para refrear os males que ele causava, apenas a criação de um imposto territorial progressivo que desestimulasse o interesse do proprietário em manter os grandes domínios improdutivos. Com isso, procurava-se desenvolver as propriedades médias e pequenas, visando evitar a proletização do homem do campo, através da formação de uma classe média rural'' (ANDRADE, 1987, p. 48).

No período, o debate dos grandes problemas nacionais extravasou para a imprensa, com a publicação de artigos, revistas e livros. A reforma agrária estava presente, principalmente com os autores SANTA ROSA (s.d), COARACY (1930) e SODRÉ (s.d), que culparam o latifúndio por grande parte dos males do Brasil. Mas, se por um lado, esses autores apontavam o latifúndio como pernicioso na medida que permitia a formação de unidades isoladas de povoamento, distantes uma das outras, juntamente com a submissão e exploração do homem do campo, o justificavam como sendo um fator de ocupação do território e de manutenção da ordem social. Nessas circunstâncias, generalizava-se a idéia de que o homem do campo era preguiçoso e sem perspectiva. Idéia esta apontada como uma fatalidade psicológica ou como consequência natural do meio ambiente que estava. Comparava-se este homem do campo aos colonos, especialmente os alemães do Sul do País, para apontar a sua inferioridade biológica. Na luta política, o problema da concentração de terras preocupava a esquerda. Alguns autores, como HOLANDA (1936), PRADO JÚNIOR (1935), tentaram fazer uma interpretação marxista da história brasileira, salientando a importância da análise das revoluções populares camponesas, do período regencial. FREYRE (1933 e 1937) analisou a formação da sociedade brasileira, fazendo severas críticas às transformações desta em uma sociedade industrial onde o patriarca foi substituído pela sociedade anônima.

As modificações agrárias propostas pela Constituição de 1934 ficaram apenas no papel. Golpeada pelo presidente Getúlio Vargas, que a promulgara, a Constituição de 1934 foi substituída pela de 1937, outorgada por ele próprio com o apoio das forças armadas. Esta última, redigida sob a direção do conservador jurista Francisco de Campos, teve como modelo a Constituição polonesa, próximo ao fascismo e com grande preocupação com os problemas urbanos. No que se refere à questão agrária, estabelecia, em seu artigo 122, que o direito de propriedade, caso fosse

necessário ou por utilidade pública, poderia ser atingido via desapropriação mediante indenização prévia. O problema da indenização mantinha-se, deste modo, como o grande freio a qualquer modificação na estrutura fundiária. O Governo teria que pagar previamente o valor da terra estabelecido pelo mercado. Nas palavras de ANDRADE (1987, p. 49):

“Muitas vezes, para efeito de desapropriação, os encarregados de estabelecer o valor da terra majoravam consideravelmente o mesmo, com a conivência das autoridades. Repetia-se, aqui, o problema que afligia os ministérios emancipacionistas do período imperial, quando queriam indenizar o valor dos escravos aos seus senhores. A falta de capital para indenizar os proprietários por um valor muito superior ao declarado para o pagamento do imposto territorial é, ainda hoje, como o foi na década de 1930, um grande empecilho à reforma agrária ou à simples reformulação fundiária. É claro que se a terra fosse paga por um preço bem superior ao do seu valor real, os proprietários logo cederiam às intenções do Governo, uma vez que o País assistiria a uma negociata agrária, ao invés de uma reforma agrária”.

O governo de Getúlio Vargas, no período de 1930 a 1945, chegou a criar uma Comissão Nacional de Política Agrária. Essa comissão elaborou um documento intitulado *Diretrizes para a Reforma agrária no Brasil*. O programa, no entanto, foi esquecido por seus sucessores imediatos.

“Tratava-se de uma guerra surda entre os velhos setores agrários do país e as novas idéias autoritárias - modernizantes. Decretos complementares, em 1934, 1937, 1938, 1939, 1940, 1942 e 1944, mostram, bem ao contrário da República Velha, um lado pouco conhecido do Estado Novo: sua vocação de reformador do mundo agrário brasileiro. A União assume completamente o patrimônio das terras públicas que, através da Constituição de 1891, havia passado para os Estados federados. Tal medida impede que as oligarquias locais continuem dominando os mecanismos de legitimação das imensas posses adquiridas ao longo da República Velha” (LINHARES & SILVA, 1999, p. 127).

As antigas elites agrárias viram-se obrigadas a aceitar, em troca de financiamento e apoio técnico, perda do controle das políticas agrícolas e cobrança de taxas por parte do Estado. Estes recursos arrecadados sobre as exportações (confisco

cambial) seriam utilizados para financiar as atividades do Estado no processo de industrialização interna.

“Assim, Vargas contrariava fortemente os interesses agrários, punha o latifúndio sob controle, incentivava a colonização interna, limitava a expansão latifundiária, promovia a pequena produção familiar na fronteira (o que, de certo, contrariava os antigos interesses agrários), mas abstinha-se de promover, no conjunto do país, a modernização da estrutura agrária ou mesmo uma reforma agrária, deixando, assim, o latifúndio tradicional intocado. O Estado Novo moldava desta forma um compromisso precário entre modernização e acordo com o arcaísmo, avançando seus projetos nas áreas de fronteira e nas terras públicas, enquanto evitava uma reforma agrária ampla e radical” (LINHARES & SILVA, 1999, p. 129).

No ano da deposição de Vargas, em 1945, o governo trabalhava na implantação de um sistema nacional de seguridade social para o campo (Decreto nº 18.809) ao mesmo tempo em que avançava na distribuição de terras de fronteiras (Decreto nº 7916). Tais decretos foram alvo de reação pós-varguista, em especial de deputados ligados às oligarquias agrárias. Entretanto, alguns dos projetos agrários do Estado Novo fracassaram. Foi o caso do Projeto Borracha em que cerca de 53 mil sem-terra, saídos do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, ficaram entregues à própria sorte em meio à floresta amazônica.

Com a constituição de 1946, revogou-se a maioria das medidas legais vigentes do governo Vargas, em especial a legislação, gerando mal-estar e insegurança no campo. Grande parte das colônias foi abandonada e os fazendeiros voltaram a avançar sobre as terras públicas e a expulsar camponeses. Paralelamente a isto, o país sofria de crises de abastecimento. LINHARES & SILVA (1999) destacam que essas crises de abastecimento eram antigas na história do Brasil, entretanto, naquele momento tornavam-se mais intensas e frequentes, gerando forte pressão da opinião pública sobre o governo. Várias fábricas ficavam paradas por falta de matéria-prima, seja para os produtos propriamente ditos, seja para embalagens e empacotamento. A população rural do campo migrava para a cidade, ao mesmo tempo em que a produtividade do trabalhador agrícola e da terra era uma das mais baixas do mundo. Enquanto no Brasil dez milhões de trabalhadores cultivavam vinte milhões de hectares, nos Estados Unidos oito milhões cultivavam cento e noventa milhões de hectares. Em 1947 o governo

Eurico Dutra (1946-1951) encaminhou projeto de reforma agrária a fim de modificar a estrutura agrária brasileira. Contudo, este não atendia à reivindicação ruralista de que a reforma agrária deveria ser realizada em terras devolutas. A proposta de Dutra estabelecia a possibilidade de desapropriação de terras improdutivas e produtivas de regiões ocupadas do território nacional a fim de combater a monocultura e a grande propriedade, por isso não foi aprovado (CAMARGO, 1981).

Na política externa, o país se engajava na concepção imperialista dos Estados Unidos, apoiando a Guerra Fria, embora não enviando tropas à Coreia (1950-1953), como lhe era exigido. Nesse período, o processo de concentração de renda acentuou-se e a evolução capitalista, na zona rural, foi intensificada, fazendo expandir as culturas comerciais, pressionando as áreas ocupadas pelos pequenos produtores. Estes desapropriados obrigavam-se a migrar ou se proletarizar. Foi deste modo que a cultura de cana-de-açúcar expandiu-se por áreas tradicionalmente ocupadas por outras culturas, como em São Paulo e Paraná, além da intensificação em áreas de domínio tradicional, como Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro. Esse modelo de desenvolvimento nacional do período dotou a produção urbana de trabalhadores em número suficiente e com grandes reservas. A agricultura livrou-se de muitos custos - moradia, água, pastagens, direitos trabalhistas, na medida que adotou o trabalho temporário dos bóias-frias e recebeu ajuda da indústria em disponibilidade de insumos, equipamentos, transportes, etc. Contudo, tais mudanças não ocorreram sem conflitos.

Desde o início dos anos de 1950 intensificou-se a mobilização dos trabalhadores em torno da sindicalização e da reforma agrária. Foram criadas as ligas camponesas e aumentou o número de processos judiciais. A fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB), em 1954, e a organização da primeira Liga Camponesa, em 1955, em Pernambuco, foram marcos iniciais desse movimento, que culminou, em 1963, com a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG (TAVARES, 1995). A primeira liga camponesa foi formada sob a presidência de Zezé de Galiléia e sob a orientação do advogado e parlamentar Francisco Julião, no município de Vitória de Santo Antão, na região da mata pernambucana. Inicialmente era apenas uma sociedade beneficente destinada a fazer o sepultamento e dar assistência médica aos seus sócios, então arrendatários de sítios do engenho Galiléia. Contudo, despertou o temor do proprietário

do engenho, que tentou despejar os agricultores. Apoiados pelo advogado, os associados resistiram, exigindo o pagamento das indenizações que lhes eram devidas. O exemplo se espalhou por toda a zona canavieira do Nordeste, fazendo com que as Ligas Camponesas evoluíssem de uma posição assistencialista e defensiva para uma posição classista e reivindicativa, organizando greves e ocupações de propriedades não utilizadas. Do Nordeste, as Ligas expandiram-se por todo o país, tendo grande relevância política em Goiás. Nesse ínterim, o processo de ocupação da fronteira agrícola ocorria via avanço dos agricultores, expropriados de suas terras de origem, sobre áreas de mata não apropriadas e muitas vezes ocupadas pelos indígenas. O posseiro destruía a mata, lutava com o índio e estabelecia uma pequena agricultura comercial além da agricultura de subsistência. Os grandes latifundiários, em geral ligados ao poder político, esperavam que a propriedade estivesse beneficiada e valorizada para, em seguida, exigir a posse da terra.

“Para efetivar a sua vontade ou o que chamavam de seu ‘direito’, esses latifundiários usavam grupos de jagunços que destruíam as casas, as plantações e, muitas vezes, assassinavam os agricultores e seus familiares ou violentavam suas mulheres e filhas. Qualquer resistência, se não podia ser contida pela jagunçada, provocava a intervenção da polícia estadual, sempre a serviço de latifundiários e grileiros” (ANDRADE, 1987, p. 56).

A luta camponesa gerou repercussão entre intelectuais de esquerda. A problematização levou o deputado Alberto Pasqualini, do Partido Trabalhista Brasileiro, a apresentar, no Parlamento, um projeto de lei intitulado Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 2 de março de 1963. O Estatuto passou a normatizar as relações de trabalho no campo, que até então estavam à margem no que se refere à legislação trabalhista. Contudo, não era fácil a aplicação da lei no meio rural, frente a complexidade e diversidade das formas de relações de trabalho. Os trabalhadores também tinham dificuldades de acesso às informações, e eram muitas vezes ameaçados pelos proprietários, quando se organizavam em sindicatos e pressionavam em defesa dos seus direitos.

A pressão popular levou o Governo a criar a Superintendência da Reforma Agrária (Supra), cujo primeiro dirigente foi o político mineiro João Pinheiro Neto, que deveria complementar o Estatuto do Trabalhador Rural com um diploma legal

que orientasse a reforma agrária. O presidente João Goulart (1961-1964) planejou a desapropriação das terras situadas às margens das rodovias, contudo, ficou apenas nos planos. Em março de 1964, apavorados com o rumo político nacional e considerando que o Congresso não teria forças para conter o movimento popular através das *reformas de base*, as forças conservadoras deflagraram o movimento que derrubou o governo. No dia 1º de abril do referido ano, iniciou-se um período autoritário que reprimiu o movimento popular do campo e procurou canalizá-lo de maneira a regimentar o trabalhador rural, tornando-o dependente do capital.

Cabe lembrar que no período, a Igreja Católica combatia a idéia de reforma agrária por considerar “coisa de comunista”. A visão da Igreja é exposta no texto abaixo, na apresentação do livro **Reforma Agrária Questão de Consciência** (MAYER et al, 1960, p. III), escrita por bispos da Igreja Católica:

“De pouco tempo a esta parte, vem sendo cada vez mais freqüente entre nós (...) a expressão reforma agrária. (...) Assim, pode-se falar de uma reforma agrária sadia, que constitui autêntico progresso, em harmonia com nossa tradição cristã. Mas também se pode falar de uma reforma agrária revolucionária, esquerdista e malsã, posta em desacordo com esta tradição. Este último tipo de reforma agrária importa em golpear a fundo ou até em eliminar a propriedade privada. Por isto mesmo ele deve ser tido como hostil também a família. Com efeito, como veremos, propriedade e família são instituições correlatas e fundadas nos mesmos princípios. (...) As críticas feitas à reforma agrária (esquerdista) não se referem, pois, de modo algum, a medidas que promovam um autêntico progresso da vida do campo ou da produção agropecuária; seria essa uma reforma agrária sadia”.

Por outro lado, havia pressão norte-americana. O governo dos Estados Unidos, após a Revolução Cubana (1959) e o fracasso da invasão da Baía dos Porcos (1961), planejou desenvolver programas sociais na América Latina, a fim de impedir as repercussões libertárias da revolução de Fidel Castro. Neste programa denominado de Aliança para o Progresso, Kennedy propunha a realização de reformas agrárias conservadoras nos países da América Latina. Diante da problemática, o presidente Castelo Branco (1964-1967) enviou ao Congresso, já privado de partidos e disputas esquerdistas, devido à cassação de mandatos, um projeto de reforma agrária de cunho moderado e estimulador do desenvolvimento capitalista. Tal projeto foi transformado na Lei 4504, de 30 de novembro de 1964, sob o nome de Estatuto da Terra, que continha

toda uma legislação agrária consubstanciada, por um lado, no princípio da reforma agrária e, por outro, na estruturação de condições favoráveis ao empreendimento capitalista na agricultura (DELGADO, 1985).

A lei 4504 criava dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), que se encarregaria da reforma da estrutura fundiária; e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda), que dirigiria o processo de colonização. A divisão de responsabilidade da política agrícola e agrária invalidou o processo, levando, em 1969, a uma reformulação institucional. Os dois institutos foram fundidos num só, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esta reformulação foi realizada no momento em que toda a política rural do Governo voltava-se para os grandes projetos de integração da Amazônia, atraindo migrantes do Nordeste e do Sul do país. “*O Ibra funcionaria, efetivamente, muito mais como um agente de freio do que de acelerador do processo reformista*” (ANDRADE, 1987, p. 61). Mas poderia ser diferente. O grande empecilho à concretização das desapropriações tinha sido derrubado pela Constituição de 1967, no artigo 157 e pelo Ato Institucional n.º 9, que revogaram o artigo 141, permitindo que as desapropriações fossem pagas com títulos da dívida agrária, pagando-se em dinheiro apenas as benfeitorias. Do ponto de vista legal, o Brasil estava dotado do instrumental jurídico e institucional para desencadear um programa nacional de reforma agrária. No então, como GONÇALVES (1997, p. 124) coloca, deve-se ressaltar que os líderes conservadores:

“(...) demonstraram a sua força ao inserir no Estatuto da Terra capítulos tratando da colonização (que permitia à União executar programas de ocupação das terras devolutas) e do desenvolvimento rural (que preconizava a modernização da agropecuária com a utilização do crédito rural, preço mínimo, educação e assistência técnica. Esse hibridismo coloca no mesmo patamar da reforma agrária alternativas historicamente defendidas pelos latifundiários, caracterizando do ponto de vista político um jogo empatado, cuja decisão seria realizada na operacionalização das ações governamentais. Assim, o regime produziu uma legislação suficientemente ambígua para dividir os proprietários de terra e assegurar ao mesmo tempo o apoio do grande capital, inclusive o apoio do grande capital multinacional”.

Alegando a necessidade de melhor conhecer a realidade agrária para realizar as desapropriações, o Ibra e posteriormente, o INCRA, passaram a realizar

cadastramento de propriedades para enquadrá-las nas categorias de imóveis estabelecidos pelo artigo 4.º do Estatuto da Terra. As propriedades foram classificadas em ‘módulo’, que representava o tamanho ideal de uma propriedade familiar cujas dimensões variavam conforme a região. As propriedades de extensão inferior a um módulo, e portanto, consideradas antieconômicas, foram consideradas minifúndios. As áreas que possuíam extensão superior a um módulo e inferior a seiscentos módulos, mas que fossem racionalmente exploradas, eram classificadas como empresas rurais, enquanto as áreas de mesma magnitude, mas não eficientemente exploradas, foram denominadas de latifúndios por exploração. Já as propriedades que possuíam mais de seiscentos módulos eram classificadas como latifúndios por dimensão. Cabe destacar que a década de 60 caracterizou-se pela progressiva centralização da questão agrária na esfera política, o que veio a se expressar na estratégia das forças políticas responsáveis pelo Golpe de Estado, em 1º de abril de 1964. Conforme afirma DELGADO (1985, p. 44),

“a vertente reformista do Estatuto da Terra feneceu rapidamente sob o impacto das novas alianças políticas gestadas pelo golpe militar de 1964. Com ele foi também sepultado o Estatuto do Trabalhador Rural”

Nos anos de 1950 e 1960, a internalização da indústria pesada trazia à tona não apenas a necessidade de reordenamento institucional para alavancar o novo ciclo expansivo. Preconizava-se, também, a mudanças na agricultura, frente à miséria e ao ‘atraso’ do campo. Os caminhos propostos para tal modernização eram vários, mas podem ser divididos em duas correntes teóricas: a *modernização conservadora*, que preconizava a expansão da agricultura via intensificação da mecanização e do uso de fertilizantes e defensivos químicos, por acreditar que o problema era institucional e normativo; e a *modernização estrutural* que buscava modificar a estrutura não apenas agrícola, mas agrária. Para os conservadores, a questão agrária não era fundamental à modernização e a exclusão social, uma vez que os problemas agrários seriam resolvidos via criação de novas oportunidades fora do setor agrícola (GONÇALVES, 1997). Dentre os autores que preconizavam a modernização estrutural destacam-se Ignácio Rangel, Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães, aos quais pode ser incluído Celso Furtado, ainda que suas obras mais importantes não façam da questão agrária objeto

central de análise. Já entre os autores que postulavam a modernização conservadora destaca-se Ruy Miller Paiva (KAGEYAMA, 1993).

Cabe ressaltar que a questão Agrária difere da questão Agrícola. Esta última refere-se aos aspectos ligados às mudanças na produção, na determinação de o que, onde e quanto produz, onde as variáveis relevantes para seu equacionamento são as quantidades e os preços dos bens produzidos. A questão Agrária, por sua vez, diz respeito às transformações nas relações de produção (como se produz), sendo seus principais indicadores o modo de propriedade e apropriação do produto da produção e do trabalho, o nível de renda dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, entre outros fatores (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

O termo questão agrária foi muito discutido na obra de Karl KAUSTSKI, **A Questão Agrária** escrita em 1898. A obra surgiu depois de acirrado debate realizado na social-democracia alemã, sobre a posição que aquele partido deveria adotar diante dos camponeses. Na visão dos bávaros, liderados por Goerg von Vollmar (1850-1922), os socialistas deveriam considerar os camponeses pobres como proletários que não tendiam a desaparecer, esmagados pelo capitalismo. KAUSKY, depois de criticar essa política, atacou o informe do comitê agrário do partido, colocando que muitas das medidas propostas fortaleceriam o Estado burguês, ao contrário de debilitá-lo - tarefa esta dos socialistas. Seu ponto de vista prevaleceu. No livro, fruto desses debates, o autor apresentou uma análise profunda e detalhada das leis do desenvolvimento da agricultura, segundo a doutrina marxista. Nesta visão, o capitalismo, ao penetrar no campo, provoca o fenômeno da concentração da riqueza, como ocorre na indústria. As grandes propriedades absorvem as pequenas e verifica-se a proletarização das camadas mais pobres do campesinato, que não conseguem pagar os elevados impostos e as dívidas cobradas pelos capitalistas e latifundiários (KAUSTSKY, 1968).

A seguir, enumera-se as principais idéias dos autores Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, que pregavam a modernização estruturalista da agricultura brasileira e Ruy Miller Paiva que discorria sobre a modernização conservadora, pregando um determinismo tecnológico.

2.3.1 Ignácio Rangel

A matriz teórica em que Rangel vai inserir sua interpretação da questão agrária brasileira, refere-se ao processo de industrialização como um processo de passagem da economia natural fechada para uma economia de mercado, o que ocorreria com duas profundas transformações no sistema econômico: o aumento na divisão social do trabalho, implicando modificações institucionais e tecnológicas e uma realocação dos fatores produtivos, para viabilizar a substituição de importações. Este processo não ocorreria de maneira equilibrada ou planejada entre economia natural e setor importador e poderia redundar em crises de diversos tipos, como, por exemplo, no balanço de pagamentos. É no livro “**A Questão Agrária Brasileira**”, de 1962, que Rangel expõe pela primeira vez muitos dos argumentos em defesa de um tipo particular de reforma agrária para o país e também identifica a questão do problema financeiro. O trabalho de 1962 representou, nas palavras do autor:

“um esforço de conceituação da questão agrária brasileira, em cujo centro estão as relações de produção, contrapostas no “latifúndio feudal” e no “latifúndio capitalista”, que podem ser externamente parecidos (pelo lado da terra) mas totalmente distintos quanto às relações de produção que comportam (...). Esse esforço seria necessário porque a análise convencional da estrutura agrária não atenta para essa distinção, esgotando-se na apreciação estéril da estatística fundiária” (RANGEL, 1962, p. 12).

No contexto geral do processo de industrialização, cabe a agricultura as funções de suprir os bens necessários à demanda interna e externa e regular o mercado de trabalho na economia, liberando, retendo ou absorvendo mão-de-obra de acordo com as necessidades do próprio setor agrícola e dos outros setores da economia. É exatamente no cumprimento dessa segunda função que desajustes dariam origem à questão agrária *populacional*. A mudança da economia natural fechada para uma economia de mercado seria um movimento que exigiria uma realocação dos fatores produtivos, no sentido de adequar as estruturas de oferta à nova realidade econômica. No caso do Brasil, a desagregação da autarcia familiar presente no complexo rural, no momento da passagem para a agricultura capitalista, teria ocorrido com uma série de desajustes, desembocando numa violenta crise agrária. A incapacidade de absorção da mão-de-obra liberada nesse processo pelos novos setores da economia iria produzir uma

superpopulação, que manteria estruturalmente em condições precárias de emprego e ocupação.

“Um descompasso entre os dois processos – da liberação de mão-de-obra pelo complexo rural ou autarcia familiar e de integração dessa mesma mão-de-obra no quadro da economia social (de mercado ou socialista) – é precisamente o traço dominante do fenômeno estudado como crise agrária” (RANGEL, 1979, p. 174).

A origem da questão agrária estava numa assincronia da realocação da população ocupada no complexo rural, quando esta se desagrega para dar lugar ao mercado interno e à indústria. Os novos setores da economia não conseguiriam absorver adequadamente a população liberada das atividades rurais.

“Conseqüentemente, o tempo de trabalho antes dedicado a essa produção de interesse próprio do trabalhador ficou sem aplicação e é esse tempo, tornado ocioso, que se exprime em excedente rural de população que o êxodo converte em excedente da população urbana” (RANGEL, 1986, p.7).

Embora a solução proposta pelo autor passe pela questão do lote familiar para recompor as bases de autoconsumo, o problema da terra aparecia não como problema jurídico ou distributivo, mas como questão do preço da terra, com ênfase em seu componente especulativo. RANGEL propunha a atuação direta do Estado na oferta de terras visando reduzir o poder especulativo da posse de terra e conseqüentemente, reduzindo seu preço.

Nas palavras de PAULILLO (1997, p. 556):

“A tese dualista (de Ignácio Rangel) diverge dos diagnósticos e das propostas voltadas para as mudanças na estrutura agrária brasileira para alcançar o desenvolvimento agrícola, pois o latifúndio feudal, transformado em capitalista, não representaria obstáculo ao processo de modernização. Nesse sentido, o dualismo propõe a eliminação de barreiras ao desenvolvimento capitalista na agricultura sem modificar a estrutura agrária, que prevalece”.

2.3.2 Alberto Passos Guimarães

Para o autor, o problema agrário brasileiro não surgia da transformação rápida da agricultura – ao passar de uma economia de subsistência para uma economia de mercado – mas, sim, em razão dos obstáculos a essa transformação representados pela herança do latifúndio feudal/colonial em nosso país. Desse confronto, surgia a agricultura de exportação, baseada no sistema latifundiário, e a agricultura de subsistência, baseada na propriedade capitalista e camponesa. As relações de produção herdadas do feudalismo colonial brasileiro constituíam um empecilho à industrialização e ao desenvolvimento capitalista do país.

Na obra **Quatro séculos de latifúndio** (1963), GUIMARÃES destacou o monopólio feudal e colonial da terra como sendo o mais importante dessas relações. O latifúndio, na medida que usa de modo extensivo a terra, pagando baixos salários a seus trabalhadores, geraria um mercado interno pobre, impedindo a ampliação do mercado interno para a indústria nascente. Como solução para o problema, propunha a destruição dos restos feudais da agricultura brasileira, eliminando o latifúndio. Colocava a necessidade de melhorar as condições de vida do trabalhador rural mediante aumento da renda no campo. Como prioritárias estariam a mudança da propriedade da terra e o não-pagamento da renda da terra, uma vez que esta transferia o excedente produtivo para o latifúndio e não para os operários agrícolas.

Como destaca PAULILLO (1997, p. 550):

“Nas décadas posteriores (aos anos 50 e 60) a estrutura agrária continuou concentrada, mas ocorreram transformações internas, ao nível das relações de produção, que permitiu que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização. Com o crescimento da oferta de matérias-primas e de alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador e com a industrialização da agricultura, que a conectou com o circuito econômico global, a interpretação de Guimarães ficou comprometida, mesmo com a evolução da estrutura agrária brasileira marcada pela alta concentração fundiária”.

A manutenção da concentração de terras no país elevou o êxodo rural, gerando nas cidades mão-de-obra para as indústrias e ampliação do mercado consumidor. Diante do fato, GUIMARÃES necessitou rever sua teoria. Na obra **Crise Agrária** (1979), diferentemente da obra anterior, a agricultura passou a ser analisada

como parte da economia como um todo, através da sua interação com os segmentos industriais e financeiros da economia, ou seja, o das cadeias agroindustriais. O problema estaria no fato da agricultura estar ligada para trás com um mercado oligopolista (fertilizantes, defensivos, máquinas agrícolas) e para frente com a agroindústria (monopsônica ou oligopsônica). Isso retiraria qualquer poder de barganha do agricultor na determinação de preço de compra, reprimindo a renda agrícola. Com essa compressão na renda, tornaria difícil pensar numa produção em massa para a agricultura, impossibilitando a evolução do mercado interno.

GUIMARÃES (1979) também identificou a marginalização da pequena produção rural tanto em termos de detenção de capital como em domínio territorial. Sua proposta consistia na realização de uma ampla reforma agrária, onde o pequeno produtor seria também proprietário dos meios de produção.

“A luta pela conquista da terra, travada pelos pobres do campo contra a classe latifundiária (...) é o fio condutor ao qual estão ligados todos os acontecimentos marcantes da vida rural brasileira, é o fator determinante e o elemento propulsor das insuficientes, mas significativas, transformações por que tem passado nossa agricultura” (GUIMARÃES, 1981, p. 215).

Assim,

“A negação ou mesmo a subestimação da substância feudal do latifundismo brasileiro retira da reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário”(...) *“Esse conteúdo dinâmico e revolucionário, na presente etapa da vida brasileira, expressa-se pelo objetivo principal do movimento pela reforma agrária, que é o de extirpar e destruir, em nossa agricultura, as relações de produção do tipo feudal e não as relações de produção do tipo capitalista”* (GUIMARÃES, 1981, p. 34).

PAULILLO (1997, p. 551) ressalta que:

“Nos trabalhos de Alberto Passos Guimarães identificam-se fortes traços teóricos da obra de Kaustky (1898). Está longe, portanto, da vertente leninista, em que se adota a discussão sobre a forma da divisão do trabalho na indústria (salário, capital, etc.). Em Quatro séculos de latifúndio, o autor identificou a problemática agrícola como feudal. Em Crise Agrária retrata que o problema está na estrutura da agricultura brasileira”.

2.3.3 Caio Prado Júnior

Em Caio Prado Júnior, a questão agrária no país apareceu em dois momentos distintos. Antes de 1964, nos artigos publicados na Revista Brasiliense e, pós 1964, quando o autor enfatiza, com maior profundidade, a questão agrária brasileira, sob o enfoque capitalista. No primeiro, situa entre as causas da miséria rural brasileira a concentração e monopólio da terra, que impediam essa população de exercer livremente suas atividades. Para o autor, constituía um erro interpretar o atraso e as brutais formas de exploração vigente na agricultura brasileira como “restos feudais”, conforme propunha Alberto Passos GUIMARÃES. A solução tomada para a questão agrária deveria passar pela instância jurídica, da reforma e fiscalização relativa ao direito de propriedade e às relações trabalhistas dentro dos marcos do capitalismo e não pela transformação, no curto prazo, da massa rural brasileira em uma coletividade de camponeses pequenos produtores e proprietários. Nesse contexto, duas seriam as principais frentes de atuação da reforma agrária: a desconcentração fundiária e a regulamentação das relações de trabalho, a fim de torná-las puramente trabalhistas ou mercantis, sem vínculos extra-econômicos entre empregador e empregado.

No segundo momento, na **Revolução Brasileira**, publicada em 1966,

“A questão fundiária apresenta-se, agora, subsidiariamente como um determinante dos baixos salários, e não como expressão contradição essencial e básica. Assim, não seria pela ocupação parcelada ou individual das terras que os trabalhadores rurais superariam suas precárias condições de existência, mas aquilo pelo que aspiram e o que reivindicam, o sentido principal de sua luta, é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego. Diferentemente dos outros dois autores (Rangel e Guimarães), Caio Prado Jr. Coloca no centro da questão os problemas próprios de uma agricultura capitalista, onde o mercado de trabalho já se encontra constituído” (KAGEYAMA, 1993, p. 10).

A ênfase da questão agrária, nesse segundo momento, estava concentrada nas relações de trabalho. Ou seja, a solução da questão agrária não estaria numa reforma agrária generalizada e de caráter camponês, mas, sim, na melhoria das condições de emprego da população rural. O debate sobre a questão agrária a partir dos governos militares (1964-85) estaria, cada vez menos centrado na reforma agrária e fixação de famílias de camponeses no campo, para um crescimento gradual do debate sobre a

regularização econômica e jurídica das diversas ocupações de assalariados rurais e relações de emprego presentes na agricultura capitalista, ou seja, ocupações regulares, melhores salários e extensão da legislação social e trabalhista no campo.

“Em suma, e concluindo nossa análise relativamente à natureza e direção em que evolui o processo histórico-social atualmente em curso na economia agrária brasileira, o que nele se observa e se propõe, não é essencialmente a questão da terra. O que avulta naquele processo e constitui seu motor e dinamismo básico são as contradições nela presentes ligadas a relações e situações de emprego” (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 152).

Na acepção de PAULILLO (1997, p. 552):

“Os trabalhos de Caio Prado Júnior conseguiram o melhor desencadeamento das condições políticas interioranas. Conseguiram construir um arcabouço analítico que mostra como se reorganizam as classes produtoras e econômicas. Possui uma formação teórica totalmente leninista (...) e, por isso, a questão fundiária entre apenas na discussão da propriedade. Privilegiava, então, a visão histórica e as conseqüências políticas”.

2.3.4 Celso Furtado

Na sua visão, muitos dos problemas estruturais do desenvolvimento econômico brasileiro tinham suas raízes na agricultura. Sua análise é da economia capitalista, centrando na formação e realização dos fluxos de renda e na análise do papel do mercado de trabalho nacional. Isso porque na economia capitalista, os fluxos de renda criados pela exportação e divididos, de modo simplificado, em renda dos proprietários e renda dos assalariados, multiplicar-se-iam internamente gerando uma nova dinâmica econômica. No seu livro **Formação Econômica do Brasil** (1959), o principal aspecto da questão agrária era o problema do emprego da mão-de-obra, cuja solução, em cada momento histórico, condicionava as bases estruturais do desenvolvimento. Nesse sentido, a formação do mercado de trabalho agrícola representaria uma etapa inicial do desenvolvimento econômico, onde dificuldades de diversas ordens apresentar-se-iam, sendo contornadas por diferentes expedientes (por exemplo, via arranjos como a parceria ou via emigração), que iam resultar em distintos efeitos sobre os fluxos de renda em cada região do país.

A teoria do desenvolvimento de Celso FURTADO pressupunha um confronto com a estrutura de poder existente na sociedade brasileira, que permanecia em grande medida centrada no setor mais conservador da sociedade - as oligarquias agrário-exportadoras. A parcela da sociedade que não podia reivindicar a proteção das leis e do Estado era excluída de qualquer política, baseada na permuta ou no consenso. Havia, assim, uma tendência desses setores serem mais facilmente cooptados pelas soluções extremistas. A manutenção dos interesses exclusivistas das classes agrárias podia fornecer um subsídio para a definição de alternativas de confronto social:

“Por causa do anacronismo da estrutura agrária, esse desenvolvimento provocou, em muitas partes, um aumento relativo da renda da terra, premiando grupos parasitários. Por outro lado, na ausência de uma política consciente que preservasse à ação do Estado o seu caráter social, improvisou-se, em nome do desenvolvimento, uma estrutura de subsídios que muitas vezes premiou de preferência os investimentos supérfluos ou aqueles que vinham permitir, dada a sua tendência monopolística, uma concentração maior de riqueza em mãos de grupos privilegiados” (FURTADO, 1972, p. 15).

KAGEYAMA (1993, p. 13) destaca que:

*“os problemas agrários aparecem mais diretamente no ensaio **A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro** (1975). Em busca dos elementos estruturais que permita “reduzir” a realidade a um “modelo”, o autor procura mostrar como o caso brasileiro diverge do modelo “clássico” de desenvolvimento agrícola capitalista, baseado no crescimento da demanda por excedentes agrícolas e na forte absorção da mão-de-obra rural pelas zonas urbanas a níveis mais altos de salários. Aqui, ao contrário, a abundância de terra e a oferta elástica de mão-de-obra na agricultura permitiram uma extrema concentração da propriedade e um regime de salários ínfimos para a população”*.

O baixo custo da mão-de-obra transformar-se-ia em barreiras à penetração do progresso técnico, perpetuando-se uma agricultura de altos e crescentes custos sociais, responsável pela depredação dos recursos do país.

“Como a estagnação do nível de vida da massa rural contribui para deprimir os salários urbanos e são estes que determinam a evolução da

demanda de produtos agrícolas, tampouco por este lado surgem possibilidades de ruptura de impasse atual”(FURTADO, 1975, p. 119).

O aumento da participação política das massas passaria a ser fundamental para reduzir esse poder das oligarquias agrárias e a pressionar por melhor distribuição de renda. Sem essa participação ativa, seria mantida a prática predatória do trabalho, permitindo ao capitalista a obtenção de ganhos maiores através dos baixos salários. Isso manteria o dualismo, ou seja, a separação entre o Brasil moderno e um Brasil arcaico. A democracia aparecia, em FURTADO, como o meio mais apropriado para canalizar as tensões geradas pelo processo de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira; como forma, portanto, de superar o subdesenvolvimento e de realizar o velho sonho de constituir de fato a Nação Brasileira.

PAULILLO (1997) coloca que o estruturalismo de Celso FURTADO aproximou-se da interpretação capitalista de Caio Prado Júnior por considerar o desenvolvimento da economia capitalista e os problemas a serem solucionados oriundos desse processo. Diferentemente de Alberto Passos GUIMARÃES, Celso FURTADO e Caio PRADO JÚNIOR consideram que houve desenvolvimento capitalista na agricultura, contudo, os problemas são de outra ordem. O que FURTADO superou Caio PRADO JÚNIOR, foi sua análise macroeconômica, que o segundo autor não realizou.

2.3.5 Ruy Miller Paiva

A análise de Ruy Miller Paiva, datada do final da década de 1960, é uma das mais consistentes quanto à defesa da modernização da agricultura brasileira. O ator visualizava a diferenças presente na agricultura brasileira como sendo um determinismo tecnológico onde uma minoria de agricultores fazia a agricultura moderna, ao passo que a grande maioria mantinha suas técnicas tradicionais. Cabia a modernização da agricultura romper com essa diferença, fazendo com que todos os agricultores passassem a utilizar a agricultura moderna. Dentre as ferramentas apontadas para alcançar tal resultado estariam o crédito e a extensão rural.

A modernização da agricultura traria consigo o aumento da oferta de produtos a preços cadentes e, assim, ocorreria queda nos preços dos fatores de produção - terra e trabalho - fato que tornaria a agricultura tradicional menos desvantajosa. Desta

maneira, segundo PAIVA (1968) para que a modernização agrícola avançasse seria fundamental que a população excedente deixasse o setor agrícola. Somente assim poder-se-ia evitar a falta de mercado consumidor, o excesso de produção e a queda de preços que retirariam o incentivo para que se ampliasse a melhoria técnica. Ao centrar sua análise no determinismo tecnológico, o autor desconsiderou a problemática estrutural, embora a tivesse claro. Suas colocações também desconsideraram aspectos históricos da formação da agricultura e os elementos políticos que poderiam ser componentes explicativos da realidade, daí a sua explicação obedecer a preceitos técnicos. Autores como Homem de MELLO (1980) e PASTORE (1977) também enfocaram o desenvolvimento da agricultura brasileiro via modernização no setor, com a introdução de inovações tecnológicas e melhorias no processo.

2.4 A problemática nos anos de 1970

Os cadastramentos realizados em 1967, 1972 e 1976 mostraram que havia, no Brasil, um domínio completo dos latifúndios por exploração e por dimensão, enquanto os minifúndios, embora muito mais numerosos do que os latifúndios, ocupavam áreas exíguas. Nas palavras de ANDRADE (1987, p. 62)

“tal constatação, e a evidência de que a não aplicação do Estatuto da Terra estimulou a expansão dos latifúndios, levou o INCRA a suspender a realização de cadastro. Era necessário encobrir a realidade, a inoperância da política agrária do governo autoritário”

As terras, pertencentes à União e aos Estados foram usadas para atenuar pressões dos trabalhadores sem terra, em áreas consideradas críticas e de tensão social. Essa política inspirou o Programa de Integração Nacional (PIN) em 1970 e justificou a construção de grandes rodovias - Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, etc. - ligando áreas povoadas a áreas em povoamento. Essas rodovias beneficiaram as grandes empresas construtoras de estradas e abriram espaço não apenas para planos de colonização como também para concessão ou venda de terras, a preços reduzidos, a grandes empresas na Amazônia e no Centro Oeste, que as mantiveram como reserva de valor nos períodos de inflação em ascensão. Outros programas foram lançados, a saber: o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), em 1971; o Programa Especial para o Vale do São Francisco

(PROVALE), em 1972; o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), em 1974; o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), em 1974. Posteriormente, mais de uma dezena de programas similares foram implantados, abrangendo a região Centro-Oeste, o Norte-Fluminense, novas áreas do Nordeste, o Sul de Mato Grosso, a região geoeconômica de Brasília, o Noroeste do Paraná e a Lagoa Mirim, entre outros (PINTO, 1995).

Manuel Correia de ANDRADE (1987, p. 64) questionando o que foi feito ao longo de 21 anos de autoritarismo para solucionar ou atenuar a questão agrária no Brasil, conclui que:

“Reforçou-se o poder do latifúndio, fazendo com que, ao lado daquele tradicional, de grandes proprietários individuais - os coronéis - se desenvolvesse o latifúndio moderno, das grandes empresas nacionais e multinacionais. Financiou-se, através dos famosos projetos agrícolas, agroindustriais e agropecuários, a implantação de latifúndios de milhares de hectares, com a usurpação de terras de posseiros e de índios. O Governo estimulou a política de desenvolvimento da tecnologia agrícola importada, dando prioridade ao crescimento da produtividade agrícola, visando aumentar a produção de matérias-primas e de alimentos - açúcar, cacau, soja, café, fumo, etc. (...) Criou-se o slogan ‘exportar é desenvolver’ sem a menor preocupação com a manutenção e o bem-estar daqueles que trabalhavam a terra e verdadeiramente produziam”.

Assim,

“O governo federal encarou o problema da terra muito mais como um problema de segurança nacional, de repressão política, do que em seu aspecto social” (ANDRADE, 1987, p. 66).

Com a abertura lenta e gradual dos governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1984), os trabalhadores rurais puderam intensificar sua luta por Reforma agrária.

2.5 A Nova República (1984 -)

No ano de 1985, o governo Sarney (1985-1989) criou o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Elaborou-se, no mesmo ano, um

ambicioso plano denominado Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (Decreto nº 97.766 – 10/10/1985), que estipulou diretrizes para que até o ano de 1989, fossem assentadas 1,4 milhão de famílias de trabalhadores rurais, distribuídas em 43 milhões de hectares. Quando foi elaborada a proposta do PNRA, havia uma preocupação de se fazer um plano que pudesse neutralizar alguns setores, tendo como fio condutor a idéia de penetrar na propriedade especulativa e preservar, ao menos num primeiro momento, aquelas propriedades que, mesmo grandes, desempenhavam uma função econômica, evitando a interrupção do processo produtivo ao longo da reforma agrária, como havia ocorrido em outros países. As primeiras reações contrárias a esse plano vieram do Estado de São Paulo e não dos latifúndios tradicionais de outras regiões. Isso ocorreu devido ao temor que se tinha sobre o destino que poderia ser dado às terras de proprietários paulistas. Além disso, supunha medidas de combate à apropriação de terras com fins especulativos e correção das políticas setoriais, o que incluiria mudanças na política de incentivos fiscais e redirecionamento do crédito rural (MEDEIROS, 1994). Esta meta e a firmeza que a então direção do INCRA mostrou em pretender executá-la assustaram os donos-de-terra, que se organizaram em torno da União Democrática Ruralista (UDR). Diante do quadro, Sarney retrocedeu e até o final de seu governo, foram assentadas 82.689 famílias, cerca de 5,9% da meta estabelecida (INCRA, 1998).

Um ponto considerado positivo no governo Sarney foi a criação, em 1986, do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Tratava-se de uma linha especial de crédito para custeios e investimentos destinados aos assentados. Este programa era uma reivindicação dos assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que passaram a exigir do governo Sarney financiamento com juros e prazos diferenciados dos concedidos aos demais agricultores (STÉDILE, 1999). O Procera foi extinto pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1999. Em 1987, o governo extinguiu o INCRA (decreto-lei nº 2.363/22/10/87), passando as suas atribuições para o MIRAD, e para não sofrer interrupção na representação judicial da União, foi criado o Instituto Jurídico de Terras Rurais (INTER). Com a extinção do MIRAD, em 1989, suas atribuições passaram ao Ministério da Agricultura, mantendo, no entanto, o INTER. Em 29 de março de 1989 foi recriado o INCRA, que passou a conduzir um programa de cadastramento das

famílias candidatas a uma gleba, colocando na fila aqueles que se enquadravam nos critérios - ter origem no campo, não ter emprego e nem terra. (SANT'ANNA et al., 1998). Cabe destacar que em 1988, alguns instrumentos legais utilizados para redistribuição de terras sofreram um retrocesso. A Constituição do período retirou a categoria de latifúndio do texto constitucional, criou a definição de propriedade produtiva e improdutiva e voltou a obrigatoriedade do prévio pagamento das indenizações das propriedades destinadas à reforma agrária pelo valor de mercado e não o declarado no Imposto de Renda, instaurando assim o produtivismo e a negociata de terras reformáveis (LINHARES & SILVA, 1999).

Na campanha eleitoral de 1989, o então candidato à Presidente da República, Fernando Collor, comprometeu-se a promover o assentamento de 500 mil famílias de trabalhadores rurais, no decorrer do seu mandato. Na prática, extinguiu o MIRAD e o INCRA voltou a subordinar-se ao Ministério da Agricultura, agora com o nome de Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA). Apesar do compromisso inicial, o programa de assentamento foi paralisado (PINTO, 1995). No primeiro ano de seu governo, Collor assentou 15.268 famílias. Esse desempenho somente foi possível por causa das ações e procedimentos iniciados no governo anterior. No segundo ano, em 1991, as estimativas governamentais mais otimistas apontaram o assentamento de 14.493 famílias (MEDEIROS, 1994). Estes dados, no entanto, podem ser menores, uma vez que o I Censo da Reforma Agrária, realizado pelo INCRA/CRUB/UnB, no ano de 1996, constatou um número inferior de assentamentos de Reforma agrária em relação aos números oficiais. Segundo dados do I Censo de Reforma Agrária, no período de 1964 até outubro de 1996, foram assentadas 197.440 famílias em áreas de Reforma agrária do INCRA. De acordo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), foram gastos apenas 8 milhões de dólares com programas de assentamentos rurais no primeiro ano do governo Collor. Foi o menor valor registrado entre 1985 e 1995.

Uma vez empossado, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, deu razão a seus críticos, nomeando o banqueiro e grande proprietário de terras, José Eduardo de Andrade Vieira para o Ministério da Agricultura e Brasília de Araújo Neto para o INCRA, pessoas cujos históricos não as recomendavam para a implantação da reforma agrária. Nessa época, a tensão no campo mostrou-se crescente – multiplicando-

se as ocupações de propriedades improdutivas pelos sem-terra, ocorrendo o primeiro grande massacre de trabalhadores em Corumbiara (RO)¹ (CARVALHO FILHO, 1997). Pressionado pelo agravamento da questão política decorrente desse massacre e pela atuação dos movimentos sociais, o governo mudou de posição e nomeou Francisco Graziano Neto para o INCRA, nome de confiança pessoal do presidente, além de ser um profissional familiarizado com a questão agrária. Graziano conseguiu reduzir, por algum tempo, as tensões e encaminhar o debate sobre a reforma fundiária dentro e fora do governo. Esta situação durou pouco, culminando com a saída de Graziano devido ao seu envolvimento no episódio do “grampo/Sivan²” (VEIGA, 1998a). Um funcionário, subordinado de Graziano, assumiu o INCRA interinamente e lá permaneceu por longos meses, terminando por ser efetivado no início de 1996. A situação permaneceu inalterada até a ocorrência do segundo grande massacre de trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA)³. Os noticiários nacional e internacional deram grande destaque à chacina, mostrando que houve execuções por parte da Polícia Militar. Dentro desse contexto, o governo criou o novo Ministério Extraordinário de Política Fundiária, retirando do Ministério da Agricultura a responsabilidade de executar a política fundiária e nomeando Raul Jungmann para assumi-lo.

Em 29 de abril de 1996, objetivando fortalecer a ação governamental no setor, o governo retirou o INCRA da esfera do Ministério da Agricultura, vinculando-o diretamente à Presidência da República, através da criação do Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (INCRA, 1998). Também nesse ano, (Decreto 1.946, 28/06/1996), o governo criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tendo por objetivo fortalecer a agricultura familiar (VEIGA, 1998a). Ainda em 1996, o Congresso aprovou duas leis destinadas a incentivar e a apressar a reforma agrária. A primeira foi o rito sumário, cujo objetivo era agilizar o processo de desapropriação. A segunda foi a mudança no Imposto Territorial Rural (ITR), aumentando de 4,5% para 20% a alíquota máxima anual para terras

¹ O massacre ocorreu em 1995 durante o despejo de 600 famílias de sem-terra da Fazenda Santa Elina, no qual morreram nove sem-terra e dois policiais.

² Episódio da escuta telefônica que flagrou as conversas em torno dos bastidores para a compra de equipamentos destinados ao Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam).

³ O massacre ocorreu em abril de 1996, durante uma operação da Polícia Militar do Pará para desobstrução da rodovia que liga Marabá a Paraupabas, resultando na morte de 19 trabalhadores rurais sem terra e deixando mais de 70 feridos.

improdutivas. Parte do dinheiro arrecadado com esse imposto iria para a Reforma agrária (SANT'ANNA et al., 1998). Em dezembro de 1998, o governo anunciou o assentamento de 287.539 famílias em aproximadamente 1.800 assentamentos. Os investimentos em reforma agrária, no período de 1994 a 1998, foram da ordem de R\$ 7 bilhões. De acordo com dados do INCRA (2002), entre 1995 e 2001, o governo Fernando Henrique Cardoso assentou 584.655 famílias em aproximadamente 20 milhões de hectares, sendo criados 4275 assentamentos, com investimento global de R\$ 13,2 bilhões. Os números, apresentados pelo governo e questionado pelas lideranças do MST, superaram a meta inicial. Entre as ações do governo de Fernando Henrique Cardoso consta também a criação do Banco da Terra, cujo objetivo (concessão de créditos) visa realizar redistribuição de terras via mercado, através da compra e venda.

TABELA 2.1- Número de famílias assentadas no Brasil, entre 1995 e 2001

Ano	Famílias Assentadas	Projetos Criados	Hectares Obtidos
1995	42.912	314	1.313.509
1996	62.044	433	4.451.896
1997	81.944	637	4.394.524
1998	101.094	850	2.540.645
1999	85.226	782	1.478.536
2000	108.986	720	3.861.268*
2001	102.449	539	1.697.043*

* incluindo o Banco da Terra - Fonte: INCRA (2002)

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-), através da assessoria de imprensa do Incra, questionou o número de famílias assentadas no governo Fernando Henrique Cardoso, devido à metodologia utilizada: o governo anterior contabilizaria o número de famílias que poderiam ser assentadas em terras já desapropriadas e não o número de pessoas efetivamente assentadas. O Projeto Dataluta, um banco de dados sobre a luta pela terra no Brasil desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera) do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), também criticou a forma como a informação sobre a reforma foi catalogada.

Em 2003, com o novo governo, o Incra mudou a metodologia, passando a desconsiderar o número de hectares desapropriados e a balizar seus registros com relação ao número de famílias assentadas. Em novembro do referido ano, o governo

apresentou o Plano Nacional de Reforma Agrária, onde prevê o assentamento de 400 mil famílias até o final de 2006, utilizando um total de R\$ 3,1 bilhões. Também estavam previstos créditos fundiários para que 130 mil famílias tenham acesso à terra via mercado e regularização fundiária para 500 mil famílias.

O objetivo do governo Lula era melhorar a qualidade de vida das famílias assentadas e “*assegurar a inserção competitiva dos assentados nos mercados, a partir de investimentos em infra-estrutura socioeconômica, assistência técnica e a capacitação*”, utilizando-se de convênios com prefeituras e comunidades” (MDA, 2005). Com isso o governo espera dar mais qualidade ao programa de reforma agrária.

De acordo com dados do INCRA (2005), foram assentadas no país 81.254 famílias, entre janeiro e dezembro de 2004. Em 2003 foram 36.301 famílias. As terras destinadas aos assentamentos foram obtidas por meio de decretos de desapropriações, operações de compra e destinação de terras públicas.

2.6 Grau de Concentração de Terras

A despeito de todos esses acontecimentos, o sistema latifundiário não apenas manteve-se, como veio se expandindo. No período entre os anos de 1920 a 1975, no extrato dos 50% menores estabelecimentos, houve redução do total de área ocupada, de 3,8% para 2,5%. No outro extremo, no extrato dos 5% maiores estabelecimentos elevaram sua participação de 66,1%, para 68,6%, no mesmo período. E mais: 1% dos maiores estabelecimentos que ocupavam 41,9% da área, em 1920, passaram a deter 44,9% da área, em 1975. O índice de Gini⁴ elevou-se de 0,832 para 0,855, entre 1940 e 1975, caracterizando uma concentração muito forte, conforme mostram os dados da tabela 2.2. cabe destacar que a avaliação da estrutura agrária brasileira pode ser feita tanto sob a ótica do INCRA, como sob a visão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O primeiro identifica a distribuição do espaço agrário segundo seus detentores (proprietários e posseiros), ao passo que o segundo mostra a forma pelo qual os produtores rurais (proprietários, ocupantes, arrendatários e parceiros) ocupam tal espaço.

TABELA 2.2 - Evolução da distribuição da posse da terra no Brasil, entre 1920 e 1975

Evolução da distribuição da posse da terra no Brasil, 1920-1975						
Estabelecimentos	% da área correspondente					
	1920	1940	1950	1960	1970	1975
50-	3,8	3,6	3,2	3,1	2,9	2,5
40	19,7	19,7	18,5	18,9	19,4	18,5
10+	76,5	76,5	78,3	78,0	77,7	79,0
5+	66,1	66,2	65,9	67,9	67,0	68,6
1+	41,9	43,0	44,6	44,5	43,1	44,9
Gini	0,804	0,832	0,843	0,842	0,844	0,855

Fonte: IBGE in: GONÇALVES (1997, p. 380).

Verificando as mudanças no período 1970-75, que corresponde ao auge do ‘‘Milagre Brasileiro’’ nota-se que, no Brasil como um todo, os 50% menores estabelecimentos reduziram sua área total de 2,9% para 2,5%, ao passo que os 5% maiores elevaram sua participação, de 67,0% para 68,6%. O índice de Gini elevou-se de 0,844 para 0,855, em 1975. Considerando o período 1980-1985, verifica-se que no Brasil, o índice de Gini aumentou de 0,857 para 0,858. Cabe destacar que, geograficamente, a estrutura fundiária é muito diferenciada, tanto em seu uso com em sua posse, conforme especificado na tabela 2.3.

TABELA 2.3 - Evolução da distribuição da posse da terra, no Brasil, por regiões, entre 1980 e 1985.

REGIÃO	1980			1985		
	GINI	50- (%)	5+ (%)	GINI	50-	5+
Norte	0,835	3,2	68,6	0,800	4,2	63,1
Nordeste	0,862	2,1	68,3	0,870	2,0	69,8
Sudeste	0,771	5,0	53,9	0,774	4,7	54,2
Sul	0,745	7,6	57,9	0,753	7,2	58,7
Centro Oeste	0,845	2,3	65,3	0,841	2,3	63,9
BRASIL	0,857	2,4	69,3	0,858	2,2	69,2

Fonte: IBGE in: GONÇALVES (1997, p. 382)

⁴ O Índice de Gini mede a concentração das terras. De 0 a 0,1 – concentração nula; 0,101-0,250 – concentração fraca; 0,251- 0,500 – concentração média; 0,501-0,700 – concentração forte; 0,701-0,900 – concentração muito forte; 0,901-1,00 – concentração absoluta.

Regionalmente, entre 1980 e 1985, ocorreu crescimento da participação relativa dos 50% menores estabelecimentos na região Norte (3,2% para 4,2%), manutenção na região Centro-Oeste (2,3%) e diminuição nas regiões Nordeste (2,1% para 2%), Sudeste (5% para 4,7%) e Sul (7,6% para 7,2%). No outro extremo, os 5% maiores reduziram sua participação nas regiões Norte (68,6% para 63,1%) e Centro-Oeste (65,3% para 63,9%), mas aumentaram nas demais regiões: Nordeste (68,3% para 69,8%), Sudeste (53,9% para 54,2%) e Sul (57,9% para 58,7%). No geral, a estrutura fundiária brasileira manteve-se concentrada no período em função da perda de importância relativa dos menores estabelecimentos nas regiões onde eles mostravam-se mais relevantes no contexto nacional, ou seja, o Sul e o Sudeste (GONÇALVES, 1997).

As estatísticas consolidadas do recadastramento realizado pelo INCRA, em 1992, revelaram a existência de um total de 2,9 milhões de imóveis rurais, que perfaziam uma área de 309 milhões de hectares, enquadrados em quatro categorias de tamanho: minifúndio, pequena, média e grande propriedade⁵. Os minifúndios, que representavam 62,2% do total de imóveis, detinham 7,9% da área total; 26,9% eram pequenas propriedades e detinham 15,5% da área total; 8,1% eram médias propriedades, entretanto, contavam com 19,9% da área total e as grandes propriedades, que representavam 2,8% do total de imóveis, contavam com 56,7% da área total.

TABELA 2.4 - Participação percentual dos imóveis rurais na área total brasileira, por categoria, em 1992

Categoria de estabelecimento	Participação dos Imóveis cadastrados por categoria (%)	Participação da categoria na área total cadastrada – Brasil (%)
Minifúndio	62,2	7,9
Pequena propriedade	26,9	15,5
Média propriedade	8,1	19,9
Grande propriedade	2,8	56,7

Fonte: INCRA (1992)

⁵ Minifúndios = imóvel rural com dimensão inferior a 1 módulo fiscal . O módulo fiscal consiste numa unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, e que contempla o tipo de exploração predominante, a renda obtida no tipo de exploração predominante, outras explorações relevantes no município bem como o conceito de propriedade familiar;

Pequena propriedade = imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais;

Média propriedade = imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais;

Grande propriedade = imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

O coeficiente de Gini passou de 0,858, em 1985, para 0,833, em 1992 conforme apresentado na tabela 2.5. Aqui é importante que se faça uma ressalva pois, o coeficiente de Gini em 1985 foi calculado com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE e o de 1992, com base nos dados do Cadastro do INCRA. O ideal seria comparar coeficientes de Gini, apurados por uma mesma fonte, em diferentes momentos. Mas, não há coeficiente de Gini realizado pelo INCRA para a década de 1980.

TABELA 2.5 - Evolução do índice de Gini, no Brasil, entre 1920 e 1992

1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1992
0,804	0,832	0,843	0,842	0,844	0,855	0,857	0,858	0,833

Fonte: IBGE (1920, 1985); INCRA (1992)

Um dado relevante talvez seja verificar a evolução do número de pessoas abaixo da linha de pobreza entre os anos de 1980 e 1991. Por linha de pobreza entende-se o limite mínimo que uma pessoa deva ganhar. Essa linha pode ser considerada como sendo de 0,25 salário mínimo (SM), pois supostamente um salário deveria ser suficiente para a aquisição de bens que garantisse a sobrevivência de uma família com um número médio de 4 pessoas. Esse corte pode ser justificado, no caso da população rural, uma vez que o valor reduzido do salário mínimo pode ser compensado, no campo, por rendas não monetárias (alimentação para autoconsumo e não pagamento de aluguel). Os cálculos utilizando uma linha de pobreza de 0,5 SM per capita, ou seja, uma renda média familiar de 2 SM, talvez seja um corte interessante para tratar de dados urbanos (DAVID et al., 1999).

Comparando a porcentagem de pobres existentes em 1980 e 1991, utilizando uma linha de pobreza de 0,25 SM, DAVID et al (1999) constataram que a proporção aumentou no último ano, especialmente na área rural. A evolução do total da população classificada como pobre foi da ordem de 30%, apesar do decréscimo verificado para a população rural total, que passou de 39.584.012 em 1980, para 35.712.880 em 1991. Mesmo no Estado de São Paulo, onde a porcentagem de pobres era a menor do país, em 1980 (3% do total da população e 10% na área rural, valores correspondentes respectivamente a 777.158 e 307.249 pessoas), em 1991, além de o número dobrar, chegando a 6% para a população como um todo e 20% para a população

rural, o número de pobres passou a corresponder a 2.009.834 pessoas, sendo 441.365 presentes no campo.

Estudos relativos ao comportamento demográfico, por faixas de renda, revelam que as pessoas situadas nos estratos de renda inferiores apresentam taxas de fecundidade maiores. Tal fato poderia explicar, em parte, o crescimento do número de pobres. Contudo, o estudo de DAVID et al. (1999) mostra que houve uma queda generalizada das taxas de fecundidade entre 1980 e 1991, sendo esta ainda mais acentuada entre os mais pobres.

Em 1980, 54,65% do pessoal ocupado na agropecuária tinha renda mensal de até 1 SM. No setor agroindustrial a situação era um pouco melhor - 52,76% ganhavam acima de 2 SM. Em 1991, houve um aumento da participação do pessoal ocupado na faixa de renda mais baixa, tanto para o setor agropecuário quanto para o agroindustrial. Neste último, a participação do pessoal ocupado na faixa de renda de até 1 SM aumentou para 37,30%, superando a faixa de renda então dominante, com remuneração acima de 2 SM, que reduziu para 35,92%. No setor agropecuário, a participação da faixa de renda menor elevou para 67,68%. Outra constatação foi que entre 1985 e 1995, o número de estabelecimentos com menos de 100 hectares sofreu redução de 906.302 unidades⁶.

A intensidade de exploração da terra reduziu, entre 1975 e 1995, 17 milhões de hectares, ou seja, um recuo de 4,8% da superfície total. As pastagens e as matas plantadas foram as únicas formas de exploração que apresentaram progressão. O aumento das pastagens estava bastante relacionado com a redução da lavoura. Comparando a evolução da superfície dos estabelecimentos do ponto de vista regional, verifica-se que somente a região centro-oeste apresentou elevação (9%). Todas as demais regiões sofreram redução no período considerado. Tais dados estão apresentados na tabela 2.6.

⁶ Por estabelecimentos agropecuários entende-se todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado por uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processe uma exploração agropecuária, ou seja, o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias inclusive hortaliças e flores; criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; criação de pequenos animais; silvicultura ou reflorestamento e a extração de produtos vegetais. Excluem-se os quintais de residências e hortas domésticas.

TABELA 2.6 - Evolução da superfície dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, por região, entre 1975 e 1995.

REGIÃO	Área (ha) 1975	Área (ha) 1980	Área (ha) 1985	Área (ha) 1995
Norte	45 931 689	60 226 971	62 566 719	58 358 880
Evolução (%)	100	131	104	93
Nordeste	75 078 557	88 441 614	92 054 182	78 296 095
Evolução (%)	100	118	104	85
Sudeste	69 258 797	73 502 220	73 241 515	64 085 893
Evolução (%)	100	106	100	87
Sul	43 816 568	47 911 355	47 940 106	44 360 364
Evolução (%)	100	109	100	93
Centro-Oeste	75 133 363	94 768 659	99 122 399	108 499 980
Evolução (%)	100	126	105	109
Brasil	309 218 974	364 850 819	374 924 921	353 601 213
Taxa de Evolução (%)	100	118	103	94

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1975/1980/1985/1996.

Entre 1985 e 1996, a população ativa agrícola brasileira passou de 23,4 milhões de pessoas para 19,9 milhões, ou seja, uma redução de 2,39%. Esse fato, normalmente associado com ganhos no grau de desenvolvimento do país, passa a ser preocupante quando os outros setores da economia também mostram desaceleração, em situação de concentração de riqueza. Dentro desse contexto, os grupos de pessoas mais atingidos pela queda da produção e do nível de emprego, conseqüentemente, são os maiores demandantes de um programa eficiente de reforma agrária e política fundiária são: os parceiros e o pessoal ocupado enquadrado na categoria *outra condição* do Censo Agropecuário⁷ por representarem o elo mais fraco como forma de produzir a terra; e também os pequenos produtores e os empregados por estarem normalmente ligados a uma estrutura produtiva deficiente e inadequada.

A tabela 2.7 mostra a estrutura fundiária brasileira, em 2003, corroborando para a afirmação da forte concentração de terras existente no país. Assim, enquanto os pequenos estabelecimentos – até 25 ha – cuja representatividade era de mais de 50% do total de imóveis, ocupava 6,3% da área total, ao passo que os

⁷ Inclui os agregados, moradores e todos aqueles que têm um vínculo mais informal com o estabelecimento agrícola.

estabelecimentos com mais de 2000 ha, ou seja, 0,8% do total de imóveis, ocupava 31,6% da área total brasileira.

Tabela 2.7 – Estrutura Fundiária do Brasil em 2003

Estratos área total (ha)	imóveis	% dos imóveis	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Até 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4%	100.216.200	23,8%	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8%	132.631.509	31,6%	4.110,8
Total	4.238.421	100,0 %	420.345.382	100,0%	99,2

Fonte: INCRA (2004), situação em agosto de 2003.

Diante desse quadro, remete-se a necessidade de discorrer sobre a questão agrária na atualidade. Isso servirá de base para a discussão sobre desenvolvimento local/regional e rural, realizada ainda neste capítulo.

2.7 Interpretações recentes sobre a questão agrária brasileira

No Brasil, a partir dos anos 80, o debate sobre a importância da realização de uma reforma agrária deixou de ter como foco a discussão sobre o grau de hegemonia do capitalismo nas relações sociais e de produção na agricultura brasileira. A importância passou a ser a natureza da reforma agrária.

GORENDER (1994), partindo do conceito de capitalismo, sob o prisma teórico marxista, procura ressaltar as especificidades do modo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. Considera que a formação do capitalismo brasileiro, inclusive no campo, tem origem completamente diferente da européia, uma vez que as raízes estão no modo de produção escravista colonial.

“Mas, a fim de desenvolver essa última concepção, faz-se preciso afastar uma formulação muito difundida, a de que bastou a Abolição para surgir o capitalismo no campo (...). Confundem-se trabalhadores livres com trabalhadores assalariados de tipo capitalista, e, então, se diz que o colono de café já era um assalariado do tipo capitalista (...). Não é o

caso de me deter aqui na contestação de todos esses argumentos, bastando-me afirmar que os considero incongruentes e incoerentes com a verdadeira história (GORENDER, 1994, p. 22).

O autor nega o caráter feudal da agricultura brasileira, uma vez que o escravismo no Brasil não era patriarcal, baseado com predominância na economia natural como o grego-romano, mas sim colonial dominado pelo setor mercantil. Nesse sentido, não se pode pensar que esse escravismo fosse evoluir no sentido do feudalismo. Embora, em seu final, tenha surgido, no campo, um setor industrial fabril tipicamente capitalista. Após a Abolição formal (1888) continuou a dominar o que ele chama de “plantagem” exportadora, uma analogia ao termo *plantation*. Reduzido o mercado externo, tal “plantagem” teve de se voltar para o mercado interno que se encontrava em expansão.

“Direi sucintamente que, na Velha República, não dominou o modo de produção capitalista, pois era um modo de produção subordinado; estava, porém, em crescimento e iria dar a linha para o desenvolvimento geral da própria formação social em direção ao capitalismo e não ao feudalismo.(...). Aqui, para isso, é preciso considerar um aspecto muito importante: o caráter juridicamente alodial e alienável da propriedade da terra desde o início da colonização portuguesa, ao contrário do que é típico no feudalismo” (GORENDER, 1994, p. 23).

A fim de explicar a gênese do capitalismo no campo brasileiro, o referido autor passa a explicar os dois modos de produção que se desenvolveram no país durante o período escravista: o modo de produção escravista colonial, com a propriedade latifundiária, e o modo de produção dos pequenos cultivadores não-escravistas, baseados na economia natural e com um grau variável de mercantilização, portanto baseados na pequena propriedade ou posse da terra. Incluem nesta última categoria os sitiantes, pequenos proprietários, posseiros, agregados. Após o término da escravidão, a “plantagem” cafeeira ou canavieira não precisou gastar com mão-de-obra, ou seja, comprá-la, portanto:

“o domínio da propriedade escrava deixou de ser o fundamental para o domínio econômico: o fundamental para o domínio econômico passou a ser o domínio da terra. A terra passou a ter um preço importante. Dominar a terra passou a significar dominar a própria economia” (GORENDER, 1994, p. 25).

Diante dessa análise, avança a hipótese de que a agricultura brasileira no início do século XX teve “*um modo de produção plantacionista latifundiário, apoiado em formas camponesas dependentes, com um desenvolvimento capitalista incipiente*” (GORENDER, 1994, p. 28). Nesse caminho analítico, chega-se a duas linhas de desenvolvimento econômico no campo brasileiro, condicionadas por regiões específicas do espaço brasileiro:

- a) a linha do latifúndio permeado por formas camponesas (plantagem ou latifúndio pecuário) que se transforma, com maior ou menor lentidão, em empresa capitalista;
- b) a linha da pequena exploração de caráter camponês-familiar independente (sitiantes, posseiros, pequenos arrendatários e parceiros autônomos), a qual a expansão geográfica e a intensificação dinâmica do mercado interno aumentam seu grau de mercantilização e, portanto, diminui seu grau de economia natural.

Em suas conclusões, o autor enfatiza a necessidade de uma reforma agrária ampla, priorizando o caráter desenvolvimentista camponês. Nas palavras de GORENDER (1994, p. 43):

“A reforma agrária (nos anos 80) se coloca como questão fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira, do ponto de vista das grandes massas trabalhadoras do campo e da cidade”

Sua execução requer duas linhas paralelas:

“Uma reforma agrária no Brasil não pode deixar de considerar com prioridade a linha do desenvolvimento camponês. O que significa a distribuição da terra dos latifúndios sob a forma familiar, para exploração familiar. Mas a reforma agrária, nas atuais condições brasileiras, deverá ter, ao meu ver, uma outra linha paralela à do desenvolvimento camponês: a linha da transformação das grandes empresas agrárias, plantacionistas e pecuárias, já tecnicamente unificadas, em grandes explorações coletivizadas: cooperativistas ou estatais (...). Dessa maneira, desde o início da reforma agrária, formar-se-á amplo setor coletivizado, que constituirá a vanguarda tecnológica da agropecuária brasileira em seu conjunto (GORENDER, 1994, p. 42).

PAULILLO (1997, p. 560) destaca que o tratamento estritamente teórico de Jacob GORENDER estabelece a ligação necessária entre as interpretações sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira da década de 60 e os anos 80. No entanto, o caráter político e a falta de um embasamento empírico reduzem a importância do estudo

para os dias atuais. O relevante é seu posicionamento histórico enquanto marco do ressurgimento do debate sobre a relevância de uma reforma agrária no país.

Na década de 1980, inúmeros outros estudos foram relevantes para o enriquecimento da análise do desenvolvimento da agricultura nacional, dentre eles, destaca-se a obra **A modernização dolorosa**, de José GRAZIANO DA SILVA da Silva (1981). Nela o autor reúne dez ensaios escritos entre 1976 e 1980, enfocando a estrutura agrária, a expansão da fronteira agrícola e a recriação da pequena produção no seio da agricultura brasileira. No referido ano, publica outra obra relevante – **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**, onde aprofunda sua análise frente à problemática do desenvolvimento agrícola brasileiro.

Ao analisar o papel da mão-de-obra volante na modernização agrícola na região centro-sul, em especial no Estado de São Paulo, GRAZIANO DA SILVA revela as especificidades e a heterogeneidade que assumiram as formas de relações de trabalho na agricultura, indicando a possível eliminação do trabalho volante com a introdução do progresso técnico na agricultura. Estudando o processo de modernização da agricultura paulista, o referido autor apresenta como o desenvolvimento capitalista no campo promoveu a adequação da força de trabalho rural. Ao destacar as especificidades históricas do caso brasileiro em geral, e paulista em particular, dá um primeiro passo para a formação de sua concepção de complexo agroindustrial no país. Assim,

“A noção do complexo agroindustrial (CAI) objetiva privilegiar a inter-relação entre os setores de demanda final e aqueles produtores de insumos e meios de produção específicos para um determinado produto de origem agropecuária” (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p. 16).

O autor em questão destaca que a consolidação dos CAIs impôs profundas transformações nos planos da concentração e centralização de capitais aplicados no setor agropecuário, bem como na propriedade da terra e no plano das relações políticas com o Estado. Dentre as conseqüências desse processo, tem-se a “territorialização da burguesia” industrial e financeira, fazendo com que os grandes capitais passassem a ter uma face agrária com o atrativo gerado pela valorização do mercado de terras e a apropriação do Estado por grupos de interesses. Para este autor, o processo de modernização da agricultura e a conseqüente formação das agroindústrias foi um processo desigual, parcial, uma vez que os pequenos produtores familiares

tiveram menos acesso aos créditos, aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, portanto, apresentando níveis menores de evolução, principalmente no que se refere à produtividade.

Com a industrialização da agricultura, impõe-se uma crescente urbanização da população rural. Dois processos foram fundamentais para isso: de um lado, a perda relativa de atividade do setor agrícola, que caracteriza a ruptura do velho complexo rural, ou seja, as cidades absorveram gradativamente atividades que antes se encontravam dissolvidas no interior das fazendas, além de criar novos ramos de atividades. E de outro lado, a denominada urbanização do trabalho rural, que se traduz nas mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho, através do crescimento do contingente de assalariados permanentes associados a maiores níveis de qualificação da força de trabalho e à tecnificação crescente dos produtores familiares ligados aos CAIS (GRAZIANO DA SILVA et al, 1993).

Nesse contexto, este autor procurou mostrar que os argumentos utilizados nos anos 70 para a necessidade de uma reforma agrária não mais se sustentam, nos anos 80, na medida que a importância do pequeno produtor na oferta de produtos agrícolas e alimentares estava declinando. O problema alimentar brasileiros tendia a perder a relação com a questão agrária para transformar-se gradativamente numa questão de renda.

“Minha posição é que a reforma agrária do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras. Isso não quer dizer que ela não seja uma possibilidade. Quer dizer apenas que a reforma agrária hoje, na década de 80, é uma necessidade dos trabalhadores rurais, não mais do patronato brasileiro. Se houver reforma agrária ela será feita pela luta dos trabalhadores, não mais por uma necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista. A possibilidade de essa reforma agrária ser feita de uma forma massiva me parece que se prende exatamente à correlação de forças entre o conflito capital trabalho no campo brasileiro” (GRAZIANO DA SILVA, 1988, p. 142)

Todavia, nos anos 90, sua posição é que:

“O nosso mundo rural não é mais só agrícola e pecuário, à semelhança do que ocorre em outras partes do mundo desenvolvido, em especial na Europa. (...) Segundo a PNAD de 1990, de cada três pessoas que

residiam no meio rural brasileiro, duas estavam ocupadas em atividades agropecuárias e uma em outras atividades, com destaque para a prestação de serviços não-agrícolas, indústria de transformação, comércio e construção civil, evidenciando o que chamei de urbanização do meio rural brasileiro nos anos 80. (...) Por isso tudo, no final do século XX, a nossa reforma agrária não precisa mais ter caráter estritamente agrícola, dado que os problemas fundamentais de produção e preços podem ser resolvidos por nossos complexos agroindustriais. Hoje a reforma agrária precisa ajudar a equacionar a questão do nosso excedente populacional até que se complete a transição demográfica recém-iniciada” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 9).

Outro autor que merece destaque é José Eli da VEIGA (1991a, 1991b, 1998a, 1998b) que enfatiza o peso e a relevância da pequena produção familiar e retoma a discussão sobre o papel que pode desempenhar a reforma agrária no desenvolvimento capitalista brasileiro. Considera que um programa de reforma agrária tende a aumentar a produção agrícola, fato este observado nos países que realizaram a reforma agrária. Além disso, há o impacto distributivo e é a partir dele, considerado fundamental para o processo de retomada do crescimento econômico, que ele utiliza para indagação da necessidade de uma reforma agrária.

“Enfim, o que se procura mostrar através desses diferentes exemplos é tão somente que toda reforma agrária implica algum grau de redistribuição de riqueza, por mais que se distancie do vigor do caso coreano ou da amplitude do caso mexicano. Os mais diferentes surveys o confirmam, mesmo para os países nos quais a reforma acabou sendo abortada. E não são raras as análises que ressaltam a natureza essencialmente redistributiva das reformas” (VEIGA, 1991a, p. 37).

VEIGA (1991b, p. 91) salienta a importância de um conjunto de políticas públicas visando a fortalecer a agricultura familiar, e uma reforma agrária cuja diretriz central teria que ser o fomento e o apoio à agricultura familiar brasileira.

“Com base na experiência histórica dos países do Primeiro Mundo, deve-se pensar que a passagem da economia brasileira para uma fase socialmente articulada de desenvolvimento dificilmente poderá prescindir de um conjunto de políticas públicas que venha a fortalecer, aqui também, a agricultura familiar. E esse é o argumento central deste artigo: a necessidade de favorecer o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. E é esse objetivo estratégico que dá sentido econômico a reforma agrária. (...); enfim, uma reforma agrária cuja

diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar. Isso só será possível, evidentemente, se a política agrícola deixar de favorecer escandalosamente o segmento patronal da agropecuária brasileira”.

Dentre as propostas apresentadas por VEIGA estão:

- Criação de um novo ambiente educacional que comporta ensino regular básico a ser oferecido nas escolas rurais, formação profissional e redes de ciência, tecnologia e extensão. Para ele, o ensino constitui num ponto de estrangulamento do desenvolvimento rural, principalmente o ensino de primeiro grau.
- Redistribuição das funções dos governos federal, estaduais e municipais, propiciando um grau de autonomia maior para que os Estados e municípios possam repartir responsabilidades, no que se refere à educação, cultura, saúde, assistência social, etc. Essa autonomia gera flexibilidade para que as ações possam se adequar às localidades.
- Criar mecanismos institucionais de regulação do mercado de terras que favoreçam a aquisição de sítios liberados por agricultores familiares por outros agricultores familiares da região, de preferência os mais jovens.
- Facilitar a manutenção, expansão e criação de empresas agrícolas de caráter familiar.
- Remodelar o programa de crédito destinado à agricultura familiar – Pronaf, a fim de corrigir algumas falhas bem como ampliar o seu leque de iniciativas mediante novas linhas de ação.

VEIGA (1998b, p. 23) considera que

“A ampliação das oportunidades de geração de renda deve constituir a viga mestra da vertente rural da nova agenda de desenvolvimento que está em gestação. É claro que essa viga mestra não se resume à expansão e fortalecimento da agricultura familiar. Ela inclui a melhoria das condições de vida de imensos contingentes de empregados agrícolas e envolvem também inúmeras outras ocupações rurais não-agrícolas. Mas não há desenvolvimento rural que possa prescindir a consolidação da agricultura familiar. E esta só poderá ocorrer mediante uma combinação de mudanças das políticas como o Pronaf e iniciativas de âmbito local (i.é, comunitário, municipal e intermunicipal)”.

Assim,

“O surgimento de associações de municípios para a elaboração de planos de desenvolvimento microrregionais, com a participação de cooperativas, escolas, pequenas agroindústrias e outras entidades formais ou informais tanto podem dar origem a projetos de desenvolvimento local, como garantir a execução dos programas governamentais voltados a um desenvolvimento rural redutor de pobreza. O fato é que o desenvolvimento rural é um fenômeno intrinsecamente local e regional. E as localidades e regiões que melhor conseguem se desenvolver são as que apresentam maior capacidade de organizar os fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento da organização social, para o aumento da autonomia local na tomada de decisões, para o aumento da capacidade de reter e reinvestir capitais, para o aumento da inclusão social e para o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente” (VEIGA, 1998b, p. 23, grifo do autor).

Na mesma linha segue as idéias de ROMERO (1990, p. 131), onde a reforma agrária entra como uma via de acesso para a absorção da massa de trabalhadores rurais.

“se o Brasil não resolver o problema do emprego, corre o risco de chegar no início do próximo século unindo o pior de dois mundos: de um lado, miséria, subnutrição, baixo nível de escolaridade, etc., característicos de países subdesenvolvidos; de outro, problemas de seguridade social e saúde, decorrentes do envelhecimento da população. Este é o sentido atual da reforma agrária no Brasil: ampliar as oportunidades de emprego no campo de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano-industrial. O Brasil é um dos poucos países que pode promover uma redistribuição da terra sem afetar os setores mais dinâmicos”.

O diagnóstico de Ricardo ABRAMOVAY (1994, p. 104) é que:

“Se é verdade que a modernização foi baseada na agricultura familiar, não se trata, porém de pequena produção. Mais que isso, existe um verdadeiro abismo social entre esta agricultura familiar moderna e aquilo que, entre nós, habitualmente, se entende por pequena produção”.

Nesse sentido, a perda de importância do pequeno produtor era correlativa à perda de importância da própria agricultura, sendo a análise substituída pela noção de complexo agroindustrial. Os trabalhos pioneiros de Geraldo MULLER, que culminaram com a publicação de seu livro *Complexo Agroindustrial e*

Modernização Agrária, em 1989, concluem que não apenas a pequena produção tinha um peso econômico cada vez menor, como a própria agricultura ia perdendo importância relativa. Para ABRAMOVAY (1990), a partir destas conclusões de Muller, derivava duas conseqüências: primeiramente, não seria possível apoiar qualquer medida consistente de redistribuição de renda que tivesse por base fundamentalmente a agricultura. Em segundo lugar, não existia mais economia agrícola, sociologia rural, etc. O que existia era a economia política do complexo agroindustrial. Sua crítica aproximava-se das conclusões de GRAZIANO DA SILVA (1987), já que a perda de importância da pequena produção na oferta de alimentos provoca o desmonte da “justificativa econômica” do processo de reforma agrária. Assim,

“Não era preciso reforma agrária para elevar a produção de alimentos. O problema alimentar brasileiro perdia toda a relação com a questão agrária para se transformar numa questão de renda” (ABRAMOVAY, 1992, p. 99).

Trabalhos de MULLER (1988), KAGEYAMA et al (1986), MARTINE (1989), SORJ (1986) e DELGADO (1985) também deixam claro a perda de peso da pequena produção, bem como a queda da representatividade da agricultura e sua substituição pelos complexos agroindustriais. Por modernização da agricultura entende-se basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados) e de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, etc.). Tal mudança na base técnica transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir (KAGEYAMA et al., 1987). Assim, sua reprodução ampliada passou a depender menos de recursos naturais e dos meios de produção fabricados em escalas de manufaturas e, cada vez mais, dos meios de produção gerados num setor especializado da indústria, como fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, concentrados, máquinas em geral (DELGADO, 1985).

Como salienta MULLER (1989, p. 19), no complexo agroindustrial:

“A produção agrária não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio mas também de um conjunto de indústrias que tem nas atividades agrárias seus mercados. A dupla dependência destas

atividades implica a mudança de padrão agrário. (...) que pode ser entendido como uma determinada inter-relação ou articulação entre as esferas produtivas, tecnológicas, de insumos, política agrícola e fluxos externos no âmbito econômicos; e no âmbito social, uma determinada articulação entre os diversos interesses dos grupos sociais que vivem basicamente das atividades agrárias”

DELGADO (1985, p. 21) mostra a importância que a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado em 1965, teve na modernização da agricultura, na medida que se criou um conjunto de mecanismos monetários-financeiros e de incentivos fiscais, que estimularam, compensaram e financiaram a aplicação de capitais privados nas atividades rurais ou a essas conectadas por diversas formas de integração.

“O crédito subsidiado passa a ser provido de maneira generosa e por intermédio do sistema bancário institucionalizado. A própria necessidade de financiamento se torna crescente, uma vez que tanto a elevação da capacidade produtiva quanto as necessidades de financiamento na agricultura passam a depender cada vez mais de recursos adquiridos no mercado. As fontes usuárias tradicionais, ligadas ao capital comercial, cedem lugar à rede bancária. E esta, ao se imiscuir no negócio rural, traz implícito um projeto de modernização que visa crescentemente a mudar a própria base técnica da agricultura”.

Em decorrência da modernização não generalizada, estabeleceu-se na agricultura brasileira, segundo metodologia de DELGADO (1985), três subsetores: subsetor moderno, subsetor arcaico e subsetor de fronteira. A relação entre o processo de modernização e a aceleração no processo de expulsão da mão-de-obra permanente empregada nas propriedades agrícolas foi destacada. O trabalho assalariado temporário generalizou-se, especialmente na agricultura da região Centro-Sul, inclusive na média propriedade.

“A racionalização das produções de café não só demandaram volumes crescentes de insumos industriais como expulsaram milhares de famílias moradoras das fazendas que tinham na produção de alimentos parcela ponderável de seu abastecimento. O avanço ciclópico da soja não só produziu ondas de êxodo rural como substituiu a produção de alimentos. A cana-de-açúcar no Sul-Sudeste produziu efeitos idênticos” (MULLER, 1989, p 76).

A mesma análise é feita por KAGEYAMA et al. (1986), mostrando que parte dos trabalhadores temporários na agricultura brasileira passou a ser constituída por ‘semi-proletariados’, ou seja, pequenos produtores que, frente à insuficiência de seus meios de produção, foram obrigados a vender sazonalmente sua força de trabalho em outros estabelecimentos comerciais.

No tocante à reforma agrária, DELGADO (1987, p. 56) conclui que:

“O aspecto do desenvolvimento econômico é inseparável do desenvolvimento político e social. Se nós quisermos ter uma sociedade com menos violência, menos marginalidade, menos grau de autoritarismo, é evidente que as demandas legítimas dos trabalhadores por acesso à terra, por acesso aos meios de produção, por acesso à garantia de emprego permanentes, etc. precisam ser legitimadas num processo em que, ao mesmo tempo, alguns interesses sejam contrariados”.

MULLER (1988, p. 235) por sua vez, acredita que:

“Trata-se, sem dúvida, de uma formidável máquina agrária, que produz muito, de tudo e com elevada produtividade, sendo capaz de produzir muito mais sem incorporar mais gente, seja como mão-de-obra, seja como proprietário. Nesse sentido, não há porque distribuir terra e produzir novos proprietários agrários. O fundamental para elevar, diversificar e qualificar mais o excedente agrário não reside em incorporar mais gente nem mais terra ao processo produtivo, mas sim, em dispor de um padrão financeiro que permita intensificar a exploração do trabalho e da terra e a incorporação de progresso técnico. Distribuir terra e subsidiar produtores (que estão) abaixo das condições mínimas exigidas pelo padrão agrário moderno é algo tão ultrapassado quanto admitir que as forças de mercado sejam detentoras de forças intrínsecas capazes de superar as injustiças endógenas à máquina existente”.

Observa-se que na concepção de autores como MULLER (1988), a reforma agrária é relegada a segundo plano, na medida que ela apresenta-se historicamente superada. Nesse sentido, o capitalismo já resolveu, sem necessidade de alterações estruturais, os problemas que a reforma agrária se propunha a solucionar. Como salienta SAMPAIO (2001, p. 2):

“Essas premissas expressam a visão e os interesses das classes dirigentes do país, ou seja, em vez da pretendida modernidade, elas simplesmente racionalizam os interesses do atraso. É evidente, pois, que se estas forem as premissas da análise da nossa agricultura, não há mesmo nenhuma ‘questão agrária’ em nosso país, ou seja, a forma como está distribuída a propriedade e a posse da terra não constitui um obstáculo estrutural ao crescimento da produção agrícola e à melhoria da produtividade. Não havendo ‘questão agrária’, não há porque falar em reforma agrária, definida esta como ‘intervenção do Estado’ para alterar, como medidas expropriatórias, o esquema de distribuição de terras herdado do passado” .

Com isso,

“(...) logo surgiram, até no campo da esquerda, teses de que a reforma agrária não se justificava mais como um ‘objetivo econômico’ e sim como um ‘objetivo social’. Não se demorou muito para que as propostas de reforma agrária ‘social’ fossem cedendo lugar envergonhadamente a propostas que não diferem muito das ‘políticas sociais compensatórias’ preconizadas pelos teóricos do neoliberalismo” (SAMPAIO, 2001, p. 3)

SAMPAIO (2001) também critica a visão do rural-urbano (GRAZIANO DA SILVA, 1998, 1999) segundo a qual o dinamismo do meio rural não vem apenas da produção agropecuária, mas de outras atividades econômicas que têm por base o espaço rural, tais como hotel fazenda, turismo ecológico, pesa esportiva, dentre outros. O autor considera que este dinamismo corresponde a uma realidade europeia que não pode ser transplantada para o conjunto do Brasil.

“Se em algumas poucas regiões de nível econômico muito elevado, a estatística pode registrar o crescimento desse tipo de emprego, nada autoriza a generalização desse fenômeno como capaz de dar conta do enorme problema do desemprego, da eliminação da pobreza rural, e da necessidade de aumentar significativamente o nível de renda dessa população. Aliás, mesmo nessas regiões privilegiadas, o crescimento desse tipo de emprego cria um problema (...) é que todos eles são empregos no setor de serviços, empregos pouco aptos para promover o crescimento econômico e cívico da população rural” (SAMPAIO, 2001, p. 4).

Nos anos 90, de acordo com MEDEIROS et al. (2002), como parte da nova compreensão da reforma agrária no Brasil, iniciaram-se experiências nos moldes das reformas agrárias “conduzidas pelo mercado”, implementadas com o apoio do

Banco Mundial, na referida década, em países como Filipinas, África do Sul e Colômbia. A primeira experiência foi no Ceará, em 1996. No ano seguinte, o programa denominado Célula da Terra passou a ser implantado nos Estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e no próprio Ceará, com o nome de Programa Cédula da Terra - PCT. Para isso, foi feito um empréstimo de US\$ 90 milhões junto ao Banco Mundial.

Segundo documento do Banco Mundial (TEÓFILO & GARCIA, 2002, p. 18):

"Estes programas foram desenhados para complementar e eliminar alguns gargalos do processo de reforma agrária. As vantagens destes programas manifestam-se: i) no maior grau de liberdade dos favorecidos ao permitir-lhes escolher a terra que desejam e negociar seu preço; ii) na supressão da intervenção da agência estatal no processo de seleção e negociação da terra eliminando a burocracia; iii) na redução dos custos administrativos e possibilidade de transferência de funções das agências governamentais ao setor privado, especialmente nas áreas de preparação de projetos e assistência técnica aos beneficiários. Também apresentam alguns riscos que podem elevar os custos, tais como: i) Desigualdade no poder de negociação; ii) inelasticidade da oferta da terra; iii) dificuldades na recuperação dos créditos".

Seguindo essa visão de reforma agrária via mercado, BUAINAIN et al (s/d) apresentam as seguintes críticas ao modelo tradicional e vigente de reforma agrária, ou melhor, de formação de assentamentos rurais, cujo principal instrumento consiste na desapropriação, por interesse social, de áreas consideradas improdutivas e acima de um determinado limite. Dentre as suas críticas a esse modelo estão:

- maior custo de transação⁸ (estima-se um acréscimo superior ao triplo do valor da terra);
- impossibilidade de captar os movimentos de queda do preço da terra no curto prazo;
- maior tempo entre a identificação das terras e o assentamento;
- necessidade de uma máquina burocrática superdimensionada;
- estímulos indiretos à ocupação (justificada pela pouca agilidade do processo);

⁸ A Nova Economia Institucional (NEI), da qual fazem parte os termos custos de transação e estrutura de governança, dentre outros, será explicada na seção 2.8 sobre desenvolvimento.

- menor atenção ao desenvolvimento produtivo do assentamento (a máquina é pressionada para atender as demandas emergenciais de acesso à terra);
- acúmulo de um passivo de infra-estrutura e serviços sociais básicos.

Como propostas tem-se a ampliação radical, termo usado pelos autores, da participação dos beneficiários em todas as fases do processo de assentamento, reduzindo ao mínimo indispensável o papel do governo. Somente cabe ao Estado a gestão do processo e a mediação dos interesses em disputa.

"Com isso, pode-se imaginar a introdução de uma negociação prévia de preços entre proprietários e trabalhadores de um imóvel passível de desapropriação e de incontestável interesse de um grupo organizado. Havendo convergência de interesses as terras seriam transferidas direta e imediatamente dos proprietários aos trabalhadores organizados sob a forma de uma Associação. Evidentemente que nos casos em que não fosse possível o entendimento (estamos falando de terras passíveis de desapropriação) seria adotado o caminho tradicional da desapropriação, com a edição de Decreto e ajuizamento da respectiva ação. Com isso, seriam residuais os casos levados à consideração da justiça, reduzindo os custos financeiros e operacionais da reforma agrária, o que permitiria, a princípio, reutilizar os recursos "poupados" para sua própria expansão" (BUAINAIN et al, s/d, p. 5).

Ao lado de ações amplas que dinamizem o mercado de terra e reduzam a possibilidade de prêmio com a especulação fundiária, o programa de reforma agrária nesta visão deve ser complementado com outros instrumentos: o Programa Célula da Terra (PCT), revisão do Imposto Territorial Rural (ITR) e dos procedimentos legais para a realização da intervenção. A idéia é buscar estruturas de governança mais eficientes. Contudo, para que o PCT funcione corretamente torna-se necessária a existência de terras ociosas e um mercado de terras com um preço de oferta do ativo compatíveis, com a capacidade dita empresarial dos beneficiários, tudo isso no nível local, levando em conta as especificidades de cada região.

O PCT passou a funcionar da seguinte maneira: uma associação de pequenos produtores ou de sem-terras deveria procurar um agente financeiro ou o órgão de terra do Estado para apresentar uma proposta de assentamento. Analisado o pedido, seria definido o montante de recursos necessários para ir ao mercado adquirir uma área. Em seguida, o governo avaliaria a qualidade da terra, a adequação do preço no mercado regional e a inquestionabilidade da cadeia dominial. A seguir era fornecida uma carta de

crédito à associação para que, por intermédio de agente financeiro estatal, fosse adquirida a propriedade, em condições de mercado. A associação compradora teria inicialmente até dez anos para amortizar a dívida, com uma carência de até três anos. O programa também previa recursos para investimentos comunitários nas áreas de infraestrutura, produção e equipamentos sociais. A partir da suposição de uma queda nos preços da terra, e de que havia uma oferta desse ativo, a opção do governo orientou-se pelo estímulo à obtenção de terras no mercado. Posteriormente, o governo alterou as condições de pagamento e aumentou o prazo de dez para vinte anos, com três anos de carência. Isso acabou gerando o Programa de Crédito Fundiário de Combate a Pobreza (CFCP), garantindo a exclusão de áreas que, do ponto de vista legal, poderiam ser desapropriadas.

À medida que o programa se consolidava, as reações se iniciaram, tendo como principais porta-vozes o MST, a Contag, a Comissão Pastoral da Terra - CPT e o Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo. As principais críticas incidiram sobre o sistema de compra e venda de terras que tenderia a levar o poder público a abrir mão de conduzir a reforma agrária, deixando-a sob controle direto dos proprietários de terras. Estes, por sua vez, estariam sendo premiados pelo programa na medida em que receberiam o valor do imóvel em dinheiro e à vista, transformando as áreas improdutivas em verdadeiros ativos financeiros.

Plínio de Arruda SAMPAIO (2001), por sua vez, destacando a importância da realização de uma reforma agrária no Brasil, salienta que é falacioso o argumento que considera a falta de recursos financeiros e humanos, por parte do governo, um problema para promover milhões de sem-terra à condição de produtores suficientes. Nesse sentido, não é necessária uma quantidade de recursos, além da capacidade de poupança do país, para gerar mudanças radicais no meio rural e dar início a um rápido processo de recuperação econômica. Destaca também que a reforma agrária não significa apenas desconcentração fundiária, pois deve abranger também medidas que desmonte o modelo agrícola produtivista vigente no país e substituí-lo por um modelo equilibrado econômica, social e ecologicamente.

“Ultimamente tem surgido a tendência de confundir reforma agrária com assentamento rural. Mas o assentamento é apenas um dos elementos constitutivos de uma reforma agrária, ao lado, por exemplo, de decreto

expropriatório, do cadastramento da propriedade, da seleção de beneficiários. Transformá-lo em sinônimo de reforma agrária faz parte da luta ideológica destinada a despolitizar o debate da questão agrária e retirar a reforma agrária da agenda política do país” (SAMPAIO, 2001, p. 7).

O fato é que uma melhor redistribuição de terras e o apoio a pequena propriedade apresentam-se como elementos vitais para o desenvolvimento econômico e social. Mas em que consiste o termo desenvolvimento? Quais as relações entre desenvolvimento, desenvolvimento local, regional e sustentável? Isso será apresentado a seguir.

2.8 Concepções teóricas e a problemática sobre desenvolvimento

No decorrer da evolução do pensamento econômico oficial sobre o tema desenvolvimento econômico, pode-se encontrar duas correntes distintas. Na primeira, os termos desenvolvimento e crescimento econômico eram considerados sinônimos. Assim, um país era dito como de maior ou menor desenvolvimento conforme seu grau de crescimento econômico. Entre os principais representantes dessa linha de pensamento estavam MEADE (1956) e SOLOW (1956), de caráter neoclássico⁹, bem como HARROD (1956), DOMAR (1985) e KALDOR (1975), de inspiração keynesiana¹⁰. Os modelos propostos enfatizavam apenas a acumulação de capital. A idéia era que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendraria automaticamente a melhoria dos padrões de vida e por conseguinte, o desenvolvimento econômico.

Contudo, a experiência tem demonstrado que o crescimento econômico não pode ser confundido com desenvolvimento econômico, uma vez que os frutos da expansão nem sempre são distribuídos para toda a população. Mesmo que a economia cresça a taxas relativamente elevadas, o desemprego pode não estar reduzindo na

⁹ Escola que se desenvolveu na segunda metade do século XIX e início do século XX. A partir de princípios liberais (economia de mercado), foi responsável pela consolidação da formalização analítica da economia e o uso intensivo da Matemática. A preocupação principal era com alocação ótima de recursos. Seus principais expoentes são Jevons, Menger e Walras (TROSTER & MOCHÓN, 2002).

¹⁰ Corpo de pensamento desenvolvido em torno da obra de John Maynard Keynes (1883-1946). Na essência ele defende que, devido à rigidez dos salários e preços, a economia não tende sistematicamente a uma situação de equilíbrio do pleno emprego. As medidas para estimular a demanda agregada podem eliminar o desemprego, sendo que as políticas fiscais são indicadas para aumentar o nível de demanda (TROSTER & MOCHÓN, 2002).

proporção e rapidez necessárias. Associado ao crescimento econômico, pode estar ocorrendo:

- transferência do excedente de renda para outros países, reduzindo a capacidade de importar e de realizar investimentos;
- apropriação de parcelas crescentes desse excedente por poucas pessoas no próprio país, aumentando a concentração de renda e de riqueza;
- salários da maioria da população extremamente baixos, limitando o crescimento dos setores que produzem alimentos e outros bens de consumo mais popular;
- empresas tradicionais que não conseguem se desenvolver pelo fraco dinamismo do setor do mercado interno;
- dificuldade para a implantação de atividades interligadas às empresas que mais crescem, sejam elas exportadoras ou não (SOUZA, 1999)

Em uma outra corrente de pensamento, mais voltada para a realidade empírica, o crescimento passou a ser concebido como uma condição indispensável, porém, não única para o desenvolvimento. Os principais representantes dessa linha de pensamentos são LEWIS (1969), HIRSCHMAN (1983), MYRDAL (1968) e NURKSE (1957), PREBISCH (1949), FURTADO (1961), SINGER (1977) e demais autores de tradição cepalina¹¹ e marxista¹². Nessa concepção, o crescimento econômico passou a ser visto como uma variação da quantidade do produto, enquanto desenvolvimento envolvia modificações qualitativas no modo de vida das pessoas, instituições e estruturas produtivas. Assim, o desenvolvimento consistia na transformação de uma economia atrasada em uma economia moderna, eficiente, juntamente com melhoria da qualidade de vida do conjunto da população.

Desenvolvimento econômico, utilizando a segunda concepção, pode então ser definido pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças estruturais e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de

¹¹ Cepal: Comissão Econômica para América Latina e Caribe, criada em 1948, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da região.

¹² Escola baseada nos trabalhos de Karl Marx, desenvolvidos na segunda metade do século XIX. Representa uma crítica ao capitalismo, observando que o desenvolvimento tecnológico em regimes capitalistas levaria à marginalização dos trabalhadores. Baseia sua análise a partir da luta entre capitalistas e trabalhadores.

mercado e a elevação geral da produtividade. Assim, a economia adquire maior estabilidade e diversificação; o progresso tecnológico e a formação de capitais tornam-se gradativamente fatores endógenos, ou seja, gerados predominantemente no interior do país. O crescimento econômico precisa, portanto, superar o crescimento demográfico para expandir o nível de emprego e a arrecadação pública, permitindo que o Governo realize gastos sociais e atenda prioritariamente as pessoas mais carentes. Nesse sentido, a renda *per capita* eleva-se no longo prazo. Contudo, a questão é saber se a renda em crescimento está sendo distribuída entre toda a população.

O simples aumento da renda não indica que a população está melhor ou pior em termos de saúde, educação e conforto, entre outros indicadores. Uma definição mais completa de desenvolvimento exige outras indicações de como está se comportando no tempo, tanto a produção como a renda, em termos de maior produtividade e melhores níveis de bem-estar social (SOUZA, 1999). Deste modo, o debate sobre o real significado de desenvolvimento levou a estudos para estabelecer parâmetros capazes de avaliar o nível de vida das pessoas de uma forma mais precisa. Criou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que analisa o desenvolvimento através de três dimensões: longevidade (viver uma vida longa e saudável), conhecimento (ser instruído) e padrão de vida (gozar de um nível de vida adequado). A partir disso, criou-se três variáveis para medir o desenvolvimento humano dos diferentes países: esperança de vida, nível educacional e Produto Interno Líquido (PIB real) per capita.

Na atualidade, outra linha de pensamento utilizada para explicar o desenvolvimento econômico dos países é a Nova Economia Institucional (NEI) ou Neoinstitucionalismo. Contrariando a visão clássica da economia, parte-se da suposição de que os indivíduos não possuem pleno conhecimento do mercado, ou seja, não dispõem de informação completa e também não agem racionalmente. Sua racionalidade tende a ser limitada. Tais fatores restringem a habilidade de serem eficientes. Daí a necessidade da presença de instituições, entendida como uma estrutura material e humana, composta por regras formais, limitações informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto-impostos) que servem para regular tais imperfeições além de auxiliar no bom funcionamento do mercado, da sociedade e das interações econômicas e sociais (AZEVEDO, 2000).

A NEI aborda o papel das instituições em dois níveis analíticos distintos: o ambiente institucional e as estruturas de governança, ou seja, macroinstituições (macroambiente), que estabelecem as bases para as interações entre os seres humanos, e as microinstituições (microambiente), que regulam uma transação específica. Dentre os principais autores da primeira linha de análise tem-se Douglass NORTH (1991) e Barry EICHENGREEN (1997), enfocando principalmente a relação entre instituições e desenvolvimento econômico. No segundo grupo estão presentes, dentre outros, Yoram BARZEL (1982) e Oliver WILLIAMSON (1985, 1991, 1996). Ambas as visões partiram das concepções teóricas de Ronald COASE (1937) sobre a natureza da firma e direitos de propriedade. Assim, as instituições ditam as regras formais e informais do jogo, ou seja, têm a função de restringir o comportamento oportunista dos participantes, atenuando deste modo os custos de transação¹³. As instituições mais eficientes são aquelas que mais intensamente conseguem reduzir os custos de transação. Tal linha de raciocínio foi utilizada por BUAINAIN et al (s/d) para justificar o uso da reforma agrária via mercado, apresentada no tópico anterior.

Além de diferenciar desenvolvimento de crescimento econômico e criar melhores parâmetros para se analisar o bem-estar da população, é importante diferenciar o desenvolvimento nacional do desenvolvimento local e regional. Nem sempre ambos andam juntos. No Brasil, até a década de 1940, o desenvolvimento do país estava atrelado ao crescimento das exportações de produtos primários e a formação da indústria de bens de consumo, em especial na região sudeste do país. A partir dos anos 50/60, o desenvolvimento, vinculado a formação e consolidação da indústria de base, ganhou características mais regionais, embora ainda dependentes da estratégia do país como um todo. Criaram-se órgãos objetivando o desenvolvimento regional: SUDENE, SUDAM, etc¹⁴. Paralelamente a isso, as cidades com economia baseada na agricultura familiar eram vistas como sinônimo de atraso, sendo o êxodo rural tido como inevitável. É verdade que neste período houve fatores de expulsão da mão-de-obra do campo. A oferta de emprego nas grandes obras de infra-estrutura e no desenvolvimento urbano e industrial atraiu milhares de trabalhadores rurais. A modernização conservadora do

¹³ São definidos como os custos de: a) elaboração e negociação dos contratos; b) mensuração e fiscalização de direitos de propriedade; c) monitoramento do desempenho; d) organização de atividades; e) problemas de adaptação.

¹⁴ Vide capítulo 2.

campo também resultou na liberação de mão-de-obra assalariada devido à mecanização das lavouras. Tais fatores fizeram com que pequenos e médios municípios, com base social e econômica centrada na agricultura, enfrentassem uma profunda crise, não apenas conjuntural mas também estrutural.

Para DENARDI et al (2000), a marginalização econômica e social dos pequenos municípios não foi tão acentuada e percebida num primeiro momento, porque o processo de modernização da agricultura gerou aumento de produção e produtividade agrícola. Tal fato acarretou desenvolvimento comercial, agroindustrial e de serviços dos pequenos e médios municípios. A viabilização deste processo foi possível porque o Estado transferiu importantes recursos na forma de crédito subsidiado, incentivos fiscais, garantias de preços, pesquisa e extensão rural e outros. Entretanto, como conseqüências do modelo de desenvolvimento agrícola estabelecido, a miséria no meio rural não foi eliminada; estimulou-se a concentração de renda, da terra e das agroindústrias; as tecnologias utilizadas provocaram a degradação e contaminação do meio ambiente; e não se garantiu qualidade de vida às pessoas que vivem no meio rural. Por isso, vem à tona a discussão sobre a importância do desenvolvimento sustentável, discutida posteriormente neste capítulo.

Tendo em vista a necessidade de se planejar em termos locais/regionais, a partir dos anos 70 e com maior projeção nos anos 80, no contexto mundial, intensificou-se o número de propostas de descentralização do Estado. Na Europa, tal ação ganhou força a partir das reformas adotadas pelos governos social- democratas da França e Itália. Na América Latina, o debate sobre a municipalização como forma de descentralização do poder do Estado esteve ligado ao debate sobre democratização no período em que a região caminhava-se para o fim das ditaduras militares.

No Brasil, o processo de descentralização deu-se principalmente através de uma reforma na política fiscal, com a instituição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e através da transferência para os municípios de políticas que tradicionalmente eram coordenadas e/ou executadas pelos governos estadual e federal, como a saúde e a educação. De 1980 para 1994, as prefeituras e governos estaduais ampliaram a sua participação na receita disponível do país. Os municípios foram os principais beneficiados com as reformas fiscais, tendo elevado suas receitas de 9% para 15%, no período em questão. Os Estados tiveram sua receita elevada de 22% para 27%,

em contrapartida, a União teve sua receita reduzida de 69%, em 1980 para 58%, em 1994.

Isso remete a necessidade de se discutir o termo desenvolvimento local.

2.9 Desenvolvimento local: definições e tipos de abordagens

Sarita ALBAGLI (1998) esclarece que o conceito Local pode estar atrelado aos seguintes aspectos: a) tamanho/dimensão do local, associando-se ao conceito de escala; b) diferenciação e/ou especificidade do local; c) grau de autonomia do local; d) nível de análise e de complexidade do local.

Frente à idéia de Global, o local pode referir-se a uma dada localidade (cidade, bairro, rua), região ou nação, formando subespaços, criando alguma delimitação ou recorte territorial, que se expressa em termos econômicos, políticos e culturais. Normalmente local é usado como sinônimo de lugar, termo este que se reveste de uma variedade de significados. Entretanto, lugar não deve ser entendido apenas como um espaço onde se realizam as práticas diárias. O conceito de lugar está atrelado a três dimensões:

- a) econômica = localização das atividades econômicas e sociais;
- b) sociológica = espaço cotidiano de interação social;
- c) antropológico e cultural = identificação do sujeito com o espaço habitado.

Local também pode estar associado à idéia de região. Sobre o conceito de região, desenvolveram-se três grandes linhas interpretativas, a partir da década de 1970. A primeira, apoiada na visão marxista, entende a região como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista¹⁵. A segunda define região como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um dado grupo¹⁶. A terceira abordagem percebe a região como um meio para interações sociais, enfatizando as relações de dominação e poder como constitutivas da diferenciação entre regiões¹⁷. Na realidade, as três correntes são complementares, na medida que região não é apenas realidade empírica, mas também representação social (ALBAGLI, 1998).

¹⁵ Como autores representantes dessa linha de pensamento, tem-se: J. L. Coraggio, D. Massey, N. Smith, David Harvey, Alain Lipietz e John Urry.

¹⁶ Fazem parte dessa visão os seguintes autores: J. L. Piveteau, Y. Tuan, Paul Claval, D. Ley, A. Frémont.

¹⁷ Autores dessa corrente: Alain Pred, N. Thrift, D. Gregory, Claude Raffestin.

Para José Eli da VEIGA (2000, p. 15)

“O “local” é entendido aqui como qualquer recorte socioterritorial delimitado a partir de uma característica eletiva definidora de identidade. Pode ser uma característica físico-territorial (localidades de uma mesma microbacia), uma característica econômica (localidades integradas por uma determinada cadeia produtiva), uma característica étnica-cultural (localidades indígenas, de remanescentes de quilombos ou de migrantes), uma característica político-territorial (municípios de uma microrregião), etc. Enfim, o recorte do local depende do olhar do sujeito e dos critérios eletivos de agregação”.

Em que consiste então desenvolvimento local? BUARQUE (2002, p. 11) entende o desenvolvimento local,

“como uma resultante direta da capacidade dos atores e da sociedade local se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, buscando a competitividades num contexto de rápidas e profundas transformações. Desta forma, o desenvolvimento de uma localidade – município, microrregião, bacia, ou mesmo espaço urbano – deve ter um claro componente endógeno, principalmente no que se refere ao papel dos atores sociais, mas também em relação às potencialidades locais”

Nesse sentido, o desenvolvimento local depende de quatro grandes mudanças nas relações econômicas, sociais e político-institucionais dominantes na microrregião: a) o aumento do capital social, b) a distribuição de ativos sociais, c) a reestruturação, modernização e democratização das instituições públicas locais e d) da articulação e aumento da competitividade das cadeias produtivas¹⁸. Assim, desenvolvimento nessa concepção leva em conta a competitividade do chamado agronegócio.

Paulo JESUS (2003, p. 72) caracteriza desenvolvimento local como:

“um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando

¹⁸ Por cadeias produtivas, entende-se uma “uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de serem separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico; é também um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformações, um fluxo de troca situado de montante à jusante, entre fornecedores e clientes” (BATALHA, 1997, p. 26).

oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim, se trata de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais”’.

O autor em questão ressalta que existem três diferentes abordagens de políticas públicas relacionadas com desenvolvimento local:

- * abordagem centralizadora, onde o governo define políticas públicas, a partir de interesses e visões de técnicos do aparelho estatal;
- * a visão baseada na operacionalidade dos mecanismos de mercado, onde a empresa privada desempenha o papel principal. Trata-se de políticas públicas que atingem a operacionalidade ou o desempenho das empresas num contexto de mercado, seja reduzindo imposto, ou favorecendo a importações/exportações, por exemplo;
- * políticas públicas relacionadas com o processo de desenvolvimento iniciado na localidade e/ou região, de baixo para cima, através da mobilização e participação da comunidade.

A primeira abordagem, a centralizadora, foi durante muito tempo executada pelo governo no país e em especial nos assentamentos de reforma agrária, objeto de estudo desta tese. No processo de desenvolvimento no plano nacional, podem-se utilizar modelos econômicos mecanicistas, partindo-se da hipótese de que todos os atores econômicos têm um comportamento padrão e que a população comunga o mesmo sistema de valores. Embora tal modelo seja questionável, no plano nacional é impossível trabalhar com comportamentos econômicos variados. No entanto, no plano regional/local, isso é possível dada a dimensão do objeto de estudo. Isso faz com que o desenvolvimento local não seja um processo mecânico, mas sim orgânico, um fenômeno humano, onde a comunidade não é estática, mas sim dinâmica, viva, aberta ao contato e à solidariedade com outras comunidades, em diferentes escalas. Na realidade, como será mostrado posteriormente, verificou-se que os assentamentos do Pontal do Paranapanema foram implantados visando primeiramente resolver os

conflitos locais, sem que houvesse realmente um programa visando o desenvolvimento da região.

A segunda visão tende a ser implantada em locais onde haja elevada influência de grandes empresas ou grupos econômicos. No caso do Pontal do Paranapanema, historicamente há a pressão política dos grandes fazendeiros, mas que acabou sendo enfraquecida pelos conflitos pela posse das terras. SELIN & CHAVEZ, citado por GRAZIANO DA SILVA (2000) partem da terceira concepção ao considerarem que o desenvolvimento local deve ser realizado de “baixo para cima”, com a participação efetiva dos atores sociais. A questão que se coloca é como iniciar esta mobilização de baixo para cima, ou seja, como fazer com que os atores sociais exerçam papel ativo no desenvolvimento local. No caso do Pontal, isso pode ser articulado via Cooperativa, conforme analisado no capítulo quatro.

ÁVILA (2003) por sua vez, diferencia três termos: a) desenvolvimento no local; b) desenvolvimento para o local e; c) o desenvolvimento local. Assim coloca que desenvolvimento no local refere-se a um empreendimento ou iniciativa a que se atribui a qualificação “de desenvolvimento”, por gerar emprego e expectativa de arrecadação de impostos e circulação de bens e dinheiro, mas que, em verdade, tem o local apenas como sede física. Só fica no local enquanto o lucro compensar. No momento que a lucratividade baixar, ou quebrar –empresarialmente falando- ou vai embora, deixando muitas vezes, na comunidade-localidade, graves problemas ambientais e, principalmente, enorme frustração por parte da população. O modelo brasileiro de implantação, tanto de parques industriais quanto de indústrias isoladas, a partir da década de 1940, vem fazendo com que até populações dos centros mais avançados do país, como as principais capitais, paguem muito caro por esse tipo de desenvolvimento em termos de água, ar, solo e saúde de modo geral. O referido autor destaca que tal tipo de desenvolvimento não deve ser evitado ou banido, na medida que ele é necessário até para que se criem bases econômicas para o desenvolvimento local propriamente dito, portanto de caráter endógeno. Mas a comunidade-localidade precisa estar consciente de que ele apenas se situa no local, podendo se deslocar a qualquer momento, por conta disso, a geração de benefícios à comunidade se apresenta de modo secundário. Não é um tipo de desenvolvimento atrelado a implantação de assentamentos.

Do mesmo modo, desenvolvimento local não é só desenvolvimento para o local. Este último refere-se à idéia de desenvolvimento que, além de se situar no local como sede física, gera atividades e efeitos benéficos às comunidades e aos ecossistemas locais, mas à maneira bumerangue, ou seja, brota das instâncias promotoras, vai aos locais/comunidades e retorna as instâncias promotoras. O problema que ocorre nesse caso é que nem sempre esses planos, programas, projetos e/ou atividades deixam muitos e duradouros resultados quando encerrada a atuação das pessoas/agências que os idealizaram, patrocinaram, promoveram ou os operacionalizaram. A lógica natural é a de que ninguém – entidade ou pessoa – age sem prever e esperar algum tipo de compensação, que pode ser: abatimento das despesas nas declarações de pessoas físicas ou jurídicas do imposto de renda, reconhecimento público no seio da comunidade local, marketing e assim por diante.

Com isso, conclui-se que:

“(..) o núcleo conceitual do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento –a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida- das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ -portanto com interesses comuns e situada em (...) espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica-, no sentido de ela mesma –mediante ativa colaboração de agentes externos e internos- incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios -ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade-, assim como a “metabolização” comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito” (ÁVILA, 2000, p. 68).

Para o autor em questão, a medula motriz do processo de desenvolvimento local está tanto na capacidade quanto na real possibilidade de se chegar a consensos e desenvolver iniciativas solidariamente cooperativas, que incidam direta e constantemente nas dinâmicas de sensibilização, mobilização, organização, planejamento e ação conjunta no âmbito da comunidade/localidade a que se referir. Sem

o envolvimento e a cooperação solidária, o desenvolvimento local se traduz numa mera nomenclatura.

Ricardo ABRAMOVAY (1998, p. 2) considera que vem de Amartya SEN, prêmio Nobel de Economia, a definição mais precisa de desenvolvimento: *é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas.*

“O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 1999, p. 10).

Amartya SEN (1999), inicia sua obra expondo duas visões antagônicas do desenvolvimento presentes tanto na literatura acadêmica quanto na opinião pública em geral. A primeira, criticada pelo autor, sustenta que o desenvolvimento consiste num processo violento e sofrido, onde o desafio de acumular riquezas o mais rapidamente possível pode levar ao sacrifício imediato do bem-estar, que depois então viria sobre bases sólidas. A outra corrente concebe o desenvolvimento como um processo essencialmente amigável e que pode ser exemplificado pelas trocas benéficas, pelo trabalho de redes de segurança social, por liberdades políticas ou por desenvolvimento social, além da combinação deste uma ou mais atividades. É nesta visão que SEN irá se pautar. Assim, a expansão das liberdades pressupõe que as pessoas possam, na sua plenitude, desenvolver seus papéis de agentes, ou seja, capazes de agirem e gerarem mudanças de acordo com seus valores e objetivos. O local, entendido como lócus da vida e manifestação imediata das ações dos agentes, passa a ganhar mais relevância nos discursos em torno do desenvolvimento. A vida acontece no local e cada localidade tem uma forma de manifestação diferente de vida. Assim, não é possível impor políticas de cima para baixo, mas estas devem ser formadas a partir do local, uma vez que se entende que o mesmo possa ser uma das alternativas mais viáveis para a busca da sustentabilidade regional.

Para ÁVILA (2000), verifica-se um processo de desenvolvimento local quando uma dada comunidade apresenta capacidade, competência e habilidades de agenciamento e gestão das condições que lhe são inerentes, melhorando sua qualidade de vida, a partir da internalização comunitária associada ou não a participações efetivas de atores externos. Com isso,

“O processo de desenvolvimento local, para funcionar na prática, precisa ser desencadeado gradativamente, envolvendo e sendo apreendido pelos atores locais numa perspectiva educadora, emancipadora, geradora de auto-estima e autoconfiança. Precisa ser vivido, entendido, assumido e aperfeiçoado pelos atores sociais presentes em determinado local, sentindo-se como sujeitos desse processo para que possa ser sustentável. Necessita, acima de tudo, que seja participativo” (COSTA & PIRES, 2003, p. 6).

Para MARTINS (2002), falar de desenvolvimento local implica pensar na questão da escala. Assim, o local é essencialmente um sentido de lugar, pensando como a base territorial das representações e das práticas humanas que lhe dão um caráter de singularidade. É necessário que se busquem a combinação harmoniosa de fatores sociais, ecológicos, culturais e políticos presentes em um dado território e a partir das potencialidades locais estabelecer estratégias sustentáveis de desenvolvimento, considerando as ameaças e oportunidades exógenas. O autor neste caso está se referindo a noção de desenvolvimento sustentável, que será discutida no tópico seguinte. Porém, como destaca ÁVILA (2000), tal processo de desenvolvimento esbarra, em muitos casos, em estruturas de poder e interesses econômicos de uma rede complexa de atores sociais em diversas escalas geográficas.

Na visão de ABRAMOVAY (2000), a distância entre as situações em que as forças organizadas de um certo território constroem processos de coordenação e o que ocorre na esmagadora maioria dos municípios é tão grande que fornece a impressão de que somente em condições muito excepcionais este tipo de ação coletiva tem chances de sucesso. O referido autor, numa sessão de trabalho com extensionistas rurais¹⁹ ligados a Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural da região Sul do País, colocou uma questão a ser respondida em grupo à respeito dos obstáculos e triunfos para que a ação extensionista se convertesse em parte de um processo de desenvolvimento. Os principais obstáculos mencionados foram: falta de confiança dos agricultores na própria capacidade; dependência dos membros da Comissão com relação ao prefeito; sentimento do prefeito de que a comissão era um adversário a seu próprio poder; ingerência político-partidária na vida das Comissões; falta de preparo dos próprios técnicos; baixa participação da sociedade civil local nas Comissões; baixa

¹⁹ Em sua publicação, Ricardo Abramovay não cita referências quanto ao local e data da sessão com os extensionistas.

informação de seus membros; participação exclusivamente dos homens, com exclusão das mulheres. A partir disso, cita diversos fatores, positivos e negativos que interagem para a composição de sistemas produtivos locais. Dentre os mais relevantes, tem-se:

- grau de instrução (educação formal);
- densidade de relações de aprendizado interativo (educação informal);
- sentimento de identidade e pertencimento;
- nível de inclusão ou de polarização social;
- identidade entre interesses individuais e coletivos;
- lideranças locais;
- relação Estado/sociedade.

A educação – formal e informal – contribui para o entendimento do que vem a ser a cidadania e, portanto, o interesse coletivo. Os três itens seguintes – que tratam de identidade, desigualdade e interesses – dizem respeito ao grau de coesão social. A desigualdade econômica e a polarização social não contribuem para uma identidade forjada na coletividade local, ou para o sentimento de “pertencimento” a uma comunidade. A exclusão social, por definição, mina as possibilidades de coesão social e, portanto, da constituição de interesses coletivos - base para o desenvolvimento local – com os quais os indivíduos se identifiquem. A existência de lideranças locais que mobilizem grupos sociais constitui fator positivo. Tais lideranças podem traduzir os anseios e interesses do grupo, bem como formar elos entre Estado e sociedade civil. Deste modo o capital social, quando aliado a outros fatores, pode ser motor para o desenvolvimento local.

Ninguém possui a receita para a superação dos limites. Mas ABRAMOVAY (2000b) concorda com CASAROTTO FILHO & PIRES (1998) de que é necessário um pacto territorial visando:

- a) mobilizar os atores em torno de uma “idéia guia”;
- b) contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto;
- c) definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território;
- d) realizar o projeto em um tempo definido;

e) criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa) entre os protagonistas do pacto territorial.

"A questão com que, cada vez mais, iremos nos defrontar, não é se o desenvolvimento é possível, mas que tipo de desenvolvimento será e, para responder a esta pergunta, o social deverá se tornar parte do nosso foco, tanto quanto o econômico e o político" (WOLFE, 1991, p. 62).

Até agora se discutiu o conceito e a relevância do desenvolvimento local. Entretanto, é possível que os assentamentos rurais tragam apenas desenvolvimento rural e não local? Quais as diferenças entre desenvolvimento local e rural?

2.10 Desenvolvimento local versus rural

Quando se discute a questão dos assentamentos e seus impactos, pode-se considerar, a priori, que se esteja falando em desenvolvimento rural. Porém, como afirma ABRAMOVAY (2000a) não existe uma definição universalmente aceita sobre o conceito de meio rural, mas trabalhos europeus, norte-americanos e da Organização das Nações Unidas (ONU), concordam que o rural não pode ser definido por oposição e sua relação com as cidades. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define áreas rurais como aquelas que se encontram fora dos limites das cidades. Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos (IBGE, 1996). O acesso a infra-estruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população seja classificada como urbana.

ABRAMOVAY (2000a, 2003) salienta que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial. Nesse sentido, não se pode considerar que o desenvolvimento social somente possa ser obtido via urbanização. A ruralidade é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas por englobar três atributos básicos. Primeiramente, a ruralidade supõe o contato muito mais imediato dos habitantes locais com o meio natural do que nos centros urbanos. Em segundo lugar, o

meio rural apresenta uma relativa dispersão populacional em contraste com as imensas aglomerações metropolitanas. A terceira característica é a relação com as regiões urbanas: as grandes cidades são evidentemente o centro nervoso do processo de desenvolvimento. Mas o próprio crescimento e a interiorização das grandes e médias cidades abrem a oportunidade para novas atividades e da valorização de atributos do meio rural até então desprezados. É da renda urbana que depende o dinamismo rural: não só daquela constituída por mercados consumidores anônimos, distantes e destinatários de *commodities*, mas sobretudo da que se volta ao aproveitamento das virtudes mais valorizadas no meio rural, como a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e um certo modo de vida. O pressuposto aí é que o meio rural justamente não se “urbanize”, mas que ele tenha, ao mesmo tempo, um conjunto de organizações que planejem o aproveitamento econômico de atributos que os mercados convencionais dificilmente serão capazes de revelar.

No âmbito das agências de desenvolvimento, em muitos casos, faz-se uma distinção entre desenvolvimento agrícola e rural, que, segundo DENARDI et al (2000) podem ser delimitados da seguinte forma: *Desenvolvimento agrícola ou agropecuário* refere-se ao crescimento, modernização e dinamização da agricultura, enquanto setor produtivo, com uma melhor rentabilidade dos fatores empregados, aumento da produção e produtividade, resultando numa agricultura mais produtiva e diversificada, com custos marginais decrescentes. O *desenvolvimento rural* envolve o crescimento da produção, da renda e dos vetores de sua distribuição, via ocupações produtivas, impostos e investimentos produtivos, que realimentam o processo. Implica em uma melhoria generalizada das condições de vida e trabalho da população que habita o meio rural, com acesso aos bens e serviços sociais que devem ser garantidos aos cidadãos. Abrange ainda a formação e desenvolvimento da infra-estrutura econômica e social, pública e privada, de tal forma que os indicadores sociais de qualidade de vida sofrem contínuas elevações.

NAVARRO (2001), classifica o desenvolvimento em agrícola, agrário, rural, sustentável e local. No agrícola, utiliza-se da mesma definição dada por DENARDI et al (2000). Por desenvolvimento agrário compreende não apenas o desenvolvimento agrícola, mas também as instituições presentes, as políticas do período, as disputas de classes, as condições de acesso e uso da terra, as relações de

trabalho e suas mudanças, os conflitos sociais, os mercados, entre outros fatores. Normalmente, são interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas a estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo. Dentre a vasta lista de estudos que utiliza tal conceito, Navarro destaca os seguintes autores: José Eli da VEIGA (1991), Juarez Lopes BRANDÃO (1982), Alberto Passos GUIMARÃES (1979), José GRAZIANO DA SILVA da Silva (1981), David GOODMAN (1986), Ângela KAGEYAMA et al. (1986).

A terceira expressão é desenvolvimento rural caracterizado como sendo uma ação previamente articulada a fim de induzir mudanças num dado ambiente rural. Tradicionalmente, o Estado nacional ou seus níveis sub-nacionais, sempre estiveram presentes à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural. Para tal, define-se estratégias, metas, metodologias de implementação, lógica operacional e demais características específicas de projetos e ações governamentais. Desenvolvimento rural também pode ser analisado a posteriori, neste caso referindo-se às análises dos impactos dos programas já realizados pelo Estado em seus diferentes níveis, na área rural.

Desenvolvimento rural sustentável, a quarta expressão deste conjunto, surgiu em meados dos anos oitenta, a partir da crescente difusão da expressão mais geral, “desenvolvimento sustentável”. O termo sustentável refere-se exclusivamente, ao plano ambiental, indicando a necessidade de estratégias de desenvolvimento rural que levem em conta as dimensões ambientais.

A última expressão é desenvolvimento local cuja proliferação, para NAVARRO (2001), é conseqüência basicamente de duas mudanças recentes. A primeira é a multiplicação das Organizações Não-Governamentais que geralmente tendem a atuar no âmbito regional ou municipal e, conseqüentemente, criam estratégias de ação local. Outra mudança refere-se à descentralização das decisões e ações do Estado para as regiões e municípios, valorizando o local.

“Desenvolvimento rural, portanto, não se restringe nem ao “rural estritamente falando” (as famílias rurais e a produção agrícola) e nem mesmo exclusivamente ao plano das interações sociais também principalmente rurais (comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo), mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se tem por limite mais imediato de realização o município, pode estender-se para horizontes territoriais mais extensos,

como provavelmente ocorrerá em curto prazo. Parecem assim desaparecer, definitivamente, o corte rural-urbano e as formas de sociabilidade igualmente demarcadas por tal segmentação” (NAVARRO, 2001, p. 16).

2.11. Considerações Finais

Neste capítulo, verificou-se o processo histórico de concentração de terras existente no país bem como as várias interpretações acerca da questão agrária e a relevância de se fazer ou não uma reforma agrária no Brasil. Os programas dos governos, no decorrer desse processo histórico, foram insuficientes para modificar o quadro de concentração de terras e poder existentes no Brasil. Esse panorama foi relevante para contextualizar a problemática da reforma agrária na atualidade. Embora alguns autores considerem que a reforma agrária não seja relevante, outros acreditam no instrumento como meio para promover o desenvolvimento do país. Nessa segunda visão, há autores que partem da concepção de reforma agrária via mercado e autores que consideram relevante a atuação do governo. O governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 -) em 2004, estava trabalhando com a desapropriação de terras para fins de reforma agrária, mas também atuando via concessão de linhas de créditos para a compra da terra. O fato é que a reforma agrária é vital mas, por si só, não irá solucionar o problema da desigualdade de renda, do desemprego e da exclusão social existentes no país. É necessário que se crie um conjunto de instrumentos visando à promoção do desenvolvimento local. Por isso, discutiu-se sobre as concepções teóricas acerca das diferenças entre desenvolvimento agrícola, agrário, rural, local, para se chegar a constatação que se trata de desenvolvimento local. Não se pode pensar apenas na área rural, mas sim, todo o entorno. Também é necessário que se construa um processo de desenvolvimento local – e não no local ou para o local – onde os atores sociais exerçam papel ativo dentro do processo.

No caso do Pontal do Paranapanema, objeto de estudo dessa tese, dada a quantidade de assentamentos e de assentados, estes podem ser instrumentos potencializadores do desenvolvimento local. Assim, trabalhar com a concepção de desenvolvimento local, necessariamente, está atrelada à noção de consolidação e desenvolvimento dos assentamentos rurais. Talvez a única exceção dentre os quatro municípios analisados seja a cidade de Rosana, cuja presença da Companhia Energética

de São Paulo - CESP – tem considerável relevância para o desenvolvimento do município e aqui pode usar a expressão desenvolvimento no local. Mas afinal qual a relação entre desenvolvimento e assentamentos de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema?

A fim de responder a esta pergunta, primeiramente são apresentadas, no capítulo 3, as características da região do Pontal do Paranapanema, enfocando o contexto histórico de grilagem e ocupações de terras. No capítulo quatro, mostra-se o perfil dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo e do Pontal para, então, fazer a correlação entre assentamentos e desenvolvimento local.

3. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: grilagem e ocupação de terras e a problemática do desenvolvimento local

Este capítulo tem por finalidade apresentar uma análise histórica da região do Pontal do Paranapanema, a fim de compreender as causas pelas quais esta tornou-se um dos principais focos de disputa pela posse da terra no Brasil, nos anos 90.

Para isso, primeiramente são apresentadas as várias delimitações utilizadas para determinar quais municípios pertencem ao Pontal, justificando o porquê da escolha, nesta tese, da definição usada pelo Governo do Estado. A seguir, discorre-se sobre o contexto histórico e os conflitos pela disputa por terras bem como os aspectos da ação estatal de regularização fundiária na região.

3.1 Delimitação da região denominada Pontal do Paranapanema

A região denominada Pontal do Paranapanema situa-se no extremo sudoeste do Estado de São Paulo, no triângulo formado pelos rios Paraná e Paranapanema, fazendo divisa com os Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Pertence a chamada Região da Alta Sorocabana, integrante do Planalto Paulista. Nas suas áreas predominam relevos suavemente ondulados a ondulados. Contudo, a retirada da vegetação, que agia como um manto protetor, fez surgir problemas de erosão no solo, além da baixa fertilidade. Com relação à hidrografia, devido à má distribuição das águas superficiais dos rios Paraná e Paranapanema, torna-se necessário, na maioria dos assentamentos, a perfuração de poços profundos. Em relação às culturas anuais de interesse comercial, o solo e o clima do local favorecem o cultivo de milho, mandioca, amendoim, cana-de-açúcar, algodão, girassol, sorgo e arroz irrigado, podendo ainda, com algumas restrições, produzir arroz de sequeiro, feijão, soja, batata e mamona. Quanto às culturas permanentes, a produção apresenta algumas limitações, principalmente no que se refere ao clima (baixas temperaturas) e problemas de ordem fitossanitária. Contudo, encontram-se na região plantações de café, limão e laranja. Para as frutas de maneira geral, a região é propícia para o cultivo comercial de abacaxi e abacate (ITESP, 1998b).

Cabe destacar que existem diferentes definições a respeito das delimitações geográficas e, por conseguinte, os municípios pertencentes a ela. Os

pesquisadores do Núcleo de Estudos da Reforma Agrária- NERA, formado por professores e alunos da Universidade Estadual Paulista- UNESP, campus de Presidente Prudente, utilizam a definição da Unipontal - União dos Municípios do Pontal- conglobando os municípios de Caiuá, Estrela do Norte, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Eptácio, Presidente Venceslau, Sandovalina, Santo Anastácio, Tarabai, Rosana, Euclides da Cunha e Teodoro Sampaio.

Para o Departamento de Regularização Fundiária (DAF), a região do Pontal é definida pela área do 34º perímetro, compreendendo os seguintes municípios: Mirante do Paranapanema, Presidente Prudente, Rancharia, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Presidente Venceslau, Presidente Eptácio, Dracena, Tupi Paulista, Pacaembu, Caiuá e Teodoro Sampaio. A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - Cati, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, atende os municípios do Pontal através de duas regionais agrícolas, sendo uma localizada em Presidente Venceslau¹ e a outra em Presidente Prudente² (FERNANDES, 1999).

Na delimitação administrativa do governo do Estado de São Paulo³, fazem parte da Região de Governo de Presidente Prudente 31 municípios, a saber: Alfredo Marcondes, Alvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Eptácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai, Teodoro Sampaio.

Neste trabalho, cujo objetivo consiste em analisar os assentamentos de reforma agrária e seus impactos na região do Pontal do Paranapanema, utiliza-se a

¹ Engloba os municípios de Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Eptácio, Presidente Venceslau, Ribeirão dos Índios, Rosana, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio.

² Pertence a regional os seguintes municípios: Alfredo Marcondes, Alvares Machado, Anhumas, Caiabu, Emilianópolis, Estrela do Norte, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Sandovalina, Santo Expedito, Taciba, Tarabai.

³ Vide citação 5, apresentada no item 1,5 do primeiro capítulo.

divisão usada pelo governo do Estado de São Paulo. A seguir, apresenta-se o contexto histórico da região.

3.2 Contexto histórico da região do Pontal do Paranapanema

A área denominada de Pontal do Paranapanema, na definição usada pelo Departamento de Assuntos Fundiários - DAF, foi parte integrante de uma antiga posse de terras denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Contudo, sua história está ligada a outra posse, a vizinha Fazenda Boa Esperança do Água Pehy. Isso ocorreu porque até meados do século XIX, na falta de legislação mais específica para a propriedade da terra no Brasil, era comum a declaração de posse de glebas por meio de escrituração em livros existentes em paróquias, feita pelo próprio vigário - daí o nome de *Registro Paroquial* ou *Registro do Vigário*, assinada pelo interessado ou seu procurador e por algumas testemunhas. Neste registro, embora não conferisse domínio definitivo ao interessado, era usado para legitimar a posse da terra, desde que nela tivesse cultura efetiva e moradia habitual, conforme especificado no Regulamento de Terras de 1854. Após a legalização, demarcava-se a área da gleba e expedia-se o título de legitimação. Embora a Lei nº 601, de 1850, tenha posto fim a esse tipo de posse, abriu-se a possibilidade de se legitimarem as terras já ocupadas em anos anteriores (LEITE, 1998).

Antônio José de Gouveia, em maio de 1856, conseguiu, na paróquia de São João Batista do Rio Verde, atual cidade de Itaporanga, o Registro Paroquial de uma imensa gleba que passou a ser chamada de *Fazenda Pirapó-Santo Anastácio*. Gouveia declarou que havia morado no local desde 1848. A gleba, contudo, apresentava perímetro indeciso. Já a posse da área da Fazenda Rio do Peixe, também denominada de Boa Esperança do Água Pehy foi registrada, inicialmente, em nome de José Teodoro de Sousa, na vila de Botucatu, no mesmo mês e ano em que ocorreu a posse de Gouveia. Teodoro atestou que residia nas terras desde 1847. Ocorreu, contudo, que nem Antônio José de Gouveia, nem José Teodoro de Sousa preocuparam-se em providenciar a legitimação de suas posses e as vendas de áreas começaram a ser feitas. Em abril de 1861, Gouveia vendeu sua posse a Joaquim Alves de Lima. Com seu falecimento, assumiu a Pirapó-Santo Anastácio seu filho João Evangelista de Lima, sendo que este último foi o primeiro a tentar legitimar sua posse no ano de 1886. Porém, como afirma LEITE (1998) o fez com tantas nulidades jurídicas e erros técnicos que em setembro de

1890, Prudente de Moraes, então governador de São Paulo, após ouvir o juiz comissário das comarcas de Lençóis e Botucatu, anulou a medição.

Não foi diferente o que ocorreu com a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy, que passou das mãos de José Teodoro de Sousa para seu genro Francisco de Paula Moraes e posteriormente vendida para o coronel José Rodrigues Tucunduva. Este último, em 1902, requereu a legitimação daquelas terras à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário. Esta reconheceu apenas parte do território da Fazenda. Contudo, a confusão de limites de posses entre as fazendas continuava a mesma do início do século ou talvez mais complexa pois em 1886, Manuel Pereira Goulart solicitou a legitimação de terras por ser possuidor de uma fazenda denominada Água Pehy e Boa Esperança, que obtivera de posse desde 1850 e onde plantava e residia com sua família. Como o processo estava eivado de erros, com documentos e informações falsas, o governador da província de São Paulo, Visconde de Parnaíba, não forneceu a legitimação de posse. Contudo, mesmo antes de sair a sentença sobre a Pirapó-Santo Anastácio, no dia 11 de janeiro de 1890, Manuel Pereira Goulart adquiriu, por permuta, a gleba da fazenda de João Evangelista de Lima (Fazenda Pirapó-Santo Anastácio). Em setembro de 1892, foi ratificada pelos irmãos e cunhados de Evangelista. Goulart necessitava o reconhecimento oficial de *suas* terras. Para isso, encaminhou petição ao Ministério da Agricultura, no Governo Provisório, solicitando permissão para localizar colonos estrangeiros na Pirapó-Santo Anastácio, obtendo do ministro Francisco Glicério despacho favorável, conforme escrito no Aviso nº 24:

“Em resposta ao vosso ofício nº 332, de 17 do corrente (1891), remeto-vos para os fins convenientes os inclusos papéis, relativos ao contrato de Manuel Pereira Goulart, para a localização de imigrantes em sua fazenda no Estado de São Paulo, convindo que providencias para que esse contrato seja executado, visto terem sido preenchidas todas as normas. Saúde e fraternidade. Ao Sr. Inspetor Geral de Terras e Colonização” (transcrito por LEITE, 1998, p. 43)

O termo *em sua fazenda* foi suficiente para que Goulart legitimasse sua posse. A partir de então, vendeu, trocou e doou as terras. Entretanto, para grande parte da população paulista e mineira da época, as terras continuavam devolutas. Assim surgiram centenas de grileiros no local. Por outro lado, a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana, fortemente incentivada pelo governo federal, por razões militares e

políticas, após permanecer estacionada desde 1889 na vila de Botucatu, começou a avançar, atingindo Manduri, em 1906, Salto Grande, em 1910, Presidente Prudente, em 1917 e Presidente Epitácio, em 1922. O fato levou a efetivação do processo de ocupação do sudeste do Estado de São Paulo. Migraram para a região pessoas de toda espécie: comerciantes, especuladores de terras, aventureiros, foragidos da justiça e ocupantes de terras.

“Houve conflitos entre os próprios grileiros, em contenda pelas mesmas terras, e não eram raros os grandes grileiros terem a seu soldo grupos de jagunços armados visando a expulsão de pequenos ocupantes. Houve época em que cada sitiante tornar-se-ia, com carabina em punho, o defensor extremo da (sua) cobiçada gleba. A área da Pirapó-Santo Anastácio, apesar de grande, um dos mais vastos tratos de terra do Estado de São Paulo, com área calculada em cerca de 600 mil hectares, tornara-se pequena em vista do número de transcrições que se passaram. Fazia-se, pois, necessária a medição e divisão definitiva da imensa gleba” (LEITE, 1998, p. 44).

Em 1930, o governo do Estado de São Paulo opõe-se à partilha da Pirapó-Santo Anastácio, alegando ser nulo o processo divisório, uma vez que os títulos originais de posse e domínio particulares sobre as terras da fazenda foram considerados falsificados, passando a área para o domínio do Estado. Em 1932 e posteriormente em 1939, em notas oficiais, a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo comunicava ser arriscada a aquisição de terras na Alta Socorabana por serem as terras devolutas. Contudo, atuava na comarca de Presidente Prudente o advogado João Carlos Fairbanks, defensor permanente de possuidores de títulos de posse ou de domínio. Às pretensões do Estado em apurar a veracidade desses títulos visando a preservação de suas terras, Fairbanks respondia sobre o perigo do que confisco das terras pelo poder público. Eleito deputado à Constituinte pela Ação Integralista, apresentou projeto de emenda a Constituição que, em síntese, legalizava todas as terras, mesmo as griladas. Nesse contexto, os pequenos lavradores, em geral, meeiros produtores de algodão, eram importantes aos portadores de títulos de qualidade duvidosa na medida que povoavam glebas, promoviam o desmatamento e o aproveitamento da terra, então nova e fecunda. Movimentavam o comércio nas cidades, demandavam por novas escolas, facilitando a legitimação das propriedades. À medida que se formavam os novos municípios,

frequentemente o poder político passava a pertencer ao coronel fazendeiro (LEITE, 1998).

O problema do desmatamento levou o Governo Estadual Fernando de Souza Costa (1941-1945), a criar, entre 1941 e 1942, três reservas florestais no Pontal do Paranapanema: Morro do Diabo, Lagoa São Paulo e Pontal, totalizando 297.339 hectares pertencentes ao município de Presidente Venceslau. A partir de 1944, com o desmembramento do território, surgiram quatro municípios, e as reservas passaram a pertencerem a Marabá Paulista, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio. Em 1947, foi eleito o candidato Ademar de Barros (1947-1951), oriundo de família interiorana, de São Manuel (SP), e amigo de vários prefeitos da Alta Sorocabana, que se filiaram ao seu Partido Social Progressista. O lema político de Ademar de Barros era *aos amigos tudo, aos inimigos a lei*, foi lealmente obedecido durante seu governo (LEITE, 1998, p. 25). Quando seu sucessor Lucas Nogueira Garcez (1951-1954) assumiu o governo do Estado, as terras do Pontal achavam-se griladas, inclusive as terras destinadas as reservas. Porém, somente no último ano de seu governo que Garcez despertou-se para o grave problema das glebas do Pontal, através da divulgação da participação de funcionários fazendários do Estado no processo de invasão. O governo ordenou a retirada dos arrematantes e grileiros do 1º e 2º Perímetro do Morro do Diabo pela Polícia Florestal e soldados da Força Pública. Ainda durante o último ano de governo, Garcez, autorizou, por decreto, a aquisição de veículos para a fiscalização das áreas de reserva.

Por volta de 1951/52, decidiu-se ramificar a Estrada de Ferro Sorocabana, criando um ramal que, saindo de Presidente Prudente, deveria atingir as barrancas do Rio Paraná. Deste ponto, com ligação por balsas, a ferrovia deveria seguir até a cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Esse fato gerou um novo movimento de especulação de terras no Pontal. De posse das cartas topográficas que continham o traçado dos trilhos, a empresa Camargo Correia, empreiteira do Estado para a construção da referida estrada, adquiriu glebas de terras em várias áreas na região, totalizando, em 1955, 15.335 hectares. No ponto final dos trilhos, a firma decidiu implantar uma cidade: Rosana, com 6.050 hectares. O nome veio de uma das filhas de Sebastião Camargo, principal acionista da empresa. Em 1954, a Camargo Correia divulgou Edital de Loteamento em Rosana. O Estado embargou sob justificativa de que

as terras referidas no edital eram públicas. A empresa recorreu. Enquanto não se decidia na justiça a situação do imóvel, os lotes urbanos e rurais começaram a ser vendidos.

Seguindo os rumos da Camargo Correia, surgiram outros empreendimentos semelhantes como a Sociedade Civil Colonizadora Porto Alegre, com a formação da cidade de Porto Alegre e a Colonização Justino de Andrade, proprietária do então prefeito de Presidente Bernardes, que originou posteriormente, a cidade de Santa Rita do Pontal. Nesses locais formaram-se pequenas vilas. Além dessas *idades*, outras três foram planejadas, mas não saíram do papel: Indianópolis, União e Rancho Grande. Tratava-se de uma forma de tentar *legitimar* as invasões. Na medida que moradores instalavam-se no local, criava-se um interesse social pela área.

O ano de 1954 foi politicamente conturbado. No Rio de Janeiro, Capital Federal, havia intensa campanha movida por parte da imprensa e do Congresso, contra o governo de Getúlio Vargas, culminando com seu suicídio no mês de agosto do referido ano. Nos Estados haveria eleições para governador, deputados, prefeitos e câmaras municipais. Em São Paulo, as forças políticas giravam-se sobretudo, em torno de dois nomes: Ademar de Barros e Jânio Quadros. O primeiro era um líder populista, ligado a chefes políticos rurais. Ao seu partido, PSP (Partido Social Progressista), pertencia grande parte das lideranças políticas rurais da Alta Sorocabana, entre elas, alguns prefeitos e ex-prefeitos, ocupantes de glebas incluídas nos perímetros das áreas reservadas do Pontal. Jânio Quadros, nome em grande expressão nas maiores cidades, candidatou-se pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN).

Em março do referido ano, a arrematação do 1º e 2º Perímetros da reserva do Morro do Diabo gerou centenas de reportagens e artigos na imprensa paulista. Tal fato chamou a atenção da Assembléia, até então distante dos problemas da região do Pontal. O então deputado Abreu Sodré, da UDN, em requerimento, solicitou informação ao governo estadual Garcez sobre as matas do sudoeste paulista, pedindo providências. O deputado recebeu informações prestadas pelo Executivo e satisfez-se com a notícia da abertura de inquérito administrativo em Presidente Venceslau contra alguns funcionários fazendários do Estado. LEITE (1998) salienta que, considerando a grande área que formava as três reservas florestais do Pontal e dada a importância que poderia ter a conservação, para turismo e estudos botânicos e zoológicos, uma vez que era o último nicho ecológico do Planalto Paulista, a participação do Poder Legislativo

até então tinha sido modesta. Cabia certo destaque apenas as atuações do deputado Cid Franco (PSB), secundado pelos seus colegas Santili Sobrinho (PSB), por Bento Dias Gonzaga e Pais de Barros Neto. Estes dois últimos, embora eleitos respectivamente pelo PSP e UDN, eram considerados independentes. Todos possuíam posições conservacionistas. Cid Franco foi autor do projeto, transformado em Lei nº 2.626, em 20 de janeiro de 1954, pelo Executivo Estadual, que dispensava do pagamento de parcela do imposto territorial rural o proprietário que mantivesse determinadas porcentagens de matas nativas ou artificiais, já formadas ou em formação.

“Enquanto isso, os ocupantes do Pontal sempre contavam com os bons serviços dos deputados Sales Neto (PSP), Jaime de Almeida Pinto (PSD), Derville Alegretti (PR) e Cantídio Sampaio (PSP), entre outros. Eram eles que abriam as portas do palácio do governo, marcando entrevistas, encontros, acompanhando comissões e subscrevendo reivindicações e relatórios sempre visando à liberação das terras das reservas em favor dos grandes grileiros. Almeida Pinto era, além de deputado, vice-presidente da poderosa Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (Faresp), visitante assíduo de Presidente Venceslau e de Santo Anastácio, por meio de suas respectivas associações rurais, e pistolão garantido dos ocupantes” (LEITE, 1998, p. 118).

Na data de 3 de junho de 1954, o deputado estadual Cunha Lima, do Partido Trabalhista Brasileiro, apresentou o Projeto de Lei nº 466, visando a cessão das glebas públicas aos particulares que as ocupavam, desde que estes comprometessem a manter-se 25% da vegetação original. O objetivo era tornar sem efeito os Decretos-Leis 12.279, 13.049 e 13.075 que dispunham sobre a criação das três reservas do Pontal necessárias à conservação da flora e fauna do Estado. Na tribuna da assembléia, Cunha Lima insistia na tese de que o Estado era incapaz de manter e cuidar de reservas florestais. Cabe lembrar que o artigo 23 do Código Florestal Brasileiro já trazia a obrigatoriedade da conservação de um quarto da floresta existente. Contudo, este dispositivo jamais fora cumprido. Para burlá-lo, bastava alegar que queimadas de origem desconhecida haviam atingido a mata restante ou então se transferia por venda ou doação a quarta parte a terceiros, parentes próximos, e estes ganhavam o direito de derrubar três quartas partes da vegetação existente.

O deputado deixava claro que não pretendia propriamente uma reforma agrária no qual poderia justificar seu projeto pelo alcance social imediato. Contudo,

conforme ele próprio discursava, seu projeto visava beneficiar apenas “*àqueles ocupantes que têm justo título embora aparente*” (jornal FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, de 17 de junho de 1954, citado por LEITE, 1998, p. 119). Enquanto os autos iniciavam os trâmites normais nas comissões da assembleia, parte considerável da imprensa e dos deputados criticava o projeto, acompanhados pelas principais associações de proteção à fauna e à flora de São Paulo na época, que solicitavam sua retirada pura e simples da pauta de discussões. Parte da imprensa começou a publicar matérias, artigos e reportagens pagas onde destacavam a importância econômica das produções de algodão, amendoim, milho e café bem como o rebanho de gado bovino na região do Pontal. Em agosto de 1954 a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia aprovou o Projeto Cunha Lima, contudo, o deputado não foi reeleito nas eleições ocorridas em outubro do referido ano. Sem solução de continuidade, o Projeto Cunha Lima seguiu para a Comissão de Agricultura, onde deveria ser melhor analisado. Nesta esfera, teria que passar por dois defensores das reservas: Cid Franco e Pais de Barros Neto. Compunha ainda a Comissão de Agricultura da Assembleia o deputado Yukishigue Tamura, de atuação discreta, no caso das reservas florestais.

A fim de obter subsídios para o parecer do relator Pais de Barros Neto, a comissão viajou a Presidente Venceslau, a fim de conhecer fisicamente o Estado em que se encontravam as três reservas e, se possível, entrar em contato com ocupantes e autoridades da comarca. Os parlamentares, acompanhados por funcionários da Polícia Florestal, além de repórteres e fotógrafos de jornais paulistas percorreram o 10º Perímetro das lagoas, as reservas do morro do Diabo e do Pontal. O prefeito de Presidente Venceslau, Pedro Augusto Oberlaender, bem como o presidente da associação rural do município, J. de Azevedo Passos, expuseram em memoriais seus pensamentos para a comissão, a favor do projeto de Cunha Lima. Prevendo desfecho desfavorável desse Projeto, em outubro de 1954, o deputado Leônidas Camarinha, do Partido Social Democrático e ex-prefeito de Santa Cruz do Rio Pardo, na área de Assis, apresentou um substituto. Em síntese, mantinha integralmente reservada a área do Morro do Diabo, mas tornava sem efeito o Decreto-Lei 13.049 de 6 de novembro de 1942, que criava a Reserva da Lagoa São Paulo e reduzia em 64,4% a grande Reserva do Pontal. Com isso, passava para particulares uma extensão de terras de 172.337 hectares, correspondentes a 158.994 hectares do 13º Perímetro mais 13.337 hectares do

10º Perímetro. Atendendo a membros do próprio governo do Estado, alterou, posteriormente, a redação, reservando cerca de 4.840 hectares, localizados em torno da Lagoa São Paulo. Em fins de janeiro de 1955, Camarinha apresenta seu texto definitivo. Como destaca Sérgio LEITE (1998, p. 133):

“De fato, os que desconheciam o Pontal do Paranapanema poderiam ficar impressionados com as iniciativas de criação de ‘cidades’ na área, bem como com as grandes produções de café, amendoim, algodão e milho das fazendas. Tudo isso sem falar no imenso rebanho bovino. Em formas de memoriais e abaixo-assinados, os dados eram entregues aos deputados, secretários de Estado e divulgados por alguns jornais. O que mais levantava dúvidas, no entanto, perante os deputados e o homem comum paulista eram as afirmativas de que milhares de colonos povoavam o perímetro das reservas a serem desapropriadas, segundo o projeto Camarinha”.

O próprio deputado, autor do projeto, decidiu visitar a região do Pontal do Paranapanema. O jornal A Tribuna, de Presidente Venceslau (citada por LEITE, 1998, p. 134) relatou que:

“Camarinha visitou nada menos de catorze propriedades agropastoris localizadas no Pontal, constatando com seus próprios olhos a existência de portos, extensas áreas formadas em invernadas, lavouras de café, algodão, milho, mandioca, e outros cereais, duas serrarias em franco funcionamento, cinco escolas públicas do Estado em atividade, campos de aviação, milhares de cabeças de gado de cria e engorda, criações de porcos, casas para sede e moradia dos colonos, servidas por luz elétrica e água encanada. Nas palavras de LEITE: Como se observa, um paraíso rural ainda hoje difícil de ser visto!”.

Em novembro, o deputado Rocha Mendes apresentou emenda ao substitutivo Camarinha, propondo uma *reforma agrária* no Pontal do Paranapanema. Cinco dias depois retirou seu projeto. Na sessão de 25 de novembro, o deputado Cássio Ciampolini, líder do PTB na Assembléia, leu carta do ex-parlamentar Cunha Lima, na qual solicitou retirada de seu projeto, alegando que ele fora desvirtuado de seus objetivos originais. Para LEITE (1998) tal ação tinha por objetivo sacrificar o substitutivo Camarinha e com ele todo o trabalho de um ano inteiro. No dia 30 de novembro de 1955, a assembléia paulista, por trinta votos a vinte e dois, aprovou a retirada do Projeto Cunha Lima, e por conseguinte de seu substitutivo. Cabe relembrar

que Jânio Quadros havia assumido o governo do Estado no dia 01 de fevereiro de 1955, dando uma forma de governar muito pessoal, além de ficar seriamente comprometido com o candidato Juarez Távora e seu partido (UDN) à Presidência da República. De resto, esta seria uma maneira de posicionar-se contra seu inimigo político, Sr. Ademar de Barros, também candidato⁴. Esse ambiente eleitoral fazia com que qualquer simples projeto apresentado à assembléia fosse duramente disputado.

O governador Jânio Quadros (1955-1959), no ano de sua posse demitiu, suspendeu e mandou processar funcionários acusados de autorizarem invasões no Pontal. Entre estes, estava Antônio de Oliveira Costa, ex-secretário da Agricultura, ligado ao ex-governador Garcez e que liberou a particulares o uso de parte das terras cobertas de matas, no perímetro do Morro do Diabo. Jânio Quadros mandou abrir inquéritos policiais contra subornantes e subornados citados nominalmente em despacho, contra ocupantes de terras e contra serventuários e oficiais de justiça. Determinou a apuração de responsabilidades de funcionários culpados pelo desaparecimento ou paralisação de vários processos de invasão de terras nas reservas. Adotou medidas para a preservação do patrimônio público florestal, como o impedimento de cobrança de impostos sobre terras públicas, a reorganização do cadastro geral imobiliário do Estado e a não realização de leilões de terras sem a publicação, com antecedência na Imprensa Oficial. Ordenou a plantação de cercas vivas entorno das reservas ecológicas estaduais e a colocação de placas grandes em forma de meia lua, identificando-as como de propriedade do Estado. Recomendou à Secretaria da Agricultura que providenciasse animais de sela para o serviço de policiamento nas reservas de Presidente Venceslau, e a aquisição de veículos. E determinou a construção de habitações condignas para os soldados da reserva do 1º e 2º Perímetro.

Diante da retirada do Projeto Cunha Lima, o governador Jânio Quadros publicou três decretos no *Diário Oficial do Estado*, no dia 18 de janeiro de 1956. Os dois primeiros declararam de utilidade pública todo o 13º Perímetro, entre o ribeirão Anhumas e o rio Paranapanema, e o terceiro, com o objetivo de serem desapropriadas benfeitorias em terras devolutas, tornou igualmente de utilidade pública toda a gleba do 10º Perímetro da Lagoa São Paulo. Isso gerou, de um lado, manifestações

⁴ Na eleição direta para Presidência da República, realizada em outubro de 1955, venceu o candidato Juscelino Kubitschek de Oliveira.

congratulatórias pelas ações de Jânio e do outro, protestos por parte das *classes produtivas locais*. O principal meio de divulgação dos grileiros eram os jornais locais.

“Os grileiros (contando com a garantia da impunidade e com a omissão do Estado) chegaram mesmo a ser idolatrados pela imprensa de Presidente Prudente, como pode ser observado na matéria a seguir: ‘O grilo foi formidável de progresso. Ninguém contesta. Aos grileiros, devemos, inegavelmente, o surto progressista da zona, que se operou, em pouco mais de uma década’ (A voz do Povo, 21/04/1931, citado por FERNANDES, 1999, p. 104)

O sucessor de Jânio Quadros, o governador Carvalho Pinto (1959-1963), formado na velha escola do PSD, preferiu manter discreta distância dos problemas que envolviam o Pontal. Em 1962, concedeu verba para a ampliação da estrada de ferro para além da localidade de Teodoro Sampaio e reduziu o número de guardas florestais. As serrarias voltaram a funcionar. As ações de discriminação propostas pelo Estado foram esquecidas. Venderam-se inúmeros lotes urbanos e rurais da *cidade*⁵ de Rosana. Em 1965, cerca de 15% das matas do Pontal haviam desaparecido. A cobertura arbórea passou a ser de 45,4% (contra 60% em 1962); as pastagens para 42,8% (contra 30% em 1962) e as florestas residuais em 6,6%.

O trecho da Estrada de Ferro Sorocabana correspondente aos sessenta quilômetros entre Teodoro Sampaio⁶ e Porto Euclides da Cunha foi inaugurada em 1966, no governo estadual de Ademar de Barros (1963-1966). Esta última cidade que, em 1965 não tinha mais do que uma dezena de casas e quatro ou cinco dezenas de habitantes, ganhou movimento com o transporte das cargas de toras de madeiras extraídas da Reserva do Pontal. Surgiram bares e pensões. Em meados de 1966, Ademar de Barros foi afastado do governo do Estado. As autoridades estaduais que se seguiram ao governador passaram a desconsiderar o antigo 13º Perímetro como de utilidade pública para efeito de reserva ecológica. Ao contrário, o local passou a ser classificado como um dos mais carentes do Estado. O governador Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971) elaborou um plano integrado para atender ao Pontal do Paranapanema em que a construção de estradas e de escolas, a abertura de linhas de financiamento à

⁵ Rosana, então loteamento realizado pela Imobiliária Camargo Correia na extremidade do Pontal, foi transformado em distrito de Teodoro Sampaio, em 28 de fevereiro de 1964

pecuária e à lavoura eram as metas prioritárias. Cabe ressaltar que Abreu Sodré e sua esposa eram proprietários de um trato de terra de 5.714 ha, dentro do antigo 13º Perímetro, sendo essa uma das glebas herdadas de Melão Nogueira. Em torno de sua fazenda ficavam os 26.806 ha da Fazenda Alcídia, bem como as terras de Wilson Rondó, deputado estadual. Até mesmo Renato Costa Lima, ex-secretário da Agricultura do governo Garcez, possuía cerca de 2.500 ha à margem do rio Paraná (LEITE, 1998).

A partir de 1968, os trens do *ramal de Dourados* deixaram de circular por dois motivos: esgotamento do estoque madeireiro do Pontal e entrada em circulação de ônibus de passagens com linhas diárias, ligando com mais rapidez as sedes urbanas da área a Presidente Prudente. A partir da década de 1970, a expansão da pecuária de corte passou a substituir a cultura algodoeira, provocando mais concentração de terras e transformando os pequenos produtores em trabalhadores temporários (MELO et al., 1996). De acordo com dados apresentados por José Ferrari LEITE (1998) de 1967 a 1975, Presidente Epitácio foi o único município da região que teve a arrecadação de Impostos sob Circulação de Mercadorias (ICM) aumentada, correspondendo a cerca de 7,5 vezes. Caiu a arrecadação de Teodoro Sampaio em 3,3 vezes e em Marabá Paulista, a redução no período foi de 5 vezes. A penúria geral desses municípios não condizia com a opulência de seus grandes estabelecimentos rurais. Em 1970, não havia médicos e dentistas em Marabá Paulista e Teodoro Sampaio. Em 1974, cerca de 44% da população da região era analfabeta.

Outro fator relevante ocorrido na região, na década de 1970, foi o início da construção de grandes obras hidrelétricas nos rios Paraná e Paranapanema, atraindo centenas de trabalhadores para as obras das barragens de Rosana, Taquaruçu e Porto Primavera. O imenso lago formado pela Usina Hidrelétrica Porto Primavera cobriu toda a área da Lagoa São Paulo, situada a cerca de 140 km ao norte do complexo. Na época, havia 450 famílias de pequenos posseiros que residiam nos perímetros da lagoa e ficaram conhecidos como *ribeirinhos*. A Companhia Energética de São Paulo (Cesp), responsável pelas hidrelétricas adquiriu 9.941 hectares de terras nas vizinhanças da área, a fim de reassentar essas famílias. A gleba foi dividida em 600 lotes com média de 14 hectares cada um, mas em 1980, apenas 150 famílias tinham recebido autorização para ocupá-los.

⁶ Teodoro Sampaio, então distrito de Marabá Paulista, foi elevado a categoria de município em 28 de

Nesse momento, com o término de uma das barragens e a redução do ritmo de construção das obras de terraplanagem da outra barragem reduziu a taxa de emprego local, dispersando inúmeros trabalhadores pela região. A esta massa de desempregados somou-se o grupo dos ribeirinhos. A existência de centenas de pessoas vivendo em precárias condições ao lado de extensas fazendas subutilizadas contribuiu para criar um clima tenso na região. A disputa pela terra tornou-se cada vez mais aguda, culminando com uma série de ocupações que forçaram o Governo Estadual a desapropriar algumas fazendas (MELO et al., 1996).

3.3 Conflitos recentes pela posse das terras do Pontal do Paranapanema

O marco inicial dos conflitos pela posse da terra entre grileiros e os denominados de *sem-terra* ocorreu em 15 de novembro de 1983, quando cerca de trezentas e cinquenta famílias ocuparam as fazendas Tucano e Rosanela, de *propriedade* da construtora Camargo Corrêa e da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril. Conforme cadastramento realizado pela Divisão Regional de Promoção Social, 46,5% eram trabalhadores desempregados das obras das hidrelétricas, 37,5% eram bóias-frias demitidos da Destilaria de Álcool Alcídia⁷ e 16% eram posseiros ilhéus e ribeirinhos atingidos pelas barragens. Para tal ocupação, os trabalhadores receberam apoio de alguns representantes da Igreja. Contudo, estes padres tiveram que enfrentar, pelo menos até final dos anos 90, a postura conservadora do bispo da Diocese de Presidente Prudente, que não permitia a participação efetiva dos padres nas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores. Estes também receberam apoio político do PMDB, sendo alguns deputados desse partido, fomentadores das primeiras discussões sobre ocupações de terra, embora guardassem interesses eleitorais. As trezentas e cinquenta famílias, despejadas após uma semana de ocupação, acamparam nas margens da Rodovia SP-613. Os acampamentos foram denominados 15 e 16 de novembro. O número de famílias foi aumentando em virtude dos boatos de que o governo estadual iria doar terras no local (FERNANDES, 1999).

De fato, em março de 1984, o governador Franco Montoro assinou os primeiros decretos de desapropriação de uma área de 15.110 hectares objetivando

fevereiro de 1964.

⁷ A Destilaria Alcídia foi implantada em 1977.

assentar cerca de quatrocentos e sessenta e seis famílias acampadas. O assentamento foi denominado Gleba XV de Novembro⁸. Em setembro de 1985, a fazenda Água Sumida, localizada no município de Teodoro Sampaio, foi ocupada por cerca de 200 pessoas. Resultou em um assentamento com cento e vinte e uma famílias em fevereiro de 1988, numa área de 4.462 ha. O processo de seleção dos beneficiários foi conduzido pelo INCRA. Neste ano também foram assentadas oitenta e sete famílias na fazenda Areia Branca, no município de Marabá Paulista. Diante dos conflitos, ocupações e desapropriações, os latifundiários decidiram criar a União Democrática Ruralista (UDR) para defender seus privilégios e interesses. A entidade foi extinta em 1994 e recriada em 1996.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou sua primeira ocupação na região do Pontal no dia 14 de julho de 1990, quando setecentas famílias ocuparam a fazenda Nova Pontal no distrito de Rosana, então município de Teodoro. Os ocupantes vieram de vários municípios da região e do norte do Estado do Paraná. As famílias foram despejadas no dia 21 de julho, sendo que aproximadamente quatrocentas e cinquenta ficando acampadas nas margens da Rodovia SP 613. Em 15 de agosto, o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) solicitou a reintegração de posse da área. Foram mobilizados oitocentos policiais e quarenta caminhões para reconduzir os acampados de volta aos seus municípios de origem. Conseguiram reconduzir metade. As lideranças do MST encaminharam duzentas e vinte e três famílias para uma área da gleba XV de Novembro, onde permaneceram por trinta e cinco dias.

Durante esse período, uma comissão negociou com o governo estadual outro local para montar o acampamento. Foi obtida uma área no município de Teodoro Sampaio, onde permaneceram por oito meses. Em 23 de março de 1991, essas famílias ocuparam uma área de 2.872 hectares da fazenda São Bento, no município de Mirante do Paranapanema. No mesmo dia, mais vinte e quatro famílias procedentes de Mirante e de municípios vizinhos também foram acampar na São Bento. Dos 5.106 hectares da fazenda São Bento, então sob domínio de Antônio Sandoval Neto, os 2.872 hectares ocupados tinham sido classificados pelo INCRA como latifúndio por exploração em

⁸ A Gleba XV de Novembro, formalmente demarcada em 1985, situa-se entre as cidades de Rosana e Euclides da Cunha. Possui 13.310 hectares divididos entre 561 lotes que se distribuem em 05 setores, sendo os lotes variando entre 15, 18 e 40 hectares, de acordo com a qualidade do terreno. Do total, 75% da área é destinada à agricultura (lotes de 15 e 18 ha.) e 25% a pecuária (lotes de 40 ha), sendo este último localizado em áreas mais acidentadas.

novembro de 1986. Contudo, dia 25 de março de 1991, o juiz de Mirante do Paranapanema concedeu a liminar de reintegração de posse a Antônio Sandoval. Os trabalhadores acampados decidiram não desocupar a fazenda e iniciaram a preparação da terra para o plantio de feijão. Em 9 de abril, trezentos e cinquenta policiais foram até a Fazenda São Bento para efetivar o despejo das duzentas e quarenta e sete famílias acampadas. Na negociação, os trabalhadores propuseram transferir-se para uma área da estação Engenheiro Veras, do ramal ferroviário de Dourados da Fepasa, então já desativado (FERNANDES, 1999).

Os trabalhadores sem-terra deram um prazo de trinta dias para que o governo apresentasse uma solução para as famílias acampadas, caso contrário, reocupariam a fazenda São Bento. Sem resposta do governo, no dia 15 de maio ocuparam novamente a fazenda São Bento e tombaram 5 hectares para plantar milho, mandioca, arroz e feijão. O grileiro entrou com novo pedido de reintegração de posse e as famílias saíram do local. A partir desse momento, os trabalhadores mantiveram o acampamento na estação Engenheiro Veras, mas entravam na fazenda São Bento para trabalhar. Criou-se, assim, uma nova situação. Diante da tática, o grileiro colocou alguns jagunços para impedir a entrada dos trabalhadores no local. Tais fatos levaram o governador do Estado de São Paulo, Luís Antônio Fleury Filho (1991-1994), em decreto nº 33.404, de 21 de julho de 1991, a requisitar a área de 2.872 hectares da fazenda São Bento para abrigar as famílias acampadas na estação Engenheiro Veras, por um prazo de cento e oitenta dias. O advogado do grileiro entrou com uma liminar. O Tribunal de Justiça do Estado suspendeu o Decreto, mas reservou uma área de 10 hectares da fazenda para que as famílias montassem o acampamento. Parte das famílias transferiu-se para a nova área e parte permaneceu acampada na estação Engenheiro Veras.

Durante a luta pela conquista da fazenda São Bento, o MST mobilizou um novo grupo de seiscentas famílias de bóias-frias, arrendatários, parceiros e meeiros das cidades da região do Pontal e do norte do Paraná. Segundo FERNANDES (1999), cabe lembrar que, no período, a massificação das lutas era parte das linhas políticas do Movimento. Assim, no dia 1 de setembro de 1991, esse grupo de famílias ocupou parte da fazenda Santa Clara de 5.000 hectares, localizada na área do 11º perímetro de Mirante do Paranapanema. No dia 5 de setembro, em virtude da liminar concedida de

reintegração de posse pelo *proprietário*, transferiram-se para a estação Noêmia do ramal desativado da Fepasa. O acampamento foi batizado de Primeiro de Setembro. As famílias ocuparam a fazenda Santa Clara por mais duas vezes e no dia 28 de março de 1992, o governo do Estado anunciou a desapropriação da área de 970 hectares de terras devolutas da referida fazenda. Em 1º de maio de 1992, um grupo de aproximadamente novecentas famílias da região do Pontal e norte do Paraná reocupam a fazenda São Bento e ocupam a fazenda Canaã, de 3.020 hectares. Com a liminar de reintegração de posse concedida aos *proprietários*, os trabalhadores deixam as fazendas e acampam nas margens do ramal ferroviário, denominando o acampamento de Primeiro de Maio. Os sem-terra deslocavam-se até a área ocupada e continuaram plantando na fazenda São Bento. No dia 20 de julho, oitocentas famílias do grupo Primeiro de Maio ocuparam mais duas fazendas: a Flor Roxa de 1.023 hectares e a Washington Luís de 355 hectares. No dia 30 de julho, as famílias acampadas nas duas fazendas foram despejadas por uma operação que contou com setecentos policiais. As famílias retornaram para as estações Engenheiro Veras e Noêmia. Os grupos Primeiro de Maio e Primeiro de Setembro reocuparam as fazendas Flor Roxa e Santa Clara no final de outubro de 1992. Enquanto na primeira os trabalhadores foram despejados, na segunda, o *proprietário* e os acampados negociaram a permanência das famílias no local (FERNANDES, 1999).

Em janeiro de 1993, as famílias acampadas na fazenda Santa Clara já haviam demarcado os lotes e trabalhavam na primeira colheita quando o Estado indenizou as benfeitorias e iniciou o assentamento provisório de trezentas e quinze famílias. Essa foi a primeira conquista do MST no Pontal do Paranapanema. O assentamento foi denominado de Santa Clara. Em fevereiro, os sem-terra ocuparam novamente uma área da fazenda São Bento, próxima ao assentamento recém-formado. Em março de 1993, as famílias desocuparam o local obedecendo à ordem judicial de reintegração de posse ao grileiro Antônio Sandoval Neto. Voltaram novamente para as margens do ramal desativado da Fepasa, formando o acampamento União da Vitória, o maior na história da luta pela terra no Estado de São Paulo. No local, foram reunidas em torno de mil e oitocentas famílias de trabalhadores sem-terra. Em outra área, durante a primeira semana de abril de 1993, realizou-se um mutirão com mais de mil trabalhadores e doze tratores para o tombamento de 200 hectares e plantio de feijão, milho e mandioca na fazenda São Bento. O objetivo era pressionar o Estado para que

este acelerasse as negociações a fim de desapropriar a fazenda e assentar as famílias. E, no início do mês de julho, o Movimento reocupou a fazenda Canaã com aproximadamente quatrocentas famílias vindas da região de Andradina. O juiz concedeu liminar de reintegração de posse e as famílias acamparam nas margens do ramal ferroviário desativado, próximo ao acampamento União da Vitória. No segundo semestre de 1993, o Movimento continuou ocupando a fazenda São Bento, utilizando a mesma tática: entrar na área, plantar e sair, mantendo o acampamento fora da fazenda.

Até abril de 1994, o MST havia realizado vinte e duas ocupações na fazenda São Bento. A conquista da área representava a derrota do grileiro mais poderoso da área do 11º perímetro e a possibilidade de intensificação da luta por outras áreas. Assim, em 12 de fevereiro de 1994, firmou-se o acordo entre o governo e Antônio Sandoval Neto, onde: as terras não seriam indenizadas, por serem devolutas, as benfeitorias seriam indenizadas conforme valores apurados por Laudo Técnico e levantados por técnicos do Itesp. O valor do acordo firmado foi de R\$ 5.400.000,00, pagos em três parcelas iguais (em 30/04, 31/05 e 30/06/1994). Os requeridos efetuaram a entrega da fazenda ao Estado, no dia 30 de julho de 1994, data do último pagamento. Em julho de 1994, o Departamento de Assuntos Fundiários- DAF, iniciou o assentamento provisório na fazenda São Bento. No processo de seleção, novecentas e noventa e seis famílias foram classificadas e assentadas em caráter emergencial. O Pontal do Paranapanema transformava-se na região do país onde ocorria o maior número de ocupações de terra. Assim, no dia 12 de julho de 1994, o MST mobilizou cerca de mil famílias para ocuparem a fazenda Estrela D'Alva, de 833 hectares. Utilizando-se da mesma tática das ocupações que levaram a conquista da fazenda São Bento, as famílias acamparam nas margens do ramal ferroviário de Dourados e, do acampamento, caminhavam-se à fazenda para trabalhar a terra. Três dias depois da ocupação, a juíza de Mirante do Paranapanema determinou a reintegração de posse, contudo, como os sem-terra não tinham feito acampamento no local, não houve despejo. A grileira Dionísia Arteiro Leal peticionou à juíza para autorizar a destruição dos 25 hectares de feijão plantados pelos acampados. A autorização foi concedida. A grileira mandou destruir a lavoura e como reação, os acampados entraram na fazenda, queimaram dois tratores e mataram cerca de vinte e cinco bois. A resposta da UDR

também foi imediata e ameaçou formar uma milícia rural para proteger as terras devolutas e que se encontravam sob o domínio de seus filiados.

A intensificação da luta levou o Estado a procurar uma saída para os conflitos da fazenda Estrela D'Alva. Da mesma maneira como aconteceu com a fazenda São Bento, o governador Fleury negociou o pagamento das benfeitorias e a grileira entregou as terras para que o Estado realizasse o assentamento das famílias. Era a terceira conquista do MST no Pontal do Paranapanema, contudo, havia ainda várias fazendas na região que tinham sido griladas. E nesse processo de territorialização o MST continuou reocupando as fazendas Flor Roxa, Washington Luís e Canaã, além de ocupar a fazenda Haroldina. As famílias foram despejadas, mas continuavam indo cultivar nas fazendas.

No ano de 1994, o governador eleito Mário Covas (1995-1998/ 1999-2001), nomeou o advogado Belisário Santos Júnior para a Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania. Belisário já tinha trabalhado na Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, ligada à Arquidiocese de São Paulo. A nomeação enfraqueceu, de certa forma, a aliança entre Estado e grileiros do Pontal. Em 1 de abril de 1995, o Movimento ocupou novamente as fazendas Haroldina, Arco-Íris, Canaã e King Meat. As quatro fazendas, localizadas na área do 11º perímetro, e totalizando uma área de 7.617 hectares, foram ocupadas por mil e oitocentas famílias vindas das regiões do Pontal, de Araçatuba e do norte do Paraná. O acampamento ficou conhecido como Primeiro de Abril. De acordo com Bernardo Mançano FERNANDES (1999), essa luta apresentou uma nova característica. Em razão da existência de um cadastro feito pelo MST com quatro mil, seiscentas e vinte e sete famílias, o acampamento Primeiro de Abril permaneceu aberto durante algumas semanas para que novas famílias viessem para a ocupação. O objetivo era aumentar cada vez mais o número de famílias para ocupar as fazendas restantes do 11º perímetro. Deste modo, na primeira semana de abril, os sem-terra ocuparam a fazenda Santa Apolônia, com 2.723 ha.

“As ocupações das fazendas Haroldina e Arco-Íris foram realizadas, estrategicamente, nas divisas das duas fazendas. Assim os trabalhadores estavam em dois territórios, o que permitia a mobilidade de um para outro de acordo com o transcorrer das negociações. Também mantinham as ocupações das fazendas Canaã e King Meat. Dessa maneira, se não era possível plantar nas terras da fazenda Haroldina, eles o fizeram na

fazenda Canaã, onde os trabalhadores colocaram fogo nas pastagens e tombaram as terras para o plantio’’ (FERNANDES, 1999, p. 191).

Na segunda semana de abril, o juiz de Santo Anastácio atendendo à petição da Procuradoria-Geral do Estado, começou a anular os títulos das terras do 11º perímetro, conforme a sentença judicial de 1958. No dia 18 de abril, em um acordo com o secretário da Justiça, as famílias ocupantes da fazenda Arco-Íris saíram do local. Em troca, o Estado deveria entrar com uma ação reivindicatória de posse contra o grileiro. Como as negociações estavam demorando, os sem-terra ocuparam novamente a fazenda Arco-Íris, utilizando a estratégia de entrar, plantar e acampar na fazenda Haroldina. Os ocupantes conseguiram um acordo com o grileiro da Haroldina para permanecerem na área por mais noventa dias. Esse mesmo grupo ocupou a fazenda Alvorada de 486 hectares, então sob domínio de Antônio Sandoval Neto. Ainda neste mês, as famílias também ocuparam a fazenda Marco II de 239 hectares, de Célio Romeiro, considerado como uma das principais lideranças dos grileiros do Pontal do Paranapanema, além das fazendas Santa Cruz, Mirante, Santa Rosa, Santa Helena e Santa Carmem, totalizando 5.332 hectares. Assim, no final de julho de 1995, os sem-terra haviam ocupado, por diversas vezes, doze fazendas localizadas no 11º perímetro.

“A área do 11º perímetro virou uma mesa de pingue-pongue, onde as famílias ocupavam as terras todas as semanas e eram despejadas em seguida. Por outro lado os grileiros também procuravam negociar ora com o Estado, ora com os trabalhadores. O MST também tentava uma solução com o Estado e com os grileiros. Contudo, no caminho à procura de uma superação para os problemas, cada parte tentava construir seu próprio trajeto. E nessa caminhada o Instituto de Terras procurava dar a direção’’ (FERNANDES, 1999, p. 194).

As ocupações e reocupações das fazendas do 11º perímetro passaram a serem exploradas pela mídia em geral. O MST alugou, na rádio Universal do município de Teodoro Sampaio, uma hora todos os domingos para a divulgação de sua luta. Tais fatos atraíram um maior número de trabalhadores para o acampamento Primeiro de Abril, que chegou a ter duas mil, novecentas e vinte e oito famílias. A partir de então, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) passou a preparar propostas de acordo com os grileiros, bem como realizar o cadastramento das famílias acampadas objetivando selecionar os possíveis beneficiados. Até então, o cadastramento era

realizado pelo MST. Nesse ínterim, um grupo de aproximadamente seiscentas famílias, composto por desempregados das barragens da Cesp e filhos de assentados na região, ocupou uma área da Fepasa no município de Rosana. Era um grupo social isolado, autodenominado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Rosana - MSTR, que contava com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, órgão ligado a Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT. Este Movimento era contra as ações do MST pois as classificavam como violentas. Eles não consentiam atos de derrubada de cercas e queimada das pastagens. Além desse, existiam outros movimentos sociais com as mesmas características na região do Pontal.

O elevado número de famílias no acampamento Primeiro de Abril levou algumas famílias, com melhores condições econômicas, a pagarem o equivalente a uma cesta básica ou um salário mínimo por mês para que outras pessoas ficassem nas suas barracas e as representassem nas reuniões e assembléias. As famílias que não permaneciam no acampamento e não tinham representantes, pagavam uma espécie de diária de R\$ 3,00 por dia de semana e R\$ 6,00 por dia nos finais de semana e feriados para a coordenação do acampamento. O montante arrecadado com essas diárias além das contribuições dos acampados ajudava, em parte, no pagamento das dívidas com as despesas das ocupações, em especial, gastos com óleo diesel para abastecer os tratores. A utilização dos tratores também era negociada. Manter um ou mais tratores trabalhando nas terras ocupadas significava algumas vantagens para os seus donos, tais como, promessa de ganhar um lote a mais, ou não era necessário estar presente nas ocupações. Nesse contexto:

“Evidentemente que essas negociações internas, decididas e aceitas pelos trabalhadores, mas impostas pelas condições desiguais, propiciavam a infra-estrutura necessária para a intensificação das ocupações, mas criavam uma situação de desconforto entre os acampados e enfraqueciam a forma de organização. Muitos acampados não concordavam com as negociações, mas não se manifestavam, com medo de represálias ou de ficar marcado pelos colegas. Criava-se assim um clima de insegurança, em que o objetivo era receber logo o lote e se ver livre dessa situação. Essa realidade desvirtuava, ainda mais, o espaço de socialização política. O processo de conscientização e da criação da identidade da luta, bem como os seus princípios, ficavam em segundo plano. (...) A persistência das relações de dependência entre os coordenadores, que tinham o controle das principais informações e dos outros trabalhadores, que não conseguiam construir as condições

objetivas para questionar as propostas das quais discordavam, impedia a manifestação das discussões e a exposição de seus interesses. Assim, todos estavam conscientes dos problemas internos do acampamento, mas aparentavam que nada de errado estava acontecendo” (FERNANDES, 1999, p. 197).

No início do mês de outubro de 1995, as famílias do acampamento Primeiro de Abril ocuparam as fazendas Washington Luís, Marco II e Alvorada. Parte das famílias que estavam nos assentamentos provisórios das fazendas São Bento, Santa Clara e Estrela D’Alva, ocuparam a fazenda São Domingos, de 1.900 hectares, localizada no município de Sandovalina. Tal fato foi acompanhado pelas principais emissoras de televisão e pelos principais jornais do Brasil, dado sua relevância no processo de espacialização e massificação da luta pela terra, contribuindo para divulgar a luta e pressionar o Estado para uma maior atuação nos conflitos fundiários da região. Após a ocupação, os trabalhadores foram despejados dos barracões da Cesp e da fazenda São Domingos e acamparam nas margens da rodovia vicinal às áreas. O acampamento ficou conhecido como Taquaruçu. Após várias reocupações, no dia 4 de novembro, o governador Mário Covas entregou quatrocentos títulos para as pessoas que possuíam o domínio de áreas até 100 hectares dentro do 11º perímetro. No decorrer desse processo de luta, o Movimento realizou diversas manifestações públicas. A título de exemplo, tem-se que no dia 20 de novembro, os sem-terra iniciaram uma caminhada de 100 quilômetros do acampamento Taquaruçu com destino a cidade de Presidente Prudente. Na chegada a cidade, no dia 24, o prefeito de Presidente Prudente, Agripino Lima, do PFL, num ato de autoritarismo e defesa dos interesses dos grileiros, decretou ponto facultativo na cidade e solicitou aos comerciantes para que fechassem as portas de seus estabelecimentos, com o objetivo de minar a manifestação dos sem-terra. Contudo, os empresários não atenderam ao pedido do prefeito e mais de duas mil pessoas participaram da manifestação em apoio à luta pela terra no Pontal. Em contrapartida, no dia 27 de novembro, os grileiros realizaram um *tratoração* com cento e vinte tratores, em uma das principais vias de Presidente Prudente. Quinhentas pessoas participaram dessa manifestação e os principais argumentos eram:

1- A instauração dos assentamentos no Pontal trará o caos para a região, porque atrairá um enorme contingente de migrantes para a região. O aumento da população causará a desordem no comércio, os

hospitais, nas escolas e inflacionarão o desemprego; 2- A intensificação das ocupações está expulsando ou impedindo a entrada de capital estrangeiro no país; 3- Por esses motivos, é necessário estancar o processo para que o Brasil volte a ter paz no campo e para que retome o caminho da ordem e do progresso (FERNANDES, 1999, p. 204).

Na primeira semana de dezembro de 1995, procuradores do Estado protocolaram, no fórum de Mirante do Paranapanema, medida cautelar de tutela de 30% das áreas das fazendas com ações reivindicatórias na Justiça e entraram com mais três ações reivindicatórias referentes às fazendas Canaã, King Meat e Santana. Esse ato da Secretaria da Justiça irritou os grileiros que esperavam primeiro negociar o pagamento de todas as benfeitorias. Os técnicos do Itesp haviam feito apenas o levantamento das benfeitorias relacionadas diretamente com o processo produtivo. O MST, por outro lado, prometia voltar a ocupar as terras se o Itesp não cumprisse o acordo, feito com o governador, de assentar mil e cem famílias até o dia 31 de dezembro. No final de dezembro, a juíza de Mirante do Paranapanema concedeu a liminar de tutela de 30% das terras das fazendas Haroldina, Santa Apolônia, Santa Cruz, Santa Helena e Santa Carmem, Canaã e King Meat, Santana, Flor Roxa e Santa Rosa, correspondente a uma área aproximadamente de 5.000 ha. Nesse montante, estava incluída a área de 500 ha do acordo com o grileiro da fazenda Arco-Íris. Os técnicos do Itesp ficaram encarregados da formação dos assentamentos provisórios. Contudo, por causa da escassez de tempo para realizar o processo de instalação dos assentamentos, os técnicos somente conseguiram realizar a transferência dos barracos de lona preta para as áreas arrecadadas. O Itesp também assumiu o compromisso de assentar nestas terras mais duzentas e vinte e oito famílias do município de Mirante do Paranapanema, que haviam feito seus cadastros na prefeitura.

Na primeira semana de janeiro, os técnicos do Itesp dividiram as famílias acampadas em vários grupos, distribuídos nas diversas áreas destinadas para os assentamentos provisórios. A situação gerou um impasse entre o MST e Itesp. As lideranças não aceitavam a forma como os assentamentos estavam sendo instalados e ameaçavam o órgão com o abandono das áreas por falta de infra-estrutura básica. Contudo, parte das famílias assentadas não aceitava sair das áreas. A divergência dividiu o Movimento, enfraquecendo as lideranças que criticavam as famílias que não aceitavam sair do local. Em janeiro de 1996, o Itesp iniciou os trabalhos de construção

dos acessos para as áreas onde os grupos de famílias foram assentados provisoriamente. No mesmo período, durante a realização do encontro estadual do MST, os trabalhadores decidiram reiniciar as ocupações no Pontal do Paranapanema e em todo o Estado. Assim, na data de 20 de janeiro, quinhentas famílias ocuparam uma área da fazenda Santa Rita, com 1300 hectares, localizada no 13º perímetro de Mirante do Paranapanema que, posteriormente, foi dividida em lotes de 2,4 ha a 9,6 ha. Nesse ínterim, o movimento iniciou negociações com o superintendente do INCRA para a desapropriação de fazendas do 8º perímetro de Presidente Prudente, localizado no município de Sandovalina. O MST reivindicava também as fazendas Santa Irene e Flora, situadas também no município de Sandovalina. Assim, todo o processo de ocupação das terras devolutas no Pontal do Paranapanema ocorreu de modo muito conturbado e por medição de forças entre MST, grileiros e Estado.

Dentro desse contexto, a regularização das terras do Pontal do Paranapanema constitui num fator chave para a promoção do desenvolvimento local. É dever do Estado promover as ações discriminatórias para separar o domínio particular do público e dar uma destinação à terra pública na forma prevista pela lei. Isso é discutido na sessão seguinte.

3.4 Regularização fundiária na região do Pontal do Paranapanema

As terras do Estado de São Paulo são classificadas pelo governo estadual, para fins de regularização fundiária, em três grandes categorias: não discriminadas, julgadas devolutas e particulares. As terras ainda não ajuizadas ou em fase de análise são classificadas como não discriminadas. Em terras julgadas devolutas incluem-se as áreas com planos de legitimação por iniciar e áreas remanescentes de planos de legitimação não concluídos. Por terras particulares compreendem-se aquelas julgadas particulares nas ações discriminatórias e as áreas já legitimadas pelo Governo. O conceito de terras devolutas está contido na Lei de Terras de 1850. Trata-se das terras que "não se acharem no domínio do particular por qualquer título legítimo" (art. 3º, II). Como nesta época o Pontal era uma região totalmente inexplorada, e como, por outro lado, ficou proibido qualquer outro tipo de aquisição de terras devolutas que não fosse via compra conclui-se daí que as terras da região encaixam-se perfeitamente na definição legal (CASTILHO, 2003).

Do ponto de vista judicial, a arrecadação de terras destinadas aos assentados é feita por meio de ação reivindicatória de terras devolutas. Contudo, como a Justiça é extremamente morosa - a ação discriminatória do 14º Perímetro, por exemplo, levou 7 anos para chegar até a sentença - o governo procurou um atalho. Num exercício de engenharia jurídica, isso é feito mediante acordos nas ações, onde o Estado indeniza as benfeitorias e ingressa na posse do imóvel. Compete ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo - Itesp, criado em 1991, as atribuições relacionadas ao desenvolvimento dos trabalhos de regularização fundiária, por meio de seu Departamento e Regularização Fundiária (DRF).

“O princípio básico do Itesp/DRF é o de contribuir para a fixação do homem no campo, oferecendo-lhe a segurança dominial, ao tempo em que se dá a adequada destinação às terras públicas, fazendo da regularização fundiária um autêntico instrumento de desenvolvimento regional” (ITESP, 1998c, p. 35).

O trabalho de regularização fundiária, compreendendo identificação de áreas passíveis de serem discriminadas, ações discriminatórias, reivindicatórias e legitimação de posses, é exercido no Pontal do Paranapanema juntamente com o Departamento de Assentamento Fundiário do Itesp, dada a existência de grandes conflitos fundiários. Em setembro de 1995, o governo do Estado de São Paulo propôs um plano de ação para a região do Pontal, tendo os seguintes objetivos estratégicos:

- Reintrodução de maneiras mais eficientes e sustentáveis de produção agropecuária, através da promoção de projetos de assentamento;
- Reinserção do Pontal do Paranapanema enquanto região de importância econômica, através da regularização fundiária e eliminação das incertezas dominiais, com a dinamização de seu mercado local e regional;
- Recuperação ambiental de áreas hoje degradadas pela exploração extensiva, através da recomposição florestal de áreas de preservação permanente e de Reserva Legal Obrigatória (protegidas por lei) nos assentamentos;

- Distensões sociais, gerando um clima propício para um novo ciclo de desenvolvimento na região e promovendo a convivência harmoniosa nas terras regularizadas (ITESP, 1998c, p. 102).

O plano previa três fases. A primeira consistia na arrecadação de áreas devolutas e assentamentos. Na segunda, seriam feitos acordos nas áreas ainda não discriminadas e a terceira fase propunha uma ampla discussão com os agentes sociais sobre os aspectos da regularização não discutidos anteriormente. O plano propunha a arrecadação de áreas superiores a 500 hectares, podendo ser legitimados, segundo a legislação estadual, áreas inferiores a 100 ha., enfatizando a necessidade de estudos técnicos, econômicos e jurídicos para definir a situação dos imóveis com áreas entre 100 ha. e 500 ha. Na tabela 3.1, pode-se verificar que, em 1997, 231.000 hectares, ou seja, 20% das terras da região do Pontal eram classificadas como devolutas e 480.000 (41%) eram não discriminadas. Somente 32% das terras tinham sido legitimadas ou julgadas particulares. Os assentamentos englobavam uma área total de 88.000 hectares.

TABELA 3.1 - Situação dominial das terras do Pontal do Paranapanema, em 1997

Classificação das terras	Área (ha)	%
Devolutas	231.000	20
Plano de legitimação por iniciar	48.000	4
Áreas remanescentes	132.000	11
Reservas ambientais	51.000	5
Assentamentos	88.000	7
Não discriminadas	480.000	41
Ação em andamento	144.000	12
Ação não iniciada	336.000	29
Particulares	384.000	32
Legitimadas	240.000	20
Julgadas particulares	144.000	12
Total	1.183.000	100

Fonte: ITESP (1997)

Em dezembro de 2003 o governador do Estado Geraldo Alckmin promulgou a Lei 11.600 que regulariza a posse de áreas na região do Pontal do Paranapanema de até 500 hectares, mediante o pagamento de uma taxa equivalente a 10% do valor da terra nua (sem benfeitorias). Segundo o governo a ação tendia a beneficiar cerca de 600 pequenos e médios proprietários rurais. Os recursos arrecadados, estimados entre R\$ 22 milhões e R\$ 25 milhões, a priori seriam revertidos parte para as

prefeituras e parte para investimento nos assentamentos já existentes. A intenção do Governo do Estado era balancear a necessidade de assentar as famílias cadastradas pelo Itesp com a necessidade de garantir segurança jurídica aos proprietários rurais. As pequenas e médias propriedades seriam regularizadas por não se adequarem à reforma agrária. Para o restante, estudava-se a elaboração de um decreto que ampliaria a possibilidade de negociação criada pelo Decreto 42.041/97, que trata da destinação de uma parte da propriedade para a implantação de assentamentos rurais em troca da regularização do restante (ITESP, 2003).

Feito esse panorama da região do Pontal do Paranapanema podemos caminhar para a compreensão dos assentamentos e seus impactos econômicos e sociais.

4 ASSENTAMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO E NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: perfil, resultados e a problemática do desenvolvimento local na região do Pontal

Até agora, foram apresentadas algumas indicações de mudanças trazidas pelos assentamentos rurais na região do Pontal. Neste capítulo, apresenta-se o perfil dos assentamentos do Estado de São Paulo e da região do Pontal para, a seguir, ser desenvolvida a análise dos dados primários da pesquisa de campo correlacionada com a questão do desenvolvimento local.

4.1 Perfil dos assentamentos do Estado de São Paulo

O Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) publicou, em 1998, *Retratos da Terra*, onde forneceu o perfil dos assentamentos de reforma agrária existentes em São Paulo. O trabalho abrangeu 87 assentamentos rurais, de um total de 93 projetos existentes em julho de 1998, época da pesquisa. Constatou-se a existência de 54 assentamentos com menos de 5 anos de formação, representando 62,07% do total pesquisado. Esse dado ganha maior relevância quando relacionado à distribuição geográfica destes assentamentos mais recentes: 60,92% estavam localizados na região do Pontal do Paranapanema, refletindo o resultado das ações dos movimentos sociais. Esses dados podem ser melhor visualizados na tabela 4.1. Dos 12 assentamentos presentes na Coordenação Regional (CR)¹ de Teodoro Sampaio, 10 tinham menos de dois anos. Na CR de Mirante, local com maior número de assentamentos, 20 tinham entre 2 a 5 anos e 1 assentamento tinha menos de 2 anos. Dos assentamentos do Pontal, apenas 1, pertencente a CR de Porto Primavera, tinha mais de 10 anos (ITESP, 1998a).

Sabe-se que o tamanho do lote destinado a cada beneficiário pode variar dentro de um mesmo assentamento, cuja base de cálculo está vinculada a critérios

¹ O Itesp dividia os assentamentos do Estado de São Paulo em dez Coordenações Regionais (CR), cujas sedes estavam localizadas em Itapeva (CR-I), Sorocaba (CR-II), Araraquara (CR-III), Andradina (CR-IV), Promissão (CR-V), Presidente Venceslau (CR-VI), Porto Primavera (CR-VII), Mirante do Paranapanema (CR-VIII), Teodoro Sampaio (CR-IX) e Presidente Bernardes (CR-X). Atualmente, o Itesp divide o Estado em sete regionais, além da sede na cidade de São Paulo. São as seguintes regionais e as respectivas cidades que possuem escritórios: Regional I - Leste - Araras; Regional II - Sudeste - Taubaté; Regional III - Sul - Pariquera-Açu, Eldorado, Iguape, Jacupiranga, Miracatu, Registro; Regional IV - Sudoeste - Sorocaba, Capão Bonito, Iaras, Itapeva; Regional V - Oeste - Presidente Prudente, Euclides da Cunha, Mirante do Paranapanema, Porto Primavera, Presidente Bernardes, Martinópolis, Presidente

agronômicos, ambientais e sócio-econômicos, aplicados à área disponível. Outro fator relevante refere-se à situação jurídica do assentamento: emergencial, provisório e definitivo. É dito emergencial, quando o governo concedeu determinada área, mas apenas em caráter temporário, geralmente objetivando solucionar conflitos. Os assentados em áreas emergenciais podem ser transferidos para outras áreas. Assentamento encontra-se em caráter provisório quando os assentados não possuem a quantidade mínima de hectares necessários para sua produção. Quando os assentados já detêm a quantidade de glebas necessárias para sua produção, bem como o título definitivo de posse das terras, o assentamento é dito como definitivo.

TABELA 4.1 - Idade dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, 1998

Coordenação Regional	> 10 anos	6 a 10 anos	2 a 5 anos	< 2 anos	TOTAL
I	3	2	2	0	7
II	3	1	1	0	5
III	7	2	0	3	12
IV	3	4	1	0	8
V	1	1	0	0	2
VI	0	1	9	1	11
VII	1	3	0	2	6
VIII	0	0	20	1	21
IX	0	1	1	10	12
X	0	0	3	0	3
TOTAL	18	15	37	17	87
%	21	17	43	20	100

FONTE: ITESP (1998a)

Na pesquisa realizada pelo Itesp (vide tabela 4.2) constatou-se que a maioria das famílias assentadas (69,81%) no Estado possuía lotes na faixa de 10 a 20 hectares, ocupando 69,76% do total da área agricultável. Na seqüência, com lotes entre 20 a 40 hectares, 16,26% das famílias ocupavam 24,73% da área agricultável; 11,5% possuíam lotes entre 5 a 10 hectares e 5,06% da área agricultável. Por fim, apenas 2,43% dos assentados tinham lotes menores que 5 hectares, ou seja, 0,45% da área agricultável. Neste estudo, o levantamento abrangeu um total de 24.822 pessoas moradoras, sendo 54,26% homens e 45,74% mulheres. Em relação ao período 1996/97, os dados indicaram uma ampliação na população assentada, da ordem de 18,42%, resultante da expansão dos assentamentos. No universo de 5.645 famílias, pode-se

calcular uma média de 4,4 pessoas por família. Quanto à idade dos titulares constatou-se que praticamente a metade dos beneficiários de lotes (50,58%) possuía entre 31 a 50 anos, ou seja, uma faixa etária favorável ao desempenho produtivo na agricultura. Um pouco mais velhos, mas com possibilidade de apoio dos filhos maiores estavam aqueles na faixa de 51 a 65 anos, representando 31,12% dos titulares. Apenas 7,42% encontravam-se acima de 65 anos, quando geralmente decresce a força de trabalho familiar. Todos esses dados podem ser visualizados na tabela 4.3.

TABELA 4.2- Distribuição das terras nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, 1998

Estratos de áreas dos lotes (ha)	Nº de beneficiários levantados	% do nº total de beneficiários	Área ocupada (ha)	% da área ocupada
0 a 5,0	137	2.43	417.83	0.45
5,1 a 10,0	649	11.50	4.756.76	5.07
10,1 a 20,0	3.941	69.81	65.460.51	69.76
20,1 a 40,0	918	16.26	23.202.66	24.73
TOTAL	5.645	100.00	93.837.76	100.00

Fonte: ITESP (1998a)

TABELA 4.3- Distribuição por faixa etária dos beneficiários dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, 1998

TITULARES		
Faixas etárias	Nº de titulares	%
< de 21 anos	24	0.43
21 a 30 anos	590	10.45
31 a 40 anos	1.354	23.99
41 a 50 anos	1.501	26.59
51 a 65 anos	1.757	31.12
> de 65 anos	419	7.42
TOTAL	5.645	100.00

Faixas etárias	Número de moradores					
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0 a 6	1.285	5.18	1.268	5.11	2.553	10.29
7 a 14	2.212	8.91	1.952	7.86	4.164	16.78
15 a 20	2.091	8.42	1.790	7.21	3.881	15.64
21 a 30	2.252	9.07	1.893	7.63	4.145	16.70
31 a 40	1.746	7.03	1.438	5.79	3.184	12.83
41 a 50	1.522	6.13	1.338	5.39	2.860	11.52
51 a 65	1.840	7.41	1.320	5.32	3.160	12.73
mais de 65	520	2.09	355	1.43	875	3.53
Total	13.468	54.26	11.354	45.74	24.822	100.00
Média de pessoas por família						4.40

Fonte: ITESP (1998a)

Quanto ao nível de escolaridade, sabe-se que a educação no meio rural sempre esteve à margem das políticas governamentais implementadas no país e o Estado de São Paulo não se diferenciou nesse aspecto. Nem todos os assentamentos possuem escola para atender a população em idade escolar, de 7 a 14 anos de idade. Quando existe, a oferta de ensino é restrita, via de regra, à 4ª série do Ensino Fundamental, contribuindo para o elevado índice de evasão escolar existente no meio rural. Estes são alguns fatores que podem explicar o baixo nível de escolaridade da população assentada paulista: 64% possuíam o Ensino Fundamental. Nessa situação, estavam incluídos os estudantes do Ensino Fundamental, que correspondiam a 22% desta população, sendo o restante (42%), indivíduos que tiveram pouca oportunidade de estudo, tendo direcionado sua vida ao trabalho e à sobrevivência.

Com relação às condições de moradia, verificou-se que 42,87% residiam em casas de alvenaria, sendo que dentre estas, apenas 24,66% ainda não possuíam acabamento. Somando-se as casas de alvenaria, mista e madeira, tinham-se 77,79% das famílias em condições favoráveis de moradia. Apenas 13,94% construíram provisoriamente casas de madeirite, em virtude da condição emergencial em que ainda viviam. Comparando-se ao levantamento realizado no período de 1996/1997, a porcentagem de famílias que se abrigavam em lonas de plástico reduziu de 15,93% para 6,32%. Tal fato pode ser explicado pelo aumento do número de projetos definitivos. Cerca de 72% das residências foram construídas com recursos próprios e as demais financiadas pelo governo. No que se refere ao abastecimento de água e fornecimento de luz, aproximadamente 59% das moradias tinham água encanada proveniente de poços artesianos e 60% possuíam luz elétrica.

A produção de bens destinados ao autoconsumo como grãos, leite, carne, ovos, hortaliças e frutas, mostrou-se como um dos componentes principais do sistema de produção e de fonte de renda dos assentados. A agricultura voltada ao autoconsumo, ou de subsistência, torna-se de suma importância para suprir as famílias de alimentos básicos tais como arroz, feijão, mandioca, ovos, frangos, carne, frutas e hortaliças, melhorando sua qualidade de vida e sua renda total, na medida em que poupa recursos da renda de outras atividades que seriam destinadas à aquisição desses produtos, através da diversificação e diferenciação, possibilitando também aumentar sua capacidade de

resistência às adversidades, relacionadas às frustrações de safra e condições de comercialização².

Pesquisa comandada por FERRANTE & SANTOS (2003) sobre autoconsumo nos assentamentos rurais do estado de São Paulo, constatou que o consumo médio per capita de alimentos provenientes do próprio lote era de 419,86 kg/ano, representando um valor monetário de R\$ 402,17³. Levando em conta um número médio de 5 pessoas por família, obteve-se um consumo médio de 2.099,30 kg de alimentos por família/ano com um valor de R\$ 2.010,86. Isso será melhor discutido nos resultados da pesquisa de campo desta tese, ainda neste capítulo.

Com relação à produtividade nos assentamentos de reforma agrária, apesar da ampla maioria (62,07%) ter menos de 5 anos no período da pesquisa, os níveis de produtividade para diversas culturas, em vários projetos, já superavam as médias regionais e estaduais. Merecia destaque os resultados alcançados nas culturas de soja e milho safrinha na CR-I – Itapeva; café na CR-II – Sorocaba; tomate e mandioca indústria nas CR- IV – Andradina e CR-V- Promissão; cana na CR-VII- Primavera e mamona na CR-IX – Teodoro Sampaio. Em geral, os assentamentos mais antigos e, normalmente mais desenvolvidos, são os que alcançam melhor desempenho neste aspecto, mas limitações do solo e de recursos para financiamentos, eventualmente podem prejudicar os resultados em algumas áreas.

Analisando a renda agrícola das famílias assentadas no Estado de São Paulo registrou-se que, por grupo de atividades, as culturas anuais representavam a maior parte do valor da produção, atingindo 55,17%, ou seja, mais de 13 milhões de reais na safra 1997/98. A seguir, a segunda maior participação no valor da produção foi a pecuária leiteira, que atingiu mais de 7 milhões de reais e representou 30,34% do total, apesar de ocupar, com pastagens, mais de 50% da área agricultável. A produção de olerícolas também vinha crescendo nos assentamentos, tendo seu valor atingido mais de 2 milhões de reais, significando 8,40% do total produzido. É importante ressaltar que na pesquisa realizada pelo Itesp (1998a) não foram incluídos os valores gerados na produção exclusiva para autoconsumo, como hortas, pomares e animais domésticos.

² Sobre a importância da diversificação da produção nos assentamentos vide PIMENTEL, A. E. B. **As cooperativas de reforma agrária como alternativa para a geração de trabalho e renda: os casos da COCAMP e COPAVA**. São Carlos, 2000. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.

³ Considerando os preços dos produtos no momento da pesquisa.

O valor total da produção obtida nos assentamentos pesquisados no ano safra 1997/98 indicou um valor bruto médio de R\$ 4.257,43 por família por ano, ou seja, um valor mensal de R\$ 354,78, o equivalente a 2,73 salários mínimos (sendo o valor do salário mínimo da época de R\$ 130,00). É importante considerar este valor apenas como um indicativo de renda, pois não foram levantados os elementos de custos de produção. Esta média significou um crescimento de 18,26% na relação valor bruto da produção/família, quando comparado com a safra 1996/97, ou um acréscimo real em salários mínimos por família da ordem de 10% (ITESP, 1998a). Na tabela 4.4 têm-se dados sobre a participação da agricultura e da pecuária no valor total da produção dos assentados no Estado de São Paulo.

TABELA 4.4 - Participação da agricultura e pecuária no valor total da produção dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, na safra 97/98

CR	Produção vegetal		Produção animal		Valor total da produção (R\$)
	R\$	%	R\$	%	
I	3.165.965,93	88,65	405.190,37	11,35	3.571.156,30
II	1.153.680,05	79,12	304.448,80	20,88	1.458.128,85
III	1.148.655,87	55,49	921.468,71	44,51	2.070.124,59
IV	1.078.236,15	38,14	1.748.595,08	61,86	2.826.831,23
V	3.777.742,42	69,46	1.660.972,24	30,54	5.438.714,66
VI	1.221.486,79	73,51	440.146,02	26,49	1.661.632,81
VII	1.590.914,10	57,82	1.160.404,22	42,18	2.751.318,32
VIII	1.315.959,14	59,86	882.414,24	40,14	2.198.373,38
IX	1.143.853,59	65,06	614.345,75	34,94	1.758.199,34
X	246.553,50	82,55	52.132,56	17,45	298.686,06
TOTAL	15.843.047,54	65,92	8.190.117,99	34,08	24.033.165,53

Fonte: ITESP (1998a)

Cabe destacar que partir de meados da década de 80, a polêmica do cálculo da renda ou da avaliação econômica dos assentamentos rurais passou a ser motivo de diversas pesquisas. A primeira delas, divulgada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1987, concluiu que os assentamentos de reforma agrária fracassaram no país, demonstrando que a maioria das famílias assentadas tinha renda inferior a dois salários mínimos e que parte significativa vivia do trabalho assalariado e não da renda dos lotes. A principal crítica a essa pesquisa foi o uso de indicadores num contexto de “empresa rural”, deixando de lado especificidades necessárias ao cálculo da renda em uma agricultura familiar.

Em 1994, a FAO lançou outra pesquisa utilizando categorias analíticas diferentes. A renda não foi limitada apenas ao retorno monetário resultante da comercialização dos produtos agropecuários do assentamento. Acrescentou-se a este o autoconsumo, o assalariamento e a valorização patrimonial. Nesse estudo, constatou-se que: a) a renda média gerada por uma família no nível nacional era de 3,70 salários mínimos, valor este que ficava bastante próximo da renda mensal média de uma família brasileira e acima do salário de um trabalhador rural mensalista; b) nos assentamentos de renda média mais alta, verificou-se a maior importância relativa das rendas monetárias na composição da renda total, enquanto que nos de renda mais baixa, o autoconsumo representou uma proporção maior.

NORDER (1997), por sua vez, chama atenção para os problemas metodológicos que se registram nas avaliações dos assentamentos rurais, especialmente no que se refere ao cálculo da renda, tais como: 1) a definição de abrangência do conceito de renda, a forma de mensuração do autoconsumo produtivo e alimentar e demais formas de ingresso monetário como o assalariamento externo e previdência social; 2) a complexidade na formação dos custos de produção e a diversidade na comercialização da produção; 3) a valorização profissional diária pelo trabalho; 4) a utilização de relações informais familiares e comunitárias de trabalho, como o mutirão, a ajuda mútua, a troca de dias, reduzindo a necessidade de pagamento de trabalho adicional em dinheiro, alterando assim os custos de produção e, portanto, a renda; 5) a tênue articulação com outros indicadores sociais e econômicos. Assim, um simples olhar para tais elementos, revela a complexidade de se construir e utilizar indicadores para mensurar a renda dos assentados.

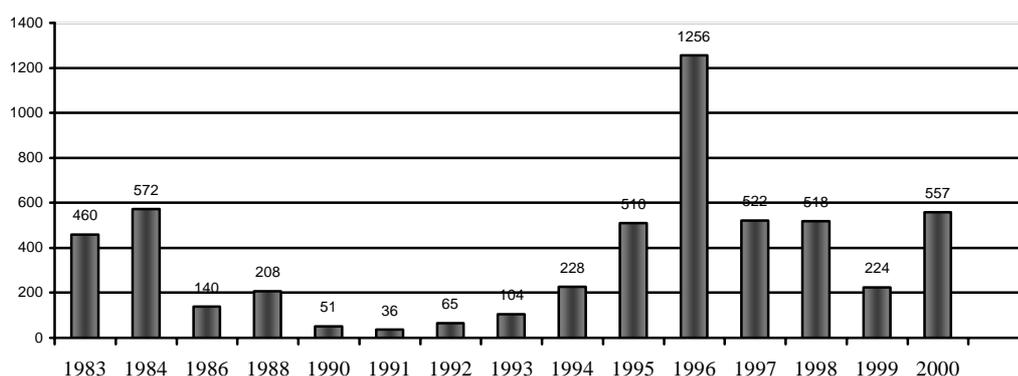
A seguir é apresentado um panorama dos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema.

4.2 Perfil dos assentamentos do Pontal do Paranapanema

Até maio de 2001, a região do Pontal do Paranapanema possuía 88 assentamentos rurais, com 5.451 famílias assentadas numa área de aproximadamente 132.654 hectares distribuídos em 16 municípios. Destes, Mirante do Paranapanema detinha o maior número de assentamentos (33% do total), seguido por Teodoro Sampaio (19%), Euclides da Cunha Paulista (11%) e Presidente Bernardes (9%). Juntos, esses

municípios representavam cerca de 72% do total de assentamentos da região. A distribuição do número total de famílias assentadas, por município, era a seguinte: Mirante do Paranapanema, com 1.242 famílias, Euclides da Cunha, com 1.140 famílias e Teodoro Sampaio, com 657 famílias. Considerando o número total de famílias assentadas na região, esses três municípios - Teodoro, Euclides e Mirante, englobavam cerca de 56% do total das famílias assentadas na região. Como já destacado, grande parte dos assentamentos (51%) foi formada entre os anos de 1995 e 1998, período caracterizado por acúmulo de tensões sociais. Assim, o governo procurou, via assentamentos, resolver conflitos locais, conforme mostra a figura 4.1. Isso pode ser verificado também através da análise do número de ocupações na década de 1990. Somente entre 1996 e 2000 ocorreram na região do Pontal do Paranapanema 204 ocupações de terras, valor que representou 60,7% do total de ocupações no local num período de 10 anos. Nesse período foram instalados 67 assentamentos rurais, dos 88 presentes na região, ou seja, cerca de 76,1% do total de assentamentos rurais implantados num período de 17 anos (1983 a 2000).

FIGURA 4.1 - Número de famílias assentadas - região do Pontal do Paranapanema - 1983/2000



Fonte: ITESP (1998a)

Utilizando-se ainda da pesquisa realizada pelo Itesp (1998a), agora com destaque para o Pontal do Paranapanema, tem-se que até meados da década de 1990, cerca de 5% dos assentados de reforma agrária da região já haviam participado de alguma forma de trabalho coletivo. Contudo, no final dos anos 90, existiam 5 associações remanescentes de um total de 20 já presentes na região, bem como grupos

de tratores formados por 5 ou 7 associados que realizavam a gestão coletiva de 50 tratores comprados pela Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal - Cocamp, em 1998.

Nos assentamentos implantados no Pontal, havia predomínio de pessoas que residiam na própria região. No entanto, era comum sua origem do Estado do Paraná e do Nordeste brasileiro. Da população em questão, 76,4% encontravam-se na faixa etária dos 30 aos 60 anos, caracterizando o predomínio de população em condições de vida produtiva. A experiência anterior da população assentada era fundamentalmente agrícola (96,06%). Eram trabalhadores de monoculturas em fazendas de café, cana, gado e outros, principalmente na forma de assalariado volante (bóia-fria – 59%). Os demais eram parceiros, meeiros, arrendatários. Quanto ao grau de escolaridade, 9,16% da população era analfabeta; 59,22% não tinha terminado o primeiro grau; 3,51% tinha o segundo grau completo e o restante (em torno de 27%) estava freqüentando escola. No tocante a produção, a população assentada do Pontal do Paranapanema utilizava-se de um nível tecnológico de baixo a médio, em relação a aplicação das práticas usuais, tais como o uso de sementes selecionadas, fertilizantes e corretivos, defensivos agrícolas e mecanização agrícola, em função mais de sua descapitalização do que de seu desconhecimento (ITESP, 1998a)

Pesquisa realizada pela FAO/INCRA (MELO et al, 1996) com quatro assentamentos - Gleba XV de Novembro (Euclides da Cunha/Rosana), Água Sumida (Teodoro Sampaio), Areia Branca (Marabá Paulista) e Santa Rita (Euclides da Cunha), sobre a trajetória familiar dos assentados mostrou que parcela destes eram bóia-frias (40%) que viviam na região do Pontal em trabalhos agrícolas temporários. Frequentemente, derrubavam a mata em troca do arrendamento da terra por um determinado período, embora os assentados afirmaram que os fazendeiros não cumpriam os acordos. Isso provavelmente colaborou para aumentar a tensão social na região. Em segundo lugar estavam os chamados *barrageiros* (35%), trabalhadores que vieram para as obras de terraplanagem e construção das hidrelétricas regionais e que permaneceram no Pontal depois do encerramento das barragens de Rosana e Taquaraçu e a semi-paralização da barragem de Porto Primavera. O restante era composto por *ribeirinhos*, trabalhadores rurais em regime de subsistência que aspiravam possuir um pedaço maior de terra.

O estudo também constatou que 45% dos assentados era do nordeste brasileiro, 33% era da região de Presidente Prudente e 22% veio de Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul. A maioria provinha de origem rural. Abandonaram sua localidade de nascimento principalmente pela precária condição de vida das suas famílias; sobretudo depois do casamento, as terras em que viviam e trabalhavam não geravam renda suficiente para os novos membros. Os assentados que fizeram a trajetória rural-urbano-rural eram trabalhadores sem nenhuma ou pouca qualificação, sobretudo na parcela dos *barrageiros*. O desemprego apareceu como a principal explicação para as ocupações no início dos anos 80 (MELO, 1996).

Outra pesquisa que merece destaque é a realizada pelas autoras RUA & ABRAMOVAY (2000), na região do Pontal, englobando os assentamentos São Bento, localizado em Mirante do Paranapanema e Gleba XV de Novembro (Rosana/Euclides da Cunha). São Bento, criado em 1998, ocupava, na data da pesquisa, uma área de 5.200 hectares, formado por parcelas de 22 hectares, distribuídas a 182 famílias. A sede da antiga Fazenda São Bento estava, em 2003, sendo usada pelo MST para cursos de formação para jovens assentados. Na entrada do assentamento existia uma pequena agrovila. As estradas até a entrada do assentamento foram consideradas boas, mas dentro delas, existiam vias intransitáveis.

Constataram que a maioria das casas era de madeira com chão de pedra vermelha, mas havia algumas casas de alvenaria. Diversos moradores possuíam televisão, geladeira e fogão. Havia um telefone público perto da escola. Os assentados tinham luz elétrica e dois poços artesianos que abasteciam a água, mas em alguns locais havia dificuldade de receber água, devido à distância dos poços. A população do assentamento era originária, principalmente, do norte do Paraná e do nordeste. A maioria que veio do Paraná era de pequenos agricultores expulsos do campo. Já os nordestinos migraram primeiramente para a cidade de São Paulo e depois para o Pontal, a fim de trabalhar na ferrovia e depois nas barragens. Com o término dos trabalhos nas barragens, a maioria foi trabalhar de bóia-fria antes de se tornar assentado. Os moradores exploravam a terra individualmente, produzindo para consumo e para comercialização de produtos como o algodão e a mandioca.

O segundo assentamento pesquisado por RUA & ABRAMOVAY (2000) foi a Gleba XV de Novembro, criada em 1983. Tratava-se do maior assentamento do

Estado de São Paulo, com cerca de 500 famílias, procedentes do Mato Grosso, Paraná, Nordeste e da região do Pontal. O assentamento detinha uma área total de 13.319 hectares, divididos em 6 setores, cada um com uma agrovila, escola de ensino fundamental, igreja, bares. Alguns agregados trabalhavam como diaristas nos assentamentos ou em Primavera, na barragem. No tocante à infra-estrutura, o assentamento possui luz elétrica, água de poço e telefone em algumas localidades. As casas em geral eram de alvenaria e possuíam televisão, geladeira e fogão. Somente um dos setores havia uma escola de ensino médio. A prefeitura de Rosana provinha o transporte dos jovens à escola. Em alguns setores existiam médicos, enfermeiras e dentistas; outros eram servidos por uma unidade móvel, com um médico e uma enfermeira

4.3 Resultados da Pesquisa de Campo nos Assentamentos

4.3.1 Identificação Geral

Entre os dias 13 e 24 de julho de 2002, foram visitados 73 lotes em 46 assentamentos instalados em 4 cidades - Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista, Rosana e Mirante do Paranapanema. Dentre esses lotes, em 6 moravam duas famílias e em 2 deles residiam três famílias. Em todos os casos, eram parentes próximos dos proprietários (filhos, noras, sogros, etc.). O restante dos 65 lotes era composto por apenas 1 família cada. Assim, a amostra inicialmente formada por 83 famílias - total de 299 pessoas, sendo 159 homens e 140 mulheres, com média de 3,6 pessoas por família - foi considerada, para fins analíticos, composta por 73 famílias, ou seja, os 73 lotes visitados.

A relação dos assentamentos visitados, os dados estatísticos obtidos e o questionário aplicado encontram-se, respectivamente, no anexo A e nos apêndices A e B. Cabe ressaltar que no primeiro item - identificação geral, a análise ocorreu com base no número total de pessoas pesquisadas, ou seja, 299. Nos demais aspectos - trajetória familiar, identificação do entrevistado, nível de renda, moradia, condições locais, maquinários e equipamentos, atividades rurais, instituições e hábitos de consumo, foram considerados como base o universo das 73 famílias e não o número total de pessoas.

A população da amostra de 299 pessoas era predominantemente jovem (tabela 4.5), com cerca de 70% da população na faixa etária de 0 a 39 anos. Desse total, 29 % era composta por crianças e jovens de 0 a 14 anos e 31,10 % por adultos na faixa de 20 a 39 anos. Em termos cumulativos, aproximadamente 80% da população tinha, no máximo, 49 anos. Quanto à educação, todas as crianças entre 7 a 14 anos estavam freqüentando a escola, porém, entre os 30 jovens de 15 a 19 anos, somente 20 estavam estudando.

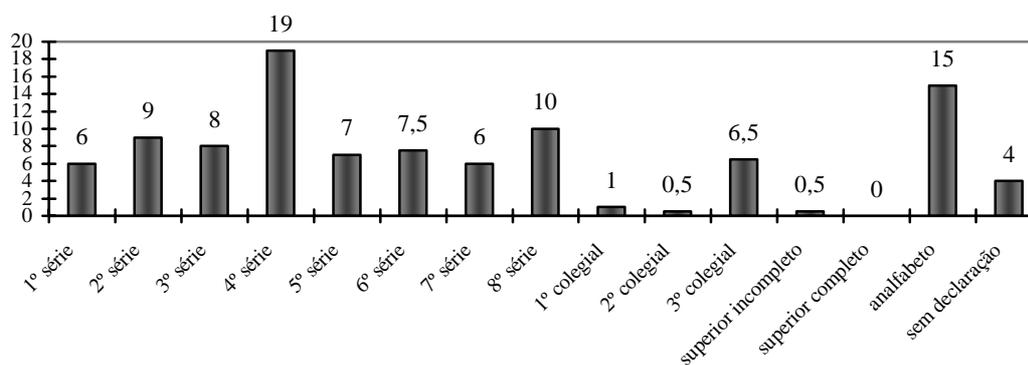
TABELA 4.5 - Distribuição percentual da população amostrada por faixa etária

Faixa etária	Número de pessoas	(%)	% cumulativa
0 a 6	42	14,0	14,0
7 a 14	45	15,1	29,1
15 a 19	30	10,0	39,1
20 a 29	48	16,0	55,1
30 a 39	45	15,1	70,2
40 a 49	29	9,7	79,9
50 a 59	25	8,4	88,3
60 a 69	23	7,7	96,0
Acima de 70	12	4,0	100,0
Total	299	100	

Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

O grau médio de instrução das 185 pessoas acima de 15 anos e que não estavam estudando era de 4 anos de estudo (4ª série completa - 19%), seguido por 8 anos de estudo (8ª série completa - 10%). A porcentagem elevada de analfabetos - 15% - concentrava-se nos adultos acima de 50 anos. Entre os jovens, apenas 2 não freqüentaram a escola por questões de ordem física (deficiência mental).

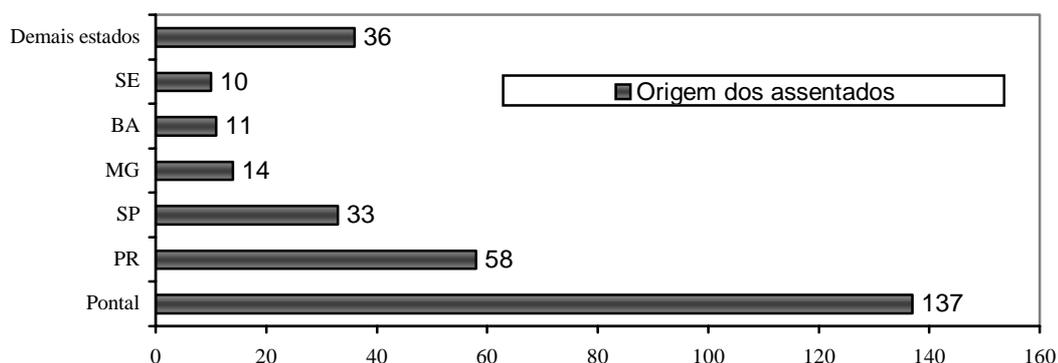
FIGURA 4.2 - Grau de instrução de assentados acima de 15 anos, em porcentagem, 2002



Fonte: Pesquisa de Campo (2002).

Com relação à origem (figura 4.3), 137 pessoas nasceram na região do Pontal do Paranapanema, 58 no Estado do Paraná, 33 em outras regiões do Estado de São Paulo, 14 em Minas Gerais, 11 no Estado da Bahia, 10 em Sergipe e o restante (36 pessoas) nos demais Estados brasileiros. Os assentados mais velhos vieram principalmente do nordeste do país - Sergipe, Bahia, Pernambuco, Paraíba.

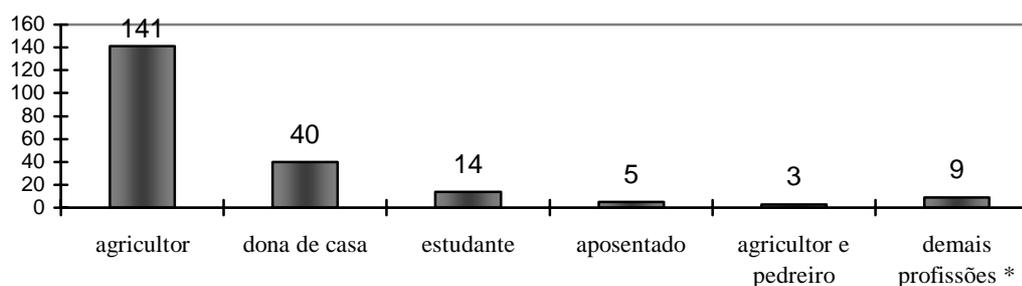
FIGURA 4.3 - Local de nascimento dos assentados do Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Questionados quanto à ocupação principal (figura 4.4), 141 pessoas identificaram-se como agricultores, 40 como trabalhadoras do lar (donas de casa), 14 estudantes, 5 disseram ser aposentados, 2 artesãs, 3 se auto classificaram como agricultores e pedreiros, 1 bóia-fria, 1 diarista, 1 professora (que trabalhava na escola do assentamento), 1 comerciante, 1 agente de saúde que atuava no assentamento, 1 empregada doméstica, 1 empregado em uma fazenda local. Os demais (87 pessoas) ou eram crianças ou declararam não ter ocupação.

FIGURA 4.4- Ocupação principal do entrevistado, Pontal do Paranapanema, 2002.

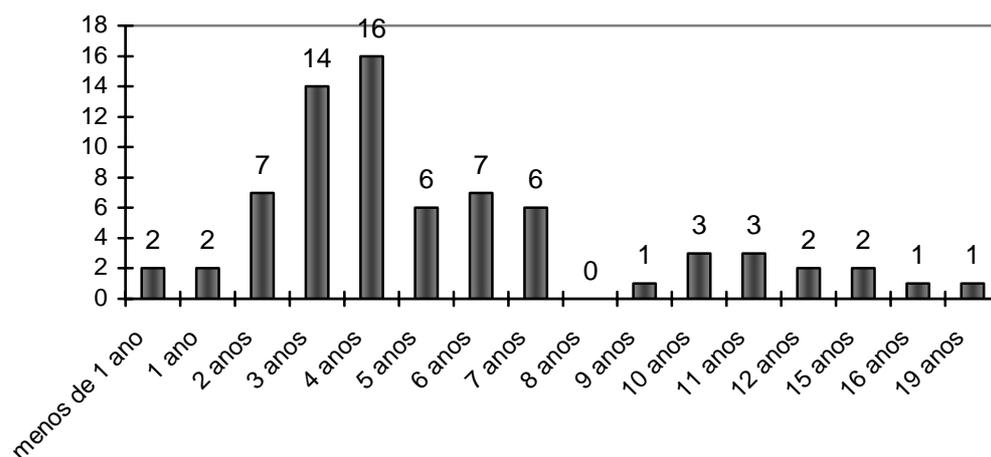


* Demais profissões: artesã, bóia-fria, diarista, professor, comerciante, agente de saúde, empregada doméstica.
Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

4.3.2 Trajetória Familiar

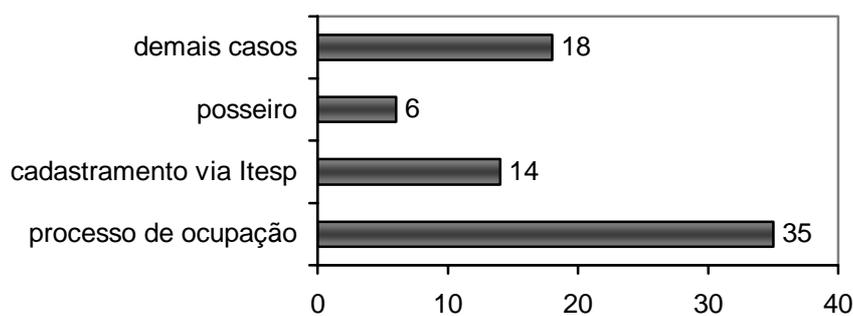
Dentre as 73 famílias entrevistadas, conforme mostrado na figura 4.5, 56,5% estavam, no máximo, a 4 anos assentadas no local, sendo que, destas, 22% tinham 4 anos, 19% estavam a 3 anos e 15,5% estavam a menos de 3 anos no local. O restante, 26,9%, tinha entre 5 a 9 anos de assentamento e 16,6% acima de 10 anos. A maior parte dessas famílias (47,9%, conforme mostra a figura 4.6) conseguiu obter o lote através do processo de ocupação da terra, seguido pelo cadastramento realizado pelo Itesp (19,1%) e por posseiros presentes no local (8,2%).

FIGURA 4.5. -Período de tempo de assentamento, por família - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

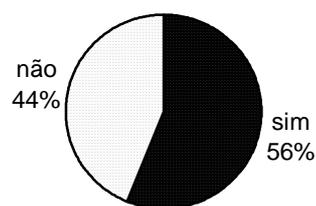
FIGURA 4.6 - Forma de aquisição do lote, por número de famílias- Pontal do Paranapanema, 2002



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

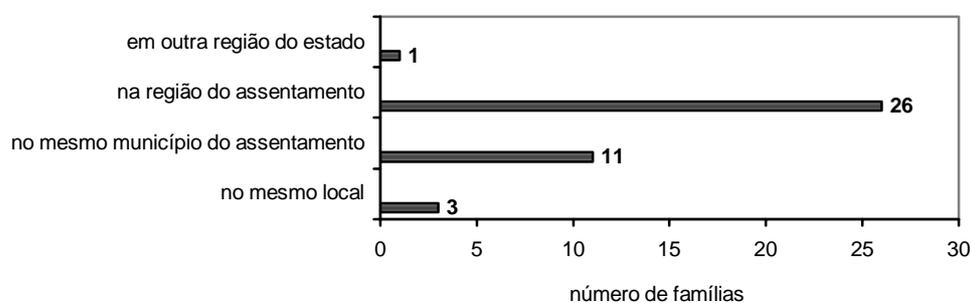
Questionadas quanto a ter ou não participado de alguma ocupação (figura 4.7), 56,1% afirmaram ter participado, sendo a grande maioria das ocupações (63,4%) efetivadas na região do Pontal do Paranapanema ou no próprio município onde o assentado residia no momento da pesquisa (26,9% - vide figura 4.8),

FIGURA 4.7 - Participação percentual das famílias em ocupações de terra - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

FIGURA 4.8- Local da realização das ocupações, por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002.

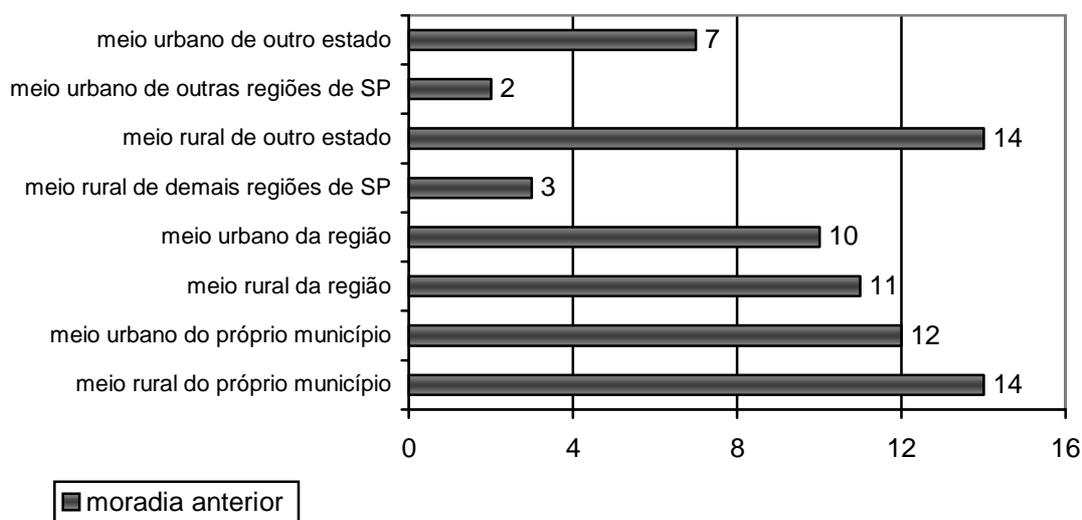


Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

A grande maioria das 73 famílias entrevistadas (64,4%) residia na região do Pontal do Paranapanema antes de se tornarem assentadas, conforme mostra a figura 4.9, sendo que deste montante, 19,2% residia na área rural ou em algum distrito no município e 16,5%, na sede do município onde foram formados os assentamentos. Além da região do Pontal, várias famílias (19,2%) vieram do meio rural de outros Estados, mais predominantemente do Estado do Paraná (86% desse montante). O principal motivo apontado pelos entrevistados como fator que motivou sua participação no

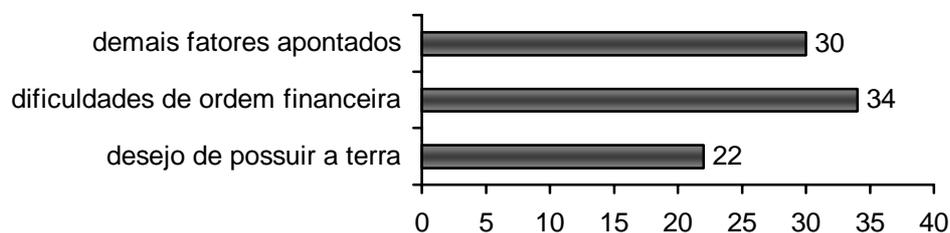
processo de acampamento e/ou assentamento (figura 4.10) foi dificuldades de ordem financeira/falta de emprego no campo e na cidade (34 entrevistados), seguido pelo desejo de possuir seu lote de terra (22 entrevistados). Cabe destacar que neste item foram aceitas mais de uma resposta.

FIGURA 4.9 - Local de moradia anterior ao assentamento, por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

FIGURA 4.10 - Motivos apontados para a vinda ao assentamento por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002.

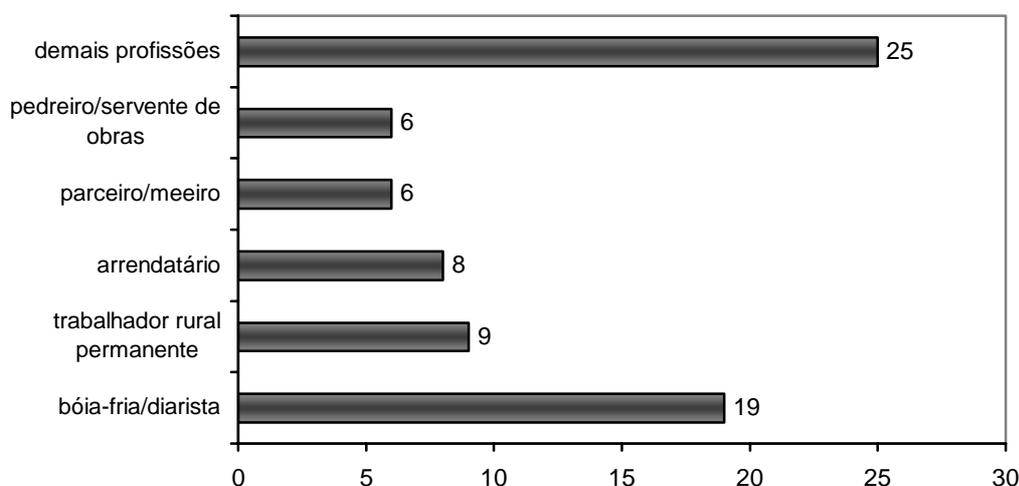


Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

As atividades principais exercidas pelos entrevistados, no momento antes de se tornarem assentados, eram bóia-fria/diarista, trabalhador rural permanente e arrendatário, com respectivamente, com 26,1%; 12,4% e 11%, conforme apresentado na figura 4.11. Dentre as demais profissões, haviam microempresários, empregados do

setor industrial e do setor de serviços, caminhoneiro, técnico em eletrônica, empregada doméstica, dentre outros. Isso significa dizer que, dentre os entrevistados, 63,1% apresentava relação direta com o trabalho no campo e 36,9% exercia atividades ligadas aos demais segmentos.

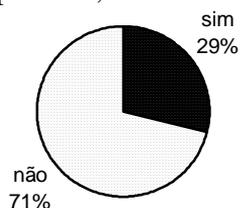
FIGURA 4.11 - Atividade principal exercida pelo entrevistado antes de ser assentado - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Das 73 famílias entrevistadas, 21 possuíam filhos solteiros morando fora do assentamento (vide figura 4.12). Eram 39 jovens e adultos na faixa etária de 15 a 38 anos, sendo a grande maioria (81%) residente na área urbana da região do Pontal do Paranapanema, com emprego permanente (57%). Dentre as ocupações desses jovens, tinha-se empregado em firma, gerente de loja, funcionária pública, enfermeira, cortador de cana, empregada doméstica, eletricista, autônomo.

FIGURA 4.12- Porcentagem de famílias com filhos solteiros morando fora do assentamento - Pontal do Paranapanema, 2002

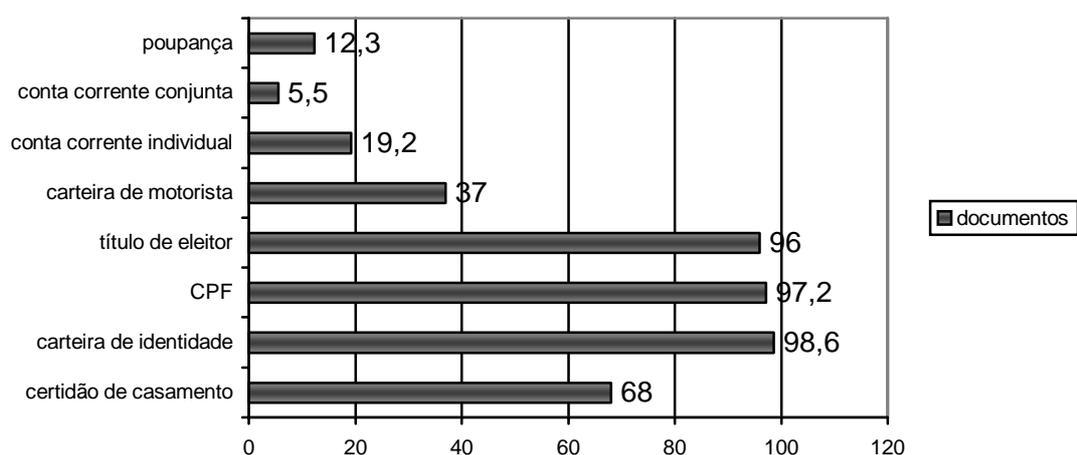


Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

4.3.3 Identificação do Entrevistado

Constatou-se que aproximadamente 68% dos entrevistados possuíam certidão de casamento, apenas 1 não possuía carteira de identidade, 2 entrevistados não requereram cadastro de pessoa física (CPF) e 3 não tinham título de eleitor. A maioria não possuía carteira de motorista (61,5%), nem conta corrente em banco, seja individual (80%) ou conjunta (94%). A porcentagem de entrevistados que possuíam os respectivos documentos encontra-se na figura 4.13.

FIGURA 4.13- Porcentagem de entrevistados que possuíam documentos oficiais - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Em relação ao grau de alfabetização do entrevistado, 60% afirmaram escrever e 56% a ler com facilidade, contra 27% e 31% respectivamente, que disseram escrever e ler com dificuldades (vide tabela 4.6). Os demais (13%), não sabiam ler nem escrever. Todos os entrevistados aprenderam a ler e escrever antes de estarem assentados. Dentre as leituras mais freqüentes, a mais citada foi a bíblia (29 entrevistados) seguida por revistas (13 entrevistados) e jornais (10 entrevistados). No momento da pesquisa não se questionou a que igreja o entrevistado pertencia.

TABELA 4.6 - Grau de alfabetização dos entrevistados - Pontal do Paranapanema, 2002

Grau de alfabetização	Número de entrevistados	%
Escreve		
Com facilidade	44	60
Com dificuldade	20	27
Não sabe escrever	9	13
Lê		
Com facilidade	41	56
Com dificuldade	23	31
Não sabe ler	9	13

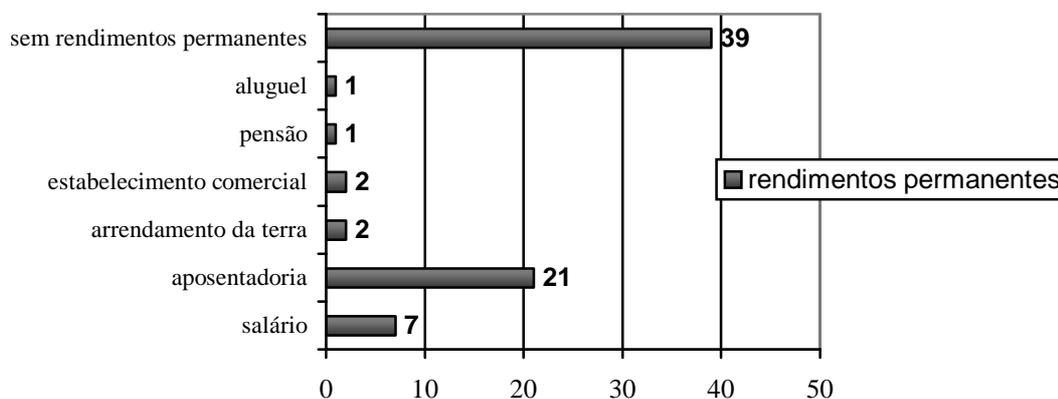
Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

As famílias possuíam lotes entre 10 a 20 hectares (29%), 21 a 28 hectares (30%) e acima de 32 hectares (41%), sendo o maior lote, com 45 hectares, pertencente a apenas 1 família. A maior predominância era de lotes com 21 hectares (11 famílias), 32 hectares (10 famílias) e 35 hectares (12 famílias). Quanto a forma de exploração desses lotes, havia predominância da exploração individual (97%), por isso, a maioria (86%) nunca tinha participado de algum mutirão. A participação em sindicatos, associações, grupos e cooperativas também era reduzida. Cerca de 56% dos entrevistados não participavam desses tipos de organizações.

No item nível de renda⁴, os entrevistados foram questionados quanto à existência ou não, na família, de pessoas que trabalhavam como assalariadas. Sendo positivo, perguntou-se quantas pessoas eram por famílias e quais os salários recebidos. Dentre os resultados obtidos, verificou-se que em 7 famílias haviam assalariados recebendo entre 1 e 1,5 salário mínimo. Constatou-se a presença de aposentados em 21 famílias ganhando 1 salário mínimo e 6 famílias tinham outro tipo de rendimento permanente, provenientes de arrendamento de terra, ganhos com estabelecimento comercial, pensão e aluguel. Dentre as famílias entrevistadas, 37 não tinham rendimentos permanentes.

⁴ Todos os rendimentos têm como base julho/2002.

FIGURA 4.14- Fontes de rendimentos permanentes recebidos por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002.

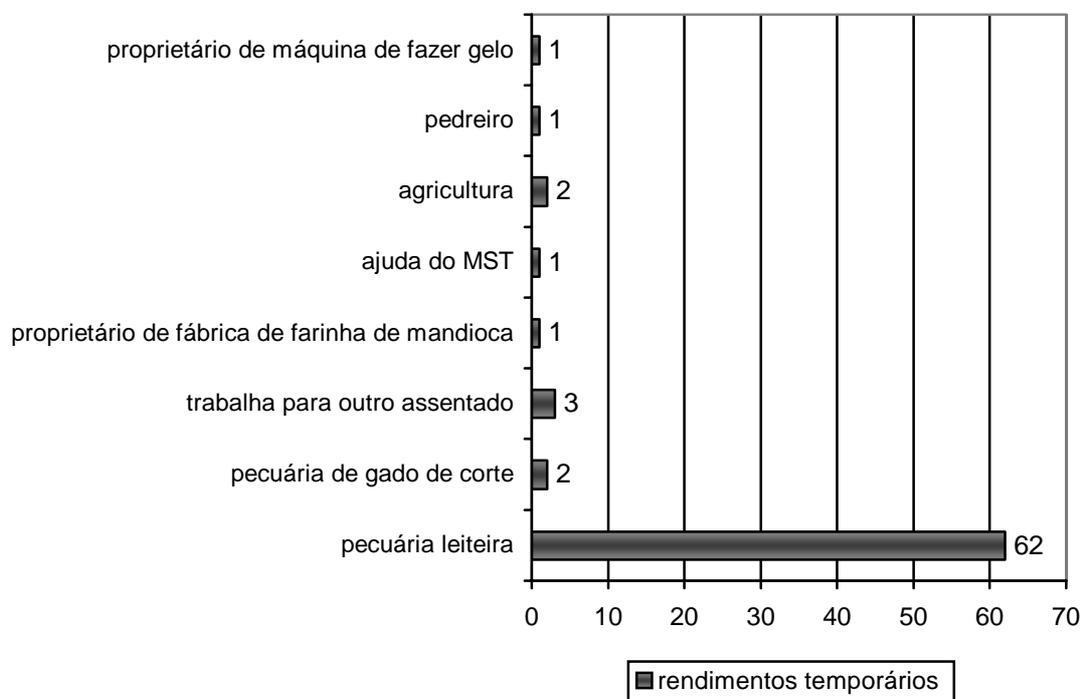


Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Com relação aos rendimentos temporários provenientes da agricultura e pecuária, houve muita dificuldade de mensuração por parte dos entrevistados, dado o caráter sazonal das culturas e da pecuária leiteira. Das 62 famílias que informaram receber rendimentos temporários provenientes da pecuária leiteira, 38 não souberam responder os valores obtidos em termos monetários, 3 disseram receber até R\$ 99,00, 8 famílias afirmaram obter entre R\$100,00 a R\$199,00, 9 entre R\$200,00 e R\$399,00 e 4 informaram ganhar acima de R\$400,00 reais. As 11 demais famílias recebiam rendimentos temporários provenientes da pecuária de corte (2 famílias, com média de R\$ 300,00 cada), de trabalhos para outros assentados (3 famílias, com média de R\$ 150,00 cada), da produção de uma fábrica de mandioca (1 assentado, com rendimento de R\$ 250), ajuda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1 assentado), da agricultura (2 assentados), de trabalho como pedreiro (1 assentado) e 1 como proprietário de uma máquina de fazer gelo, sendo que nestas últimas categorias não foram informados os valores médios recebidos.

Na figura 4.15 são apresentados os tipos de rendimentos temporários recebidos pelas famílias assentadas.

FIGURA 4.15- Fontes de rendimentos temporários recebidos por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002.



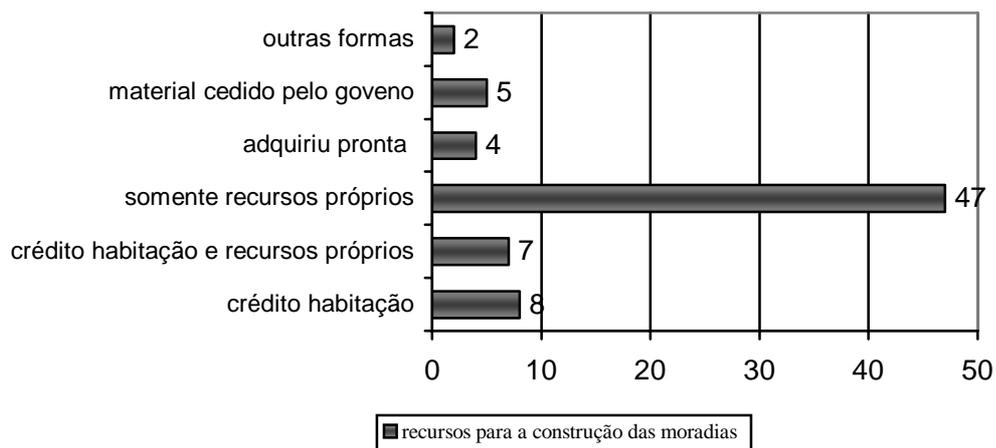
Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Constatou-se que em 7 famílias existiam 7 pessoas que moravam no assentamento e que trabalhavam na cidade nos setores comercial, na indústria ou como bóia-fria, sendo que o principal motivo apontado foi a falta de trabalho no campo para todos os membros da família. A maioria dos entrevistados não soube informar quanto essas pessoas ganhavam em termos monetários. Questionados quanto à existência de filhos solteiros que moravam fora do assentamento, mas que ajudavam financeiramente a família, apenas 2 famílias informaram receber rendimentos obtidos dessa forma, porém não regularmente. Este fator pode estar atrelado ao baixo ganho de recursos por parte dos jovens, ou a não identidade camponesa.

Quanto à moradia existente no momento da pesquisa, a maioria foi construída com recursos próprios (conforme mostra a figura 4.16), com o uso predominante de mão-de-obra da própria família (35,6%), seguido por mão-de-obra paga (33%) e combinação de mão-de-obra paga e trabalho familiar (13,7% - figura 4.17). Em 57,5% dos casos, o material para a construção das moradias foi adquirido

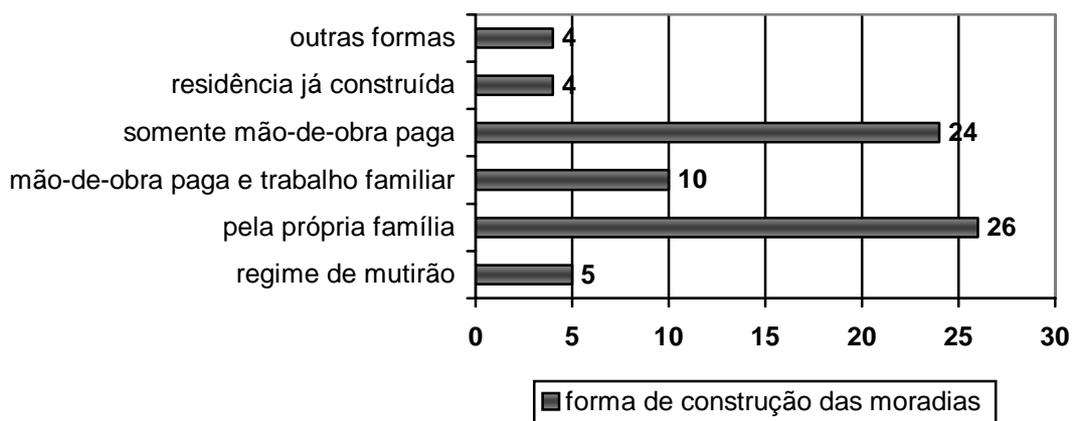
individualmente, 20,5% foi cedido pelo governo e em 15% foi comprado coletivamente (figura 4.18).

FIGURA 4.16- Recursos usados para a construção das moradias, por família assentada - Pontal do Paranapanema, 2002.



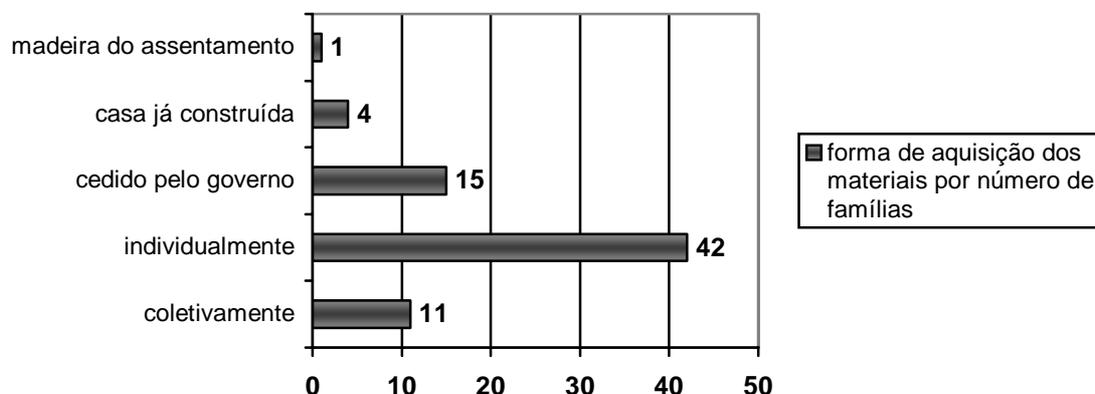
Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

FIGURA 4.17 - Forma de construção das moradias, por família assentada - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

FIGURA 4.18 - Forma de aquisição dos materiais para a construção das moradias, por família assentada - Pontal do Paranapanema, 2002.

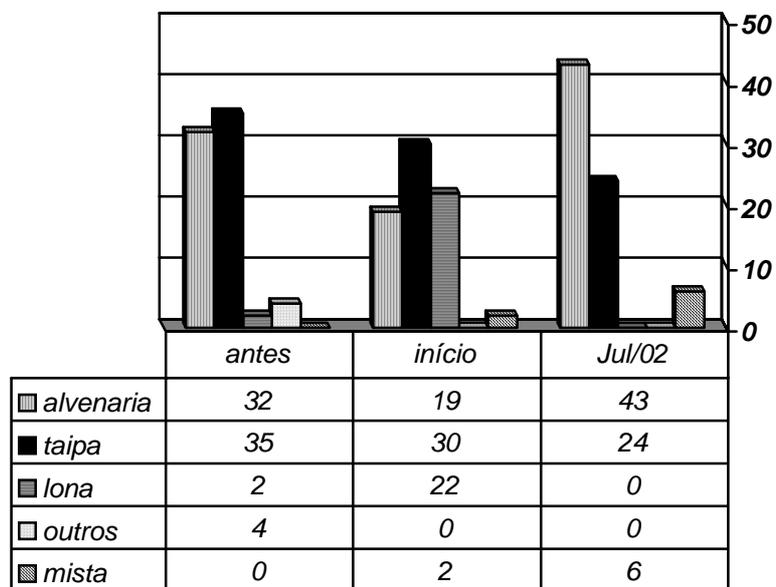


Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

O tipo de construção da residência dos entrevistados, anterior ao assentamento, era predominantemente taipa (35 residências) ou alvenaria (32 residências), sendo a maioria com dois ou três quartos (respectivamente, 35,2% e 38%). No início do assentamento, o número de residências feitas de alvenaria passou a ser 19 casas e na data da pesquisa (julho/2002) existiam 43 casas de alvenaria. Com o aumento do número deste último tipo, reduziu-se a quantidade de residências de taipa, de 30 no início do assentamento, para 24 na referida data. As moradias feitas com lona, que antes do assentamento eram 2, passaram para 22 no início e em julho de 2002 nenhuma família entrevistada morava em barracos de lona. As casas mistas, feitas com madeira e alvenaria, não presentes anteriormente, no início eram 2 e em 2002 eram 6, configurando aumento do número de cômodos dessas residências, mas conservando alguns cômodos mais antigos. Estes dados podem ser visualizados na figura 4.19.

O material predominante na cobertura das habitações, a telha de zinco, elevou-se de 30 residências no início do assentamento para 52 em 2002. A telha de barro também sofreu um pequeno aumento, de 17 casas para 19. As coberturas de lona desapareceram, ao passo que a cobertura mista de telhas de barro e zinco reduziu de 6 casas para 1 na data da pesquisa.

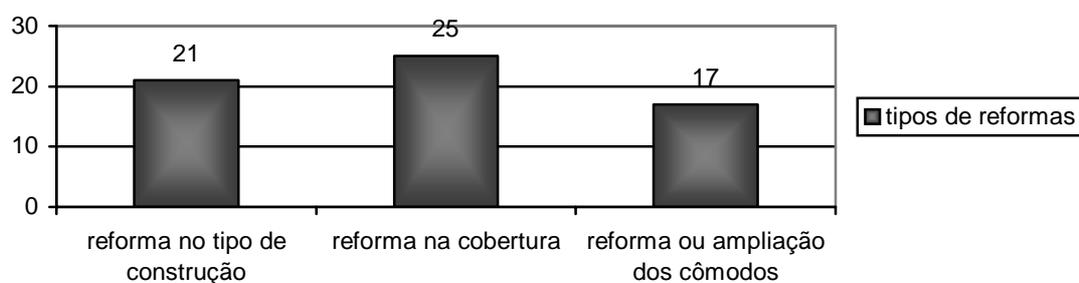
FIGURA 4.19- Material predominante nas moradias antes, início do assentamento e na data da pesquisa, por família assentada - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Questionados quanto à realização de reformas, conforme observado na figura 4.20, 28,8% das famílias disseram ter reformado o tipo de construção, 34,2% de terem reformado a cobertura da moradia e 23,3% responderam ter reformado algum cômodo e/ou ampliado o número de cômodos.

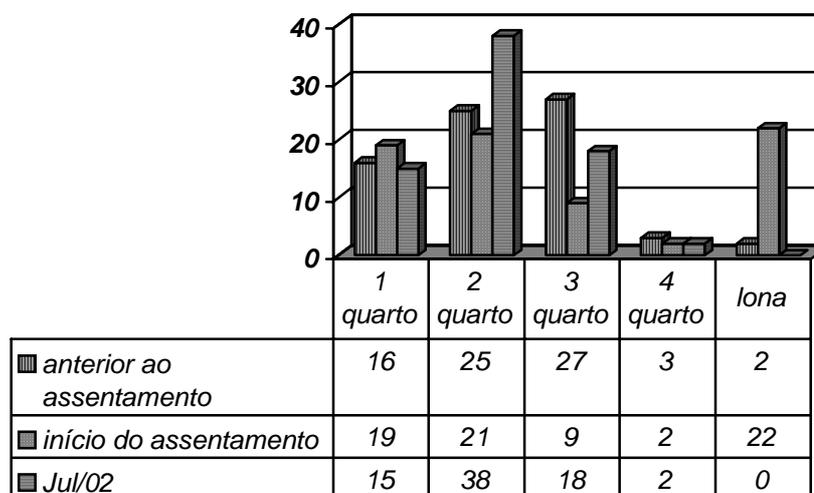
FIGURA 4.20 - Tipos de reformas realizadas nas moradias, por famílias - Pontal do Paranapanema, 2002



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Comparando ainda as residências dos assentados anteriores ao assentamento, no início e em 2002 (figura 4.21), tem-se que anteriormente havia predominância de casas com 2 e 3 quartos (respectivamente, 34,2% e 37%), em 84,5% das casas havia sala, 95,8% possuía cozinha, 62% tinha banheiro interno e em 15,5% existia área de serviço. No início dos assentamentos, a maioria das casas era de 1 ou 2 quartos (respectivamente, 26% e 28,8%), em 58,9% havia sala, em 50,7% cozinha, 41% existia banheiro interno e 4,1% possuía área de serviço. Assim, constatou-se, que no início houve, de modo geral, uma redução da qualidade das moradias dos então assentados. Contudo, em 2002, 52,0% das casas possuíam 2 quartos e 24,6% 03 quartos, 97,3% tinham sala, 89% cozinha, 68,9% banheiro interno e em 12,3% existia área de serviço.

FIGURA 4.21 - Variação do número de quartos, por moradias - Pontal do Paranapanema, 2002



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Analisando as residências anteriores ao assentamento e em 2002, verifica-se que houve redução no número de casas com 3 quartos, bem como residências com área de serviço. Todavia, houve aumento de moradias com banheiro interno. Os dados sobre variação do número de cômodos por residências pode ser visualizado na tabela 4.7.

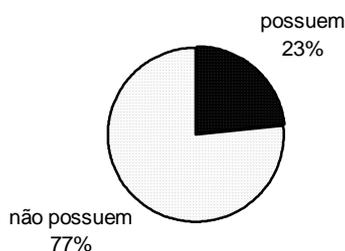
TABELA 4.7- Variação do número de cômodos nas moradias dos assentados - Pontal do Paranapanema, 2002.

Cômodos	Anterior ao assentamento	Início do assentamento	do 2003
Sala	60	43	71
Cozinha	68	37	65
Banheiro interno	44	30	51
Área de serviço	11	3	9
Fossa	14	9	11

Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Questionados quanto a manter residências na cidade (figura 4.22), 17 famílias (23%) afirmaram possuir, sendo seu uso variado: 4 usavam para pernoitar, 2 utilizavam para lazer, 4 residências eram usadas por filhos, 4 por parentes, 1 era alugada, 1 família morava no local e 1 família não utilizava a casa.

FIGURA 4.22 - Número percentual de famílias assentadas que possuíam moradia na zona urbana - Pontal do Paranapanema, 2002

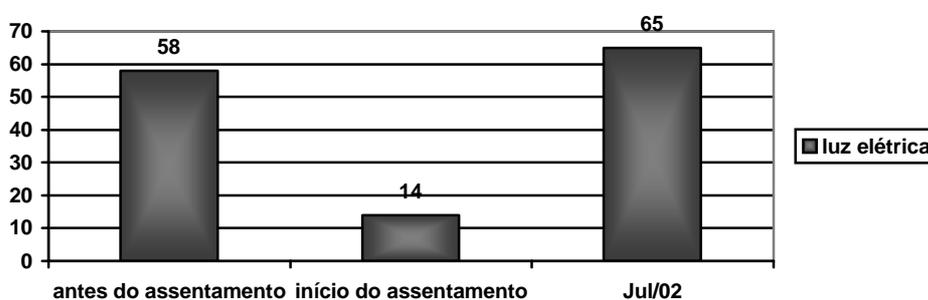


Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Do total de 73 residências onde foram aplicados os questionários, em julho de 2002, a maioria das moradias anteriores ao assentamento era servida com água encanada (79%) e energia elétrica (79,5%) e em apenas 5,5% das residências não eram abastecidas com água encanada nem energia elétrica. Em 2002, 90,4% das residências possuíam água encanada e 89% tinham energia elétrica. Os assentados não pagavam a água, mas sim a energia elétrica usada para bombear a água dos poços artesianos, além de uma taxa de reserva para a manutenção da bomba de água. Questionados quanto ao tempo em que possuíam água encanada, muitos (13,7%) não souberam responder,

porém a maioria disse fazer 3 a 4 anos. Certamente, isso ocorreu pelo fato da maioria dos assentamentos serem relativamente novos na região. A forma de escoamento dos banheiros também variou, sendo que no início do assentamento 35 casas possuíam fossa e 22 casinha. Em 2002, 54 residências tinham fossa e 8 casinha. Perguntados quanto ao destino dado ao lixo domiciliar, 89% disseram queimar ou enterrar. Já as embalagens de defensivos, a maioria queimava, enterrava ou não utiliza.

FIGURA 4.23- Número de moradias dos assentados com luz elétrica - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

No item quadro de saúde dos assentamentos (vide tabela 4.8), 23 famílias (31,5%) afirmaram haver postos de saúde funcionando, 26 famílias (35,6%) utilizavam os postos de assentamentos próximos e 24 entrevistados (32,9%) responderam que não tinham tal serviço no assentamento local ou próximo. Com relação aos agentes de saúde, 91,8% disseram que os assentamentos possuíam. O restante afirmou não saber se existia ou desconhecia o serviço. Quanto a visita regular de médico, 57,5% disseram não haver, enquanto que 19% afirmaram existir médicos em assentamentos próximos. Estes dois últimos aspectos - agentes de saúde e médico regular, foram muito criticados pelos assentados na medida que consideraram que muitos agentes ou não passavam nas residências ou visitavam apenas para que o assentado assinasse o comprovante, sem qualquer assistência.

Com relação à atuação dos médicos, o grande índice de rotatividade bem como falta de profissionais foram os fatores mais lembrados. Quanto ao tempo de funcionamento dos postos e da existência de agentes e médicos regulares, quase todos tiveram dificuldades em responder. Contudo, de modo geral, o posto de saúde mais recente tinha 3 meses e o mais antigo tinha 8 anos. Além de médicos e agentes de saúde,

4 assentados mencionaram a visita de dentistas e 1 a visita de uma enfermeira, que estava substituindo um médico.

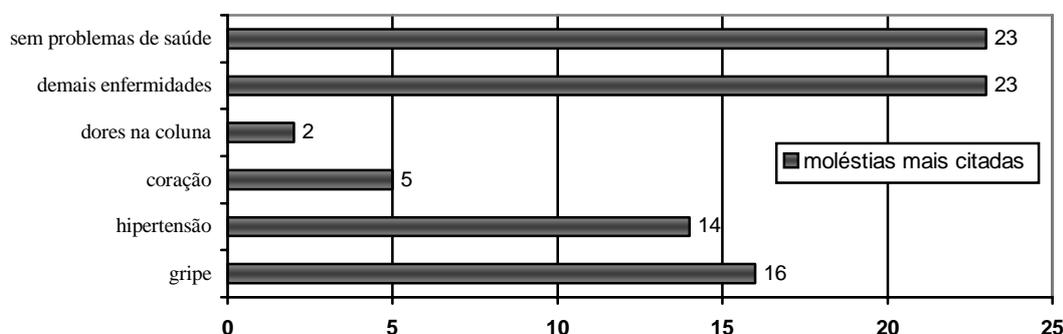
TABELA 4.8- Quadro de saúde dos assentamentos, segundo os assentados - Pontal do Paranapanema, 2002.

Quadro de saúde	Situação			
	Sim	Não	Não sabe	Presente em outro assentamento
Posto de saúde em funcionamento	23	24	0	26
Presença de agente de saúde	67	3	3	0
Médico regular	16	42	1	14

Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Questionados quanto às doenças mais comuns em suas famílias antes de estarem assentados, praticamente todos tiveram dificuldades em responder ou responderam que nada tinham. Já assentados, as moléstias mais citadas, conforme figura 4.24, foram gripe (16 respostas), hipertensão (14 respostas) e problemas no coração (5 respostas). Contudo, não tiveram dificuldades em responder quais as formas de tratamento realizadas pelas famílias (vide figura 4.25). Entre as mais citadas, estavam: consultar o médico no posto de saúde do próprio assentamento ou próximo (46 respostas), consultar médicos na cidade (37 respostas), comprar remédios na farmácia (30 respostas) ou usar remédios caseiros ou chás (28 respostas). É relevante destacar que nas moléstias e nos tipos de tratamentos usados foram consideradas mais de uma resposta por entrevistado.

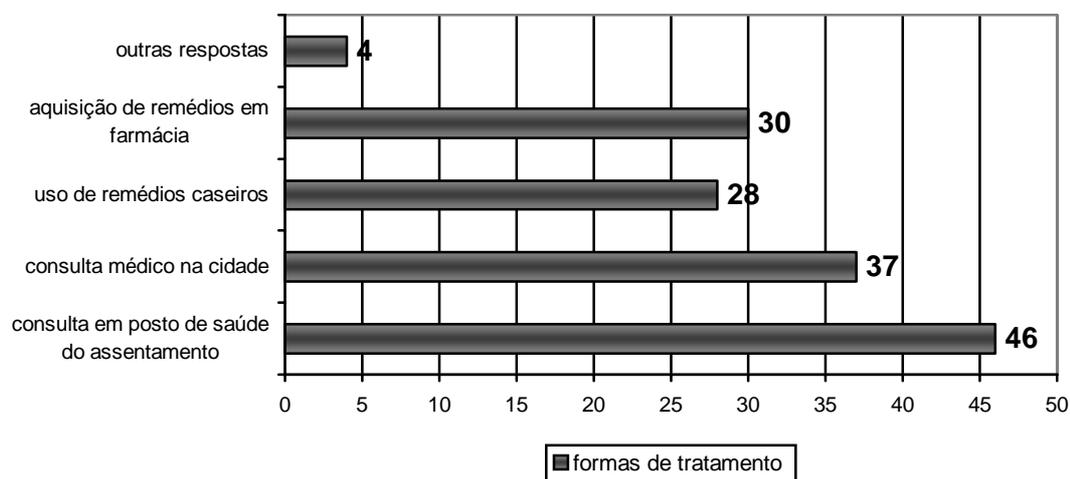
FIGURA 4.24 - Moléstias mais citadas pelos entrevistados - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Alguns assentados de Mirante do Paranapanema queixaram-se do fato de estarem mais próximos do município de Teodoro Sampaio do que Mirante, mas não podiam ser atendidos pelos postos de saúde e hospital de Teodoro Sampaio. Quando dispunham de recursos, os assentados preferiam ir para cidades próximas no Estado do Paraná, onde, segundo eles, eram melhor atendidos. Quanto à mortalidade infanto-juvenil e/ou adulta, a resposta foi positiva em 9 famílias assentadas, pelas mais variadas causas.

FIGURA 4.25- Formas mais citadas pelos entrevistados de tratamento de moléstias - Pontal do Paranapanema, 2002



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Constatou-se que 20 famílias possuíam veículos de passeio, 3 assentados tinham caminhão/caminhonete, 8 possuíam motos e 29 famílias tinham bicicletas, sendo a maioria das aquisições realizada após estarem assentadas. Quanto aos maquinários e equipamentos, 57,5% dispunha de pulverizadores, 54,8% de arado com tração animal, 46,6% detinham charrete/carroça, 20,5% tinham trator e 16,4% motor elétrico. A maioria desses equipamentos era usado de modo individual e foi adquirido após assentados. A única exceção eram os tratores, usados de modo coletivo, por grupos de famílias, também adquiridos após assentamento e algumas carroças. A quantidade de maquinários e equipamentos agrícolas que os assentados detinham no momento da pesquisa encontra-se na tabela 4.9.

TABELA 4.9 - Maquinários e/ou equipamentos agrícolas que os assentados possuem e o período de aquisição - Pontal do Paranapanema, 2002.

Maquinários / implementos	Número de famílias	Forma de uso		Período da aquisição	
		Individual	Coletivo	Anterior	Após estar assentado
Carro de passeio	20	20	00	08	12
Caminhonete/ caminhão	03	03	00	01	02
Moto/ motocicleta	08	08	00	02	06
Charrete/ carroça	34	30	04	04	30
Trator	15	04	11	01	14
Bicicleta	29	29	00	04	25
Arado/tração animal	40	39	01	05	35
Motor elétrico	12	11	01	02	10
Bomba de água elétrica	19	18	01	01	18
Pulverizadores	42	39	03	01	41
Plantadeira	02	02	00	00	02

Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Dentre os aparelhos eletrodomésticos, geladeira, fogão, televisão e liquidificador eram os itens mais presentes nas famílias com, respectivamente, 85%, 97,3%, 83,6% e 63,4%. Cerca de 70% dos assentados tinham chuveiro elétrico, mas a maioria disse não estar usando dado o preço elevado da energia elétrica. Alguns assentados chegavam a pagar, em julho de 2002, R\$ 60,00 de conta, onde R\$ 20,00 a R\$ 45,00 equivalia ao pagamento da taxa de instalação do serviço. Esses aparelhos eletrodomésticos foram praticamente metade adquirido antes das famílias estarem assentadas e metade após a formação dos assentamentos. Além desses itens, estavam presentes nas famílias: máquina de costura (35,6%), aparelho de som (37%), rádio (49,3%), antenas parabólica (38,3%), refrigerador para guardar leite (8,2%), batedeira (6,8%) e freezer (6,8%), conforme mostrado na tabela 4.10.

TABELA 4.10 - Aparelhos eletrodomésticos existentes nas residências dos assentados e o período da aquisição - Pontal do Paranapanema, 2002.

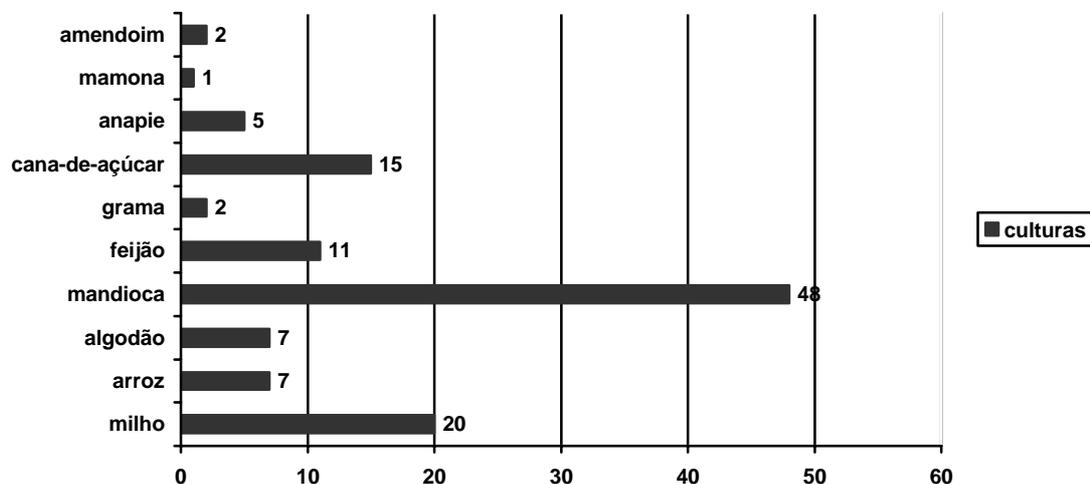
Eletrodomésticos	Número de famílias	Período da aquisição	
		Antes de estar assentado	Após estar assentado
Máquina de costura	26	18	8
Geladeira	62	31	31
Fogão	71	35	36
Televisão	61	27	34
Aparelho de som	27	09	18
Rádio	36	16	20
Antena parabólica	28	09	19
Refrigerador para leite	06	02	04
Chuveiro elétrico	51	24	27
Liquidificador	45	23	22
Batedeira	05	0	05
Freezer	05	0	05
Tanquinho	01	0	01

Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Com relação às atividades rurais constatou-se que os assentados tinham baixo nível de diversificação. Dentre as 73 famílias visitadas, a mandioca foi citada por 48 (65,8%), seguida pelo milho (27,4% das famílias), cana-de-açúcar (20,5%) e feijão (15% das famílias). Provavelmente o número de famílias que plantaram mandioca no passado recente era maior do que o obtido na pesquisa, uma vez que os assentados tiveram muito prejuízo com a cultura⁵. A produção das culturas de milho, cana-de-açúcar e feijão, muitas vezes era usada para alimentação dos animais e do assentado (no caso do feijão), sendo vendido apenas o excedente, quanto havia. Poucos assentados produziam arroz (9,6%), preferindo comprar o produto nos supermercados. Dentre os entrevistados, 20,5% não produziam nenhuma cultura temporária. Questionados quanto à área cultivada, área colhida e volume produzido, muitos não souberam responder ou responderam que era somente para consumo dos animais. A venda, quando havia excedente, era feita via atravessador. Os dados sobre as culturas produzidas pelos assentados no momento da pesquisa estão contidos na figura 4.26.

⁵ Os preços médios reais recebidos pelos produtores paulistas de mandioca sofreram consideráveis variações no decorrer dos anos 90. Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (www.iea.org.br), em fevereiro de 1993, o produtor recebia R\$ 160,00 por tonelada de mandioca, em maio de 1994, o valor era de R\$ 68,00 /t., em julho de 1995 baixo para R\$ 51,80/t. O valor sofreu aumento em setembro de 1996 - R\$ 79,40/t, caiu em 1999 - R\$ 67,60t e voltou a subir em abril de 2000 - R\$ 109,00 t, mas em julho de 2001 o valor pago pela tonelada de mandioca estava em R\$ 42,90. Nesse momento, muitos produtores optaram por não colher a mandioca por considerarem o prejuízo menor.

FIGURA 4.26- Culturas produzidas pelas famílias assentadas - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

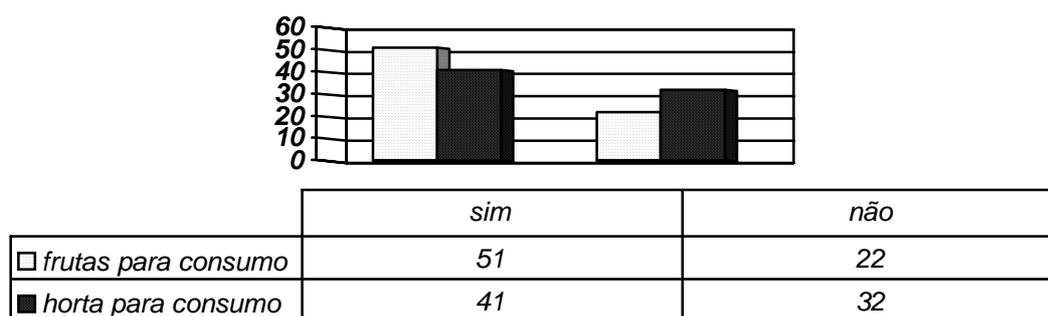
Verifica-se na figura 4.27 que 51 famílias (70%) produziam frutas, todas destinadas para autoconsumo, não havendo venda de excedente. Também não havia plantação de café embora, via informação da Cocamp, sabe-se que alguns cooperados tinham realizado plantações em algumas áreas. A maioria das famílias tinha horta no quintal (56,2%), com produção exclusiva para autoconsumo. Todas tinham galinhas, mas algumas famílias não conseguiam obter ovos para consumo alegando que os animais 'roubavam' os ovos. Nenhuma família tinha produção de mel.

Na questão autoconsumo merece destaque o trabalho coordenado por FERRANTE & SANTOS (2003), no qual constatou que, dentre as 42 famílias pesquisadas, sendo 16 de Porto Primavera, 17 de Presidente Venceslau, 6 de Teodoro Sampaio e 3 de Presidente Bernardes, os principais produtos provenientes do lote destinados para o autoconsumo eram: feijão, mandioca, carne de frango, ovo e leite. A baixa fertilidade dos solos inviabilizava a produção de muitas culturas comerciais. Como conseqüência, o valor dos produtos da lavoura no autoconsumo apresentava apenas 14,95% em média do total consumido. Cabe destacar que no momento da realização desta pesquisa, entre 1999 e 2000, a mandioca tinha um elevado preço de comercialização, por isso representava 20% de produção comercial local.

A pecuária de corte não tinha grande representatividade no consumo geral dos assentados, sendo substituída pela produção de animais de pequeno porte, que

exigia menor área de criação. Destacavam-se a carne de frango (37,46 kg/ano), ovos (12,33 kg/ano), carne de porco (11,87 kg/ano) e o leite (128,39 litro/ano). No item hortaliça, o consumo médio era de 61,18 kg/ano, destacando as culturas que exigiam menos insumos ou eram de mais fácil conservação. Figuravam entre elas: abobrinha (10,22 kg/ano), abóbora (4,04 kg/ano), batata doce (7,49 kg/ano), alface (8,59 kg/ano), maxixe (3,87 kg/ano) e quiabo (3,35 kg/ano). Segundo o estudo, muitas dessas culturas faziam parte do Programa de Segurança Alimentar do Itesp⁶, fomentado nos assentamentos, com distribuição gratuita de sementes. Contudo, na pesquisa de campo desta tese, visivelmente a produção nos lotes para autoconsumo era muito baixa.

FIGURA 4. 27 - Atividades rurais destinadas ao autoconsumo, por número de famílias - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Entre as frutas destacavam a banana (20,30 kg/ano), laranja (15,83 kg/ano) e o mamão (10,99 kg/ano), que juntas perfaziam 52,89% do consumo médio de frutas pelas famílias assentadas do Pontal. Mas, na pesquisa desta tese, praticamente todos os assentados entrevistados queixaram do fato de funcionários do governo estadual retirarem os pés de laranja dos assentamentos, alegando estarem com a doença popularmente chamada de *amarelinho* (*clorose variegada dos citros*).

O valor monetário da alimentação captado pela pesquisa de FERRANTE & SANTOS (2003) variava bastante entre os municípios do Pontal. Na média, o valor monetário anual per capita do consumo alimentar de produtos produzidos no lote era de R\$ 408,06. Desse montante, 10,85% (R\$ 44,22) referiam-se aos produtos classificados

⁶ Ver Cadernos ITESP. **Construindo o futuro**: política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados, página 105, s/d.

como lavoura, 34,52% (R\$ 140,85) para produtos provenientes de pequenas criações, 21,22% (R\$ 86,58) para pecuária, 6,12% (R\$ 24,97) referiam aos derivados/processados como coalhadas e queijos, 14,58% (R\$ 59,51) às hortaliças e 12,73% (R\$ 51,94) às frutas.

Na pesquisa desta tese, confirmou que a atividade rural principal exercida pela maioria dos assentados era criação de gado leiteiro. Somando os dados colhidos, tem-se que os assentados possuíam 846 vacas, com média de 11,6 cabeças por família; 49 bois (média de 0,68 por família), 81 garrotes (média de 1,11 por família) 372 bezerros e novilhas (média de 5,10), 130 porcos (1,79 de média por família), 1930 frangos e galinhas (26,5 de média por família), além de cavalos/égua, burros/mulas e cabras, com respectivamente 88, 11 e 4 animais e média por família de 1,20; 0,15 e 0,05. Contudo havia uma discrepância muito grande entre os assentados, acarretando rendimentos variados. Havia, por exemplo, família que possuía 80 vacas, enquanto outra tinha apenas 1 vaca. Alguns assentados tinham elevado número de cabeças de garrote, bezerros e novilhas, enquanto outros não possuíam, conforme dados contidos na tabela 4.11.

Cabe lembrar que questionados quanto aos rendimentos recebidos pela venda do leite, 38 não souberam responder e somente 4 disseram ganhar acima de R\$ 400,00. No entanto, considerando uma produtividade média de 11 litros de leite⁷ por animal, com valor de R\$ 0,29 o litro e estimado o número médio de cabeças por família (11), obtêm-se uma média de 3630 litros por mês, com ganho de aproximadamente R\$ 1050,00. Claro que se deve levar em conta a relação entre número de vacas, período de gestação, número de animais comercializados, porém esses dados não puderam ser obtidos. Em muitos casos, os assentados estipulavam uma média de animais, sem ter clareza quanto ao real número de animais existentes em sua propriedade. A partir da confrontação desses dados pode-se considerar que os rendimentos recebidos pelos assentados podem ser bem acima dos informados na pesquisa.

⁷ Estimou-se uma produtividade mínima, bem como o valor recebido por litro de leite no período da pesquisa.

TABELA 4.11 - Panorama da pecuária e criação de animais, por cabeças, nos assentamentos - Pontal do Paranapanema, 2002.

Criação	Número total	Média	Maior valor	Menor valor
Vaca	846 cabeças	11,6 cabeças	80 cabeças	1 cabeça
Boi	49	0,68	3	0
Garrote	81	1,11	20	0
Bezerro/novilha	372	5,10	35	0
Porco	130	1,79	15	0
Galinha/frango	1930	26,5	300	5
Cavalo/égua	88	1,20	5	0
Burro/mula	11	0,15	3	0
Cabra	4	0,05	3	0

Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Outro fator que pode ter interferido refere-se a aquisição de insumos. Verificou-se que, em muitos casos, a venda de leite para um laticínio estava atrelada à compra de insumos (sal, remédios, vacinas) para o gado no próprio estabelecimento. Os laticínios descontavam as despesas dos assentados com esses insumos diretamente dos valores a serem pagos pela compra do leite. Para os assentados, tinha-se a facilidade de receber o produto em casa, através do receptor do leite. Mas, podia-se estar pagando um valor maior do que pagaria caso comprasse num estabelecimento desvinculado dos laticínios. Alguns assentados que possuíam meios (carros, caminhões ou caminhonetes), iam buscar insumos agrícolas no Estado do Paraná, por considerarem os valores menores do que os cobrados pelos laticínios e estabelecimentos da região do Pontal do Paranapanema. O local onde os assentados adquiriam os defensivos agrícolas e o sal está na tabela 4.12.

Quanto à produção de leite (figura 4.28), 53 famílias disseram produzi-lo para consumo e comercialização; 13 afirmaram não produzir e 7 famílias produziam somente para consumo. Entretanto, questionados anteriormente sobre ganhos temporários, 62 famílias afirmaram receber renda proveniente da venda do leite. É provável que isso tenha ocorrido porque no período de coleta das informações - julho de 2002 - era momento de redução da produção de leite. Assim, muitas famílias que afirmaram não produzir naquele momento, faziam-no em outros períodos e conseqüentemente recebiam renda proveniente da venda do leite. As famílias que consideraram produzir apenas para consumo, também poderiam vender o excedente no período de aumento da produção.

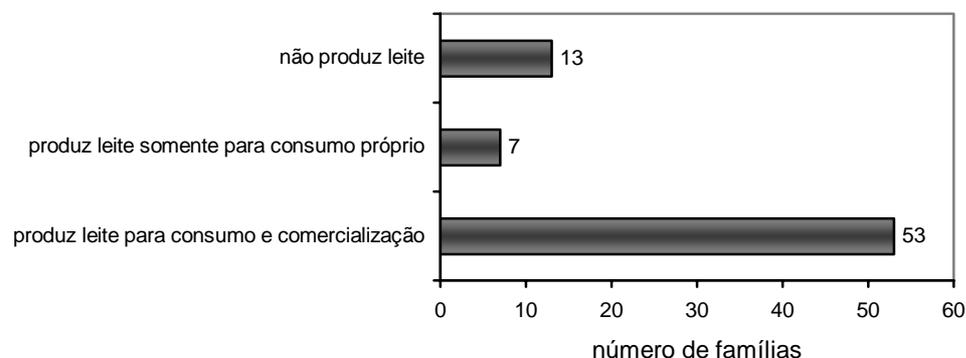
TABELA 4.12 - Locais onde os assentados adquirem os defensivos agrícolas e o sal mineral - Pontal do Paranapanema, 2002

Estabelecimento	Cidade	Número de famílias
Jorge Veterinária	Euclides da Cunha	03
Comércio local (sem nome específico)	Euclides da Cunha	02
Comércio local (sem nome específico)	Teodoro Sampaio	16
Agropecuária Pontal	Teodoro Sampaio	05
Laticínio Primavera	Rosana	01
Comércio local (sem nome específico)	Terra Rica- Paraná	02
Loja do João	Porto Primavera	02
Laticínio Teodoro	Teodoro Sampaio	01
Agropecuária Primavera	Porto Primavera	01
Veterinária Pontal	Teodoro Sampaio	01
Laticínio Quatá	Teodoro Sampaio	13
Campo Forte	Teodoro Sampaio	02
Agropecuária Buriti	Estado do Paraná	07
Cooperativa Cocamar	Colorado- Paraná	02
Laticínio Novo Tempo	Mirante do Paranapanema	13
Casa do Ceará	Mirante do Paranapanema	05
Comércio local (sem nome específico)	Presidente Venceslau	01
Comércio local (sem nome específico)	Mirante do Paranapanema	03
Comércio local (sem nome específico)	Estado do Paraná	01
Agropecuária Mirante	Mirante do Paranapanema	03
Comércio local (sem nome específico)	Itaguajé - Paraná	01

Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

O número de famílias que produziam leite, seja para comercialização, autoconsumo, ou ambos encontra-se na figura 4.28.

FIGURA 4.28 - Número de famílias assentadas que produziam leite - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Questionados sobre a aquisição de ração e farelos, todos os assentados afirmaram não comprá-los. O calcário usado para equilibrar a acidez do solo foi cedido pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo - Itesp. Estes dados podem ser visualizados na tabela 4.13.

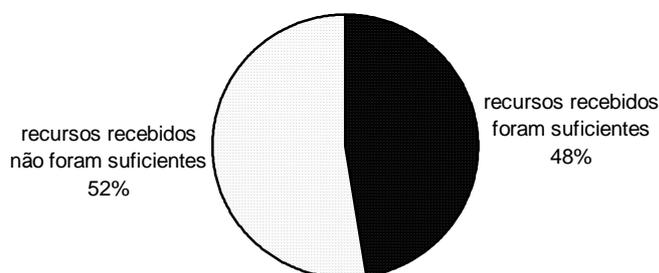
TABELA 4.13- Forma de aquisição dos insumos agrícolas pelas famílias assentadas - Pontal do Paranapanema, 2002.

Insumos	Forma e/ou local adquirido
Calcário	Cedido pelo Itesp e/ou INCRA
Ração	Nenhum assentado compra
Farelados	Nenhum assentado compra
Defensivos agrícolas e sal mineral	Adquiridos no comércio local e/ou junto aos laticínios

Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Questionados quanto aos créditos recebidos, praticamente todos os assentados tiveram dificuldades em responder quais tipos de créditos tinham obtido, os valores recebidos, ano de recebimento e a porcentagem de financiamento já quitado, quando já haviam iniciado o pagamento. A única resposta mais facilmente obtida foi quanto a suficiência ou não dos créditos. Do total dos 73 entrevistados, 39 afirmaram que os recursos recebidos não tinham sido suficientes, enquanto 34 assentados disseram ter sido suficiente (vide figura 4.29).

FIGURA 4.29 - Consideração dos entrevistados quanto aos créditos recebidos, em porcentagem - Pontal do Paranapanema, 2002



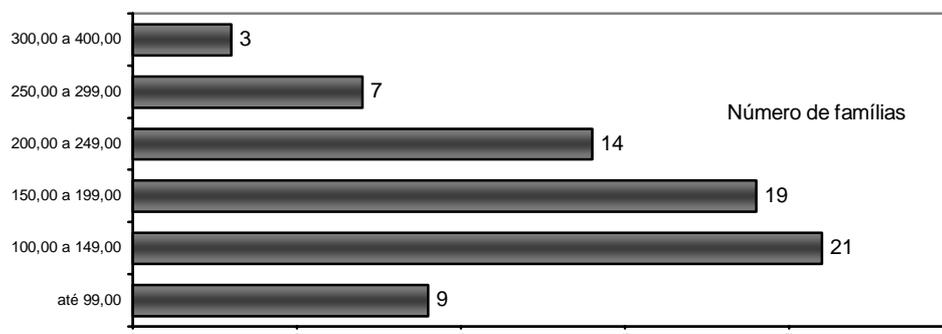
Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Verificou-se que todos os assentados adquiriam alimentos em supermercados locais. Tratava-se não apenas de gêneros alimentícios que não podiam ser produzidos internamente no assentado, mas sim produtos de primeira necessidade,

como arroz, feijão, tomate, cebola. Houve relato de uma entrevistada que adquiria até ovos por afirmar que os animais ‘roubam’ os ovos das galinhas. Os principais supermercados das cidades de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio possuíam ônibus próprios que ia, entre os dias 20 e 21 de cada mês, período em que os assentados recebiam dos laticínios pela venda do leite, buscar os assentados para fazer comprar nos respectivos supermercados. Assentados que possuíam veículos próprios, em muitos casos, do mesmo modo que a aquisição de insumos, iam fazer compras em cidades do Estado do Paraná, por estarem a poucos quilômetros da divisa do referido Estado e por considerarem os preços menores que os praticados na região do Pontal.

Os gastos mensais com alimentação eram muito variados, por isso, foram classificados por faixa de despesas (figura 4.30). Verificou-se que 12% dos assentados gastavam até R\$99,00; 29% gastavam entre R\$100,00 e R\$149,00; 26% entre R\$150,00 a R\$199,00; 19% gastavam de supermercado entre R\$200,00 a R\$249,00; 10% entre R\$250,00 e R\$299,00 e 4% gastavam entre R\$300,00 e R\$400,00.

FIGURA 4.30- Gastos mensais das famílias assentadas com alimentação - por intervalo de valores (em R\$) - Pontal do Paranapanema, 2002



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Quanto à aquisição de roupas (tabela 4.14), 29 entrevistados (39,8%) afirmaram não adquirirem (ganhavam) ou raramente compravam. Outros disseram comprar roupas nas lojas de Teodoro Sampaio (24,7%), estabelecimentos do Estado do Paraná (12,3%) ou outras cidades da região do Pontal do Paranapanema (23,2%). Nenhum entrevistado afirmou que as roupas eram confeccionadas nas residências através da aquisição de tecidos.

TABELA 4.14 - Cidade onde os assentados adquirem roupas e materiais para construção - Pontal do Paranapanema, 2002.

Cidade	Número de famílias
Teodoro Sampaio	18
Estado do Paraná	09
Mirante do Paranapanema	05
Euclides da Cunha	04
Presidente Prudente	04
Porto Primavera	03
Presidente Venceslau	01
Não adquire (ganha) ou raramente compra	29

Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Dos 73 entrevistados, quando questionado sobre as mudanças nas condições de vida antes de estarem assentados e no momento da pesquisa, 44 afirmaram ter melhorado, 16 consideraram ter piorado e para 13 deles as condições mantiveram-se as mesmas. Dentre os aspectos apresentados como melhorias destacaram-se a obtenção de trabalho, de terra e moradia, além da ausência de patrão, manifestando sua identificação enquanto camponês. Entre os aspectos que pioraram para alguns foram: redução na renda e no lazer, falta de renda fixa, ausência de trabalho para todos os membros da família, problemas com educação, transporte e saúde. Para alguns assentados as condições de vida mantiveram-se as mesmas que anterior ao assentamento, principalmente porque o local era mais tranquilo, porém a renda obtida era menor e os problemas mantiveram-se os mesmos. A tabela 4.15 resume os fatores que foram considerados positivos, os negativos e os neutros.

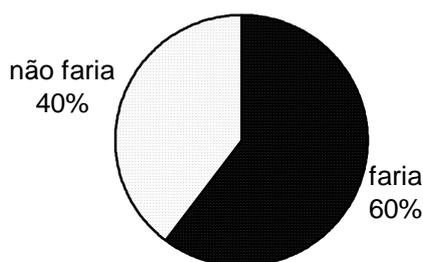
TABELA 4.15 - Situação de vida antes e após assentados, segundo os entrevistados - Pontal do Paranapanema, 2002.

Fatores que melhoraram	Fatores que pioraram	Fatores que mantiveram-se
O local onde reside atualmente é mais tranquilo; Agora possui trabalho; Passou a possuir moradia; Tem seu lote de terra; Passou a ter alimentação; Ausência de patrão é benéfica; Consegui conquistar muita coisa com a terra; Possui identidade com o campo.	Há falta de política agrícola; Redução na renda e no lazer; Falta de renda fixa; A cidade apresenta mais facilidades que o campo; Problemas com educação, saúde, transporte; Falta de trabalho no campo para toda a família.	Local mais tranquilo porém com menos renda; Continuam apenas sobrevivendo; Continuaram os mesmos problemas e dificuldades; O sofrimento permaneceu o mesmo.

Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

E, por fim, perguntou-se ao entrevistado que se houvesse necessidade de fazer tudo de novo (ocupações, conflitos, dificuldades, etc.), para conquistar a terra, qual seria sua decisão. Conforme figura 4.31, a maioria, 60 %, afirmou que faria novamente contra 40% que não repetiria esse ato. Os principais motivos apontados para tal fato foram: ter terra e melhorar de vida; enquanto os motivos para a não realização novamente das ocupações apontados foram: dificuldade da efetivação do processo de conquista da terra, falta de infra-estrutura no local e situação de vida melhor antes que no momento da pesquisa.

FIGURA 4.31 - Porcentagem de entrevistados que realizariam e que não realizariam novamente o processo para conquistar a terra - Pontal do Paranapanema, 2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002)

Mas afinal, quais os impactos que os assentamentos de reforma agrária trouxeram para a região do Pontal? Qual a dinâmica que se estabeleceu na região após a introdução desses novos atores? Para responder a essa pergunta é necessário retornar a concepção de desenvolvimento local, utilizando resultados das pesquisas feitas por Sérgio LEITE et al (2004) e Vera Botta FERRANTE (2003), embora utilizem visões distintas, mas já apresentadas no capítulo 1. Também é retratada a pesquisa de BEDUSCHI FILHO (2002) sobre desenvolvimento sustentável.

4.4 Assentamentos de reforma agrária e a problemática do desenvolvimento local

Em que medida os assentamentos de reforma agrária corroboram para o desenvolvimento local? Resultados da pesquisa realizada em diversas regiões do país,

por LEITE et al (2004)⁸ já citada na hipótese desta tese, constatou que a criação de assentamentos rurais implicou certa redistribuição fundiária e viabilizou o acesso à terra a uma população de trabalhadores rurais em geral já residentes na região. Verificou-se uma estreita relação entre as desapropriações e as iniciativas dos trabalhadores rurais e seus movimentos na formação das manchas, ou seja, de um conjunto de assentamentos numa dada localidade/região. A quase totalidade dos assentamentos pesquisados (96%) nasceu de alguma disputa pela propriedade da terra entre proprietários e ocupantes sendo que, em 82 casos (89%), a iniciativa do pedido de desapropriação partiu dos trabalhadores e seus movimentos. Em apenas nove dos 92 assentamentos da amostra, a iniciativa de desapropriação partiu do INCRA e em apenas três deles não houve conflito⁹. Assim, o que parece ter pesado, portanto, na implementação dos assentamentos nos municípios pesquisados pela equipe foram as iniciativas dos trabalhadores e seus movimentos.

No caso do Pontal do Paranapanema, a situação é mais complexa. O estopim da disputa pela posse da terra que originou os assentamentos foi a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Contudo, o Itesp fez um cadastro na região junto às famílias que pleiteavam obter terra. Com isso, surgiu uma divisão, dentro dos assentamentos, entre assentados que obtiveram a terra via ocupação, portanto, passando por todo o conflito e aqueles que obtiveram a terra via cadastro do Itesp. Assim, pode-se considerar que o primeiro impacto dos assentamentos foi a modificação da estrutura agrária da região, antes composta basicamente por grandes propriedades, criando possibilidade para que os trabalhadores tivessem acesso à terra. Mas isso fez surgir novas disputas, não só entre assentados e grandes fazendeiros, dada ainda a elevada concentração de terras devolutas, conforme já mostrado, mas também entre assentados. Na fala de uma assentada que estava sendo entrevistada, havia a clara crítica aos considerados *baderneiros*.

Em termos gerais, os lotes dos assentamentos estudados pela equipe de Sérgio Leite apresentavam, em sua composição, o padrão comum à agricultura familiar, sendo habitados por uma família nuclear - pai, mãe e filhos - que passou a ter no local uma importante fonte de trabalho e reprodução social e econômica. Porém, uma parcela

⁸ Utiliza-se como bibliografia os trabalhos publicados por LEITE et al. (2004) e HEREDIA et al. (2003), ambos fruto do trabalho do mesmo grupo de pesquisa.

significativa dos lotes (24%) contava também com outros parentes além da família nuclear, como pais e sogros, genros e noras, irmãos e cunhados, netos, etc. Tais parentes foram, em geral, incorporados ao núcleo doméstico após a vinda para o assentamento, sendo que boa parte deles vivia antes em áreas urbanas. Nas palavras dos autores (HEREDIA et al., 2003, p. 68):

"Essa incorporação fornece indicações concretas de que os assentamentos vêm atuando como mecanismos de recomposição das famílias, contribuindo seja para a reconstituição de laços familiares (antes desfeitos ou ameaçados pela necessidade de deslocamento de pessoas – como filhos, pais, irmãos – em busca de alternativas de sobrevivência), seja se constituindo numa forma temporária de amparo para familiares".

Essa incorporação de agregados também foi verificada na pesquisa desta tese, onde dos 73 lotes pesquisados, em 6 moravam duas famílias e em 2 outros residiam três famílias. Em todos, tratava-se de grupo de parentes (famílias) próximos.

É necessário, todavia, lembrar que, apesar de se configurarem nitidamente como geradores de trabalho, emprego e renda, os assentamentos rurais também estão sujeitos à saída temporária ou definitiva de pessoas em busca de outras oportunidades de trabalho: 28 % das famílias nos assentamentos das manchas pesquisadas por LEITE et al (2004) tinham tido algum membro que havia se mudado do lote. Das saídas, 42 % foram ocasionadas pela busca de trabalho e/ou outra terra. Isso quer dizer que um total de 12 % dos lotes dos assentamentos nas regiões pesquisadas perdeu membros em função da busca por trabalho. Na pesquisa do Pontal verificou-se que cerca de 30% das famílias tinham filhos solteiros morando fora do assentamento, sendo a maioria jovens. Isso significa dizer que essas localidades não estavam conseguindo absorver toda a mão-de-obra da família, ou esses jovens saíram dos assentamentos visando obter uma renda mais elevada. Em todos os casos, essa problemática faz surgir demandas, seja por novas terras e com isso absorver a mão-de-obra excedente, por maiores fontes de renda ou por lazer.

A fase inicial de chegada ao assentamento, nos casos em que a população não vivia na área é bastante difícil, pois tudo no lote está por fazer, inclusive o local de moradia. Os créditos de instalação têm grande importância para fornecer para essas

9. Além destes, houve também um caso, no município de Abelardo Luz, em que a iniciativa do pedido de desapropriação partiu de uma prefeitura, sem existência de conflito anterior.

famílias um mínimo de recursos para sua inserção social, econômica e produtiva. Nos assentamentos estudados por LEITE et al. (2004) 81 % das famílias foram atendidas com crédito-fomento, 72 % com crédito-habitação, e 74,63 % com crédito-alimentação, o que revela um grau razoável de cobertura dessa política. No entanto, estes autores consideram importante relativizar esses dados, em função do atraso na liberação dos créditos. Considerando a data de criação oficial do projeto, os créditos-fomento e alimentação levaram em média 9 meses para serem recebidos, enquanto o crédito-habitação levou mais de dois anos (28 meses em média), tornando mais penosa a fase inicial e comprometendo a capacidade posterior das famílias no desenvolvimento de suas atividades. No caso do Pontal, conforme verificado, os assentados tiveram dificuldades em dizer quais créditos haviam recebido. Inclusive houve um caso de uma família que vendeu o gado que possuía a fim de construir sua casa de alvenaria. A casa foi feita, mas a família passou a depender da ajuda de parentes, que também moravam no assentamento.

Porém, quando fornecido o crédito:

"A liberação dos créditos e as mudanças no padrão de habitação implicaram também em uma dinamização do comércio local (pela demanda de materiais) e no mercado de trabalho (ramo da construção civil)" (HEREDIA, 2003, p. 73).

Assim,

"Vários depoimentos apontaram que o crédito concedido aos assentamentos repercute diretamente na dinâmica do comércio local dos municípios próximos, onde boa parte dos assentados faz suas compras" (HEREDIA, 2003, p. 86).

No Pontal, conforme será apresentado no capítulo cinco, houve aumento no número de estabelecimentos comerciais nas cidades com assentamentos rurais.

Voltando a pesquisa de LEITE et al (2004), a telefonia pública era pouco difundida : somente 16 % dos projetos tinham, o que significa que qualquer emergência em termos de saúde ou mesmo informações básicas sobre funcionamento de mercados implica deslocamentos que, às vezes, são bastante custosos, tanto em termos de dispêndio de energia e tempo, como em termos financeiros. Nesta tese não foi pesquisado o grau de acesso à telefonia pública nos assentamentos do Pontal, no

entanto, a pesquisadora necessitou levar o filho de um assentado, que havia se machucado, até o Pronto Socorro da cidade de Teodoro Sampaio, uma vez que não havia telefone próximo para chamar a ambulância. Na fala do assentado, era necessário recorrer a vizinhos que tinham veículos quando precisasse de qualquer socorro. Uma exceção é a agrovila do assentamento Gleba XV, cuja infra-estrutura é boa, incluindo escolas, bares, telefonia pública e posto de saúde com ambulância. Certamente isso ocorre porque, conforme análise de FERRANTE (2003), a qual será desenvolvida adiante, o poder de reivindicação dos assentados junto ao poder público é maior.

De maneira geral, os assentamentos estão sujeitos a dificuldades de circulação, em especial nas épocas de chuva, agravando tanto as condições de acesso a serviços de saúde e educação e possivelmente, gerando dificuldades para a comercialização da produção. Isso também foi constatado nos assentamentos do Pontal, inclusive, como relatado no capítulo 1, alguns assentamentos do município de Mirante do Paranapanema deixaram de ser visitados em virtude das chuvas. Por falta de infraestrutura e pela topografia deste município fazem com que um pequeno volume de chuvas se transforme num problema. Há nos assentamentos diversos córregos, sem ponte, que impedem a circulação de veículos nos momentos de chuva ou imediatamente pós-chuvas. Além de dificultar o escoamento da produção, impede que crianças e jovens frequentem as escolas. Assentados afirmaram que esse público chega a ficar uma semana sem frequentar as aulas, dado o impedimento do ônibus municipal de circular nos assentamentos.

No tocante a postos de saúde, nos assentamentos que possuíam, LEITE et al. (2004) constataram que raramente havia a presença regular de médicos¹⁰. Dada essa precariedade, os assentados procuravam serviço de saúde na sede do próprio município (em 92 % dos projetos), em municípios vizinhos (42 % dos projetos) ou em cidades que são pólos regionais (25 %).

"Ou seja, a criação dos assentamentos, em especial quando envolve deslocamento de população de outros municípios/regiões, implica forte pressão sobre os serviços de saúde locais, sabidamente já deficientes no que se refere a atendimento, e tende a desencadear novas reivindicações

10. Só em quatro casos, em toda a amostra, foi mencionada a presença diária desses profissionais. Nos demais, eles estão presentes algumas vezes na semana. Em sete dos assentamentos, uma vez por mês. Os médicos que atendem são, via de regra, clínicos gerais. Foi constatado um caso de presença de ginecologista e outro de pediatra. Somente em um dos assentamentos (município de Goiana, em Pernambuco) foi encontrado um corpo médico que envolve clínica geral, pediatria, ginecologia e odontologia.

ou a engrossar as já existentes. Considerando-se a distância dos assentamentos em relação aos centros urbanos, a dificuldade das estradas e/ou a carência de transporte coletivo, a precariedade do atendimento à saúde tem efeitos graves sobre a vida dos assentados" (HEREDIA et al., 2003, p. 76).

Nesse sentido,

"Todas as precariedades identificadas com relação à infra-estrutura dos assentamentos, aliadas às dificuldades de estabelecimento na terra e àquelas mais gerais de reprodução da agricultura familiar, fazem com que a criação do assentamento, ao invés de ser um ponto final de um processo de luta que às vezes durou anos, seja um ponto de partida para novas demandas para sua viabilização econômica e social. A nova situação obriga os assentados a intensificar experiências que, na sua situação de vida anterior, dificilmente ocorreriam. Passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar, enfim um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política" (HEREDIA et al., 2003, p. 76).

Os autores em questão observaram que, nas diferentes regiões, a presença de assentamentos e assentados gerou mudanças nas relações entre os trabalhadores localizados nos projetos e as autoridades locais, quer impondo a estas novas formas de atuação, quer reforçando mecanismos tradicionais de clientela (comuns em situações de precariedade), quer construindo novas lideranças que passam a disputar espaços públicos. A experiência política da luta pela terra, qualquer que tenha sido sua forma, acaba por gerar lideranças, que tendem de um modo ou outro a modificar a cena política local, exercendo principalmente pressões por melhorias das possibilidades de sua reprodução na nova condição de assentados. No caso do Pontal, isso será melhor analisado posteriormente.

Os impactos dos assentamentos nos municípios também podem se dar em termos de produção. Comparação feita entre a produção total realizada pelos assentados (a partir de uma estimativa aproximada da produção dos assentamentos para o ano agrícola 1998-1999) e a produção verificada nos municípios (pelos dados do censo agropecuário de 1996 e do PAM/PPM de 1999)¹¹ LEITE et al (2004), HEREDIA et al (2003) verificaram que, de modo geral, os assentamentos contribuíram para diversificar as pautas de produtos agropecuários, introduzindo novos cultivos e incrementando a

11. Os dados utilizados foram os do Censo Agropecuário de 1996 e PAM/PPM - Pesquisa Agrícola Municipal/ Pesquisa Pecuária Municipal, ambas do IBGE. As principais ressalvas são a defasagem temporal entre os anos de

produção de alguns itens secundários das pautas localmente tradicionais. Os assentados também se destacaram em relação a certos produtos já tradicionais nos municípios. Assim, por exemplo, na mancha do Sudeste do Pará, onde os assentamentos ocupavam 40,4 % da área, eles se destacaram na produção de arroz, leite, ovos, soja, e ainda (em comparação com o censo), de abóbora, acerola, cana, cupuaçu, fava, gergelim, inhame, lenha, mel, melancia, polvilho, quiabo e soja. Foram ainda responsáveis pela introdução de gengibre e mudas de laranja. Na mancha da Zona Canavieira nordestina, por sua vez, os assentamentos (18,4 % da área) introduziram produtos como açafrão, castanha de caju, gergelim, e se destacaram, com diferenças municipais, na produção de amendoim, feijão, maracujá, milho, abacaxi e ainda , na comparação com o censo de 1996, na produção de abóbora, lenha, repolho, batata-doce, farinha de mandioca, melancia. A cana, que ainda predominava na região como um todo, não era um produto importante nas áreas de assentamento, exceto em alguns projetos específicos. Com relação à produção pecuária, mereceram destaque: a criação de gado bovino na mancha do Sudeste do Pará, onde o rebanho dos assentamentos correspondia a 26 % do rebanho regional ; a criação de suínos nessa mesma região (22 % do rebanho) ; a criação de ovinos e caprinos nas manchas do Sertão do Ceará (27 %), Sudeste do Pará (24 %), e da Zona Canavieira Nordeste (onde o rebanho dos assentamentos chegava a 45 % do rebanho regional). A criação de aves destacou-se no Sertão do Ceará (32 % do número de aves nos municípios), no Entorno do Distrito Federal (48 %) e no Sudeste do Pará (56 %).

No Pontal, a introdução dos assentamentos não trouxe consigo maior diversificação da produção. Três são os fatores que explicam essa baixa diversificação: solo com baixa taxa de fertilidade, maior ganho com a produção leiteira e incentivo por parte dos técnicos do Itesp, que criaram áreas destinadas a produção de gado leiteiro.

Em trabalho de LEITE et al. (2004) buscou-se também comparar a produtividade média dos assentamentos nos municípios (safra 1998-1999) com a produtividade média municipal no censo agropecuário (1996) para o caso dos produtos mais relevantes. Essa comparação revelou que em 42 % dos casos os projetos de assentamento obtiveram uma produtividade maior do que aquela encontrada na média dos estabelecimentos agropecuários da região. Em 11 % dos casos, a produtividade da

coleta dos dados (dados referentes a diferentes safras) e a não certeza da inclusão ou não dos dados dos assentamentos na PAM/PPM.

área dos assentamentos ficou em torno dessa média e em 48% a produtividade situou-se abaixo da média, com variações consideráveis entre as manchas.

A diversificação da produção em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva tendem a contribuir para uma reorganização dos sistemas de uso dos solos da produção familiar, influenciando não apenas na qualidade de vida como também no tocante a aspectos ambientais. No que se refere à qualidade de vida, na medida que parte da produção tende a ir para o autoconsumo, a diversificação tende a gerar melhoria quantitativa e qualitativa na alimentação. A importância do autoconsumo já foi discutida na seção 4.3.3 deste capítulo.

Com relação à comercialização dos produtos agropecuários dos assentamentos, a pesquisa de LEITE et al (2004) revelou que enquanto alguns assentamentos reproduziram situações locais preexistentes, sem inovar os canais de comercialização, outros criaram novas possibilidades e até alteraram o alcance de antigos canais. Cabe lembrar que a situação precária de muitas estradas e outros aspectos negativos da infra-estrutura tendiam a repercutir de modo negativo nas condições e possibilidades de comercialização.

A presença de assentamentos provocou, em vários municípios pesquisados pelos autores a diversificação da produção, o aumento da oferta e por conseguinte a redução dos preços dos produtos primários, gerando repercussão principalmente nas feiras livres. Também verificou-se uma importância relativa das vendas dentro dos próprios assentamentos para outros assentados, revelando que os assentamentos podiam, em alguns casos se tornar, eles mesmos, mercados para os produtos dos assentados, especialmente onde havia maior densidade de famílias assentadas.

Formas associativas e cooperativas de beneficiamento de produtos e comercialização, com a criação de pontos de venda próprios, implantação de pequenas agroindústrias, constituição de marcas próprias para a comercialização da produção são iniciativas que tendem a ter não apenas um significado econômico, mas têm também a função de transformar a comercialização num momento de afirmação social e política da identidade de assentados e do sucesso da experiência dos assentamentos. Um exemplo encontrado pela equipe de Sérgio LEITE foi uma cooperativa regional ligada ao MST no extremo Oeste de Santa Catarina, onde as atividades comerciais, creditícias,

e sobretudo as iniciativas no ramo agroindustrial (por exemplo, produção de leite longa-vida) passaram a apresentar grande significado para as perspectivas econômicas dos assentados da região.

De modo resumido, os impactos dos assentamentos de reforma agrária segundo estudo de LEITE et al (2004) foram:

- 1- melhor redistribuição fundiária, embora possa não ter alterado radicalmente o quadro de concentração fundiária.
- 2- viabilizou o acesso à terra a uma população de trabalhadores rurais em geral já residentes na própria região e com vínculos com a terra.
- 3- assentamento como ponto de partida de demandas, levando ao surgimento de formas organizativas internas e à busca de lugares onde se façam ouvir.
- 4- mudanças na cena política local, com a presença dos assentados nos espaços públicos e nas disputas eleitorais.
- 5- mudanças do desenho da zona rural, com modificações na paisagem, no padrão de distribuição da população, no traçado das estradas, com o surgimento de novos aglomerados populacionais, mudanças no padrão produtivo, levando em algumas situações a autonomia dos distritos e a criação de novos municípios.
- 6- fator gerador de trabalho e renda agrícola e não agrícola (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo, etc.).
- 7- os projetos acabaram servindo como amparo social a parentes, atuando também, em alguns casos, como mecanismo de recomposição de famílias.
- 8- aumento e diversificação da oferta de alimentos no mercado local.
- 9 - O volume de crédito que circulou em função dos assentamentos trouxe também impactos no comércio local e regional, bem como na dinamização de atividades como a construção civil.
- 10- melhoria nas condições de vida dos assentados, aumentando sua capacidade de consumo, não só de gêneros alimentícios, mas também de bens de consumo em geral, eletrodomésticos, insumos e implementos agrícolas. Com isso, acabaram atuando como dinamizadores do comércio local, fato que se acentuou nos casos de elevada concentração de assentados. Em muitos lugares os assentados ganharam reconhecimento social e político pelos demais setores sociais, superando uma tensão inicial, muitas vezes marcada por uma visão de que os assentados eram "forasteiros" ou

"arruaceiros", em especial nas áreas onde os assentamentos foram resultado de ocupações de terras.

11- Para além das questões econômicas, criaram-se novos atores sociais e resgatou-se a dignidade de uma população historicamente excluída. Foram comuns os depoimentos sobre o sentido do ser assentado, em especial (embora não exclusivamente) nas áreas onde predominaram as monoculturas e as relações de poder que as marcavam. Não pagar renda da terra, sentir-se "liberto", senhor de seus próprios passos e capacitado a controlar sua vida, deixar de ser "escravo", foram elementos recorrentes na fala dos assentados, quando contrastaram seu passado com seu presente. Por mais que estivesse prenhe de dificuldades, o acesso à terra provocou em muitos casos rupturas e uma sensação nítida de melhora em relação ao passado.

12 - Se por um lado foram constatadas, nas manchas estudadas, importantes mudanças trazidas pelos assentamentos no plano local/regional, também ficou evidente a precariedade da sua situação em termos de serviços de saúde, escola, infra-estrutura, acesso à assistência técnica, etc, indicando, por um lado, uma insuficiente intervenção do Estado no processo de transformação fundiária e, por outro, forte continuidade em relação à precariedade material que marca o meio rural brasileiro.

NEVES (1996), citado por LEITE (2004, p. 26), com base em estudo realizado no assentamento Novo Horizonte, em Campos, Rio de Janeiro, mostra que os assentados passaram a compor e se apropriar desse novo espaço conforme suas experiências acumuladas e as possibilidades oferecidas, o que levou à reiteração do contrato clientelista como mecanismo de acesso a recursos e serviços para o grupo. A criação de uma feira de produtores assentados, além de ganhos econômicos advindos da venda direta, permitiu que os assentados se afirmassem positivamente e se legitimassem frente à população da cidade e a outros segmentos de produtores do município. BENEDETTI (2000), a partir de estudos de caso sobre assentamentos no município de Hulha Negra, no Rio Grande do Sul, também constatou que a venda de produtos na feira de Bagé, cidade-pólo próxima aos assentamentos pesquisados, além de um canal de comercialização, havia permitido aos assentados afirmarem-se como produtores rurais, modificando a relação destes com a sociedade local, que havia no primeiro momento recusado sua presença.

Tais fatos fazem com que os assentados consigam se fortalecerem enquanto grupo e enquanto demandante de melhorias, seja internamente no assentamento, seja em seu entorno, como estradas (para escoamento da produção), transporte, saúde, educação. No Pontal do Paranapanema, a comercialização da produção ainda ocorre via atravessador. Realizou-se apenas uma experiência de feira livre. Segundo um assentado, deu certo mas não houve continuidade. No caso da venda de leite já foram citados os problemas que os cooperados podem estar enfrentando com a aquisição de insumos via laticínio.

L'ÉSTOILE (2000) citado por LEITE (2004, p. 27), estudando assentamentos na zona da mata pernambucana, coloca que o burocrático processo de formação de assentamentos, em conformidade com a rigidez das orientações dos técnicos sobre como e o quê plantar, a fim de obter crédito fez com que os assentados tivessem uma percepção de sua nova realidade como intensamente mediada pela ação do Estado, chegando a se sentirem empregados, sem liberdade para realizar suas próprias escolhas. A implantação dos assentamentos do Pontal do Paranapanema ocorreu também de modo unilateral, sendo o Estado, na figura do Itesp seu agente idealizador. Como já especificado, formou-se um grupo de assentados que passou a trabalhar com gado leiteiro, sendo a este grupo dado um volume maior de terras, e um grupo que iria trabalhar com a agricultura familiar. Na prática, dada a maior rentabilidade, praticamente todos possuem gado leiteiro. Posteriormente, a Cocamp tentou implantar novos cultivos, como café, abacaxi, maracujá e piscicultura e embora representantes da cooperativa afirmem que há produção de frutas, na pesquisa de campo não houve qualquer relato. Talvez isso ocorra porque os assentados estejam considerando essas frutas ainda para consumo, ou seja, não estava havendo comercialização. A produção era para a agroindústria da Cocamp, ainda em implantação.

Mas antes de explicar a importância da Cocamp na região, é necessário retornar a abordagem de Vera Botta FERRANTE e Luiz BARRONE (2003) sobre impactos que, conforme já apresentada na hipótese da tese, partem de uma outra concepção na medida que consideram que os assentamentos, dada sua complexidade social, devem ser estudados em sua multidimensionalidade. Consideram que os

assentamentos, na medida em que se enquadram numa rede de relações, não podem ser analisados via instrumentos de medidas. Assim,

“A nossa recusa em analisar os assentamentos a partir de um único enfoque tem implicado em um compromisso de propor à reflexão um conjunto de idéias que retratem a complexidade, a diversidade, a multidisciplinabilidade e a manutenção de um diálogo crítico com os estudos que procuram discutir assentamentos a partir de indicadores sócio-econômicos” (FERRANTE & BARRONE, 2003, p. 3).

Esta rede de relações dos assentamentos, com o poder local, não pode ser encarada apenas em suas externalidades, mas sim como expressão de arranjos, tensões, de gestação de novas estratégias de recusa e de aceitação à propostas vindas de outras instituições. Nas palavras dos autores:

“A idéia de uma trama de tensões como instrumento analítico de compreensão da realidade busca a superação da noção de impacto, entendida como externalidade e tão utilizada em pesquisas recentes sobre a temática da inserção social dos Projetos de Assentamentos Rurais em distintos contextos regionais” (FERRANTE & BARRONE, 2003, p. 5)

A problemática dos assentamentos, conforme seus contextos regionais é encarada como:

“o fazer-se de uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, e outros mediadores) e o campo de poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária” (FERRANTE & BARRONE, 2003, p. 5).

A trama de tensões está manifestada nas dimensões teóricas, como aspirações, projetos, representações e práticas (estratégias, hábitos) da ação do grupo social dos assentados, sempre numa relação de força com outros agentes. Também há a relação dos assentados com a natureza, podendo ser conflituosa ou não.

Discorrendo sobre os assentamentos presentes na região de Araraquara (SP) os autores acima citados salientam que a falta de planejamento, de um cronograma racional de investimento e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica

acabaram por prejudicar o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. No Pontal do Paranapanema não é diferente. Nesse sentido e visando se adequar a realidade, “*estratégias são criadas e recriadas, com frequência, como parte de arranjos familiares*” (FERRANTE & BARRONE, 2003, p. 12).

Como salienta ABRAMOVAY (2003) e FERRANTE & BARRONE (2003), essa tendência de estudar as redes institucionais que permitem ações cooperativas que incluem a conquista de bens públicos como saúde, educação, assistência técnica, capazes de enriquecer o tecido social de uma dada localidade ainda são bastante escassas no tocante a análise de assentamentos de reforma agrária.

No Pontal do Paranapanema, essa trama de relações é extremamente complexa. Primeiramente há, como já mencionado, uma discórdia que alguns momentos pode se transformar em disputa entre assentados que obtiveram a terra via ocupação e aqueles que obtiveram a terra via concessão do Itesp. Isto se reflete nos encaminhamentos quanto à solução de problemas junto aos organismos governamentais. A tendência destes últimos é esperar que o poder público conceda melhorias, enquanto que aqueles que conquistaram a terra via ocupação tendem a pressionar o poder público. Na prática, um grupo acaba pegando carona com o outro.

Há também uma trama de relações entre movimentos sociais. Entre 1994 e 1999, quando as ocupações na região intensificaram-se, surgiram novos movimentos de trabalhadores sem-terra, tais como:

- Movimento Sem-Terra de Rosana, criado em 1995, no município de Rosana;
- Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra, criado em Presidente Epitácio, em 1996;
- Movimento Esperança Viva, uma dissensão do MST, criado em Mirante do Paranapanema, em 1996;
- Movimento Unidos Pela Paz, criado na cidade de Tarabai, em 1997;
- Movimentos Terra Brasil (Presidente Venceslau), dissensão do Movimento Brasileiro Unidos Querendo Terra, datado de 1997;
- Os Movimentos da Paz Sem-Terra (Taciba- 1997) e Terra da Esperança (Presidente Bernardes – 1998), dissensão do Movimento Unidos Pela Paz.

Tais movimentos, com exceção do Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra que se extinguiu, fundiram-se formando o Movimento dos Agricultores

Sem-Terra (MAST). Logo há na região dois grandes grupos visando a reforma agrária: o MST e o MAST.

Dentro desta rede de relações estão presentes além dos assentados, a direção desses movimentos sociais, os fazendeiros e o poder local. Dentre os principais líderes dos movimentos sociais, estão aqueles vinculados a Cocamp. No entanto, nesse jogo de forças e dada a disputa, em muitos casos com uso de violência, alguns necessitam mudar-se de localidade. No momento da pesquisa, um dos representantes da Cocamp estava se mudando para o assentamento Reunidas, em Promissão. Ele, juntamente com outros líderes locais, haviam sido presos acusados de formação de quadrilha. Mas eles também tinham conseguido com que o Ministério Público investigasse um prefeito local, por desvio de verbas públicas.

De fato, em 29 de abril de 2004, o Tribunal Regional Eleitoral condenou, por unanimidade, Nelson Nicácio de Lima (PSDB) a um ano e dois meses de reclusão (substituída por restritiva de direitos e prestação de serviços à comunidade) e ao pagamento de multa no valor de seis salários mínimos, por compra de voto. Durante a campanha de 2000, Nelson Lima, prefeito da cidade de Euclides da Cunha Paulista e candidato à reeleição concedeu material de construção a eleitores em troca de votos. Lima já havia sido condenado, em abril de 2004, por compra de voto, que consistiu na doação de lajotas a eleitores do assentamento Porto Letícia em troca de votos. Além dessas condenações, Lima teve o diploma cassado, em 2002, por captação de sufrágio, conforme o artigo 41-A da Lei nº 9.504/97 (TER, 2004). Nesse processo, os líderes locais do MST tiveram atuação.

Uma outra rede de relações estabelecidas no Pontal está vinculada à idéia de desenvolvimento sustentável, mais precisamente, à preservação da Mata Nativa.

4.5 Assentamentos de reforma agrária no Pontal e o desenvolvimento sustentável

Historicamente, o modelo de desenvolvimento rural seguido pelo Estado, cujas raízes estão na modernização conservadora da agricultura, preconizava o uso intensivo de agroquímicos, trazendo consigo consideráveis danos ambientais. Tal modelo também passou a ser implantado nos projetos de assentamentos rurais dos sucessivos governos. Nos últimos anos, pouco se avançou no sentido de incorporar elementos que dessem atenção especial aos impactos dos projetos de assentamentos

sobre o meio ambiente e, neste sentido, na formulação de políticas ambientais para os assentamentos de reforma agrária. Contudo, algumas experiências bem sucedidas estão sendo mostradas. Nesta tese, apresenta-se apenas uma pesquisa realizada na região do Pontal do Paranapanema por BEDUSCHI FILHO (2002).

Mas é importante destacar que antes da formação dos assentamentos, ou seja, na fase de ocupação, observam-se casos em que há um acelerado desmatamento e extração indevida de madeira, de parcelas de áreas destinadas a reservas legais. Isso configura-se numa disputa entre latifundiários, ameaçados de perder a terra e trabalhadores rurais, que querem ocupar o espaço. Nos assentamentos já estabelecidos, as formas de manejo, baseada no uso insustentável dos recursos, acabam por impactar negativamente o meio ambiente (CURADO, 2001).

No caso dos assentamentos do Pontal do Paranapanema há ainda o agravante de muitos deles estarem próximos a reservas florestais. BEDUSCHI FILHO (2002), no entanto, questiona-se porque as famílias assentadas na Gleba Ribeirão Bonito, "vizinha de cerca" da floresta de 15.000 ha do Parque Estadual do Morro do Diabo (Teodoro Sampaio) não começaram um processo de degradação dos recursos naturais. E ao invés de destruírem os recursos, essas famílias estavam ajudando a conservá-los. A explicação é a existência de uma estrutura de incentivos dada pela ação de uma rede de trabalho que envolve ambientalistas não governamentais, organismos estaduais de preservação ambiental, universidade, cooperativa de assentados e movimento social, que estavam levando as famílias de agricultores assentados a estabelecer novas formas de relacionamento com a natureza.

Os cientistas do IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas passaram a negociar com as lideranças dos assentados e com o Estado, através do Itesp, formas de conciliar a presença humana e suas atividades produtivas com a manutenção da natureza. Nesse sentido, é relevante considerar que diversos fatores interferem na decisão do produtor rural na busca de formas eficientes de gerir suas atividades, visando conseguir a máxima eficácia. Para ODÁLIA & RÍMOLI (2000), citado por VALLE & COSTA, 2003), a percepção de produtores rurais é influenciada pelos seguintes fatores: a - economia de uso dos recursos naturais; b - aspectos físicos e biológicos; c - contexto social, cultural e institucional; d - tecnologias disponíveis. No tocante a implantação e/ou manutenção de áreas de preservação natural, ou seja, a economia de uso dos

recursos naturais, deve-se considerar que para o produtor rural deixar áreas da propriedade que poderiam ser utilizadas para exploração de cultivos ou de pastagens não é bem aceita na medida que isso é concebido como prejuízo econômico. Daí a justificativa de que não há como deixar dentro da propriedade "áreas inaproveitáveis". Por outro lado, o dispêndio de recursos para a recuperação de áreas degradadas não tende a ser considerado pela maior dos produtores rurais.

O autor da pesquisa no Pontal mostra que no início os ambientalistas viam os assentados como uma grande ameaça à natureza da região. Percebendo que tirar os assentados de perto do Parque seria totalmente inviável, teve início um diálogo entre a direção do MST e os cientistas do IPE. E deste diálogo, formou-se uma rede de trabalho que passou a influenciar a prática das famílias assentadas. Nessa rede também foram incorporados outros agentes, como a direção do Parque Estadual do Morro do Diabo, do Instituto Florestal do Estado de São Paulo, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, a Associação Mata Ciliar e diversos outros parceiros nacionais e internacionais. Cabe lembrar que o Itesp lançou, em julho de 1998, o Programa Pontal Verde (ITESP, 1998c), com o objetivo de recuperar as áreas de reserva florestal legal e de preservação permanente dos assentados na região.

Os assentados que fazem divisas com este parque disponibilizaram uma faixa de terra de aproximadamente 50 metros de largura para a implantação de plantios consorciados de espécies florestais nativas e exóticas. As famílias concordaram em destinar essa área, a qual poderia ter sido destinada a um lote, para a implantação de um corredor ligando o parque a fragmentos florestais no assentamento. O sucesso desta experiência deve-se à existência de uma estrutura de incentivos oferecida por essa rede de organizações. Por estrutura de incentivos entende-se todo o aparato técnico, financeiro e científico disponível às famílias que se inseriram nas atividades agroflorestais.

Nas palavras do autor

"Enfim, o que se pretendeu demonstrar é que a partir da construção desta rede de organizações, todas se fortalecem, o que é evidenciado pelo aumento da quantidade de recursos disponíveis para os projetos. (...) cada uma destas organizações mobiliza a inteligência estratégica para continuar realizando o trabalho que dá sentido à sua existência" (BEDUSCHI FILHO, 2002, p. 62)

Contudo, verificou-se que o Itesp encontrava certa dificuldade de se incorporar efetivamente na rede de trabalho composta pelos organismos citados.

Mas por que os assentados estão adotando tal estratégia? O fato é que as famílias que estão envolvidas no projeto vislumbram, no futuro, retornos econômicos do investimento. Ou seja, não existe evidência de que as ações são movidas puramente por comportamentos do tipo altruísta (ainda que este tipo de comportamento possa estar presente em várias das pessoas que estão implantando o sistema). Ao contrário, existe um cálculo racional feito pelos assentados dos retornos que tal atividade irá proporcionar.

"Em uma das conversas, o entrevistado sabia dizer exatamente o quanto poderia economizar com a compra de palanques de eucalipto dali a sete anos. Como ele implantou uma área de 0,5 ha de eucalipto com espaçamento de 3m x 3m, num total de 555 mudas, ele espera obter um retorno econômico de R\$ 2.800,00 vendendo a dúzia de palanques a R\$ 60,00 (ou ainda deixando de comprar no mercado para suprir as próprias necessidades). Isso significa uma renda bruta por hectare de R\$ 5.6000,00 em sete anos, que é o tempo entre o plantio e a colheita do eucalipto, ou seja, uma renda bruta de R\$ 800,00 por ha/ano" (BEDUSCHI FILHO, 2002, p. 58).

No caso em questão, como os custos de implantação ficaram bastante reduzidos devido à estrutura de incentivos, ou seja, preparo do solo e mudas, disponibilizada pelas organizações, a perspectiva de renda tende a ser promissora.

"Enfim, o que se pode afirmar é que, a partir da formalização de uma aliança entre as diferentes organizações, são mobilizados recursos que passam a ser disponibilizados para os assentados através da intermediação das organizações. Os assentados, por sua vez, ao perceberem que participando dos projetos propostos por estas organizações podem auferir melhores resultados econômicos e não econômicos, tendem a se envolver cada vez mais com as atividades propostas" (BEDUSCHI FILHO, 2002, p. 66)

Em sua pesquisa, o autor em análise demonstrou que o sucesso das intervenções voltadas às práticas agroflorestais depende de dois fatores:

a) a existência de uma estrutura de incentivos bem definida que possa sinalizar para os indivíduos que a adoção de estratégias de conservação é a mais apropriada e;

b) a existência de uma relação de confiança entre os diferentes atores que sinaliza para as partes que é possível adotar as estratégias de cooperação e, assim, coordenar a ação coletiva.

Contudo, o autor questiona a continuidade do processo, tendo em vista que os projetos em andamento têm prazo determinado para encerrar.

“Ou melhor, como se garante que, ao diminuírem ou acabarem os incentivos disponibilizados para as famílias, elas ainda continuarão a desenvolver ações que levem em consideração a conservação da natureza?” (BEDUSCHI FILHO, 2002, p. 87)

O fato é que os assentados acabaram desenvolvendo um dado grau de envolvimento com a questão da conservação ambiental sendo que qualquer ação contrária tende a ser impedida pelo grupo. Além disso, o Estado vem incorporando, de modo cada vez mais intenso, a questão ambiental no assentamento, fator esse que pode direcionar para novos projetos de sustentabilidade nesses assentamentos, dando continuidade dos projetos anteriores.

“Porém, é necessário que se abram novos canais de comunicação entre os diferentes atores que, de uma forma ou de outro, estão ligados à questão do desenvolvimento sustentável na região. Atividades como seminários, workshops e grupos de discussão e trabalho conjunto podem se constituir como verdadeiros espaços de construção de um futuro mais sustentável para a região. É nessas arenas que os diferentes atores poderão identificar os pontos divergentes entre si, bem como aqueles que convergem para o mesmo rumo” (BEDUSCHI FILHO, 2002, p. 87)

Portanto, o desafio que se coloca para as organizações que estão inseridas na discussão da construção de um modelo de desenvolvimento alternativo para a região do Pontal do Paranapanema é como conciliar estratégias que, por um lado ampliem o alcance das ações e, por outro lado, garantam que os atores continuarão a manter as relações de confiança que caracterizam os sucessos das propostas em andamento na região.

Para ABRAMOVAY (1997, 2000), o debate sobre o desenvolvimento local e a sustentabilidade de modelos, levando em conta a coesão social, conduzem a duas importantes correntes de pensamento. De um lado, a que enfatiza a noção de coesão social como um conjunto de recursos capazes de promover a melhor utilização

dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas empresas; e por outro a que privilegia a dimensão territorial do desenvolvimento e que conduz à idéia de que a competitividade é atributo do ambiente, antes mesmo de ser um trunfo de cada firma. A convergência entre estas duas correntes de idéias permite que se ampliem os horizontes de reflexão sobre o meio rural, que não pode ser confundido com a base geográfica de um certo setor econômico, nem considerado como o resíduo daquilo que não pertence às cidades.

Aparentemente antagônicas essas duas correntes de pensamento, dada a necessidade de se preservar o meio ambiente e a preocupação em se cumprir o papel social, podem se unir para encontrar soluções tendo em vistas a perspectiva de uma sociedade igualitária, socialmente mais responsável e humana. Esta conjuntura propicia condições mais justas de competitividade, sem perder a qualidade e a consciência da preservação do meio ambiente.

Ao que parece, do ponto de vista ambiental, os impactos dos assentamentos estão sendo positivos. A Cocamp exerce papel relevante nessa trama, por isso será analisada a seguir.

4.6 Cocamp

4.6.1. Histórico

A Cocamp foi fundada em 28 de dezembro de 1994, por 291 sócios, na sede da Fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema. O objetivo era tornar a Cocamp uma ferramenta de luta dos assentamentos, visando o desenvolvimento dos assentamentos locais, através da diversificação e agroindustrialização da produção. No plano estadual, a Cocamp está vinculada à Cooperativa Central dos Assentados do Estado de São Paulo (CCA/SP) e no plano nacional, à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab)¹².

Ao longo de 1995, a cooperativa esteve voltada, exclusivamente, para atividades vinculadas à organização de sua documentação. A partir de 1996, a cooperativa passou a ter uma sede física, estruturada a partir do funcionamento de seus projetos agropecuários e agroindustriais. Em 2003, a cooperativa tinha sua sede instalada na cidade de Teodoro Sampaio, além de escritórios em Mirante do Paranapanema, Sandovalina e Euclides da Cunha Paulista. Oficialmente possuía 2220

cooperados, distribuídos por 12 municípios da região. A maioria dos associados trabalhava em lote individual, de 3 a 20 hectares.

4.6.2 A Cocamp e o processo de diversificação e agroindustrialização da produção

Em 1996, a Cocamp iniciou a construção de um pequeno parque agroindustrial, a fim de armazenar e processar a produção de seus sócios. A obra, instalada na cidade de Teodoro Sampaio, era composta por:

- * silos e armazéns (capacidade de 6 mil toneladas para armazenamento e um barracão de 2500 metros quadrados);
- * empacotadeira de grãos (capacidade de 2 mil quilos por hora);
- * laticínio (produção de leite, iogurte, bebida láctea, creme e cinco tipos de queijo) com 120 resfriadores;
- * despoldadeira de frutas (capacidade para processar 3 mil quilos de frutas por hora), cujo objetivo é trabalhar com o maracujá, abacaxi, acerola, manga e morango.

A meta da cooperativa era comercializar a produção num raio de 200 km, atendendo parcela dos Estados do Mato Grosso, Paraná e São Paulo, além de disponibilizar produto para as lojas da reforma agrária, localizadas em São Paulo. O montante do investimento inicial foi de R\$ 3.700.000,00 (base: 1996). Os recursos para a implantação do parque agroindustrial vieram do Procerat Teto 2, além do Pronaf A.

É relevante destacar que o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) consistiu numa linha especial de crédito para custeios e investimentos destinados aos assentados. Era uma reivindicação dos assentados do MST, que passaram a exigir do governo José Sarney (1985-1989) financiamento com juros e prazos diferenciados dos concedidos aos demais agricultores (STÉDILE, 1999). Criado em 1985, na prática, o Programa¹³ somente deslanchou a partir de 1993, com o

¹² Sobre a evolução, estrutura e os vários tipos de cooperação existentes no MST, vide PIMENTEL (2000).

¹³ O Procerat oferecia três linhas de crédito. A primeira, destinada à custeio, tinha como limite R\$ 2.000 por safra; a segunda linha, com limite de R\$ 7.500, em parcela única e individual, destinava-se à realização de investimentos. A terceira linha canalizava recursos para empréstimos tomados coletivamente a cada limite de crédito, cujo limite variava conforme o projeto. Pelas regras do Procerat, cada família teria direito a receber até R\$ 9.500, para pagar em sete anos (no caso dos créditos de investimento e cooperativo), com dois anos de carência e abatimento de 50% do valor do financiamento, inclusive os juros. A taxa de juros vigente em 1998 era de 6,5% ao ano e o prazo de pagamento do empréstimo de custeio era de um ano. Um novo empréstimo poderia ser feito após a quitação do anterior (BUAINAIN et al, 1998). Cabe ressaltar que as regras sofreram modificações ao longo da vigência do

aumento do volume de recursos liberados. Em 1999, o governo de Fernando Henrique Cardoso extinguiu o Procerá. A intenção do governo era que os assentados passassem a captar recursos junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem menos subsídios. O Pronaf foi criado em 1995 como uma linha de crédito de custeio quando, atendendo à demanda da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT aprovou a destinação de R\$ 200,00 milhões para serem aplicados na produção agrícola explorada em regime familiar. Em 1996 o PRONAF¹⁴ deixou de ser apenas uma linha de crédito e adquiriu *status* de programa governamental.

Em virtude de erros na elaboração do projeto do parque agroindustrial da Cocamp, no cálculo dos custos não foi computada a parte elétrica impedindo a finalização da obra. No segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), a Cooperativa não obteve a liberação dos recursos necessários. Em meados de 2003, o governo Luís Inácio Lula da Silva prometeu a liberação de R\$ 191.100,00 para o término das obras das agroindústrias da Cocamp. Contudo problemas de ordem jurídica impediram a abertura. Além disso, em 2002, havia uma divergência do quadro diretivo quanto aos rumos da cooperativa. Enquanto uns consideravam a Cocamp como um ferramental de luta pela questão agrária na região e no país, outros acreditavam que ela deveria gerar resultados econômicos.

A cooperativa conseguiu alugar os silos para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O projeto da despoldadeira havia sido deixado em segundo plano. A intenção era que se começasse a produzir leite. Contudo, o problema estava na

Procerá, seja pela demanda dos próprios beneficiários, como a introdução da linha de crédito cooperativo, ou modificações ocorridas em razão da conjuntura econômica, em especial, a evolução da inflação.

¹⁴ Operacionalmente, em 2002 o PRONAF dividia-se em três modalidades: Crédito Rural (Custeio e de Investimento); Infra-estrutura e Serviços Municipais e Capacitação. A modalidade do Crédito estava voltada para o apoio financeiro aos agricultores familiares e compreendia diversas linhas de crédito específicas: custeio e investimento normais; crédito rural rápido; crédito especial, investimento especial e crédito agroindústria. Já a modalidade Infra-estrutura e Serviços estava voltada para a melhoria da rede de infra-estrutura dos municípios, através do financiamento de obras e serviços necessários ao fortalecimento da agricultura familiar. Para participar dessa modalidade, cada município selecionado precisava elaborar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), que era analisado e aprovado pelas instâncias deliberativas do programa. O PRONAF Capacitação, por sua vez, visava proporcionar novos conhecimentos aos agricultores familiares e às suas organizações sobre processos de produção e gestão das propriedades (MATTEI, 2001).

logística do transporte da matéria-prima (leite) até o laticínio. Os produtores assentados estavam localizados muito longe e nem todos estavam inicialmente vinculados ao projeto. O mercado consumidor de leite in natura constituía outro problema, uma vez que o leite embalado em saquinho tem validade por dois dias. O consumo desse leite também diminuiu muito com a popularização das caixas longa vida, cuja durabilidade é maior. Cabe destacar que o leite produzido nos assentamentos era comercializado junto a laticínios da região, como o Laticínio Novo Tempo (Mirante do Paranapanema) e o Laticínio Quatá (Teodoro Sampaio).

Em 1997, a cooperativa arrendou uma fábrica de farinha de mandioca e de fécula, instalada no município de Sandovalina (SP). A produção teve início em julho de 1998 e foi considerada, no começo de 1999, como uma das melhores fecularias do Estado. Pode-se considerar que praticamente todos os assentados, mesmo os que não eram sócios da Cocamp, plantaram mandioca pois tinham como certo que a cooperativa iria comprar a produção. Oficialmente eram 918 assentados, sendo 391 assentados da cidade de Euclides da Cunha, 227 pertencentes a Mirante do Paranapanema e 135 a cidade de Teodoro Sampaio. Juntos, os três municípios representavam 82% do total de cooperados vinculados ao projeto mandioca. Contudo, com o término do contrato da fecularia no final de 2001 e a não obtenção desta em leilão, a cooperativa parou de produzir farinha e fécula de mandioca, deixando de adquirir a produção de mandioca dos assentados. Como consequência, e dada o baixo preço de venda do produto, inúmeros assentados que plantaram mandioca não colheram a produção. Isso de certa maneira diminuiu a confiança deles na cooperativa.

A cooperativa também possuía projetos para plantação de café, abacaxi, maracujá, mandioca, além de piscicultura. No caso do projeto do abacaxi destacavam-se os assentamentos pertencentes aos municípios de Euclides da Cunha, com 50 cooperados, Presidente Bernardes, com 33 e Mirante do Paranapanema, com 20 cooperados. Estes três municípios representavam cerca de 75% do total de cooperados vinculados ao projeto do abacaxi. No projeto café, os assentados dos municípios de Teodoro Sampaio, Sandovalina e Mirante do Paranapanema eram os mais representativos com, respectivamente, 38, 34 e 23 associados, ou seja, 74% do total de cooperados vinculados a esse projeto. No projeto maracujá eram 137 sócios participantes, dos quais 92 pertenciam ao município de Euclides da Cunha Paulista e 26

sócios residiam nos perímetros de Mirante do Paranapanema. Estes eram dados oficiais fornecidos pelo Cocamp em 2001. Na pesquisa de campo nenhum assentado entrevistado produzia algum tipo de fruta ou café para comercialização. O projeto piscicultura havia sido implantado no assentamento São Bento, localizado em Mirante do Paranapanema.

TABELA 4.16 - Agroindústrias da Cocamp - Teodoro Sampaio, 2003

Agroindústria	Capacidade de beneficiamento	Capacidade de produção	Dezembro/2003
Fecularia	100 ton. raiz de mandioca/dia	25 ton. de fécula/dia	Em funcionamento até final de 2001.
Farinheira	10 ton. de raiz de mandioca/dia	3 ton. de farinha/dia	Em funcionamento até final de 2001
Unidade de beneficiamento de fruta (despolpadeira)	343,2 ton. de fruta/mês	264 ton. de polpa/mês	Em implantação
Silos e armazéns	Armazenamento de 200.000 sacos de milho	200.000 sc. De milho	Em implantação
Cerealista (empac. Feijão)	Beneficiamento de 25 ton. de feijão	Empacotamento de 25 ton/dia	Em implantação
Laticínio (leite esterilizado).	Inicialmente de 50.00 litros de leite/dia, ampliável para 100.000 litros/dia	50.000 litros de leite longa vida e 5.000 litros de leite pasteurizado.	Em implantação

Fonte: CCA/SP (1998), atualizada em 2003.

4.6.3 Distribuição espacial dos sócios da Cocamp

Analisando a distribuição do número de sócios da Cocamp, por município, verifica-se que estes estavam, em 2001, concentrados nas cidades de Euclides da Cunha (19,60%), Mirante do Paranapanema (19,28%), Rosana (17,52%) e Teodoro Sampaio (14,95%), totalizando 1584 cooperados, ou seja, 71,35%. Dentre o maior número de cooperados em relação ao total de assentados por município, estavam as cidades de Presidente Bernardes, onde 78,19% dos assentados eram sócios da Cocamp, seguida pelas cidades de Euclides da Cunha (71,54%), Rosana (67,33%) e Ribeirão dos Índios (67,50%). Cabe observar que em Ribeirão dos Índios encontravam-se apenas 40 famílias assentadas, onde 27 eram cooperadas, daí o elevado índice de participação. Embora a participação do número de cooperados em relação ao total de

sócios da Cocamp fosse elevada em Mirante do Paranapanema, a porcentagem de cooperação ainda era baixa. Do total de assentados presentes neste município, apenas 34,82% eram sócios. Na tabela 6.4 estão contidos os dados sobre a distribuição dos sócios da Cocamp, por município.

TABELA 4.16 - Nível de cooperação existente no Pontal do Paranapanema, 2001

Municípios	Número de Cooperados	Número de Assentados	Porcentagem de cooperados em relação ao número de assentados, por município	Porcentagem de cooperados, por município, em relação ao número total de sócios da Cocamp
Sandovalina	115	198	58,08	5,18
Mirante do Paranapanema	428	1229	34,82	19,28
Euclides da Cunha	435	608	71,54	19,60
Rosana	389	576	67,53	17,52
Teodoro Sampaio	332	740	44,86	14,95
Presidente Bernardes	208	266	78,19	9,37
Marabá Paulista	63	160	39,37	2,83
Piquerobi	24	84	28,57	1,08
Ribeirão dos Índios	27	40	67,50	1,21
Presidente Venceslau	97	248	39,11	4,38
Caiuá	42	238	17,64	1,90
Narandiba	60	104	57,69	2,70
Total	2220	4491	49,43	100,0

* Gleba XV de Novembro, localizada entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista e Rosana, possui 572 famílias, sendo 454 cooperadas e 118 não cooperadas.

Fontes: RIBAS (2002), ITESP (2003).

Cabe destacar que a Gleba XV de Novembro, localizada entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista e Rosana, possuía, em 2002, 572 famílias, sendo 454 cooperadas e 118 não cooperadas. Dentre as cooperadas, 90 famílias eram pertencentes a Euclides da Cunha e 364 a Rosana. Como não se tinha informação sobre o número de não cooperados, para fins de cálculo, foram consideradas 59 famílias para cada cidade.

A dimensão territorial bem como a dispersão dos sócios dificultava sobremaneira a participação destes no processo cooperativa, seja este social, econômico, político ou organizativo. O ato de estar cooperado, muitas vezes, restringia-se a associação formal - ter seu nome associado ao quadro dos cooperados, e não a participação efetiva na cooperativa. Pesquisa realizada por RIBAS (2002) constatou que 51% dos sócios da Cocamp participavam às vezes das assembléias, 25% atuavam

raramente, 13% constantemente e 11% nunca participavam das assembléias. Isso significa dizer que 87% dos cooperados tinham uma participação restrita nas decisões da cooperativa, uma vez que a assembléia constitui a principal estrutura decisória. Baseado nos estudos de SILVA (1994), o autor concluiu que vários eram os elementos que poderiam explicar essa reduzida participação dos associados nas assembléias, entre eles destacavam-se:

- * distanciamento da residência do cooperado em relação à sede da cooperativa;
- * o custo de oportunidade¹⁵ do tempo do cooperado, em deixar suas atividades para ir até a cooperativa a fim de participar das assembléias;
- * o oportunismo e estar mais interessado numa rentabilidade imediata que a cooperativa possa lhe oferecer;
- * falta de confiança no quadro diretivo;
- * falta de informações que possam ajudá-los a participar na tomada de decisão.

A concepção dos assentados quanto à relevância da Cocamp foi outro indicador obtido por RIBAS (2002), onde se constatou que 39% consideravam o acesso ao crédito o elemento que traduzia a importância da cooperativa, 27% afirmaram ser o aumento da remuneração o fator fundamental, 15% entenderam que a maior importância da cooperativa estava ligada à comercialização e apenas 4% concebiam que a maior importância da Cocamp era fortalecer politicamente o MST. Tais dados revelam uma contradição entre a visão das lideranças locais do MST, para as quais a Cocamp constituía numa uma ferramenta de luta política no Pontal e a visão dos assentados cooperados, pautada em aspectos econômicos.

Como a tese trata dos assentamentos de reforma agrária do Pontal e seus impactos na região, o capítulo seguinte apresenta uma análise comparativa dos dados econômicos e sociais de 4 municípios da região com a presença de assentamentos de reforma agrária (Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista, Rosana, Mirante do Paranapanema) e 4 municípios previamente selecionados, conforme apresentado na metodologia (Alvares Machado, Regente Feijó, Pirapozinho e Santo Anastácio), onde

¹⁵ Segundo este conceito, os custos não devem ser considerados como absolutos, mas iguais a uma segunda melhor oportunidade de benefícios não aproveitada. Nesse caso, o agricultor pode considerar que custa-lhe mais deixar de produzir do que deixar de ir a reunião da cooperativa.

não existiam assentamentos de reforma agrária no momento da pesquisa. Este estudo comparativo servirá para finalizar a análise dos impactos dos assentamentos de reforma agrária nas cidades.

5 ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL COMPARATIVA DOS OITO MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS: caracterização e evolução dos indicadores urbanos

A fim de verificar os impactos que os assentamentos de reforma agrária podem estar gerando nas cidades onde estão instalados, é relevante analisar a evolução dos indicadores econômicos e sociais, e compará-los com cidades onde não existem assentamentos de reforma agrária. Para a escolha dos municípios sem assentamentos, verificou-se quais cidades pertencentes a região administrativa de Presidente Prudente não possuíam assentamentos de reforma agrária. Conforme já destacado na metodologia, as cidades escolhidas foram Álvares Machado, Pirapozinho, Regente Feijó e Santo Anastácio.

As cidades foram analisadas com base nos dados fornecidos pelo Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), com relação aos seguintes aspectos: **caracterização do território** (área territorial, densidade demográfica, demografia); **condições econômicas** (agropecuária, comércio, indústria, rendimentos, serviços, sistema financeiro e trabalho); **nível de vida** (índice de desenvolvimento humano municipal, índice paulista de responsabilidade social, cultura, comunicação, educação, energia, saneamento, habitação, saúde, justiça e segurança) e **recursos e atuação das prefeituras** (finanças públicas municipais, valor adicionado fiscal e políticas urbanas). A fim de facilitar a comparação, foram calculadas, através de uma regressão linear, a taxa média de crescimento de cada tópico em específico, conforme metodologia apresentada por HOFFMANN et al (1978). Os resultados numéricos encontram-se no anexo B.

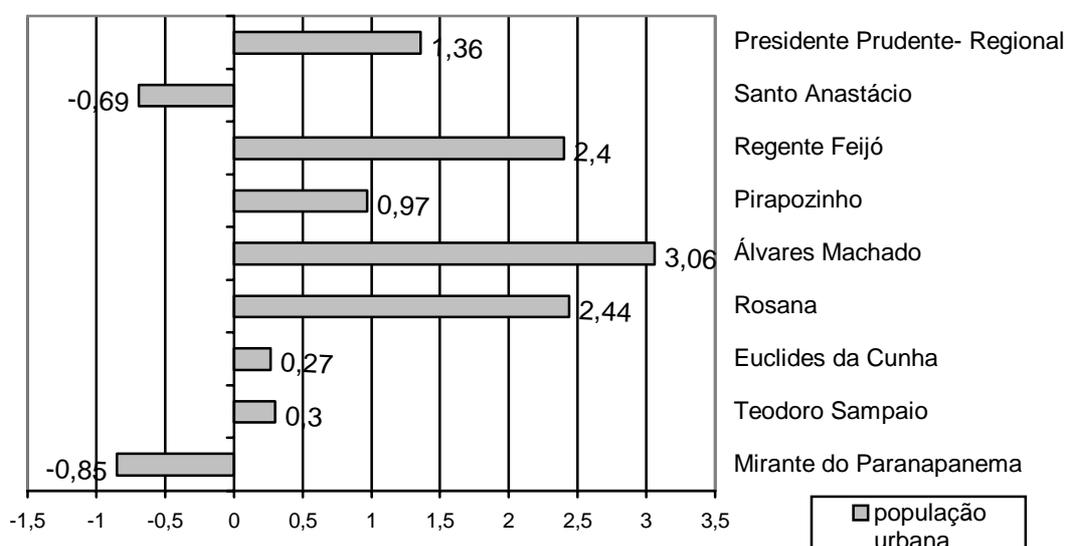
5.1 Caracterização do território

Os quatro municípios onde estão presentes os assentamentos de reforma agrária (Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista, Rosana e Mirante do Paranapanema) possuem uma dimensão territorial de 4078 km². Este valor representa 22,6% da área total do território sob a denominação de Região Administrativa de Presidente Prudente. Justamente por isso, apresenta baixíssima densidade demográfica. A única exceção é Rosana, cujo valor (36,71 hab/km²) é superior a média encontrada na região. Já as cidades sem a presença de assentamentos apresentam elevada densidade

demográfica, em virtude da área territorial total ser de 1553 km². Assim, enquanto as cidades com assentamentos são pouco povoadas, as cidades sem assentamentos apresentam de médio para alto povoamento. A única exceção é a cidade de Santo Anastácio, com baixa densidade demográfica

Analisando a evolução populacional das cidades entre 1993 e 2001, verifica-se que enquanto a região administrativa teve um crescimento de 1,11%, Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio e Euclides apresentaram aumento de 0,62%, 0,65% e 0,80%, respectivamente. A exceção ficou por conta de Rosana, cujo crescimento da população total foi de 1,79%. Tal fato não pode ser atribuído somente a presença de assentamentos, mas pela Companhia Paulista de Energia Elétrica (CESP), maior empregadora da cidade de Rosana. Isso pode ser constatado através da evolução das populações urbanas e rurais, conforme mostram as figuras 5,1 e 5,2 respectivamente. Enquanto a população rural do município, cresceu, no período de 1993 e 2000, 1,58%, sua população urbana elevou em 2,44%. Em Mirante do Paranapanema, a população urbana reduziu em -0,85%; em Teodoro aumentou 0,30% e em Euclides da Cunha elevou 0,27%. Como era de se esperar, houve crescimento populacional rural nos municípios com assentamentos, ou seja, 3,40% em Mirante do Paranapanema, 2,21% em Teodoro Sampaio, 1,81% em Euclides da Cunha Paulista.

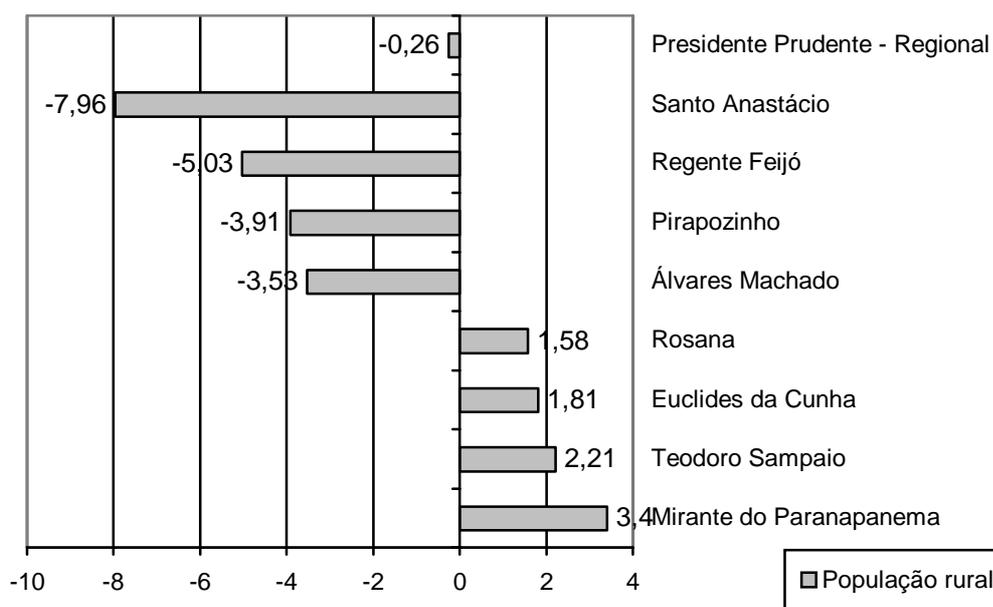
FIGURA 5.1 - Taxa de crescimento populacional urbano nos 8 municípios selecionados e na regional de Presidente Prudente, 1993/2000



Fonte: SEADE (2002)

Para os municípios sem assentamentos, enquanto Álvares Machado (2,07%) e Regente Feijó (1,39%) tiveram crescimento populacional acima da média da região, Pirapozinho (0,60%) e Santo Anastácio (-1,29%) apresentaram crescimento abaixo da média, sendo relevante destacar a redução total no número populacional deste último município. A perda populacional em Santo Anastácio foi muito maior na área rural (-7,96%) do que na área urbana (-0,68%). Nos municípios de Álvares Machado, Pirapozinho, Regente Feijó, Santo Anastácio e Região Administrativa de Prudente, os valores encontrados para a população rural foram, respectivamente, -3,53%, -3,91%, -5,03%, -7,96% e -0,26%.

FIGURA 5.2 - Taxa de crescimento populacional rural nos 8 municípios selecionados e na regional de Presidente Prudente, 1993/2000



Fonte: SEADE (2002)

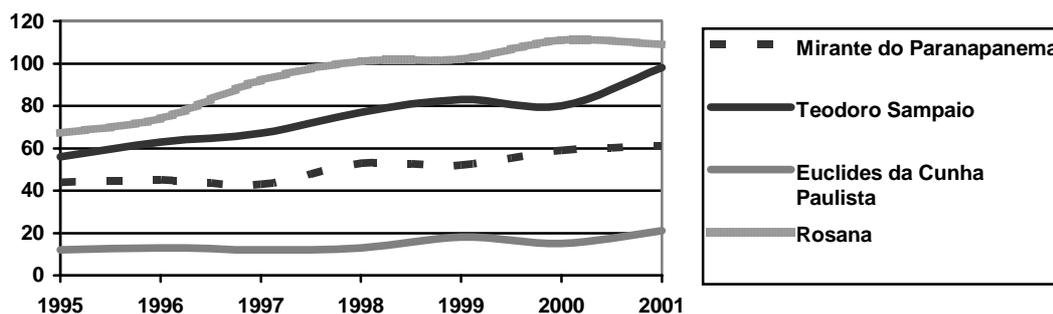
5.2 Condições econômicas

Analisando a evolução do número de estabelecimentos comerciais (figuras 5.3 e 5.4), entre 1995 e 2001¹, verifica-se um crescimento significativo em todos os municípios com assentamentos de reforma agrária. Assim, enquanto Mirante

¹ Não existem dados disponíveis quanto ao número de estabelecimentos comerciais anterior ao ano de 1995

do Paranapanema teve uma taxa de crescimento de 6,31%, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana aumentaram 8,84%.

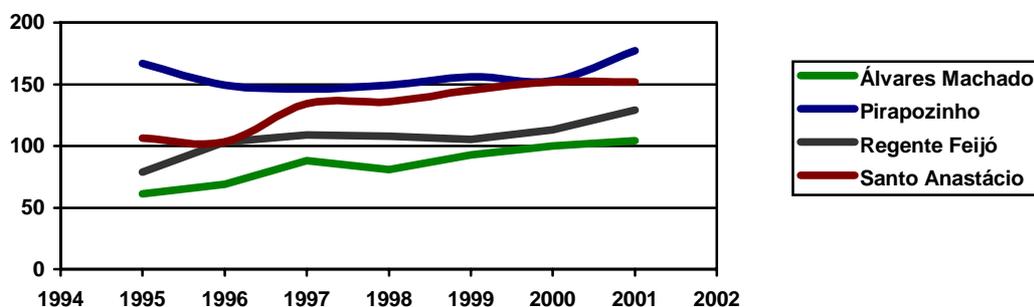
FIGURA 5.3 - Variação do número de estabelecimentos comerciais entre 1995 e 2001- cidades com assentamentos - Pontal do Paranapanema



Fonte: SEADE (2002)

Dentre os municípios sem assentamentos, somente Álvares Machado teve crescimento semelhante aos municípios com assentamentos: 8,94%. Santo Anastácio cresceu 7,17% e Regente Feijó 5,94. A cidade de Pirapozinho, por sua vez, embora tenha evoluído de 167 para 177 estabelecimentos, teve grandes oscilações, por isso, apresenta uma taxa de crescimento de 1,06%, com um nível de confiança muito baixo ($R^2 = 0,1043$).

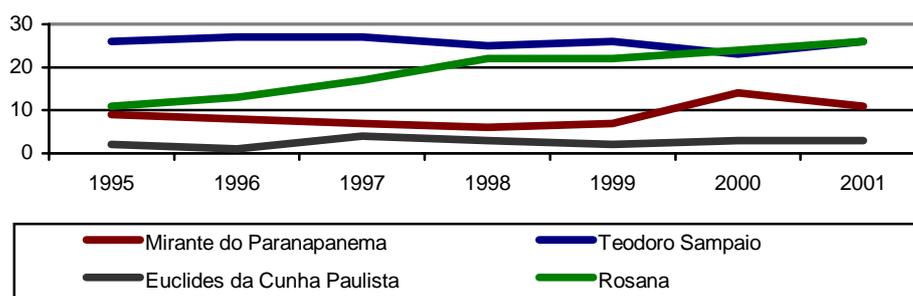
FIGURA 5.4- Variação do número de estabelecimentos comerciais entre 1995 e 2001- cidades sem assentamentos - Pontal do Paranapanema,



Fonte: SEADE (2002)

Com relação ao número de estabelecimentos industriais, a cidade de Rosana teve um crescimento de 15,61%, passando de 11 em 1995 para 26 em 2001. Euclides da Cunha Paulista, embora apresente uma taxa de crescimento de 10,20%, elevou o número de 2 para 3 estabelecimentos, ao final do período, tendo oscilações entre os anos. O mesmo aconteceu com Mirante do Paranapanema que acusou um taxa de 6,34%, mas tinha 9 estabelecimentos industriais em 1995, reduziu para 6 em 1998, elevou para 14 em 2000 e caiu para 11 em 2001. Teodoro Sampaio manteve-se com o mesmo número - 26, embora tenha apresentado crescimento negativo (-1,29%) fato este explicado também pelas oscilações no período.

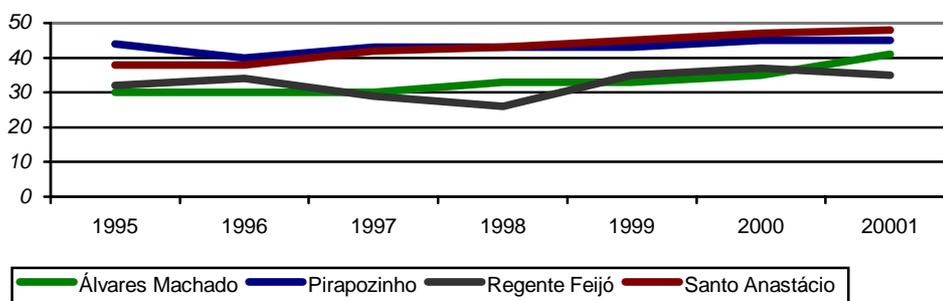
FIGURA 5.5- Variação do número de estabelecimentos industriais entre 1995 e 2001- municípios com assentamentos - Pontal do Paranapanema.



Fonte: SEADE (2002)

Dentre as cidades sem assentamentos, Álvares Machado e Santo Anastácio cresceram, respectivamente, 4,90% e 4,35%. Enquanto o número de estabelecimentos industriais da primeira passou de 30 para 41, a segunda teve o valor elevado de 38 para 48. Pirapozinho e Regente Feijó, à semelhança da cidade de Euclides da Cunha Paulista, tiveram crescimento positivo, mas com oscilações. Pirapozinho obteve taxa de crescimento industrial de 1,08% e Regente Feijó de 2,25%. As figuras 5.5 e 5.6 apresentam as variações do número de estabelecimentos industriais entre 1995 e 2001 nos municípios com assentamentos e sem assentamentos, respectivamente.

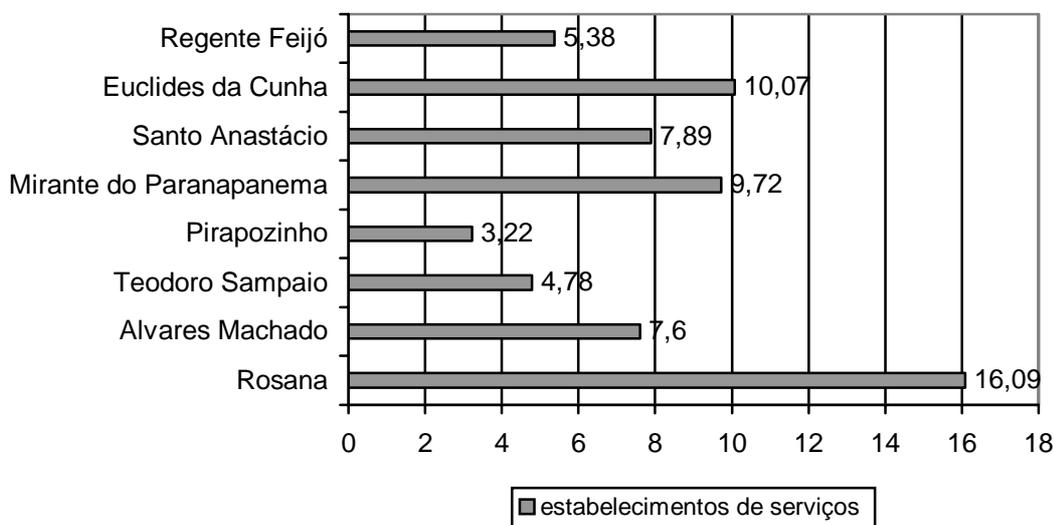
FIGURA 5.6- Variação no número de indústrias entre 1995 e 2001 - municípios sem assentamentos - Pontal do Paranapanema



Fonte: SEADE (2002)

No período de 1995 a 2001, o número de estabelecimentos de serviços teve uma taxa de crescimento de 16,09% em Rosana, 10,07% em Euclides da Cunha Paulista, 9,72% em Mirante do Paranapanema e 4,78% em Teodoro Sampaio. Nas cidades de Álvares Machado, Pirapozinho, Regente Feijó e Santo Anastácio os valores foram, respectivamente, 7,60%; 3,22%; 5,38 e 7,89%. Assim, comparando as cidades com assentamentos e sem assentamentos, verifica-se um aumento maior no número de estabelecimentos nas primeiras, conforme pode-se verificar na figura 5.7.

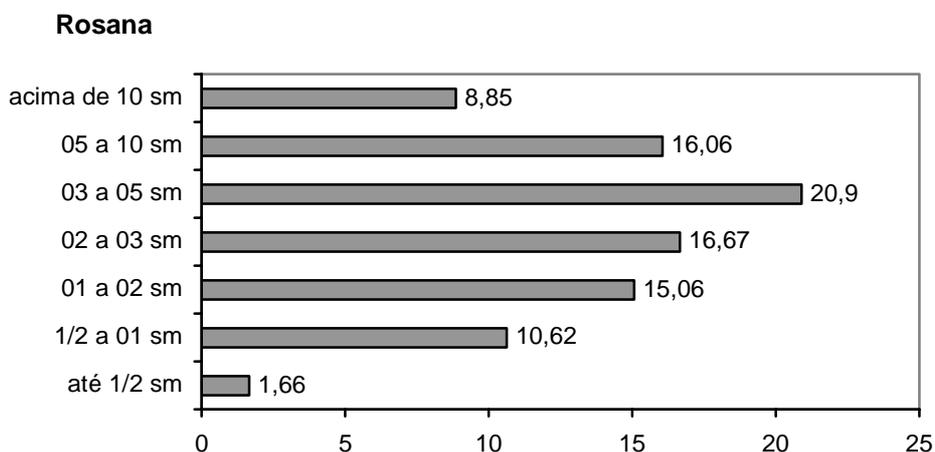
FIGURA 5.7 - Taxa de crescimento do número de estabelecimentos de serviços, entre 1995 e 2001 - nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema



Fonte: SEADE (2002)

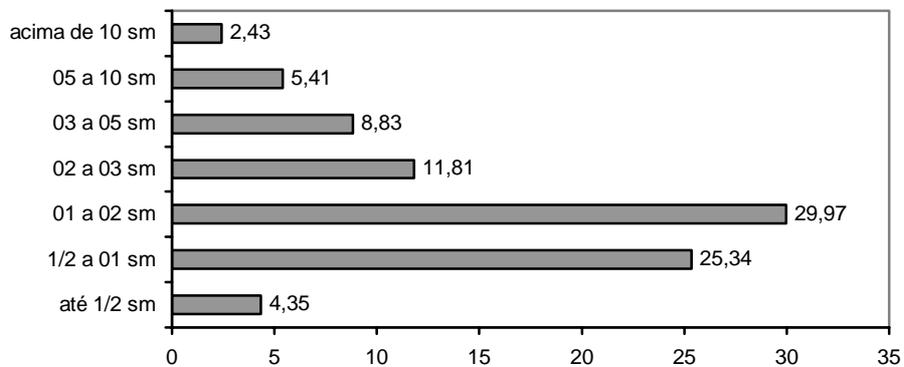
Comparando as cidades com assentamentos e sem assentamentos quanto aos níveis de rendimentos, constatou-se que todas, sem exceção, tiveram expressivo aumento da porcentagem de chefes de famílias sem rendimentos. Assim, em 1991, 3,39% e 4,51% dos chefes de famílias das cidades de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema não possuíam rendimentos. Eles valores elevaram-se, respectivamente para 12,78% e 8,39%. Em Euclides da Cunha Paulista e Rosana, não há dados de 1991, contudo, em 2000 eram 11,85% e 10,17%, respectivamente, os chefes de família sem rendimentos. Para as cidades sem assentamentos, em 1991 e 2000, as porcentagens foram: Álvares Machado passou de 3,84% para 10,50; Pirapozinho de 2,88% elevou para 9,09%; Regente Feijó saltou de 2,95% para 7,75% e em Santo Anastácio, a cifra de chefes de família sem rendimentos elevou-se de 3,51% para 9,93%. Houve redução significativa da porcentagem de trabalhadores que ganhavam até 1/2 salário mínimo.

FIGURA 5.8 - Níveis de rendimentos dos chefes de família conforme faixa salarial, expresso em salários mínimos - ano de 2000, cidades com assentamentos - Pontal do Paranapanema



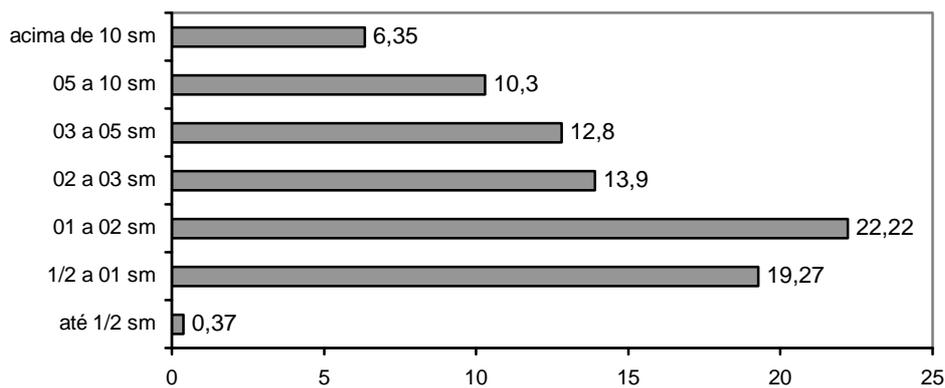
Fonte: SEADE (2002)

Euclides da Cunha Paulista



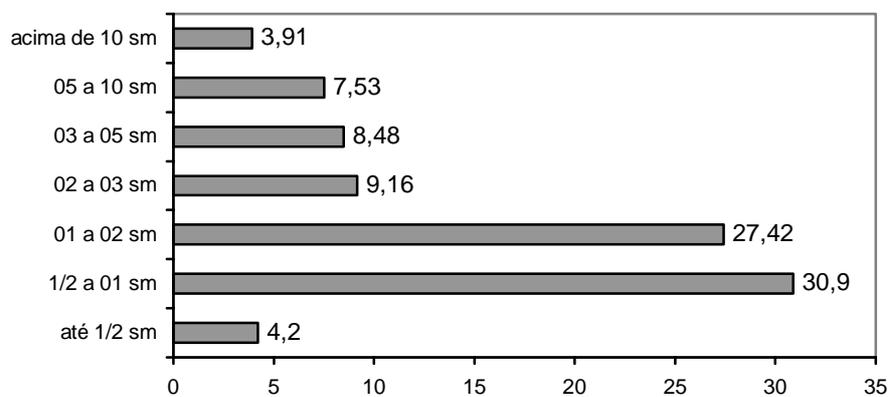
Fonte: SEADE (2002)

Teodoro Sampaio



Fonte: SEADE (2002)

Mirante do Paranapanema



Fontes: SEADE (2002)

No estrato de ganhos entre 1/2 e 01 salário-mínimo, houve um pequeno aumento em Teodoro Sampaio (16,77% para 19,27%) e em Pirapozinho (13,88 para 18,02%). Nas demais cidades os valores nessa faixa mantiveram-se mais ou menos constantes. Entre 1 e 2 salários mínimos houve redução da participação em todas as cidades sem assentamentos e em Teodoro Sampaio, sendo que em Mirante os valores permaneceram relativamente constantes. Na faixa de renda entre 2 e 3 salários mínimos, houve redução da porcentagem nas cidades com assentamentos, ao passo que nas cidades sem assentamentos houve relativo aumento em Álvares Machado, Pirapozinho e Santo Anastácio, sendo que os valores permaneceram constantes em Regente Feijó e apresentaram uma relativa queda em Mirante do Paranapanema. Já a porcentagem de chefes de famílias que ganhavam entre 3 a 5 salários mínimos elevou-se em todas as cidades. O mesmo aconteceu com os estratos de 5 a 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos.

As taxas de crescimento do total de empregos formais, entre 1995 e 2001, foram negativas, apresentando valores de -3,33%; -3,77%, -0,14% e -2,69%, respectivamente nas cidades de Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Regente Feijó e Santo Anastácio, porém, com muitas oscilações. A título de exemplo tem-se que Mirante do Paranapanema, em 1995, possuía 1143 empregos, em 1997 caiu para 806, elevando-se para 1324 em 1998 e caindo novamente em 1999 para 873 empregos formais. Os municípios de Euclides da Cunha Paulista, Rosana e Pirapozinho apresentaram taxa de crescimento positivo, com valores respectivamente de: 7,30%; 11,94% e 3,63%. Já a cidade de Álvares Machado, embora também tenha obtido valor positivo (1,97%), apresenta muitas oscilações.

No item crédito rural total (tabela 5.1), das quatro cidades com assentamentos, Euclides da Cunha Paulista apresentou maior taxa de crescimento, ou seja, 61,51%, valor bem superior ao encontrado em Mirante do Paranapanema (18,27%) que ficou em segundo lugar. Rosana teve crescimento de 5,26% e Teodoro Sampaio um decréscimo de -17,33%. Estas duas últimas cidades apresentaram grandes oscilações no período analisado (1993 a 2000). O mesmo fato ocorreu com as cidades sem assentamentos, cujos valores encontrados foram: Álvares Machado (6,78%), Pirapozinho (6,48%), Regente Feijó (-1,38%) e Santo Anastácio (4,76%).

Nota-se que o decréscimo da quantidade de crédito rural deve-se a redução do crédito para a agricultura. Com exceção de Euclides da Cunha (onde estava presente o maior assentamento da região) e Mirante do Paranapanema, onde a taxa de crescimentos no volume de crédito para a agricultura foi, respectivamente, 61,51% e 9,72%, as demais cidades com assentamentos apresentaram valores negativos. Em Rosana a redução foi de -4,31% e em Teodoro Sampaio foi de -32,12%. As cidades sem assentamentos também apresentaram valores negativos: -5,23 em Álvares Machado, -9,33% em Regente Feijó e -8,91% em Santo Anastácio. A cidade de Pirapozinho apresentou um crescimento de 0,99%. Quanto ao crédito rural para pecuária, todas as cidades apresentaram crescimento positivo. Assim, Euclides da Cunha cresceu 81,09%. Mirante do Paranapanema obteve 22,12%; Santo Anastácio elevou em 54,63% e Pirapozinho obteve crescimento de 38,07%. Todas essas cidades apresentaram pequenas oscilações, entre 1994 e 2000, diferentemente do que ocorreu nas cidades de Teodoro (crescimento de 34,24%), Rosana (12,87%), Álvares Machado (42,33%) e Regente Feijó (3,25%). Cabe ressaltar que neste último sub-item do crédito rural, não foi incluído na análise o ano de 1993, por não ter dados da cidade de Euclides da Cunha Paulista. Certamente a redução da demanda por crédito agrícola e o aumento do crédito agropecuário deve-se a maior taxa de retorno deste último. O baixo investimento no setor agrícola refletiu-se na baixa diversificação da produção observada na pesquisa de campo desta tese.

TABELA 5.1 - Evolução do crédito agrícola nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema, 1993/2000

Cidade	Crédito agrícola total - 1993/2000	Crédito para agricultura - 1993/2000	Crédito para agropecuária- 1994/2000
Mirante do Paranapanema	18,27%	9,72%	22,12%
Teodoro Sampaio	-17,33%	-32,12%	34,24%
Euclides da Cunha Paulista	61,51%	61,51%	81,09%
Rosana	5,26%	-4,31%	12,87%
Álvares Machado	6,78%	-5,23%	42,33%
Pirapozinho	6,48%	0,99%	38,07%
Regente Feijó	-1,38%	-9,33%	3,25%
Santo Anastácio	4,76%	-8,91%	54,63%

Fonte: SEADE (2002)

Outro item a ser analisado, no quesito condições econômicas, refere-se ao sistema financeiro, caracterizado pelo número de agências bancárias, volume de depósitos totais e operações de crédito. Verifica-se, através da tabela 5.2, que a quantidade de agências bancárias manteve-se relativamente constante em todas as cidades pesquisadas, sejam elas com ou sem assentamentos. Apenas em Teodoro Sampaio há uma redução, que pode ser explicada pelo surgimento das cidades de Rosana (onde foram abertas duas agências bancárias) e Euclides da Cunha Paulista (que não tem agências por provavelmente estar muito próxima de Teodoro Sampaio e não comportar sozinha uma agência).

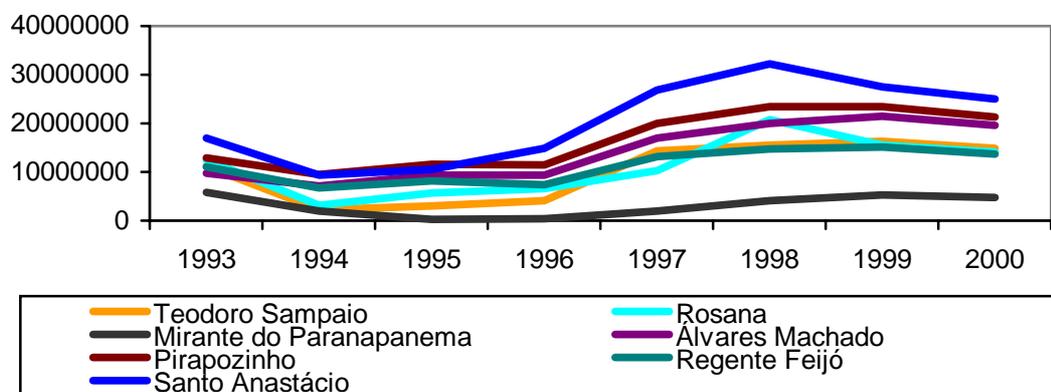
TABELA 5.2 - Número de agências bancárias nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema, 1992-2000

Cidade	Número de agências bancárias								
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Álvares Machado	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Pirapozinho	6	6	6	5	5	5	5	5	5
Regente Feijó	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Santo Anastácio	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Mirante do Paranapanema	2	3	3	2	2	2	2	2	2
Teodoro Sampaio	5	3	3	3	3	3	3	3	3
Euclides da Cunha Paulista	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rosana	0	2	2	2	2	2	2	2	2

Fonte: SEADE (2002)

O passo seguinte foi verificar a evolução de depósitos totais pois embora o número de agências tenha se mantido, pode ter havido aumento no volume de dinheiro em circulação. Comparando a evolução dos depósitos totais, no período de 1993 a 2000, entre as cidades com assentamentos e sem assentamentos (figura 5.9), percebe-se que no primeiro grupo, os intervalos de confiança do cálculo da taxa de crescimento são menores que os encontrados no segundo grupo. Isso talvez possa ser explicado pelo fato de que a agricultura não apresenta um rendimento constante, mas sim, em períodos de ganhos das safras.

FIGURA 5.9 - Variação dos depósitos totais nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema, dezembro de 2000

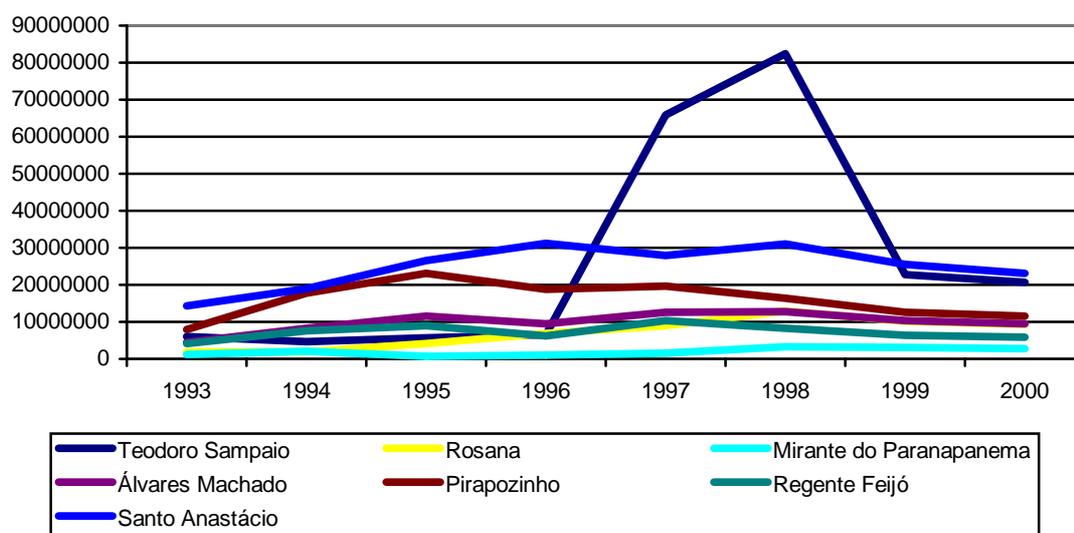


Fonte: SEADE (2002)

Contabilizando o número de habitantes, tem-se que a evolução dos depósitos foi muito maior em Teodoro Sampaio (23,93%), mesmo reduzindo o número de agências bancárias, que o município de Pirapozinho (13,57%). Já o crescimento dos valores entre as cidades de Rosana (17,08%) e Álvares Machado (17,05%), bem como Mirante do Paranapanema (16,33%) e Santo Anastácio (15,50%) foram praticamente iguais. Em Euclides da Cunha Paulista, como não existe agência bancária, não há movimentação de depósitos. Regente Feijó, cuja quantidade de habitantes assemelha-se com Euclides da Cunha Paulista, teve uma elevação de 9,82%, no período em questão. As variações nas operações de crédito, por sua vez, tiveram oscilações maiores nos municípios sem assentamentos do que os que possuem assentamentos, por isso, o intervalo de confiança do cálculo da taxa de crescimento das operações é menor no primeiro bloco que no segundo. Entre 1993 e 2000, Teodoro Sampaio, Rosana e Mirante do Paranapanema, tiveram suas taxas de crescimento de operações de crédito respectivamente de, 37,84%; 32,28% e 16,11%. Nas cidades de Álvares Machado, Regente Feijó e Santo Anastácio os valores encontrados foram inferiores, com respectivamente, 8,59%; 2,32% e 6,38%. Em Pirapozinho, apesar da taxa de crescimento ser negativa (-0,03%), o intervalo de confiança é muito reduzido, dificultando a conclusão de que a cidade tende a ter uma taxa de crescimento negativa. Em termos de volume total de dinheiro nas operações de crédito, Teodoro Sampaio apresentou uma elevação considerável entre os anos de 1997 e 1999, conforme mostra a

figura 5.10. Certamente esse volume expressivo está atrelado a instalação, a partir de 1996, do parque agroindustrial da Cocamp.

FIGURA 5.10- Variação das operações de crédito nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema, dezembro de 2000



Fonte: SEADE (2002)

5.3 Nível de vida

As condições de vida da população são aqui analisadas através de dois indicadores: índice paulista de responsabilidade social (IPRS) e índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M).

O IPRS, calculado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) para os 645 municípios pertencentes ao Estado de São Paulo, levando em consideração dados sintéticos de riqueza, longevidade e escolaridade nos anos de 1992, 1997 e 2000. O objetivo inicial era subsidiar os trabalhos do Fórum São Paulo Século XXI, instituído pela Assembléia Legislativa de São Paulo². Os municípios paulistas são divididos em 5 grandes grupos:

² A metodologia completa pode ser encontrada na URL: <http://www.al.sp.gov.br/index11.htm>

Grupo 1- municípios-pólo = municípios de grande porte que representam pólos regionais importantes.

Grupo 2 - economicamente dinâmicos e de baixo desenvolvimento social = municípios localizados no entorno de regiões metropolitanas. Caracterizam-se pela relativa riqueza municipal, mas precárias condições de longevidade e escolaridade.

Grupo 3 - saudáveis e de baixo desenvolvimento econômico = municípios de pequeno porte, baixo nível de riqueza municipal, escolaridade próxima à média e elevada condição de longevidade, quando comparado ao restante do Estado de São Paulo.

Grupo 4 - de baixo desenvolvimento econômico e em transição social = composto por municípios que se encontram em melhores condições, mesmo estando em áreas consideradas menos dinâmicas do Estado. Em grande maioria, são municípios de pequeno porte, com população média de 18 mil habitantes.

Grupo 5- de baixo desenvolvimento econômico e social = o grupo concentra-se em áreas tradicionalmente pobres, com baixos níveis de riqueza municipal, longevidade e escolaridade. Para todas as dimensões consideradas, o nível destes municípios é significativamente inferior à média do Estado.

Verifica-se, através da análise da tabela 5.3 que praticamente os 8 municípios analisados pertenciam, em 1997, ao grupo 3, por serem considerados saudáveis e de baixo desenvolvimento econômico. A exceção ficou por conta de Euclides da Cunha Paulista, pertencente ao grupo 4, de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Comparando os anos de 1992 e 1997, pode-se constatar a grande evolução da cidade de Teodoro Sampaio, que antes era de baixo desenvolvimento econômico e social (grupo 5), passando para um grupo classificado como saudável (grupo 3). Porém, em 2000, este município caiu para o grupo 4.

TABELA 5.3- Índice paulista de responsabilidade social (IPRS) das 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema, 1992,1997 e 2000.

Índice paulista de responsabilidade social			
Município	1992	1997	2000
Mirante do Paranapanema	Grupo 4	Grupo 3	Grupo 3
Teodoro Sampaio	Grupo 5	Grupo 3	Grupo 4
Euclides da Cunha Paulista	*	Grupo 4	Grupo 4
Rosana	*	Grupo 3	Grupo 3
Álvares Machado	Grupo 3	Grupo 3	Grupo 3
Pirapozinho	Grupo 4	Grupo 3	Grupo 3
Regente Feijó	Grupo 4	Grupo 3	Grupo 3
Santo Anastácio	Grupo 3	Grupo 3	Grupo 3

Fonte: SEADE (2002) (*) dados não disponíveis

Desmembrando o Índice Paulista nas suas três dimensões (riqueza, longevidade e escolaridade) verifica-se baixo nível de renda em todos os municípios, sendo o menor valor encontrado na cidade de Euclides da Cunha Paulista. O município de Rosana, além de apresentar o maior valor nesse quesito, obteve o maior crescimento entre 1997 e 2000. Cabe destacar que, entre 1992 e 2000, todas as cidades sem assentamentos apresentaram crescimento no nível de renda, embora ainda continuem baixos os valores. Entre os municípios com assentamentos, Mirante e Teodoro Sampaio tiveram seus valores elevados entre 1992 e 1997 e depois reduzidos em 2000. Euclides e Rosana tiveram seus valores aumentados. Na dimensão longevidade, as cidades de Rosana, Euclides da Cunha, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Álvares Machado apresentaram média longevidade, ao passo que as cidades de Pirapozinho, Regente Feijó e Santo Anastácio tiveram alta taxa de longevidade. Dentre os anos de 1992, 1997 e 2000, verifica-se que neste item, as cidades de Álvares Machado, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha e Mirante do Paranapanema tiveram os valores elevados e depois reduzidos. No item escolaridade, todos os municípios estudados apresentaram crescimento expressivo no período, configurando-se num elevada taxa de escolaridade. Esses dados podem ser encontrados na tabela 5.4.

TABELA 5.4 - Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) - dimensões riqueza, longevidade, escolaridade das 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema - 1992, 1997 e 2000.

Município	IPRS - dimensão riqueza			IPRS - dimensão longevidade			IPRS- dimensão escolaridade		
	1992	1997	2000	1992	1997	2000	1992	1997	2000
Álvares Machado	30	35	37	66	71	65	62	70	88
Pirapozinho	30	36	39	61	70	71	54	69	85
Regente Feijó	34	39	41	67	68	71	58	71	83
Santo Anastácio	31	35	37	64	65	70	64	79	92
Mirante do Paranapanema	23	28	27	61	61	67	55	68	84
Teodoro Sampaio	38	39	37	55	67	62	44	62	79
Euclides da Cunha Paulista	*	22	24	48	70	64	*	52	79
Rosana	*	37	48	61	68	66	*	69	84

Fonte: SEADE (2002) (*) dados não disponíveis

Outro indicador é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que focaliza o município como unidade de análise, a partir das dimensões de longevidade, educação e renda, conforme fórmula a seguir³:

$$\text{IDHM} = \frac{\text{Índice de longevidade} + \text{Índice de educação} + \text{Índice de renda}}{3}$$

O IDHM situa-se entre 0 (zero) e 1(um), sendo que os valores mais altos indicam níveis superiores de desenvolvimento humano. Para referência, os valores distribuem-se em 3 categorias:

- Baixo desenvolvimento humano, quando o IDHM for menor que 0,500;
- Médio desenvolvimento humano, para valores entre 0,500 e 0,800;
- Alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800.

Verifica-se na tabela 5.5 que as cidades estudadas apresentam médio desenvolvimento humano. A exceção fica por conta de Rosana, que possui alto desenvolvimento humano (IDH superior a 0,800), conforme classificação realizada com base nos dados do ano 2000 e publicadas no final de 2002. Porém, todas as cidades

³ Trata-se de um indicador desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. No Brasil, é calculado a partir dos indicadores obtidos pela Fundação Instituto Brasileiro de

tiveram melhora no índice. Teodoro Sampaio, por exemplo, passou de 0,600 em 1980 para 0,757 em 2000. Cabe destacar que quanto mais próximo de 1 maior o grau de desenvolvimento. No ranking dos municípios por Estado, Rosana destaca-se em octogésimo nono lugar, seguida pelas cidades de Regente Feijó, Santo Anastácio, Pirapozinho, Álvares Machado, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Mirante do Paranapanema, nesta ordem.

TABELA 5.5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal das 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema - 1980, 1991, 2000.

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM			IDHM - Ranking dos municípios por estado		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Álvares Machado	0,671	0,699	0,772	352	367	377
Pirapozinho	0,676	0,736	0,783	336	297	295
Regente Feijó	0,708	0,725	0,797	191	323	190
Santo Anastácio	0,711	0,718	0,792	176	334	223
Mirante do Paranapanema	0,627	0,616	0,735	432	506	595
Teodoro Sampaio	0,600	0,718	0,757	478	337	491
Euclides da Cunha Paulista	*	*	0,738	*	*	587
Rosana	*	*	0,814	*	*	89

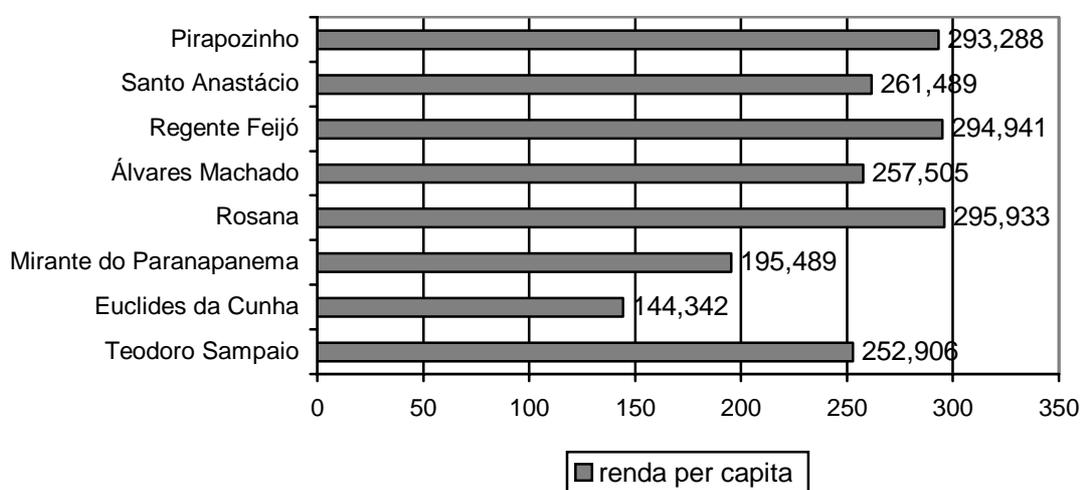
Fonte: SEADE (2002) (*) dados não disponíveis

A figura 5.11 que mostra a renda per capita encontrada nas cidades estudadas, permite verificar que novamente a exceção de Rosana (maior renda per capita), as cidades sem assentamentos possuem uma renda superior aos municípios com assentamentos.

No item cultura, conforme dados de 1997, somente a cidade de Santo Anastácio possuía teatro e Rosana um cine-teatro. Em nenhum local havia cinemas ou auditórios. Emissoras de rádio e jornais somente existiam em Teodoro Sampaio, Regente Feijó e Santo Anastácio. Na questão do número de terminais telefônicos (coeficiente por cem habitantes), percebe-se que houve pouco investimento nas cidades com assentamentos. A exceção novamente ficou por conta de Rosana, que em 1993 possuía 0,92 terminais telefônicos por cem habitantes e em 1999 tinha 6,39. Teodoro Sampaio (6,32 para 6,49) e Euclides da Cunha (2,41 para 2,77) mantiveram os valores relativamente constantes no período. Mirante do Paranapanema teve um leve aumento,

passando de 5,06 em 1993 para 7,13 em 1999. As cidades de Santo Anastácio (7,63 para 8,47) e Álvares Machado (4,10 para 4,61) comportaram como o grupo de Teodoro e Euclides, ao passo que Pirapozinho e Regente Feijó elevaram seus valores substancialmente, passando de 4,78 para 10,01 no caso da primeira e 6,34 para 12,12 a segunda, no período analisado.

FIGURA 5.11- Renda per capita das 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema - 2000



Fonte: SEADE (2002)

No quesito educação, exceto Álvares Machado, todas as demais cidades apresentaram crescimento negativo no número de matrículas iniciais no ensino fundamental, entre os anos de 1993 e 2000. A maior queda encontrada foi em Teodoro Sampaio (-3,29%). Isso pode ser explicado pelo desmembramento dos distritos de Euclides da Cunha e Rosana. Porém, essas cidades também apresentaram taxa de crescimento negativa, com valores respectivamente de -1,04% e -2,17%. Santo Anastácio, Regente Feijó e Panorama comportaram-se, respectivamente, com -2,93%; -1,72% e -1,15%. Como afirmado, Álvares Machado teve um crescimento positivo de 0,48%, contudo, com baixo intervalo de confiança, ou seja, grande variação no período estudado. A taxa de evasão no ensino fundamental, entre 1993 a 1999, reduziu significativamente em praticamente todos os municípios, a não ser em Regente Feijó, onde houve grandes oscilações, sendo que em 1999 a cidade possuía a maior taxa de evasão (8,01%). Contudo, percebe-se pela tabela 5.6 que as cidades com assentamento

tiveram, de modo geral, taxas de evasão escolar menores que as encontradas nas cidades sem assentamentos.

TABELA 5.6 - Taxa de crescimento das matrículas no ensino fundamental (1993 a 1999) e taxa de evasão do ensino fundamental em 1999, nas 8 cidades analisadas

Cidades	Taxa de crescimento de matrículas - 1993 a 1999	Taxa de evasão no ensino fundamental - 1999
Rosana	-2,17	2,94
Euclides da Cunha	-1,04	2,89
Teodoro Sampaio	-3,29	3,87
Mirante do Paranapanema	-0,53	2,73
Santo Anastácio	-2,93	4,27
Regente Feijó	-1,72	8,01
Pirapozinho	-1,15	2,73
Álvares Machado	0,48	4,58

Fonte: SEADE (2002)

A evolução do número de matriculados no ensino médio, entre 1993 e 2000 (tabela 5.7), variou muito entre os municípios, independentemente se possuíam ou não assentamentos. A maior taxa de crescimento foi encontrada em Teodoro Sampaio (5,63%), seguido por Regente Feijó (4,11%), Euclides da Cunha Paulista (3,50%), Pirapozinho (2,96%), Álvares Machado (1,43%) e Mirante do Paranapanema (0,90%). As cidades de Santo Anastácio e Rosana, apresentaram, simultaneamente, crescimento negativo (-1,01% e -1,13%) e baixo intervalo de confiança (grande variação entre os anos). A taxa de evasão do ensino médio também teve grandes oscilações entre 1993 e 1999 e valores muito diferentes entre os municípios.

TABELA - 5.7 - Taxa de crescimento das matrículas no ensino médio (1993 a 1999) e taxa de evasão do ensino médio em 1999, nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema

Cidades	Taxa de crescimento de matrículas - 1993 a 1999	Taxa de evasão no ensino médio - 1999
Rosana	-1,13	14,17
Euclides da Cunha	3,5	12,39
Teodoro Sampaio	5,63	9,59
Mirante do Paranapanema	0,9	11,41
Santo Anastácio	-1,01	8,57
Regente Feijó	4,11	19,58
Pirapozinho	2,96	11,43
Álvares Machado	1,43	16,75

Fonte: SEADE (2002)

Analisando ainda a questão da educação, tem-se que, em 2000, a taxa de alfabetização de adultos, bem como o índice de educação municipal, eram muito próximos entre as cidades estudadas. A exceção novamente ficava por conta de Rosana, com valor um pouco superior. E era Rosana que possuía a maior taxa bruta de frequência escolar. Os dados são apresentados na tabela 5.8.

TABELA 5.8- Taxa de alfabetização de adultos, taxa bruta de frequência escolar e índice de educação nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema- 2000

Município	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de frequência escolar	Índice de educação
Teodoro Sampaio	0.867	0.776	0.836
Euclides da Cunha	0.823	0.835	0.827
Mirante do Paranapanema	0.833	0.807	0.824
Rosana	0.918	0.897	0.911
Álvares Machado	0.886	0.792	0.855
Regente Feijó	0.890	0.815	0.865
Santo Anastácio	0.896	0.804	0.865
Pirapozinho	0.891	0.811	0.865

Fonte: SEADE (2002)

As mudanças das cidades também poderiam ser analisadas do ponto de vista da quantidade de consumo e do número de consumidores de energia elétrica, contudo, os dados disponíveis são de um espaço muito pequeno (1993 a 1997), cuja análise certamente traria um viés. Com relação ao saneamento básico, apresentado na tabela 5.9, os municípios apresentam de modo geral níveis semelhantes de atendimento em abastecimento de água e coleta de lixo. A diferença fica por conta de Mirante do Paranapanema, no item coleta de lixo (90,72%), cuja porcentagem de atendimento é inferior aos demais municípios. Na porcentagem de residências atendidas com esgoto sanitário, à grosso modo, os municípios com assentamentos são menos beneficiados que as cidades sem assentamento. Mirante do Paranapanema novamente se destaca em virtude do baixíssimo nível de atendimento.

TABELA 5.9 - Saneamento básico das 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema - 1991 e 2000

Cidade	Nível de atendimento (%) em					
	Abastecimento de água		Esgoto sanitário		Coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
M.Paranapanema	99,32	98,67	*	0,58	95,44	90,72
Teodoro Sampaio	98,46	99,55	25,35	75,41	68,52	95,35
Euclides Paulista	*	97,94	*	75,95	*	96,96
Rosana	*	99,02	*	81,46	*	99,48
Álvares Machado	83,05	95,34	52,89	61,87	67,25	96,25
Pirapozinho	99,21	98,93	58,10	89,65	95,41	98,86
Regente Feijó	97,15	97,00	78,84	92,88	96,12	98,86
Santo Anastácio	98,23	99,13	79,61	94,84	93,61	98,10

Fonte: SEADE (2002) (*) Dados não disponíveis

No aspecto da saúde (tabela 5.10) analisou-se apenas o número de leitos do sistema único de saúde (SUS) e seu coeficiente por mil habitantes. A cidade de Teodoro Sampaio apresenta os maiores valores nestes dois itens, contudo, Euclides da Cunha Paulista não possui tal serviço. Assim, as famílias residentes em Euclides da Cunha quando precisam de atendimento médico vão para Teodoro Sampaio.

TABELA 5.10 - Número de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema - 1995/2000

Cidade	Leitos SUS						Leitos SUS- coeficiente por mil habitantes					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Mirante do Paranapanema	4	4	4	24	20	20	0,25	0,25	0,25	1,47	1,24	1,23
Teodoro Sampaio	18	58	58	58	58	58	0,93	2,98	2,95	2,94	2,92	2,90
Euclides da Cunha Paulista	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Rosana	40	*	*	*	*	*	1,85	*	*	*	*	*
Álvares Machado	12	12	12	12	12	12	0,58	0,56	0,55	0,53	0,54	0,53
Pirapozinho	59	55	55	55	55	55	2,72	2,51	2,48	2,46	2,51	2,49
Regente Feijó	27	27	27	27	27	27	1,69	1,66	1,64	1,61	1,62	1,59
Santo Anastácio	22	22	22	22	22	22	0,96	0,95	1,04	1,03	1,06	1,06

Fonte: SEADE (2002) (*) Dados não disponíveis

No aspecto da segurança, de modo geral, comparando as cidades conforme o número de habitantes, verifica-se que houve maior taxa de crescimento do número de ocorrências policiais nos municípios com assentamentos do que sem assentamentos, embora em todos os municípios a taxa de crescimento tenha sido

elevada. Desse grupo, apenas a cidade de Regente Feijó se destaca pela taxa de crescimento inferior (6,75%). Do outro extremo, Mirante do Paranapanema foi o local onde mais cresceu a taxa de ocorrências policiais (40,31%). As taxas de crescimento do número de ocorrências policiais nas demais cidades foram: 19,83% em Santo Anastácio, 16,35% em Euclides da Cunha, 21% em Teodoro Sampaio, 20,25% em Pirapozinho e 22,12% em Álvares Machado. Não é possível afirmar que estes dados estejam ou não relacionados com a presença de assentamentos e conflitos pela posse da terra.

5.4 Recursos e atuação das prefeituras

Os impactos dos assentamentos rurais podem também ser verificados através do aumento da receita municipal, que neste estudo tem como base os anos de 1993 a 2000. Comparando os municípios conforme o número populacional, verifica-se que somente Euclides da Cunha Paulista teve um crescimento superior a cidade semelhante, ou seja, Regente Feijó, sendo que das oito cidades, Euclides é a que teve maior taxa de crescimento da receita municipal total no período - 16,73%. As demais cidades apresentaram as seguintes taxas de crescimento da receita total municipal: Álvares Machado (14,97%), Rosana (9,92%), Pirapozinho (8,16%), Santo Anastácio (5,68%), Teodoro Sampaio (4,61%) e Mirante do Paranapanema (3,30%).

No quesito total de arrecadação de impostos municipais, por outro lado, Euclides da Cunha apresentou uma taxa negativa de -4,53%, frente ao aumento de 3,68 em Regente Feijó. Do mesmo modo, Teodoro Sampaio também apresentou valor negativo, -9,74% de variação contra 0,07% de Pirapozinho, que sofreu grandes oscilações no período (por isso, têm baixo nível de confiança). Mirante do Paranapanema teve um crescimento de 6,70%, inferior ao aumento de 12,71% de Santo Anastácio. Rosana teve sua arrecadação de impostos municipais elevada em 10,50% contra 12,90 de Álvares Machado.

Já a receita municipal obtida através da cota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Euclides, Rosana e Mirante apresentaram taxas de crescimento bem superiores aos municípios sem assentamentos. Apenas Teodoro Sampaio teve crescimento um pouco inferior a Pirapozinho. O mesmo comportamento aconteceu com a receita municipal proveniente da cota parte do Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA). O inverso ocorreu com o total da

arrecadação municipal com taxas. Teodoro Sampaio superou Pirapozinho e as outras cidades com assentamentos tiveram valores menores chegando a ser negativo e com muitas oscilações em Mirante do Paranapanema. Estes dados estão contidos na tabela 5.11.

TABELA 5.11- Variação das receitas municipais nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema - 1993/2000

Municípios	Taxa de crescimento do da receita total municipal	Taxa de crescimento da arrecadação total de impostos municipais	Taxa de crescimento da Receita Municipal - cota parte do ICMS	Taxa de crescimento do Total da arrecadação municipal com taxas	Taxa de crescimento da Receita Municipal - cota parte do IPVA
Teodoro Sampaio	4.61%	-9.74%	4.54%	7.91%	20.80%
Pirapozinho	8.16%	0.07%	5.53%	6.24%	35.02%
Euclides da Cunha Paulista	16.73%	-4.53%	13.21%	6.85%	44.47%
Regente Feijó	12.74%	3.68%	6.88%	36.20%	31.61%
Rosana	9.92%	10.50%	12.21%	8.86%	45.84%
Álvares Machado	14.97%	12.90%	6.58%	18.30%	35.92%
Mirante do Paranapanema	3.30%	6.70%	7.86%	-4.70%	31.37%
Santo Anastácio	5.68%	12.71%	0.48%	3.80%	30.07%

Fonte: SEADE (2002)

Analisando a evolução da taxa de crescimento das despesas municipais entre 1993 e 2000 (tabela 5.12), Euclides da Cunha Paulista obteve o maior valor (13,55%), seguido por Álvares Machado (11,55%) e Rosana (9,69%). A taxa de crescimento das despesas municipais com investimentos desses municípios foram, respectivamente, 20,36%, 15,18% e 9,01%. Os demais municípios analisados tiveram crescimento do total das despesas municipais, mas apresentaram crescimento negativo no quesito investimentos. As despesas com obras e instalações foram elevadas também em Euclides da Cunha (44,94%), Álvares Machado (8,36%), Teodoro Sampaio (4,61%) e Rosana (3,34)%. Os demais municípios registraram crescimento negativo.

TABELA 5.12 - Variação das despesas municipais nas 8 cidades analisadas - Pontal do Paranapanema - 1993/2000 .

Municípios	Crescimento do total das despesas municipais	Crescimento das despesas municipais com investimentos	Crescimento das despesas com obras e instalações
Teodoro Sampaio	0.23%	-5.47%	4.61%
Pirapozinho	4.64%	-6.64%	-7.85%
Euclides da Cunha Paulista	13.55%	20.36%	44.94%
Regente Feijó	4.90%	-1.45%	-13.53%
Rosana	9.69%	9.01%	3.34%
Álvares Machado	11.55%	15.18%	8.36%
Mirante do Paranapanema	3.25%	-31.38%	-41.20%
Santo Anastácio	6.38%	-6.77%	-6.92%

Fonte: SEADE (2002)

Neste capítulo, analisou-se a evolução dos indicadores econômicos e sociais de 8 municípios pertencentes à região do Pontal do Paranapanema, sendo 4 deles com assentamentos e 4 sem assentamentos de reforma agrária até o momento da pesquisa - julho de 2002.

A seguir, são feitas as conclusões acerca dos impactos econômicos e sociais que os assentamentos de reforma agrária geraram na região do Pontal do Paranapanema, mais precisamente, nas cidades de Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista, Mirante do Paranapanema e Rosana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta Tese de doutorado foi analisar os impactos econômicos e sociais dos assentamentos de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema, entendendo estes, enquanto processos de mudanças que podem ocorrer em diferentes dimensões. Com base nisso, definiu-se três objetivos específicos: 1) analisar as modificações que os assentamentos de reforma agrária geraram e/ou estavam gerando na estrutura fundiária local, com a redução do índice de concentração fundiária, bem como mudanças nas culturas agrícolas cultivadas; 2) verificar os impactos que os assentamentos geraram ou estavam gerando no comércio e nos serviços locais, bem como, na arrecadação tributária do município; 3) investigar se a formação de assentamentos acarretou mudanças na infra-estrutura básica local e no entorno.

A partir daí, elaborou-se duas hipóteses: i) a formação e consolidação de assentamentos de reforma agrária geram impactos econômicos positivos nas cidades e/ou regiões onde estão instalados, na medida em que a renda obtida internamente é utilizada no comércio local e, por conseguinte, a arrecadação de impostos dos municípios aumenta; ii) os efeitos econômicos e o perfil político-social dos assentamentos de reforma agrária também geram impactos positivos no meio social, com melhorias na infra-estrutura municipal, derivadas tanto das novas necessidades objetivas, como da pressão reivindicativa dos assentados.

Uma primeira conclusão remete à estrutura agrária da região do Pontal do Paranapanema, a qual vem se modificando gradativamente com a instalação dos assentamentos de reforma agrária, ainda que o ritmo dado à regularização fundiária esteja distante de eliminar o problema da grilagem de terras nesta região. Esta regularização é entendida enquanto uma condição básica para a promoção do desenvolvimento local, onde o governo estadual é responsável pelas medidas legais, através do Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Apesar da estrutura agrária estar mudando, o mesmo não se observa no tocante à estrutura agrícola. A atividade principal exercida pelos assentados continua sendo a pecuária. O grau de diversificação é muito baixo, acarretando momentos de perda da renda, a exemplo do que aconteceu com os produtores de mandioca.

Com relação aos impactos que estão gerando nas cidades estas, tendem a ser diferentes conforme evolui cada assentamento. Num primeiro momento, as famílias assentadas procuraram construir sua residência, efetuando gastos nas lojas de materiais de construção, além dos gastos nas casas agropecuárias. Certamente em virtude disso, verificou-se um aumento no número de estabelecimentos comerciais nas oito cidades pesquisadas, porém a um ritmo superior nas quatro cidades com assentamentos. Cabe ressaltar que, em termos absolutos, as cidades sem assentamentos apresentavam número de estabelecimentos comerciais superior às quatro outras cidades.

Quanto às hipóteses, conclui-se que a primeira é verídica. Entretanto, o que se verifica é que os assentados poderiam estar obtendo melhor renda se diversificassem a produção, especialmente com produtos geradores de maior valor agregado; gastando melhor seus recursos, se não precisassem adquirir gêneros alimentícios de primeira necessidade nos supermercados, bem como se pudessem escolher onde comprar os insumos agrícolas e não ficassem na dependência dos laticínios locais.

A segunda hipótese não é totalmente assertiva. As estradas internas nos assentamentos tornam-se intransitáveis nos períodos de chuva, dificultando o escoamento da produção e impossibilitando crianças e jovens de frequentarem as escolas. Estas, por sua vez, apresentam métodos tradicionais de ensino, não levando em conta a vivência do assentado. É necessário rever estes métodos, visando adaptar o ensino ao dia-a-dia do assentado. Constatou-se que muitos jovens utilizam-se da escola, principalmente como forma de convívio social e de lazer dada a quase inexistência deste, nos assentamentos estudados. Isso pode ser usado como um fator positivo para a formação e consolidação do poder de forças. A escola deve ser concebida por crianças e jovens como um local agradável, de troca de experiências e não apenas uma via de mão única, onde o aluno recebe as informações do professor. É fundamental também criar cursos profissionalizantes para os jovens agricultores.

Diante desse quadro, estabelecer uma negociação entre os atores - famílias de assentados, cooperativa, organismos governamentais e não governamentais, entre outros - visando à promoção do desenvolvimento local, torna-se elemento estratégico. Para isso, é fundamental que se rompa a rivalidade existente entre as famílias assentadas, via conquista da terra por ocupação e as famílias que obtiveram a

terra, via concessão do Estado. A educação formal pode atuar nesse sentido, embora no longo prazo. A educação informal talvez tenha um efeito mais rápido. A formação de feiras de trocas poderia atuar nesse sentido, onde cada assentado seria estimulado a produzir um tipo de produto e trocar seu excedente com outro assentado ou a população urbana. A troca de gêneros de primeira necessidade tenderia a reduzir os custos com gastos nos supermercados, além de favorecer a diversificação da agricultura. Reuniões informais visando a troca de experiências também pode ser um fator gerador de identidade única.

Nessa trama de relações, a cooperativa Cocamp, a partir do momento em que estiver em pleno funcionamento, poderá exercer um papel fundamental de intermediadora, não só entre a indústria de insumos e os assentados, facilitando a aquisição dos produtos a preços melhores, mas também entre os assentados e o poder político local e outros atores locais, como os fazendeiros. O que ainda prevalece entre os assentados é a descrença da possibilidade de agirem em conjunto visando o bem-estar individual e coletivo. A partir do momento que pequenos grupos de assentados conseguirem obter resultados melhores em seus empreendimentos, tornar-se-á mais fácil mobilizar grupos maiores. Os obstáculos são inúmeros, mas não intransponíveis. Cabe aos movimentos sociais, lideranças locais, poder público, Organizações Não-Governamentais e instituições de ensino, entre outras, se articularem e agirem a fim de consolidarem um tecido social visando o desenvolvimento econômico e social da região do Pontal. Os assentados não são os únicos atores desse processo, mas devem ter presença ativa, em função de seu elevado número e potencial.

Assim, para que a região do Pontal do Paranapanema possa ser concebida na perspectiva de um franco desenvolvimento econômico e social, ou seja, promova-se o desenvolvimento local e não no local ou para o local, é necessário um conjunto de ações interligadas visando: a) regularização fundiária das terras em consonância com a formação de novos assentamentos; b) melhoria na infra-estrutura local, como estradas, a fim de facilitar o escoamento da produção; implantação e manutenção de terminais telefônicos nos assentamentos; postos de saúde – embora sabe-se que a manutenção de uma equipe médica no assentamento é difícil, dado o baixo piso salarial geralmente pago pelas prefeituras. Nesse sentido, a atuação dos agentes de saúde torna-se de suma importância, mas deve-se trabalhar com a conscientização da relevância do trabalho

destes, bem como criar condições para sua locomoção entre as residências dos assentados. No decorrer da pesquisa verificou-se que o poder público local havia prometido conceder bicicletas aos agentes de saúde, mas isso não havia ocorrido; c) diversificação da produção atrelada à assistência técnica que leve em conta a preservação do meio ambiente; d) criação de canais próprios de comercialização da produção via Cocamp. Esta, por sua vez, também deve assessorar os assentados no que diz respeito à produção, para que não ocorra o mesmo problema que ocorreu com a produção de mandioca, onde o excesso de produção gerou prejuízo para os assentados. Também deve ou servir de intermediária na aquisição ou trabalhar para que os assentados recebam em dia os créditos implantação, custeio, investimento e habitação. O que se observa é uma grande lacuna entre solicitação, aprovação e recebimento dos créditos, inviabilizando, muitas vezes, o processo; e) cursos profissionalizantes que tratam da indissociabilidade nas dimensões técnicas, administrativas e políticas, a exemplo dos cursos de Especialização em Administração de Cooperativas (CEACOOOP), do Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e do futuro Instituto Florestan Fernandes, escola nacional de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, todos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em parceria com docentes e universidades públicas de todas as regiões do Brasil. A finalidade é propiciar melhora na qualidade de vida, aumento na renda e ampliação dos postos de trabalho na localidade. Tudo isso somente será possível a partir do momento em que haja vontade política por parte dos órgãos públicos, municipal, estadual ou federal. Isso é obtido por meio do jogo de forças onde os assentados, na figura da Cocamp, exerçam papel ativo e reivindicativo.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. Palestra proferida em 12/11/90 no 1º Curso de formação sobre reforma agrária promovido pelo Departamento de Assuntos Fundiários da Secretaria de Justiça e Direito à Cidadania de São Paulo In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1994, p. 94-104.

ABRAMOVAY, Ricardo. Capital social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural In: **II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica**. Hotel la Ravardière, São Luís, Maranhão, dezembro 1998, mimeo.

ABRAMOVAY, Ricardo e VEIGA, José Eli. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – In: GUEDES, Vicente G. F. e SILVEIRA, Miguel Ângelo. **A agricultura familiar como base do desenvolvimento rural sustentável**. SP: Jaguariúna: EMBRAPA/CNPMA, 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão nº 702**. IPEA: Rio de Janeiro, janeiro, 2000a.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** São Paulo, volume 4, número 2, abril/junho 2000b.

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Seminário Desenvolvimento Local e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural**. EMATER/RS, FETAG/RS com apoio da GTZ, junho de 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.

ACSELRAD, Henri. Desenvolvimento Sustentável: a luta por um conceito. **Proposta**, Rio de Janeiro, número 56, março, 1993.

ACSELRAD, Henri. Desenvolvimento, Espaço e Tempo. Projetos estratégicos alternativos para o Brasil In: **II Conferência Nacional Brasília**, Universidade de Brasília, Brasília, março, 1995, mimeo.

ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M., **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1998.

ALENTEJANO, P. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro: CPDA - UFRRJ, 1997, mimeo.

ALMEIDA, Wander Batista de. **Os “novos sistemas rurais” do município de Campo Grande, MS.** Campo Grande: UCDB, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária.** São Paulo: Atlas, 1987, Série Princípios.

ÁVILA, Vicente F. Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local. **Interações**, volume 1, número 1, p. 63-76, set 2000.

ÁVILA, Vicente F. Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação In: **Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável**, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, novembro 2003. Disponível em: <http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/Fideles.pdf>

AZEVEDO, Paulo F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Revista Agricultura em São Paulo**, São Paulo, volume 47, número 1, p. 33-52, 2000.

BARZEL, Yoram. Measurement cost and the organization of markets. **Journal of Law and Economics**, volume 25, p. 27-48, april 1982.

BATALHA, M. O (org.). **Gestão Agroindustrial: GEPAI** – São Paulo: Atlas, 1997, volume I.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. **Sociedade, natureza e reforma agrária: assentamentos rurais e unidades de conservação na região do Pontal do Paranapanema.** São Paulo, 2002, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo –USP.

BENEDETTI, Adriane. A conquista da região da campanha pelos assentamentos rurais: um estudo de caso em Hulha Negra In **X World Congress of Rural Sociology**, Rio de Janeiro, agosto 2000, CD-ROM.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1980

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Difel, 1989

BRANDÃO, Juarez R. L. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970), **Estudos Cebrap**, volume 22, p. 41-110, 1982.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SILVEIRA, José Maria da; TEÓFILO, Teófilo. **Reforma agrária, desenvolvimento e participação: uma discussão das transformações necessárias e possíveis.** Documento inédito. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD, sd.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** 2 ed. Brasília: IICA, 1999.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUTTNER, Anne. **Landscape and Life: appropriate scales for sustainable development**, Final Report on the Projec, Dublin: University College Dublin, 1995

CACCIA-BAVA, Silvio (org). **Desenvolvimento Local: geração de emprego e renda. POLIS**, São Paulo, volume 25, p. 45-62, 1996.

CAMARGO, Aspácio Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964) In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano - Sociedade e Política (1930-1964)**. Tomo III, 3ª ed., São Paulo: DIFEL/Difusão Editorial S.A, volume 3, 1981.

CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000, volumes 1 e 2.

CARDIM, Sílvia E. C. S.; VIEIRA, Paulo T. L.; VIÉGAS, José L. R. **Análise da estrutura fundiária brasileira**. Brasília: INCRA, sd. Disponível em: http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/pubs.htm. Acesso em 05/01/2005.

CARVALHO FILHO, J. J. Reforma Agrária: de eleições a eleições. **Estudos Avançados**. São Paulo, volume 11, número 31, p. 99-109, 1997.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Rede de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local – estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. SP: Atlas, 1998.

CASTILHO, José Roberto Fernandes. **Estado, propriedade e cidadania: aspectos jurídicos da questão fundiária do Pontal do Paranapanema**, s/d. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista4/parte2c.htm> . Acesso em julho de 2003.

CHAPUIS, Robert. La géographie agraire et la géographie rurale. In: BAILLY, A.S. (coord.). **Les concepts de la géographie humaine**. 2 ed. Paris: Masson, 1991, p. 113-123.

COARACY, Vivaldo. **Problemas nacionais**. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1930.

COASE, Ronald H. **The nature of the firm**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

COELHO, Franklin Dias. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local In: FONTES, Ângela; COELHO, Franklin Dias. **Desenvolvimento econômico local: temas e abordagens**. Rio de Janeiro: IBAM, SERE/FES, 1996.

CONCRAB/CCA **Sistema Cooperativista dos Assentados**. Caderno de Cooperação Agrícola nº 5, 2ª edição, dezembro de 1998.

COSTA, R. B.; PIRES, M. A. P. Assentamentos rurais na fronteira Brasil-Paraguai: diagnóstico sócio-econômico e as perspectivas de desenvolvimento local In: **Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável**, novembro 2003, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/Fideles.pdf>

CURADO, Fernando Fleury. "**Esverdeando**" a reforma agrária: atores sociais e políticas públicas para o desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais no Estado de Goiás. Departamento de Geografia - Universidade Estadual de Maringá volume 5, número 4; out/nov/dez 2001.

DAVID, Maria; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um Atlas In: SCHMIDT, Benício V.; MARINHO, D.; ROSA, S. (Orgs.) **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: UNB/DATAUNB, 1999, p.113-152.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

DELGADO, Guilherme da Costa; OLINGER, Glauco; MORENO, Jorge Sotto; OLIVEIRA, Moacyr. **A questão agrária e o desenvolvimento nacional**. Florianópolis: Editora da UFSC, co-edição SUDESUL, 1987.

DENARDI, Reni Antonio; HENDERIKX, Elisabeth Maria G. J; CASTILHOS, Dino S. B; BIANCHINI, Valter. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná**. Curitiba, Paraná: Emater-Paraná, outono de 2000.

DOMAR, E. Expansão e emprego In: SHAPIRO, E. **Análise macroeconômica: leituras selecionadas**. São Paulo: Atlas, 1985.

EID, F.; SCOPINHO, R.; PIMENTEL, A. E. B. A Dinâmica Recente da Organização Social e Produtiva em Cooperativas de Reforma Agrária In: **XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER**, Poços de Caldas, Minas Gerais, agosto 1998, CD-ROM.

EID, F.; PIMENTEL, A. E. B. A Dinâmica da Organização da Produção em Cooperativas de Reforma Agrária In: **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER**, Foz do Iguaçu, Paraná, agosto 1999, CD-ROM.

EID, F.; PIMENTEL, A. E. B. Dynamics of the social and productive organization in cooperatives of agrarian reform in Brazil In: **X World Congress of Rural Sociology - IRSA**, Rio de Janeiro, agosto 2000, CD-ROM.

EID, F. ; PIMENTEL, A. E. B. Economia Solidária: desafios do cooperativismo de reforma agrária no Brasil. **Revista Travessia**. Publicação do Centro de Estudos Migratórios (CEM), Ano XIV, número 39, p. 15-20, janeiro-abril, 2001a.

EID, F.; GALLO, A. R.; PIMENTEL, A. E. B. Desemprego, exclusão e desafios para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. **Revista da ABET**. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, ano I, número 1, novembro de 2001.

EID, F.; PIMENTEL, A. E. B. Solidary Economy: challenges of cooperative agrarian reform in Brazil. **Journal of Rural Cooperation**. Internacional Research Centre on Rural Cooperative Communities. Edição semestral: Israel. Circon, volume 29, número 2, volume 29, p. 141-152, 2001b.

ENSMINGER, J. Chaging property rights: reconciling formal and informal rights to Land in Africa. In: DROBAK, John N. (Ed.); NYE, John V. C. (Contr.). **The frontiers of new institutional economics**. [S. l.]: Academic Press, 1997, p. 165-196.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder**. 9. ed. São Paulo: Globo, 1991, volumes 1 e 2.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST Formação e Territorialização em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava gente - A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema- SP In: BERGAMASCO, Sônia M. P. P et al (org). **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: SP: FEAGRI/UNICAMP, Araraquara: SP: Uniara, SP: INCRA, 2003.

FERRANTE, Vera L. S. B. e SILVA, M. A. M. A Política de Assentamentos e o Jogo das Forças Sociais no Campo. **Perspectivas**, EDUNESP, São Paulo, volume 11, 1988.

FERRANTE, Vera L. S. B. e BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.) **Censo de assentamentos rurais do estado de São Paulo**. Pesquisa Multicamp/UNESP, dezembro, 1995.

FERRANTE, Vera L. S. B. Les Expériences de la reforme agraire dans un champ de luttés: la violence dissimulé. 9 th. In: **World Congress of Rural Sociology (IRSA)**, Bucareste, Romênia, julho, 1996. CD-ROM.

FERRANTE, Vera L. S. B.; BARONE, L.A.. Assentamentos Rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária. BERGAMASCO, S.M.P.P. et al. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara:UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo: INCRA, 2003.

FERRANTE, Vera L. S. B.; SANTOS, M. P. dos. **A Cana nos Assentamentos: novas roupagens, velhas questões** In: **XXXX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER**, Juiz de Fora, julho, 2003. CD-ROM.

FERRANTE, Vera L. S. B; BARONE, Luis A. Assentamentos rurais na agenda política do desenvolvimento local: o que desponta no horizonte? In: **Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável**, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, novembro 2003. Disponível em: <http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/Fideles.pdf>

FERRANTE, Vera L. S. B. **Projeto: Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência.** Relatório – CNPQ, 2004, mimeo.

FLORES, M. X. e MACEDO, M. M. C. Novos Rumos de Desenvolvimento Rural. In: **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** Foz do Iguaçu, SOBER, agosto 1999, CD-ROM.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana na vida e na paisagem do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympo, 1937.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.

FURTADO, Celso. **Análise do Modelo Brasileiro.** 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil** (1959), 15. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **O Desenvolvimento rural e o PPA 2000/2003: uma tentativa de avaliação.** IPEA, texto para discussão número 938. Brasília, fevereiro de 2003.

GAROFOLI, Gioacchino. O exemplo italiano. **Ensaio FEE.** Porto Alegre: FEE, número 1, 1993.

GIANOTTI, José Arthur. Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos. **Estudos CEBRAP,** São Paulo, volume 17, jul/set 1976.

GOMES DA SILVA, Aldenor. Pluriatividade e renda das famílias rurais do Nordeste do Brasil. In: **XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER,** Rio de Janeiro, agosto 2000, CD-ROM.

GOMES, M. F. M et al. **Análise prospectiva do complexo agroindustrial de suínos no Brasil.** Concórdia, Santa Catarina: EMBRAPA, 1996.

GONÇALVES, José Sidnei. **Mudar para manter: análise do processo de pseudomorfose da agricultura brasileira.** Campinas, 1997, tese de doutorado, UNICAMP, Instituto de Economia.

GOODMAN, David. Economia e sociedade rurais a partir de 1945 In: BACHA, Edmar e KLEIN, Herbert S. **A transição incompleta - Brasil desde 1945.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 113-173

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje** (org.) Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1994, p. 15-44.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. **O Que é Questão Agrária**. 16. ed, São Paulo: 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981b.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. Palestra realizada no Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST em fevereiro de 1988, Piracicaba-SP In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1994, p.137-143.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco et al. Las Organizaciones Profissionais en la Moderna Agricultura Brasileira. **Agricultura y Sociedad**. volume 68, p. 195-218, July 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. **Agroanalysis**. Instituto Brasileiro de Economia – Centro de Estudos Agrícolas, volume 16, número 3, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco et al. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, volume 11, número 2, p 50-64, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. (revista). Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. **O novo rural brasileiro**. 2ª ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, Alberto Passos (1963). **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HARROD, R. F. Domar y la dinámica económica In: HANSEN, A; CLEMENCE; R. V. **Lecciones sobre ciclos económicos y renta nacional**. Instituto Interamericano de Estadística, 1956.

HEREDIA, Beatriz et al. **Os impactos regionais da reforma agrária**: um estudo sobre áreas selecionadas, resumo executivo. Rio de Janeiro: REDES/ NEAD-IICA, fevereiro de 2002

HEREDIA, Beatriz et al. Os impactos regionais da reforma agrária? Um estudo sobre áreas selecionadas. **Lusotopie**, p. 59-90, 2003.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo et al. Agricultura e desenvolvimento da décima região administrativa do Estado de São Paulo. Os pequenos produtores rurais no contexto da décima região administrativa In: **Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável**, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, novembro 2003. Disponível em: <http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/Fideles.pdf>

HIRSCHMAN, A. Confissões de um dissidente: a estratégia do desenvolvimento reconsiderada. **Pesquisa e Planejamento econômico**, volume 13, número 1, abril 1983.

HOFFMANN, R et al. **Administração da empresa agrícola**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos e Dados Estatísticos, 1986, 1991, 1996, 2000. Disponível: <http://www.ibge.gov.br>

INCRA- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1998, 1999, 2000 e 2004. Dados disponíveis: <http://www.incra.gov.br> e <http://www.incrapnud.org.br/páginas2/saopaulo.htm>

ITESP- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA”. **Perfil sócio-econômico e balanço da produção agropecuária dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. Retratos da Terra 97/98, número 9, São Paulo: ITESP, dezembro 1998a.

ITESP- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA”. **Sítios e Sitiantes**: planejamento territorial de cálculo de módulo para assentamentos rurais. Cadernos Itesp número 8. São Paulo: ITESP, dezembro 1998b.

ITESP - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA”. **Terra e cidadãos**: aspectos da ação de regularização fundiária no Estado de São Paulo. Série Cadernos Itesp número 4. São Paulo: ITESP, 1998c.

ITESP- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA”, 2003, Disponível: <http://www.itesp.sp.gov.br>. Acesso em dezembro de 2003.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento local In CATTANI, Antonio Davi (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 72-75.

KAGEYAMA, Angela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais, 1986 In: DELGADO, Guilherme Costa et al (org). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990, p. 113-223 (Série IPEA, 127)

KAGEYAMA, Ângela et. al. **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas: [s.n.], 1987.

KAGEYAMA, Angela. A questão agrária Brasileira: interpretações clássicas in: **Revista Reforma Agrária**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, ABRA, volume 23, número 3, set/dez 1993.

KALDOR, N. Economic growth and the Verdoorn law. A comment on M. Rowthorn's article. **The economic journal**. volume 85, dec 1975.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**, 1898. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert S. A., 1968.

L'ÉSTOILE, Benoit. **Système politiques de la mata pernambucana**: modèles anciens et nouvelles formes de dominatio. Comunicação. Reunião anual da ABA, Brasília: 2000.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, Fundação Unesp, 1998.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora da UNESP (co-editora e distribuidora), 2004.

LEITE, Tarciso F. Desenvolvimento local com gestão participativa sob o impacto do programa de política pública regional: Farol do Desenvolvimento do Banco do Nordeste In: **Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável**, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, novembro 2003. Disponível em: <http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/Fideles.pdf>

LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária**: questão de terra ou de gente? São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**, volume 3, número 5, p. 51-59, set. 2002.

MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados In: **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, Belém (PA), março 2001.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desarrollo a escala humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. 2a .ed. Barcelona, ESP: Nordan-Comunidad; Icaria Editorial, 1998.

MAYER, Antonio de Castro; SIGAUD, Geraldo de Proença; OLIVEIRA, Plínio Corrêa de; FREITAS, Luiz MENDONÇA. **Reforma Agrária Questão de Consciência**. São Paulo: Vera Cruz, 1960.

MDA- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível: http://www.mda.gov.br/index.php?pg=noticia&id_menu=5&id=1085, Acesso em janeiro de 2005.

MEADE, James E. **The theory of customs unions**, 1956.

MEDEIROS, Leonilde (org.) **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

MEDEIROS, Leonilde; Leite, Sérgio. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil**. Processos Sociais e Políticas Públicas. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

MEDEIROS, Leonilde et al. Os efeitos políticos dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, R.J. E COSTA,L.F.C. **Mundo Rural e Cultura**, Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MELLO, Fernando Bento Homem In: ARAÚJO, José Diz de. **Consistência da política de produtos agrícolas**: o caso do mercado de rações. SP, 1980, Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo (USP).

MELO, Hildete Pereira de; CAPPELLIN, Paola; CASTRO, Eloisa Guaraná. **Agricultura familiar nos assentamentos rurais**: as relações entre as mulheres e os homens. O Caso do Pontal do Paranapanema. FAO/INCRA: Rio de Janeiro, maio de 1996.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989 (Estudos Rurais, 10).

MULLER, Geraldo. São Paulo - o núcleo do padrão agrário moderno. Artigo publicado na revista São Paulo em Perspectiva, em outubro/dezembro de 1988, In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1994, p. 221-237.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo. Dossiê: Desenvolvimento Rural. volume 15, número 43, p. 83-100, set/dez. 2001.

NEVES, Estela Maria. Municípios, Defesa Ambiental e Desenvolvimento Econômico Local In: **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, Belém (PA), março 2001.

NORDER, L.A.C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. Campinas, 1997, Dissertação de Mestrado, IFCLL, UNICAMP, 1997.

NORTH, Douglass. Institutions. **Journal of Economic Perspective**, volume 5, p.97-112, Winter, 1991.

NURSKÉ, R. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

ODÁLIA, A; RÍMOLI, E. J. A. Biodiversidade, Biotecnologia e Conservação Genética em Desenvolvimento Local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. volume 1, número 1, p. 21-30, set. 2000.

PAIVA, Ruy M. Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura brasileira In: **Seminário de Análise do processo de formulação de política governamental**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1968.

PASTORE, Affonso Celso. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. **Estudos ANBES**, São Paulo, número 5, 1977.

PAULILLO, Luiz Fernando. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: concepções clássicas e recentes In: BATALHA, M. O (org.). **Gestão Agroindustrial: GEPAI – São Paulo: Atlas**, 1997, volume I, p. 545 a 573.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Redes de poder & territórios produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX**. São Carlos: Rima: Editora da UFSCar, 2000.

PIMENTEL, A. E.; EID, F. Estratégias de atuação para as cooperativas de reforma agrária In: **VI Simpósio de Engenharia de Produção - SIMPEP**, Bauru: UNESP, novembro 1999, CD-ROM.

PIMENTEL, Andréa E. B. **As cooperativas de reforma agrária como alternativa para a geração de trabalho e renda: os casos da COCAMP e COPAVA**. São Carlos, 2000, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

PIMENTEL, A. E. B; EID, F. Diversificação e Agroindustrialização em Cooperativas de Reforma Agrária In: **X World Congress of Rural Sociology - IRSA**, Rio de Janeiro, agosto 2000a, CD-ROM.

PIMENTEL, A. E. B; EID, F. Dynamics of the organization in cooperatives of agrarian reform. In: **X World Congress of Rural Sociology - IRSA**, Rio de Janeiro, agosto 2000b, CD-ROM.

PIMENTEL, A. E. B; EID, F. A dinâmica da organização interna em cooperativas de reforma agrária In: **VII Simpósio de Engenharia de Produção - SIMPEP**, Bauru: Unesp, novembro 2000c, CD-ROM.

PIMENTEL, A. E. B; EID, F. As cooperativas de reforma agrária como alternativa para a geração de trabalho e renda In: **XX Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP**, São Paulo: Universidade de São Paulo, novembro 2000d, CD-ROM.

PIMENTEL, A. E. B. Como são constituídas as cooperativas. **UNIFAC em Revista**. Faculdades Integradas de Botucatu, volume 1, número 1, p. 1-15, abril 2001.

PINTO, L. C. G. Reflexões sobre a política brasileira no período 1964-1994. **Reforma Agrária**, Campinas, volume 25, número 1, p. 65-92, janeiro/abril 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução política do Brasil. São Paulo, **Revista dos Tribunais**, 1965.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 10a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. Editora Brasiliense, 1970.

PREBISCH, Raul (1949). **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

RANGEL, Ignácio. Questão agrária e agricultura. **Encontros com a civilização brasileira**, volume 7, 1979.

RANGEL, Ignácio. Crise agrária e metrópole. **Reforma Agrária**, Campinas, volume 16, número 1, p. 4-8, abril/julho, 1986.

REIS, Elisa P. Mudança e continuidade na política rural brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, volume 31, número 2, 1989.

RIBAS, Alexandre Domingues. **Gestão Político-Territorial dos Assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP): uma leitura a partir da Cocamp**. Presidente Prudente, 2002, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP.

RIBEIRO, Helton. Audiência pública – debate: regularização de terras no Pontal. **Informativo**, 9/10/2003. Disponível : <http://www.justica.sp.gov.br/noticias/noticia307.htm>

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. XVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Florianópolis (SC), 22 a 27 de julho de 1990 In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1994, p. 105-136.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou 'coordenadoras de Panela'?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000, 348 p.

SANT'ANNA et al. Diferenciação interna em assentamentos rurais: multiplicidade e inter-relação de fatores In: **XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER**, Poços de Caldas, Minas Gerais, agosto 1998, CD-ROM.

SANTA ROSA, Virgílio. **O sentido do tenentismo**. Rio de Janeiro: Maia & Schimidt, s.d.

SEADE- **Sistema Estadual de Análise de Dados** – Disponível em: <http://www.seade.gov.br> , Acesso em dezembro de 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA , Tânia Nunes da. **A participação dos cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle**. São Paulo, 1994, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo - USP.

SINGER, Paul Samuel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre...2ª. edição, São Paulo: Nacional, 1977.

SODRÉ, Alcindo. **Gênese da Desordem**. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, s/d.

SOLOW, Robert M. A Contribution to the theory of growth. **Quarterly Journal of Economics**, february, 1956.

SORJ, B.; POMPEMAYER, M. ; CORADINI, O L. **Camponeses e agroindústria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

STÉDILE, J. P. **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1999.

STORPER, Michael (1996) – La géographie des conventions: proximité territoriale, interdépendances hors marché et développement économique In RALLET, Alain e TORRE, André. **Économie industrielle et économie spatiale** . Paris: Economica

TAVARES, J. V. S. Colonização de novas terras: a continuidade de uma forma de dominação, do estado novo à nova república, p. 39 64. **Reforma Agrária**, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, volume 25, número 1, janeiro/abril 1995.

TEÓFILO, Edson; GARCIA, Danilo. **Políticas de terra, pobreza e desenvolvimento rural**: o caso do Brasil. World Bank. Regional Workshops on Land Issues Latin America Region. Brasília: Banco Mundial, abril de 2002.

TROSTER, Roberto Luis & MOCHÓN, Francisco. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron Books, 1999.

VALLE, Luiz Eduardo de Rezende; COSTA, Reginaldo Brito. Conservação ambiental e desenvolvimento local: a percepção dos produtores rurais In: **Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável**, novembro 2003, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/Fideles.pdf>

VEIGA, José Eli. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola, uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VEIGA, José Eli da. Fundamentos do agrorreformismo. Revista **Lua Nova**, número 23, p- 3-7, março de 1991 in STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1994, p. 68-93.

VEIGA, José Eli da. A tímida Reforma Agrária. **Revista Ciência Hoje**, SBPC, volume 24, número 141, p. 26-31, 1998.

VEIGA, José Eli. **Diretrizes para uma nova política agrária**. Disponível em: s/d, Acesso em 03/11/98.

VEIGA, José Eli da. **A Face Rural do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2000.

VIANNA, Aurélio. Sobre o lugar dos governos estaduais em processos de reforma agrária: considerações sobre um debate. In: MEDEIROS, L. S. de et al (orgs.) **Assentamentos Rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo: Nacional, 1933.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Recife: UFPE, 2000.

WEID, Jean Marc von der. Desenvolvimento da Agricultura e Sustentabilidade. Versão preliminar discutida no **III Seminário de Movimentos Sociais e ONG Brasília**, Janeiro de 1997. 28p

WILLIAMSON, Oliver E. Transaction Cost Economics: The Governance of Contractual Relations. **The Journal of Law and Economics**, volume XXII, p. 223-261, October, 1979.

WILLIAMSON, Oliver E. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting.** New York: The Free Press, 1985, 449 p.

WILLIAMSON, Oliver E. **Transaction Cost Economics and Organization Theory.** Berkeley: University of California, april, 1993a, mimeo.

WILLIAMSON, Oliver E. Transaction Cost Economics and Organization Theory. **Journal of Industrial and Corporative Change**, volume 2, p. 107-156, 1993b,

WOLFE, Alan. **Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, estado e sociedade civil.** Rio de janeiro: IBASE, p. 35-63, 1991 (Coleção Democracia: A Democracia como Proposta).

8 APÊNDICES

8.1 Apêndice A

TABELA 8.1.1 - Assentados do Pontal do Paranapanema, por faixa etária, Pontal do Paranapanema, 2002.

Intervalo de idade	0-6	7-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	> 70
Número de pessoas	42	45	30	48	45	29	25	23	12
Porcentagem	14	15,1	10	16	15,1	9,7	8,4	7,7	4
Porcentagem acumulada	14	29,1	39,1	55,1	70,2	79,9	88,3	96	100

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002.

TABELA 8.1.2 - Número de crianças e jovens estudantes assentados por faixa etária, Pontal do Paranapanema, 2002.

Faixa etária	0-6	7-14	15-19	20-29
Número de crianças e jovens estudando	3 crianças na pré-escola	45 pessoas estudando	20 jovens estudando	5 jovens estudando
Porcentagem sobre a faixa etária total	7,15	100	66,7	10,4

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.3.- Grau de instrução dos assentados, acima de 15 anos, Pontal do Paranapanema, 2002.

Grau de instrução	Número de pessoas	Porcentagem sobre o total de 185 pessoas acima de 15 anos que não estavam mais estudando
1º série	11	6,0
2º série	17	9,0
3º série	15	8,0
4º série	35	19,0
5º série	13	7,0
6º série	14	7,5
7º série	11	6,0
8º série	19	10
1º colegial	2	1,0
2º colegial	1	0,5
3º colegial	12	6,5
Superior incompleto	1	0,5
Superior completo	0	0
Analfabeto	28	15,0
Sem declaração*	8	4,0

* pessoas que os familiares não souberam responder sobre o grau de instrução do parente.

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.4 - Ocupação principal dos assentados entrevistados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Ocupação principal	agricultor	Dona de casa	Estudante	Aposentado	Agricultor e pedreiro	Artesã	Demais **
Número de assentados	141	40	14	5	3	2	7

**bóia-fria, diarista, professora, comerciante, agente de saúde, empregada doméstica, empregado em uma fazenda local. Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.5- Local de nascimento dos assentados entrevistados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Local de Nascimento	Número de assentados
Cidades do Pontal do Paranapanema	137
Estado do Paraná	58
Estado de São Paulo- exceto a região do Pontal	33
Minas Gerais	14
Bahia	11
Sergipe	10
Pernambuco	8
Mato Grosso do Sul	9
Paraíba	6
Ceará	6
Alagoas	3
Espírito Santo	1
Goiás	1
Santa Catarina	1
Origem não obtida	1

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.6 - Maneira pela qual os assentados adquiriram seus lotes, Pontal do Paranapanema, 2002.

Como adquiriu o lote	Número de famílias	Porcentagem
Comprou de outro assentado	4	5,5
Participando do processo de ocupação	35	47,9
Assentado sem participar do processo de ocupação	3	4,1
Cadastramento do Itesp	14	19,1
Reassentado de barragem	2	2,8
Filho de assentado	2	2,8
Residia no local desapropriado	2	2,8
Trabalhava no local desapropriado	4	5,5
Posseiro	6	8,2
Agregado	1	1,3

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.7 - Participação ou não dos assentados no processo de ocupação, Pontal do Paranapanema, 2002.

Sim	Não
41 famílias (56,1%)	32 famílias (43,9%)

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.8 - Período de tempo em que os assentados estavam nos assentamentos, Pontal do Paranapanema, 2002.

Período	Número de Famílias	Porcentagem
Menos de 1 ano	2	3,0
1 ano	2	3,0
2 anos	7	9,5
3 anos	14	19,0
4 anos	16	22
5 anos	6	8,0
6 anos	7	9,6
7 anos	6	8,0
8 anos	0	0
9 anos	1	1,3
10 anos	3	4,0
11 anos	3	4,0
12 anos	2	3,0
15 anos	2	3,0
16 anos	1	1,3
19 anos	1	1,3

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.9 - Local onde ocorreram as ocupação, segundo os assentados entrevistados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Local da ocupação	Número de famílias	Porcentagem
No mesmo local onde o assentamento foi implantado	3	7,3
No município que o assentamento pertence	11	26,9
Na região do assentamento	26	63,4
Em outra região do estado de São Paulo	1	2,4
Em outro estado	0	0

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.10 - Último local de moradia dos assentados antes do assentamento, por família, Pontal do Paranapanema, 2002.

Local de moradia	Número de famílias	Porcentagem
Na área rural ou algum distrito do município o qual o assentamento pertence	14	19,2
Na sede do município do assentamento	12	16,5
Na área rural de cidades próximas do assentamento	11	15,0
Na área urbana de cidades próximas do assentamento	10	13,7
No meio rural de outras regiões do estado de São Paulo	3	4,1
No meio rural de outro estado	14, sendo 12 do Paraná	19,2
Na área urbana de outras regiões de São Paulo	2	2,7
No meio urbano de outro estado	7, dos estados do Paraná e Minas Gerais	9,6

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.11 - Principais motivos que fizeram os assentados entrevistados participarem de um assentamento, Pontal do Paranapanema, 2002.

Motivo	Número de famílias
Sempre sonhou em possuir um pedaço de terra	22
Veio com a família para a região ainda criança	3
Veio por indicação/influência de amigos	6
Devido às dificuldades financeiras/falta de emprego no campo e na cidade	34
Divulgação feita por órgãos representativos (MST, Igreja, outros)	6
Morava no local na época da desapropriação	5
Reassentados por causa da construção da barragem	1
Casou-se e foi para o local	2
Agregado de assentado	2
Trabalhava no local na época da desapropriação	3
Aposentou e decidiu morar no campo	1
Separou-se do marido e veio para o assentamento	1

Obs.: Foram aceitas mais de uma resposta por entrevistado.

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.12 - Atividade principal exercida pelo entrevistado no momento antes de se tornar um assentado, Pontal do Paranapanema, 2002.

Atividade	Número de famílias	%
Bóia-fria/diarista	19	26,1
Caseiro, vaqueiro ou trabalhador permanente em fazendas ou sítios	9	12,4
Arrendatário	8	11
Trabalhava em terras/sítios de parentes	2	2,7
Parceiro/meeiro	6	8,2
Pedreiro/servente de obras	6	8,2
Microempresário	2	2,7
Tratorista	2	2,7
Empregada doméstica	2	2,7
Empregado no setor industrial	1	1,4
Empregado no setor de serviços	2	2,7
Autônomo	2	2,7
Caminhoneiro	2	2,7
Estudante	4	5,5
Não trabalhava	4	5,5
Trabalhava no MST	1	1,4
Técnico em eletrônica	1	1,4

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.13 - Quadro dos filhos solteiros que não residem no domicílio dos entrevistados assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Sexo	Idade	Escolaridade	Estuda?	Local da Residência	Ocupação	Tipo de trabalho	Local do trabalho
Feminino	19	8º série	Sim	Urbano	Estudante	Não trabalha	
Masculino	21	2º colegial	Sim	Urbano	-	-	Urbano
Masculino	-	-	Não	Urbano	Empregado numa firma	Permanente	Urbano
Feminino	-	-	Não	Urbano	Não trabalha		
Feminino	22	Superior incompleto	Sim	Urbano	Gerente de loja	Permanente	Urbano
Masculino	20	4º série	Não	Rural	Cortador de cana	Temporário	Rural
Feminino	36	5º série	Não	Urbano	Funcionária pública	Permanente	Urbano
Masculino	28	-	Não	Urbano	-	-	-
Masculino	19	-	Não	Urbano	Empacotador	Permanente	Urbano
Masculino	24	Superior incompleto	Sim	Urbano	-	-	Urbano
Feminino	23	Superior completo	Não	Urbano	Enfermeira	Permanente	Urbano
Masculino	25	2º grau	Não	Urbano	Vigia	Permanente	Urbano
Masculino	25	4º série	Não	Rural	Agricultor	Permanente	Rural
Masculino	24	4º série	Não	Rural	acampado	---	---
Masculino	26	1º colegial	Não	Urbano	Cortador de cana	Temporário	Rural
Masculino	38	4º série	Não	Urbano	Cortador de cana	Temporário	Rural
Masculino	16	Supletivo	Sim	Rural	Mensalista	Permanente	Rural
Masculino	21	8º série	Não	Rural	Mensalista	Permanente	Rural
Feminino	30	8º série	Não	Urbano	Empregada doméstica	Permanente	Urbano
Feminino	22	7º série	Não	Urbano	Empregada doméstica	Permanente	Urbano
Masculino	15	8º série	Sim	Urbano	Garçom	Permanente	Urbano
Feminino	17	6º série	Sim	Urbano	Empregada doméstica	Permanente	Urbano
Masculino	18	1º colegial	Sim	Urbano	-	-	-
Masculino	30	3º série	Não	Rural	Sitiantes	Permanente	Urbano
10 filhos morando em Presidente Prudente- todos solteiros (1)							
Masculino	30	8º série	Não	Urbano	Eletricista	Temporário	Urbano
Feminino	32	5º série	Não	Urbano	Empregada doméstica	Permanente	Urbano
Masculino	33	8º série	Não	Urbano	Autônomo	Temporário	Urbano
Masculino	20	Colégio técnico	Sim	Urbano	Não trabalha		
Feminino	27	3º grau compl	Não	Urbano	Balconista	Permanente	urbano

Obs: cada divisão do quadro consiste numa das 21 famílias que possuem filhos solteiros morando fora do assentamento; (1) dado desconhecido por parte do entrevistado

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.14 - Documentos que os assentados possuem, por entrevistado, Pontal do Paranapanema, 2002.

Documento	Possui	Não possui
Certidão de casamento	50	23
Carteira de identidade	72	1
CPF	71	2
Título de eleitor	70	3
Carteira de motorista	27	45
Conta corrente bancária individual	14	59
Conta corrente bancária conjunta	4	69
Poupança	9	64

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.15 - Grau de alfabetização dos assentados entrevistados

	Com facilidade	Com dificuldade	Não sabe escrever
Escreve	44 entrevistados	20 entrevistados	9 entrevistados
Lê	41 entrevistados	23 entrevistados	9 entrevistados

	Antes de estar assentado	Após estar assentado
Aprendeu a escrever	64 assentados	0
Aprendeu a ler	64 assentados	0
Leituras mais frequentes*	Bíblia - 29 entrevistados Revista - 13 entrevistados Documentos- 3 entrevistados Tudo que tiver - 3 entrevistados Cartas - 1 entrevistado Papel de missa- 1 entrevistado	Jornal - 10 entrevistados Livros - 10 entrevistados Não costuma ler- 4 entrevistados O que precisar - 1 entrevistado

* aceita mais de uma resposta / Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.16- Características dos lotes das famílias assentadas entrevistadas, Pontal do Paranapanema, 2002.

Tamanho do lote	Número de famílias
15 hectares	3
16 hectares	5
18 hectares	5
19 hectares	4
20 hectares	2
21 hectares	11
23 hectares	5
24 hectares	1
26 hectares	4
28 hectares	1
32 hectares	10
35 hectares	12
40 hectares	7
45 hectares	1

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.17- Formas de exploração dos lotes, por famílias assentadas, Pontal do Paranapanema, 2002.

Exploração do lote	Individual - 71	Coletiva -1	Mista - 1
Trabalha em área coletiva	Nunca - 69	Frequentemente - 3	Raramente - 1
Participa de mutirão	Nunca - 63	Frequentemente - 6	Raramente - 4
Participação em sindicatos, associações, grupos e cooperativas*	Sindicato Rural -2	Associações - 10	Cooperativas - 21
	Grupos de famílias - 2	Reunião de partido político - 3	Não participa de nada - 41

* aceito mais de uma resposta - Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.18 - Nível de renda permanente das famílias assentadas, Pontal do Paranapanema, 2002.

Rendimentos permanentes	Número de famílias	Valor - em Reais
Salário	4	200,00 cada
	3	300,00 cada
Aposentadoria	15	200,00 cada
	6 famílias -2 pessoas por família	400,00 por família
Arrendamento da terra	2	70,00 (valor informado por apenas um deles)
Bar (no próprio assentamento)	2	120,00 (valor informado por apenas um deles)
Pensão	1	200,00
Aluguel	1	180,00
Ajuda de parentes	0	-
Rendimento médio permanente, por família*		231,18
Sem rendimentos fixos = 39 famílias assentadas		

* considerando a repetição de R\$ 70,00 de arrendamento da terra e R\$ 120,00 de ganho com bar, em virtude da não especificação desses valores pelos entrevistados.

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.19 - Nível de renda temporária das famílias assentadas, Pontal do Paranapanema, 2002.

Rendimentos temporários	Número de famílias	Valor médio- em Reais
Ganho com a venda do leite	4	Acima de 400,00
	9	Entre 200,00 a 399,00
	8	Entre 100,00 a 199,00
	3	Até 99,00
	38	Valor não informado
Gado de corte	2	300,00 cada
Trabalha para outro assentado	3	150,00 cada
Fábrica de farinha de mandioca	1	250,00
Ajuda do Movimento	1	Valor não informado
Agricultura	2	Valor não informado
Pedreiro	1	Valor não informado
Máquina de fazer gelo	1	Valor não informado

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.20 - Pessoas que moravam nos assentamentos, mas que trabalhavam na área urbana, Pontal do Paranapanema, 2002.

Número de pessoas	07 pessoas
Ocupações	Comércio de Euclides da Cunha, bóia-fria, operário, em cooperativa, pedreiro, operador de máquina em usina, limpeza em supermercado
Valor médio ganho	Dois ganhar em média R\$ 300,00. Quanto aos outros, os entrevistados não souberam responder
Motivo pelo qual trabalham na cidade	Devido a falta de emprego no campo
Filhos solteiros que moram foram do assentamento mas que ajudam financeiramente a família	Apenas 02, de vez em quando.

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.21 - Recursos usados para a construção das moradias dos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Tipo de recursos	Número de famílias
Crédito habitação	8
Crédito habitação e recursos próprios	7
Somente recursos próprios	47
Adquiriu pronta	4
Recursos do Pronaf	1
Material cedido pelo Governo	5
Projeto da agrovila	1

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.22 - Forma de construção das moradias dos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Forma de construção da moradia	Número de famílias
Regime de mutirão entre os assentados	5
Pela própria família	26
Mão-de-obra paga e trabalho familiar	10
Somente mão-de-obra paga	24
Mutirão e mão-de-obra paga	1
Ajuda da Igreja	3
Casa já construída	4

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.23 - Forma de aquisição dos materiais para a construção das moradias dos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Coletivamente	Individualmente	Material cedido pelo governo	Madeira do assentamento	Casa já construída
11 famílias	42 famílias	15 famílias	1 família	04 famílias

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.24 - Características das residências dos entrevistados anteriores ao assentamento, Pontal do Paranapanema, 2002.

Tipo de construção	Número de famílias	Número de quartos	Número de famílias	Cômodos	Número de famílias	Infra-estrutura	Número de famílias
Alvenaria	32	1	16	Sala	60	Água encanada	56
Taipa	35	2	25	Cozinha	68	Açúde	0
Lona	2	3	27	Banheiro interno	44	Poço artesiano	0
Barro/cimento	1	4	3	Área de serviço	11	Poço simples	8
Apartamento	1			Fossa	14	Luz	58
Não tinha casa	1					Água de mina	5
Não lembra	1					Sem água / luz	4

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.25 - Material predominante nas moradias dos assentamentos, Pontal do Paranapanema, 2002.

	Alvenaria	Taipa	Palha	Lona	Madeira e alvenaria
Início	19 casas	30 casas	0	22 casas	2 casas
Atualmente	43 casas	24 casas	0	0	6 casas

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.26 - Material predominante na cobertura das moradias dos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

	Laje	Telha de barro	Telha de zinco	Lona	Misto-telhas de barro e zinco
Início	0	17 casas	30 casas	20 casas	6 casas
Atualmente	1 casa	19 casa	52 casa	0	1 casas

TABELA 8.1.27 - Reformas realizadas nas moradias dos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Reformas na construção	21 casas
Reformas na cobertura da moradia	25 casas
Reformas e/ou ampliação da residência	17 casas

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.28 - Identificação do número de cômodos dos domicílios dos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Cômodos	Início do assentamento	Atualmente
1 quarto	19 casas	15 casas
2 quartos	21 casa	38 casas
3 quartos	9 casas	18 casas
4 quartos	2 casas	2 casas
Lona	22 casas	0 casas
Sala	43 casas	71 casas
Cozinha	37 casas	65 casas
Banheiro	30 casas	51 casas
Fossa	9 casas	11 casas
Dispensa	3 casas	4 casas
Área de serviço	3 casas	9 casas

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.29 - Assentados que possuíam moradias na cidade e formas de uso, Pontal do Paranapanema, 2002.

Assentado que possui casa na cidade		A casa da cidade é utilizada para						
Sim	Não	Moram no local	Pernoitar	lazer	Filhos moram	Por parentes	Alugada	Não usa
17	56	1	4	2	4	4	1	1

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.30 - Existência ou não de água encanada nas moradias dos assentados e forma de pagamento, Pontal do Paranapanema, 2002.

Possui água encanada na residência		Paga pela água encanada?
Sim	Não	Todos pagam a energia elétrica usada para bombear a água do poço artesiano e uma taxa de reserva a ser usado quando a bomba apresentar problemas
8 famílias	66 famílias	

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.31 - Tempo em que o assentamento possui água encanada, Pontal do Paranapanema, 2002.

Há quanto tempo possui água encanada (em anos)													
Período	Menos de 1	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	12 anos	Não sabe
Número de famílias	7	7	8	11	10	3	2	2	2	1	2	1	10

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.32 - Distância que as famílias que não possuem água encanada buscavam a água, Pontal do Paranapanema, 2002.

Distância que as 08 famílias que não têm água encanada buscavam a água					
2 metros	3 metros (2 famílias)	5 metros (2 famílias)	500 metros	20 metros	1000 metros

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.33 - Fonte de água utilizada para consumo doméstico, consumo dos animais e atividades agrícolas (por número de famílias)

Fonte de água para consumo doméstico	Açude	Rio	Riacho/córrego	Poço artesiano	Cisterna
Início do assentamento	2	17	6	29	19
Atualmente	1	3	3	57	9
Fonte de água para consumo dos animais e atividades agrícolas*					
Início do assentamento	4	20	6	29	13
Atualmente	4	5	2	55	6

* 01 assentamento não planta ainda nem possui animais. Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.34 - Forma de escoamento do banheiro das residências dos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

	Fossa	Casinha	Vala	Direto para rio/riacho	No terreno
Início do assentamento	35	22	1	11	4
Atualmente	54	8	1	8	2

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.35 - Tipo de fonte de energia utilizada nas residências e nas atividades agrícolas dos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Fonte de energia usada na residência	Elétrica	Lampião/vela
Início do assentamento	14 residências	59 residências
Atualmente	65 residências	8 residências
Fonte de energia usada na atividade agrícola		
Início	2 lotes	Os demais não utilizam energia nas atividades agrícolas
Atualmente	7 lotes	
Modo de pagamento da energia elétrica	Todos pagam a energia de modo individual	

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.36 - Destino do lixo dos assentamentos, Pontal do Paranapanema, 2002.

Destino do lixo domiciliar	Queima ou enterra	Despeja no próprio lote	Leva para a cidade	Joga num buraco	Joga num antigo poço
Número de famílias	65	5	1	1	1

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.37 - Destino das embalagens de defensivos e agrotóxicos utilizadas nos assentamentos, Pontal do Paranapanema, 2002.

Destino das embalagens de defensivos e agrotóxicos	Número de famílias assentadas
Não utiliza defensivos/agrotóxicos	17
Queima	24
Enterra	17
Joga em área do quintal	4
Joga em área do próprio assentamento	2
Joga em área vizinha	1
Joga na fossa	1
Devolve para a loja	3
Guarda	2
Joga num buraco próximo ao seu lote	1
Leva para a cidade	1

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.38 - Equipe que compunha o quadro de saúde nos assentamentos (resposta por família), Pontal do Paranapanema, 2002.

	Sim	Não	Não sabe	Em outro assentamento
Posto de saúde funcionando	23	24		26
Agente de saúde	67	3	3	
Médico regular	16	42	1	14

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.39 - Doenças mais comuns nas famílias dos assentados pesquisados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Antes de estar assentado	Os assentados tiveram dificuldade em responder a pergunta ou responderam que nada tinham tido antes		
Após estar assentado**	Gripe (16) pressão alta (14) artrose (3) cefaléia (2) Verminose (2) reumatismo (2)	Tiróide (2) colesterol (2) dor de dente (1) problema no coração(5) Problema de coluna (2) próstata (1)	Labirintite (1) bronquite (1) alergia (1) depressão (1) Diabetes (1) ácido úrico (1) não responderam (23)

Foram aceitas mais de uma resposta por família assentada

** entre parênteses está o número de famílias que deram a mesma resposta

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.40 - Formas de tratamento das doenças nas famílias dos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Forma de tratamento	Número de famílias
Consulta ao médico no posto de saúde do assentamento*	46
Consulta ao médico na cidade	37
Consulta ao agente de saúde do assentamento	1
Usar remédio caseiro ou chás	28
Comprar remédio na farmácia	30
Benedeira/curandeiro	2
Outra resposta: vai ao médico no Paraná	1

Foram aceitas mais de uma resposta por família assentada

* incluindo os médicos de postos de saúde em outros assentamentos, que não o qual o assentado reside.

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.41 - Mortalidade infanto-juvenil e/ou adulta na família dos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Mortalidade infanto-juvenil e/ou adulta: houve em 09 famílias assentadas			
Sexo	Idade	Causa mortis	Antes ou após assentado
2 fetos	-	Aborto	Após assentado
Masculino	78 anos	Não declarada	Após assentado
Masculino	03 meses	Hidroencefalia	Após assentado
Feminino	82 anos	Câncer	Após assentado
Masculino	36 anos	Enfarto	Após assentado
Feminino	67 anos	Parada respiratória	Após assentado
Masculino	67 anos	Problema no coração	Após assentado
Feminino	03 anos	Afogamento no açúde	Após assentado
Masculino	01 ano	Bronquite	Após assentado
Feminino	70	Não declarada	Após assentado
Masculino	62	Doença de chagas	Após assentado

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.42 - Produção agrícola realizada pelas famílias assentadas, Pontal do Paranapanema, 2002.

Culturas temporárias*	Número de famílias
Milho	20
Arroz	07
Algodão	07
Mandioca	48
Feijão	11
Gramma	02
Cana-de-açúcar	15
Anapic	05
Mamona	01
Amendoim	02
Eucalipto	01
Gergelim	01

* aceita mais de uma resposta por assentado. Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.43 - Produção agrícola para autoconsumo dos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

	Número de famílias	Consumo e/ou venda
Produção de frutas	51 famílias	somente para consumo próprio
Hortaliças	41 famílias	somente para consumo próprio
Produção de ovos	Todas as famílias têm galinhas	somente para consumo próprio
Produção de mel	Nenhuma família	-
Famílias que não tem culturas temporárias		15 famílias
Famílias que não produzem frutas para consumo		22 famílias
Famílias que não possuem hortas para consumo		32 famílias

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.44 - Produção de leite dos assentados do Pontal do Paranapanema, 2002.

Não produz	Produz somente para consumo	Produz para consumo e comercialização
13 famílias	07 famílias	53 famílias

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.45 - Forma de comercialização do leite, realizada pelos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Leiteiro	Laticínio Rosana	Laticínio Quatá	Laticínio de Teodoro	Laticínio Novo Tempo-Mirante	Laticínio- não informado qual
02	01	08	01	08	33

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.46 - Créditos recebidos pelos assentados, Pontal do Paranapanema, 2002.

Créditos Recebidos	Obtidas somente respostas confusas
Recursos recebidos foram suficientes para 34 dos entrevistados	39 dos entrevistados disseram que os recursos recebidos não foram suficientes

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.47 - Valor da compra mensal realizada pelas famílias assentadas nos supermercados da região- Pontal do Paranapanema, 2002.

Valor da compra mensal- por intervalos - em R\$	Número de famílias
Até R\$ 99,00	09
R\$ 100,00 a R\$ 149,00	21
R\$ 150,00 a R\$ 199,00	19
R\$ 200,00 a R\$ 249,00	14
R\$ 250,00 a R\$ 299,00	07
R\$ 300,00 a R\$ 400,00	03

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.48 - Situação de vida após estar assentado, Pontal do Paranapanema, 2002.

Melhorou	Piorou	Continuou a mesma coisa
44 famílias	16 famílias	13 famílias

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

TABELA 8.1.49 - Assentados que faria e assentados que não faria novamente o processo de ocupação, Pontal do Paranapanema, 2002.

Faria	Não faria
44 entrevistados	29 entrevistados
Principais Motivos	Principais Motivos
Não há outro meio de vida Para ter a terra Por questões ideológicas	Todo o processo foi muito difícil A situação de vida antes era melhor Falta de infra-estrutura e lazer

Fonte: pesquisa de campo, julho/2002

II- TRAJETÓRIA FAMILIAR

Há quantos anos o Sr(a) está neste assentamento?

Como o Sr(a) adquiriu o seu lote:

- 1- comprou de outro assentado
 2- participando do processo de ocupação
 3- assentado sem participar do processo de ocupação
 4- outro: _____

O Sr(a) já participou de alguma ocupação: 0- não 1- sim

(se positiva a resposta anterior) Onde ?

- 1- neste mesmo local 2- neste município 3- nesta região
 4- em outra região de SP 5- em outro estado

Qual o último local de moradia antes de se tornar um assentado?

- 1- na área rural ou algum distrito deste município 2- na sede do município
 3- na área rural de cidades próximas 4- na área urbana de cidades próximas
 5- no meio rural de outras regiões do estado de São Paulo
 6- no meio rural de outro estado: _____ 7- na área urbana de outras regiões de SP
 8- no meio urbano de outro estado: _____

Quais os principais motivos que fizeram com que o Sr(a) partisse para um acampamento ou assentamento?

- 1- sempre sonhou em possuir um pedaço de terra
 2- veio com a família para a região ainda criança
 3- veio por indicação/ influência de amigos
 4- devido às dificuldades financeiras/falta de emprego no campo e na cidade
 5- divulgação feita por órgãos representativos (MST, Igreja, outros)
 6- morava no local na época da desapropriação
 7- outra resposta: _____

Qual a principal atividade que o Sr(a) exercia no momento antes de se tornar um assentado?

- 1- bóia-fria/diarista
em fazendas ou sítios
- 2- caseiro, vaqueiro ou trabalhador permanente
- 3- arrendatário
- 4- parceiro/meeiro
- 5- pedreiro/servente de obras - comerciante na cidade
- 7- tratorista
- 8- empregada doméstica
- 9- empregado de indústria
- 10- estava desempregado
- 11- outra resposta: _____

Como era sua residência anterior ao assentamento?

Tipo de construção	Número de cômodos	Infra-estrutura
Alvenaria ()	Quarto/dormitório ()	Água encanada ()
Taipa ()	Sala ()	Açúde ()
Palha ()	Cozinha ()	Poço artesiano ()
Lona ()	Área de serviço ()	Luz ()
Outra:	Banheiro interno ()	
	Fossa ()	
	Outro:	

O senhor(a) tem filhos ou filhas solteiros morando fora do assentamento?

- 0- não 1- sim

(se positiva a resposta anterior) Quadro dos filhos solteiros que não residem no domicílio?

Sexo 1-M 2-F	Idade	Escolaridade (último ano completo)	Estuda 1- Sim 2- Não	Residência 1- rural 2- urbana	Ocupação	Tipo de trabalho 1- permanente 2- temporário	trabalho 1-rural 2- urbano

III- IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Possui os seguintes documentos?

Documento	0- não tem	1- tem
Certidão de casamento		
Carteira de identidade		
CPF		
Título de eleitor		
Carteira de motorista		
Conta corrente bancária individual		
Conta corrente bancária conjunta		
Poupança		

O Sr(a) escreve:

01- com facilidade 02- com dificuldade 03- não sabe escrever

(Se positiva a resposta anterior). Aprendeu a escrever :

1- antes de assentado 2- depois de assentado

O Sr(a) lê:

01- com facilidade 02-com dificuldade 03- não sabe ler

(Se positiva a resposta anterior). Aprendeu a ler :

1- antes de assentado 2- depois de assentado

O que o Sr(a) costuma ler com mais frequência? (Espontânea- aceitar mais de 01 resposta)

01- jornal 02- revista 03- livro 04- bíblia/textos religiosos
05- Documentos/Estatutos 06- outros: _____

Qual é o tamanho do seu lote? _____ hectares

A principal forma de exploração em seu lote é:

01- individual 02- coletiva 03- mista

O Sr(a) costuma trabalhar em área coletiva?

01- não 02- frequentemente 03- raramente

Sr(a) e sua família costumam participar de mutirão em área coletiva?

01- não 02- frequentemente 03- raramente

Com que frequência o Sr(a) participa de associações, cooperativas, sindicatos?

* frequência =

0- não participa 1- sempre 3- de vez em quando 4- raramente

Instituições () Associações () Cooperativas ()

Sindicatos () Grupos/associações de mulheres ()

Reunião de partido político ()

IV- NÍVEL DE RENDA

Quantas pessoas que moram neste domicílio têm as seguintes fontes de renda:

(Considerar todos os membros da família que moram no domicílio e que tiveram rendimento no mês anterior)

Rendimentos permanentes	Nº de pessoas	Valor
Salário		
Aluguel		
Aposentadoria		
Ajuda de parentes		
Outros:		

Rendimentos temporários	Nº de pessoas	Valor
Trabalho por dia		
Ajuda de parentes		
Outros:		

Na família, existe alguém que mora no assentamento e trabalha na cidade?

0- não 1- sim

(se positiva a resposta anterior) O que faz? _____

Quanto ganha? _____

Por qual motivo trabalha na cidade?

1- prefere a cidade ao campo 2- não tem emprego no campo

3- ganha mais na cidade 4- outros: _____

Existem filhos solteiros que moram fora do assentamento, mas que ajudam financeiramente a família?

0- não 1- sim, regularmente 2- sim, de vez em quando

V- MORADIA

Sua habitação foi construída com quais recursos?

1- crédito habitação 2- crédito habitação e recursos próprios

3- recursos próprios 4- outros: _____

Como foi construída sua casa?

1- em regime de mutirão entre os assentados 2- pela própria família

3- mão-de-obra paga e trabalho familiar 4- somente mão-de-obra paga 5- outros: _____

Como o Sr(a) comprou o material para a construção de sua casa? 1- coletivamente

2- individualmente 3- outros: _____

Qual é o tipo de material de construção predominante na habitação do assentado(a)?

(1- alvenaria 2- taipa 3- palha 4- lona
5- outro: _____)

Houve reformas? 1- sim 0- não

Se positivo, quais: _____

Início do assentamento ()

Atualmente
()

Qual o tipo de material que predomina na cobertura da habitação do assentado(a)?

1- laje 2- telha de barro 3- zinco/amianto 4- lona 5- palha
6- Outros: _____

Início do assentamento ()

Atualmente
()

Houve reformas? 1- sim 0- não

Se positivo, quais: _____

Identificar o número de cômodos do domicílio:

Tipo de cômodo	Número de cômodos		
	Início do assentamento	Atualmente (2002)	Reformas (datas)
Quarto/dormitório			
Sala			
Cozinha			
Área de serviço			
Dispensa			
Banheiro			
Outro:			

O Sr(a) tem casa na cidade? 0- não 1- sim

(se positiva a resposta anterior). A casa da cidade é usada:

1- sempre 2- pernoitar 3- lazer 4- outros:

O Sr(a) tem água encanada em sua residência? 0- não 1- sim

Desde quanto tem água encanada? _____ anos

Paga pela água encanada? 0- não 1- sim

(se negativa a resposta anterior). A que distância buscam água: ____

<p>Qual a fonte de água utilizada para consumo doméstico</p> <p>1- açude 2- rio 3- riacho/córrego 4- poço artesiano 5- cisterna</p>	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>
<p>Qual a fonte de água utilizada para consumo dos animais e atividades agrícolas</p> <p>1- açude 2- rio 3- riacho/córrego 4- poço artesiano 5- cisterna</p>	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>
<p>Como é o escoamento do banheiro deste domicílio?</p> <p>1- fossa 2- casinha 3- vala 4- direto para o rio/riacho/córrego 5-outros: _____</p>	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>
<p>Qual é o tipo de energia utilizada na residência:</p> <p>1- elétrica 2- querosene/óleo 3- gerador coletivo 4- gerador individual 5- lampião a gás</p>	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>
<p>Qual é o tipo de energia utilizada nas Atividades Agrícolas:</p> <p>1- elétrica 2- querosene/óleo 3- gerador coletivo 4- gerador individual 5- lampião a gás</p>	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>
<p>Sr(a) paga pelo serviço de luz?</p>	
<p>0- não paga o serviço 1- paga o serviço sozinho 2- paga o serviço de modo coletivo <input type="text"/></p>	

<p>Qual é o destino do lixo do domicílio do assentado(a)?</p> <p>1-queimado ou enterrado 2- despejado no próprio lote 3- rio/riacho/córrego 4- coletado pelo serviço público 5- outra forma: _____</p>	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>
<p>Qual o destino do lixo das embalagens utilizadas para defensivos e agrotóxicos?</p> <p>1- não utiliza defensivos/agrotóxicos 2- queima 3- enterra 4- joga em área do quintal 5- joga em área do próprio assentamento 6- outra resposta: _____</p>	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>

VI- CONDIÇÕES LOCAIS

Qual a equipe que compõe o quadro de saúde no assentamento?

	0- não 1- sim	(se positivo) Desde quando?	Frequência
Posto de saúde funcionando			
Agente de saúde			
Visita regular de médico			
Outros:			

Quais são as doenças mais comuns em sua família?

Antes de estar no assentamento	Após estar assentado
1- _____	5- _____
2- _____	6- _____
3- _____	7- _____
4- _____	8- _____

Como são tratadas essas doenças na família (aceitar mais de uma resposta)

- 1- consulta ao médico no posto de saúde do assentamento
- 2- consulta ao médico na cidade
- 3- consulta ao agente de saúde do assentamento
- 4- usar remédio caseiro ou chás
- 5- comprar remédio na farmácia
- 6- benzedeira/curandeiro
- 7- outros: _____

Houve mortalidade infanto-juvenil e/ou adulta na família do assentado

não 1- sim

0-

(se positiva a resposta anterior). Qual(is)?

Sexo: 1- Masc 2- Fem	Idade	Causa mortis	0- antes 1- no assentamento

VII- MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS

Quais maquinários e/ou implementos agrícolas que os assentados possuem na propriedade ou utilizam de modo coletivo

Máquinários/implementos	Quantidade	Coletivo - 1 individual- 0	Adquiridos antes do assentamento: 0 Adquiridos após o assentamento: 1
Carro de passeio			
Caminhoneta/caminhão			
Moto/motocicleta			
Charrete			
Trator			
Bicicleta			
Arado/tração animal			
Motor elétrico			
Bomba d'água elétrica			
Pulverizadores			
Outros			

Quais os tipos de aparelhos eletrodomésticos existentes no domicílio?

Eletrodomésticos	Quantidade	Adquiridos antes do assentamento: 0 Adquiridos após o assentamento: 1
Máquina de costura		
Geladeira		
Fogão		
Televisão		
Aparelho de som		
Rádio		
Antena parabólica		
Refrigerador para guardar leite		
Chuveiro elétrico		
Liquidificador		
Outros		

VIII- ATIVIDADES RURAIS**Culturas temporárias** (arroz, feijão, milho, mandioca, cana, algodão, etc)

Produto	Área cultivada	Área colhida	Volume produzido	Para quem vende	Como é realizada a venda

Produção de frutas e café

Instruções: Processa: 0- não processa 1-geléia 2- doce 3-licor 4-outros: especificar

Comercializa: 0- não comercializa 1- comercializa in natura 2-comercializa processada 3-ambas

Como é realizada a venda: 1- entrega na cidade 2- o comprador busca 3- entrega na área rural

4- via Cocamp

5- outros: especificar

Produto	Nº de pés	Volume produzido	Processa	Comercializa	Para quem comercializa	Como é realizada a venda

Hortaliças:

Instruções: Como é realizada a venda:

1- entrega na cidade 2- o comprador busca 3- entrega na área rural 4- via Cocamp 5- outros: especificar

Tipo de hortaliça	Consumo: 1-alimentar 2- medicamento 3- ambos	Comercializa 0- não 1- sim	Para quem vende	Como é realizada a venda

Pecuária e criação de animais

Criação	Nº de cabeças atuais	Número de cabeças compradas	Número de cabeças vendidas
Vaca			
Boi			
Garrote			
Bezerro/novilha			
Porco			
Galinha poedeira			
Frango			
Cavalo			
Burro/mula			
Cabra			
Outros			

Produção de ovos

(Como é realizada a venda:

1- entrega na cidade 2- o comprador busca 3- entrega na área rural 4- via Cocamp

5- outros: _____)

Quantidade (por dia)	Dúzias comercializadas por semana	Para quem vende	Como é realizada a venda

Sr(a) produz leite?

0- não produz 1- produz exclusivamente para consumo

2- produz para consumo e comercialização

Outros produtos

Produto	Consumo: 1- alimentar 2- medicamento 3- ambos	Comercializa 0- não 1- sim	Para quem vende	Como é realizada a venda
Mel				

De quem o Sr(a) compra:

- 0- não compro 1- Cocamp 2- associação de produtores
 3- no comércio local 4- secretaria da agricultura
 5- através da empresa que compra meu principal produto 6- não utilizo
 7- outros: _____

Calcário: () Agrotóxicos/defensivos: () Adubo: () Sal mineral: ()
 Ração: () Farelados: fubá, farelos, etc. () Outros:

IX- INSTITUIÇÕES

Quais foram os créditos rurais que o Sr(a) já recebeu?

Crédito	1- sim 0- não	Ano de recebimento	1- já pago 2- não pago (colocar %)
a- Fomento			
b- Crédito alimentação			
c- Crédito habitação			
d- Proceca teto 1			
e- Proceca teto 2			
f- Pronaf			
g- Outros: _____			

De qual(is) banco(s) adquiriu o(s) crédito(s):

- a- _____
 b- _____
 c- _____
 d- _____
 e- _____
 f- _____

O Sr(a) considera os créditos suficientes: 0- não 1- sim

Por que? _____

X- HÁBITOS DE CONSUMO

Que tipos de produtos de consumo sua família tem o hábito de comprar frequentemente no comércio?

Instruções:

Local de compra: 1- mercearia/supermercado 2- venda/armazém 3-feira/mercado 4-bar
 5-cooperativa 6-outros(espec)

frequência: 1- semanal 2-quinzenal 3- mensal 4- acima de um mês

Alimentos in natura	1-sim 2- não % que adquire	Local da compra	Nome do estabelecimento	Município	Frequência
Arroz					
Feijão					
Tomate					
Cebola					
Alho					
Batata					
Mandioca					
Cenoura					
Banana					
Outros produtos in natura	1-sim 2- não % que adquire	Local da compra	Nome do estabelecimento	Município	Frequência

Produtos de origem animal	1-sim 2- não % que adquire	Local da compra	Nome do estabelecimento	Município	Frequência
Leite					
Queijo					
Manteiga					
Requeijão					
Carne bovina					
Ovos					
Frango/galinha					
Peixe					
Carne de porco					

Outros produtos de origem animal	1-sim 2- não % que adquire	Local da compra	Nome do estabelecimento	Município	Frequência

Alimento processado	1-sim 2- não % que adquire	Local da compra	Nome do estabelecimento	Município	Frequência
Fubá					
Farinha de trigo					
Farinha de mandioca					
Polvilho					
Macarrão					
Biscoito					
Pão					
Óleo de soja					
Massa/estrato de tomate					
Sal					
Vinagre					
Temperos					
Café					
Açúcar					
Achocolatado					
Rapadura					
Doces					
Outros prod. processados	1-sim 2- não % que adquire	Local da compra	Nome do estabelecimento	Município	Frequência

Bebidas	1-sim 2- não % que adquire	Local da compra	Nome do estabelecimento	Município	Frequência

Higiene e limpeza	1-sim 2- não % que adquire	Local da compra	Nome do estabelecimento	Município	Frequência
Sabonete					
Pasta de dente					
Papel higiênico					
Aparelho de barbear					
Absorvente					
Xampu					
Sabão em pó					
Sabão em barra					
Detergente					
Água sanitária					
Cera					
Palha de aço					
Outros produtos de higiene e limpeza	1-sim 2- não % que adquire	Local da compra	Nome do estabelecimento	Município	Frequência

Produtos de uso doméstico	1-sim 2- não % que adquire	Local da compra	Nome do estabelecimento	Município	Frequência
Gás					
Fósforo					
Pilha					
Vela					
Querosene					
Álcool					
Veneno contra rato					
Inseticida					
Veneno contra pernilongo					

Outros produtos de uso doméstico	1-sim 2- não % que adquire	Local da compra	Nome do estabelecimento	Município	Frequência

Produtos de uso pessoal	1-sim 2- não % que adquire	Local da compra	Nome do estabelecimento	Município	Frequência

Qual o valor aproximado de sua compra mensal? _____

Quais outros produtos costuma adquirir na cidade?

Produtos	1-sim 2- não	Local da compra	Nome estabelecimento	Município	Frequência
Roupas					
Material para construção					

Fazendo uma análise de sua vida, antes de ser assentado, no início do assentamento e atualmente, como ela está?

(1) melhorou (2) continua a mesma coisa (3) piorou

Itens de qualidade de vida	Antes de ser assentado	No início do assentamento	Atualmente
Moradia			
Cidade			
Transporte			
Escola			
Saúde			
Educação			
Renda			
Lazer			
Outros:			

Por quê: _____

Se o Sr(a) tivesse que fazer tudo de novo, qual seria sua decisão? (ocupação, conflitos, dificuldades,...)

Por quê: _____

OBSERVAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Tempo de duração			
Quantas vezes necessitou voltar ao local			
Local da entrevista			
É interessante ou necessita voltar outra vez	() sim	() não	
Endereço para retorno:			

NOTAS: NO VERSO DO QUESTIONÁRIO: () sim () não

9 - ANEXOS

9.1 Anexo A

TABELA 9.1.1. - Assentamentos do Pontal do Paranapanema Pesquisados / julho-2002

Município	Assentamento	Nº de famílias	Área (ha)	Ano de início
Euclides da Cunha Paulista	Santa Rita do Pontal	51	805	1990
	Tucano	36	664	1991
	Santa Rosa	65	865	1992
	Rancho Alto	52	1292	1998
	Rancho Grande	101	2447	1998
	Nova Esperança II e III *	98	2317	2000
	Porto Letícia	36	707	1997
	Rosanela	140	2686	1986
Euclides/Rosana	Gleba XV de Novembro	572	13310	1984
Rosana	Nova do Pontal	122	2786	1986
	Bonanza	23	2786	1998
Teodoro Sampaio	Córrego Azul	09	226	1997
	Água Sumida	121	4210	1988
	Vale Verde **	50	1010	1997
	Haiadéia **	24	868	1997
	Santa Vitória **	27	515	1997
	Cachoeira do Estreito **	29	490	1997
	Santo Antônio dos Coqueiros **	23	485	1997
	Santa Rita da Serra **	40	837	1997
	Laudenor de Souza	60	1545	1997
	Vô Tônico	22	550	1998
	Santa Terezinha da Alcídia	26	1345	1998
	Alcídia da Gata	19	462	1998
	Água Branca I	25	630	1998
	Santa Zélia	104	2730	1999
	Santa Terezinha da Água Sumida	50	1345	1999
Santa Cruz da Alcídia	28	712	2000	
Mirante do Paranapanema	Santa Carmem	37	1043	1995
	São Bento	182	5190	1994
	Estrela D'Alva	31	784	1995
	Haroldina	71	1964	1995
	Canaã	55	1223	1995
	King Meat	46	1134	1995
	Santana	12	708	1995
	Nossa Senhora Aparecida	09	175	1997
	Arco-Íris	105	2606	1995
	Washington Luis	16	343	1996
	Santa Rosa I	24	692	1996
	Lua Nova	17	375	1996
	Santo Antônio I ***	17	532	1996
	Novo Horizonte	57	1540	1996
	Vale dos Sonhos	23	617	1996
	Flor Roxa	39	953	1995
	Santa Cristina	35	837	1996
	Santa Lúcia	24	597	1996
Santo Antônio	20	513	2000	

Continuação

Município	Assentamento	Nº de famílias	Área (ha)	Ano de início
Mirante do Paranapanema	Santa Apolônia	104	2657	1996
	Alvorada	21	565	1997
	Marco II	09	242	1997
	Paulo Freire	59	1196	2000
	Che Guevara	46	976	1994
	Antônio Conselheiro	57	893	2000

OBS: Santa Cruz, Santa Isabel I e Santa Rosa II, todos no Mirante do Paranapanema, estão ainda em situação provisória, por isso não foram considerados na pesquisa.

Fonte: RIBAS (2002)

9.2 Anexo B

TABELA 9.2.1 - Caracterização do território e demografia das 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema.

Município	Área Territorial (km ²)		Densidade demográfica (habitantes/km ²)				
	1980	2001	1980	1991	1994	1996	2000
Mirante do Paranapanema	1235	1235	12,52	12,28	12,08	12,95	13,13
Teodoro Sampaio	2843	1633 **	9,26	17,32	13,47	11,94	12,25
Euclides da Cunha Paulista ***	---	550	---	---	19,95	18,59	18,57
Rosana***	----	660	---	---	36,31	33,00	36,71
Álvares Machado	357	357	41,04	52,82	56,19	59,90	63,48
Regente Feijó	265	265	41,85	56,47	60,34	61,33	64,14
Santo Anastácio	743	564 *	29,15	29,67	29,48	40,88	36,79
Pirapozinho	367	367	48,83	57,22	58,79	59,80	60,23
Região de governo de Presidente Prudente	18.045	18.045	23,16	27,48	28,47	28,91	30,47

* redução da área a partir de 1997. ** redução da área entre 1992 e 1994 (dados não contínuos)

*** dados a partir de 1994 - Fonte: SEADE - 04/05/2002

TABELA 9.2.2 - Demografia da 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema.

Municípios	Demografia								
Álvares Machado	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
População	19.572	20.005	20.457	20.917	21.354	21.793	22.218	22.622	23.032
População urbana	16.260	16.774	17.311	17.864	18.406	18.958	19.507	20.061	
População rural	3.312	3.231	3.146	3.053	2.948	2.835	2.711	2.561	
Taxa de urbanização (em %)	83,08	83,85	84,62	85,40	86,19	86,99	87,80	88,68	
Pirapozinho									
População	21.156	21.299	21.433	21.566	21.686	21.804	21.943	22.093	22.225
População urbana	19.312	19.511	19.703	19.894	20.076	20.256	20.456	20.705	
População rural	1.838	1.778	1.717	1.655	1.590	1.524	1.459	1.388	
Taxa de urbanização (em %)	91,31	91,65	91,98	92,32	92,66	93,00	93,34	93,72	
Regente Feijó									
População	15.376	15.606	15.826	16.053	16.284	16.488	16.696	16.977	17.177
População urbana	12.882	13.203	13.521	13.850	14.187	14.506	14.833	15.247	
População rural	2.494	2.403	2.305	2.203	2.097	1.982	1.863	1.730	
Taxa de urbanização (em %)	83,78	84,60	85,44	86,28	87,12	87,98	88,84	89,81	
Santo Anastácio									
População	22.287	22.383	22.510	22.663	20.575	20.644	20.690	20.749	20.770
População urbana	19.437	19.625	19.842	20.083	18.581	18.742	18.883	19.037	
População rural	2.850	2.758	2.668	2.580	1.994	1.902	1.807	1.712	
Taxa de urbanização (em %)	87,21	87,68	88,15	88,62	90,31	90,79	91,27	91,75	

continuação

Teodoro Sampaio									
População	19.056	19.220	19.357	19.487	19.603	19.716	19.848	19.991	20.078
População urbana	15.563	15.640	15.694	15.742	15.779	15.812	15.860	15.912	
População rural	3.493	3.580	3.663	3.745	3.824	3.904	3.988	4.079	
Taxa de urbanização (em %)	81,67	81,37	81,08	80,78	80,49	80,20	79,91	79,60	
Euclides da Cunha Paulista									
População	9.665	9.700	9.750	9.929	9.931	10.019	10.116	10.207	10.281
População urbana	6.309	6.326	6.343	6.361	6.378	6.395	6.413	6.427	
População rural	3.356	3.374	3.407	3.468	3.553	3.624	3.703	3.780	
Taxa de urbanização (em %)	65,28	65,22	65,06	64,72	64,22	63,83	63,39	62,97	
Rosana									
População	21.335	21.698	22.092	22.472	22.849	23.272	23.725	24.192	24.575
População urbana	5.216	5.339	5.470	5.600	5.731	5.874	6.027	6.189	
População rural	16.119	16.359	16.622	16.872	17.118	17.398	17.698	18.003	
Taxa de urbanização (em %)	24,45	24,61	24,76	24,92	25,08	25,24	25,40	25,58	
Mirante do Paranapanema									
População	15.477	15.603	15.708	15.829	15.934	16.015	16.112	16.203	16.266
População urbana	10.435	10.364	10.280	10.205	10.121	10.021	9.933	9.827	
População rural	5.042	5.239	5.428	5.624	5.813	5.994	6.179	6.376	
Taxa de urbanização (em %)	67,42	66,42	65,44	64,47	63,52	62,57	61,65	60,65	
Presidente Prudente									
População	507.633	514.180	520.540	526.626	532.359	538.147	543.940	549.355	554.410
População urbana	426.581	433.046	439.430	445.615	451.557	457.538	463.538	469.781	
População rural	80.951	80.943	80.847	80.684	80.462	80.225	79.987	79.574	
Taxa de urbanização (em %)	84,05	84,25	84,46	84,67	84,88	85,08	85,28	85,52	

Fonte: SEADE (2002)

TABELA 9.2.3- Número de estabelecimentos comerciais das 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Município	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Mirante do Paranapanema	44	45	43	53	52	59	61
Teodoro Sampaio	56	63	67	77	83	80	98
Euclides da Cunha Paulista	12	13	12	13	18	15	21
Rosana	67	74	92	101	102	111	109
Álvares Machado	61	69	88	81	93	100	104
Pirapozinho	167	149	146	149	156	153	177
Regente Feijó	79	103	109	108	105	113	129
Santo Anastácio	106	103	134	136	145	152	152

Fonte: SEADE, 2002

TABELA 9.2.4 – Número de indústrias das 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Cidades	Número de estabelecimentos da indústria						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Mirante do Paranapanema	9	8	7	6	7	14	11
Teodoro Sampaio	26	27	27	25	26	23	26
Euclides da Cunha Paulista	2	1	4	3	2	3	3
Rosana	11	13	17	22	22	24	26
Álvares Machado	30	30	30	33	33	35	41
Pirapozinho	44	40	43	43	43	45	45
Regente Feijó	32	34	29	26	35	37	35
Santo Anastácio	38	38	42	43	45	47	48

Fonte: SEADE (2002)

TABELA 9.2.5 – Número de estabelecimentos de serviços das 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Cidades	Número de estabelecimentos de serviço						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Álvares Machado	36	45	52	47	50	61	59
Pirapozinho	71	73	79	87	91	87	81
Regente Feijó	53	56	61	62	65	69	74
Santo Anastácio	59	69	89	97	86	95	98
Mirante do Paranapanema	24	28	25	31	36	37	42
Teodoro Sampaio	45	45	50	54	55	55	59
Euclides da Cunha Paulista	7	6	8	10	9	11	11
Rosana	34	44	65	74	84	82	83

Fonte: SEADE (2002)

TABELA 9.2.6 – Rendimentos dos chefes de família das 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Cidades	Número de chefes de família com rendimentos em salários mínimos (%)							
	Até 1/2 salário mínimo		Entre mais de 1/2 a 01 salário mínimo		Entre mais de 01 até 02 salários mínimos		Entre mais de 02 até 03 salários mínimos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Álvares Machado	9,21	0,87	16,23	16,82	35,52	23,50	15,93	17,30
Pirapozinho	7,45	0,87	13,88	18,02	34,45	20,17	15,21	16,20
Regente Feijó	7,43	0,84	16,71	17,44	30,24	20,90	16,32	16,31
Santo Anastácio	9,39	1,29	22,34	21,91	30,83	22,46	12,66	13,27
Mirante do Paranapanema	12,60	4,20	29,93	30,90	27,74	27,42	10,39	9,16
Teodoro Sampaio	6,97	2,37	16,77	19,27	26,48	22,22	15,70	13,90
Euclides da Cunha Paulista	-	4,35	-	25,34	-	29,97	-	11,81
Rosana	-	1,66	-	10,62	-	15,06	-	16,67

Fonte: SEADE (2002)

Cont. TABELA 9.2.6

Cidades	Número de chefes de família com rendimentos em salários mínimos (%)						Chefes de família sem rendimentos (%)	
	Entre mais de 03 até 05 salários mínimos		Entre mais de 05 até 10 salários mínimos		Acima de 10 salários mínimos			
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Álvares Machado	9,30	14,83	6,88	11,33	3,04	4,85	3,84	10,50
Pirapozinho	11,67	15,86	9,49	12,92	4,96	6,81	2,88	9,09
Regente Feijó	12,64	16,98	9,85	13,46	3,86	6,32	2,95	7,75
Santo Anastácio	8,55	12,52	8,25	12,21	4,39	6,42	3,51	9,93
Mirante do Paranapanema	5,90	8,48	5,85	7,53	2,92	3,91	4,51	8,39
Teodoro Sampaio	14,60	12,80	10,45	10,30	5,43	6,35	3,39	12,78
Euclides da Cunha Paulista	-	8,83	-	5,41	-	2,43	-	11,85
Rosana	-	20,90	-	16,06	-	8,85	-	10,17

Fonte: SEADE (2002)

Tabela 9.2.7 – Total de empregos ocupados das 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Cidade	Total de empregos ocupados						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Álvares Machado	1.091	1.184	1.224	1.265	1.296	1.424	1137
Pirapozinho	2195	2521	2445	2328	2707	2687	2840
Regente Feijó	2.247	2.269	2.765	4.841	2.083	2.269	2438
Santo Anastácio	2.083	2.062	2.103	2.032	1.688	1.746	1945
Mirante do Paranapanema	1.143	1.075	806	1.324	873	849	949
Teodoro Sampaio	4.069	3.957	6.504	4.889	3.696	1.840	2055
Euclides da Cunha Paulista	351	350	338	393	480	558	442
Rosana	1.473	1.287	2.169	2.134	1.308	2.865	2932

Total de empregos ocupados Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - Rais/ Ministério do Trabalho

Fonte: SEADE (2002)

TABELA 9.2.8- Depósitos totais nas 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Sistema Financeiro	Depósitos Totais - em reais de dezembro de 2000							
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Cidades								
Teodoro Sampaio	11211476	2251329	3067771	4048970	14347517	15538523	16342713	14883184
Euclides da Cunha Paulista	0	0	0	0	0	0	0	0
Rosana	12509362	3095101	5631651	6630480	10270840	20842594	15482410	14099713
Mirante do Paranapanema	5816517	1930549	322716	402180	2019800	4032546	5200477	4736035
Álvares Machado	9780502	7162228	9363581	9349506	16945566	20027754	21509053	19588131
Pirapozinho	12868780	9469536	11565529	11510261	19984075	23366744	23360639	21274356
Regente Feijó	11116599	6722998	8135468	7400999	13135053	14680106	15091906	13744084
Santo Anastácio	16937562	9291043	10527187	14861030	26827866	32265876	27490814	25035675

Fonte: SEADE (2002)

TABELA 9.2.9- Operações de crédito nas 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Sistema Financeiro	Operações de crédito- em reais de dezembro de 2000							
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Municípios								
Teodoro Sampaio	5975750	4697785	5652454	6480970	65792691	82358709	22766422	20733207
Euclides da Cunha Paulista	0	0	0	0	0	0	0	0
Rosana	1828652	1910420	4102012	6970480	8956120	12905541	10252016	9336433
Mirante do Paranapanema	1256387	2092476	657446	1050245	1570185	3208420	3038980	2767576
Álvares Machado	4456808	8306268	11572440	9482748	12543932	12826897	10341770	9418171
Pirapozinho	7900740	17733203	23144740	18710845	19636661	16443513	12648868	11519228
Regente Feijó	4063775	7569933	8957247	6213896	10318306	8325355	6383937	5813803
Santo Anastácio	14246384	19021174	26562656	31220975	27946270	31039986	25431402	23160184

Fonte: SEADE (2002)

TABELA 9.2.10 - Índice paulista de responsabilidade social – IPRS – classificações usadas

Classificação dos grupos de municípios *				
Riqueza municipal	longevidade	Escolaridade		
Baixa - escore até 49		Baixa: até 59	Média: 60 a 69	Alta: 70 e mais
	Baixa: até 59	5 (94)	4 (51)	4 (25)
	Média: 60 a 69	4 (65)	3 (80)	3 (56)
	Alta: 70 e mais	4 (22)	3 (55)	3 (63)
Alta - escore de 50 e mais	Baixa: até 59	2 (20)	2 (19)	1 (11)
	Média: 60 a 69	2 (11)	1 (21)	1 (37)
	Alta: 70 e mais	1 (01)	1 (05)	1 (09)

* os números em parênteses referem-se ao número de municípios existentes em cada cruzamento
Fonte: SEADE (2002)

TABELA 9.2.11- Cultura- número de salas de cinema, teatro, cine-teatro e auditório das 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Município	Cinemas	Teatros	Cine-teatros	Auditório
Álvares Machado	0	0	0	0
Pirapozinho	0	0	0	0
Regente Feijó	0	0	0	0
Santo Anastácio	0	1 - (300 lugares)	0	0
Mirante do Paranapanema	0	0	0	0
Teodoro Sampaio	0	0	0	0
Euclides da Cunha Paulista	0	0	0	0
Rosana	0	0	1 - (300 lugares)	0

Fonte: SEADE (2002)

TABELA 9.2.13 - Bibliotecas existentes nas 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Município	Biblioteca s públicas gerais	Acervo total das bibliotecas públicas	Bibliotecas públicas escolares	Bibliotecas particulares	Centros culturais
Álvares Machado	1	6112	0	0	0
Pirapozinho	7	20678	6	0	1
Regente Feijó	1	8000	0	0	0
Santo Anastácio	1	---	7	0	1
Mirante do Paranapanema	1	2616	0	0	0
Teodoro Sampaio	2	7500	0	0	0
Euclides da Cunha Paulista	---	---	---	---	---
Rosana	2	13000	2	0	1

(---) dados não disponíveis.

Fonte: SEADE (2002)

TABELA 9.2.14- Dados culturais das 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Município	Grupos de teatro *	Bandas e fanfarras *	Corais *	Emissoras de rádio AM/ FM **	Jornais **
Álvares Machado	0	0	0	0	0
Pirapozinho	1	0	1	0	0
Regente Feijó	2	1	1	1 emissora AM	1
Santo Anastácio	0	0	0	1 emissora AM	2
Mirante do Paranapanema	1	1	1	0	0
Teodoro Sampaio	1	2	0	1 emissora AM	1
Euclides da Cunha Paulista	0	1	0	0	0
Rosana	0	1	0	0	0

(*) dados de 1995 (**) dados de 1998 Fonte: SEADE, 2002.

TABELA 9.2.15 – Número de terminais telefônicos nas 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Município	Terminais Telefônicos (coeficiente por cem habitantes)						
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Álvares Machado	4,10	4,86	4,80	4,70	4,60	4,74	4,61
Pirapozinho	4,78	5,99	6,72	8,14	9,42	9,92	10,01
Regente Feijó	6,34	6,25	6,15	6,07	6,15	8,68	12,12
Santo Anastácio	7,63	7,56	7,52	7,81	7,98	8,42	8,47
Mirante do Paranapanema	5,06	5,18	5,17	5,10	5,06	6,47	7,13
Teodoro Sampaio	6,32	6,35	6,82	9,20	5,64	6,28	6,49
Euclides da Cunha Paulista	2,41	2,82	2,78	2,64	2,60	2,80	2,77
Rosana	0,92	0,89	0,92	0,86	0,87	4,95	6,39

Fonte: SEADE, 2002.

TABELA 9.2.15 - Ensino Fundamental – taxa de evasão nas 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Município	Taxa de evasão do Ensino Fundamental Público (em %)						
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Álvares Machado	14,99	12,14	11,92	7,48	4,98	5,10	4,58
Pirapozinho	13,22	10,30	7,19	8,06	3,17	5,20	2,73
Regente Feijó	11,24	12,38	13,96	9,43	5,22	5,48	8,01
Santo Anastácio	11,40	10,23	9,62	6,70	7,45	2,15	4,27
Mirante do Paranapanema	13,22	10,30	7,19	8,06	3,17	5,20	2,73
Teodoro Sampaio	13,16	12,55	13,19	11,26	5,06	4,11	3,87
Euclides da Cunha Paulista	19,37	16,62	10,24	10,21	3,76	3,63	2,89
Rosana	12,68	10,27	9,46	6,06	3,56	3,30	2,94

Fonte: SEADE (2002)

TABELA 9.2.16 – Ensino médio - taxa de evasão do ensino médio público nas 8 cidades escolhidas, Pontal do Paranapanema

Taxa de evasão do ensino médio público (em %)							
Município	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Álvares Machado	21,85	16,42	18,37	15,42	20,89	9,89	16,75
Pirapozinho	15,94	14,86	15,99	21,82	9,43	5,30	11,43
Regente Feijó	23,04	23,25	24,35	16,16	16,41	14,45	19,58
Santo Anastácio	4,66	14,80	19,18	13,88	13,37	5,32	8,57
Teodoro Sampaio	17,59	19,82	23,90	18,24	14,12	7,02	9,59
Euclides da Cunha Paulista	32,99	20,44	27,59	16,92	13,48	13,92	12,39
Rosana	19,87	22,09	25,11	23,31	15,13	9,05	14,17
Mirante do Paranapanema	13,33	15,18	10,36	14,51	8,55	7,69	11,41

Fonte: SEADE (2002)